



2025 | Volume 2

Realização:

UNIP

Sorocaba



C719

I Colóquio Transdisciplinar da UNIP Sorocaba – CTUS: Artigos /
Richardson Kennedy Luz et al. (Organizadores). – 1. ed. –
Sorocaba: UNIP, 2025.
– 197p.

Anais / coletânea de artigos.

ISBN 978-65-975932-1-7

1. Interdisciplinaridade. 2. Educação. 3. Ensino, pesquisa e
extensão. 4. Cultura. 5. Ciência. I. Título.

CDD 370
CDU 37.01

Ficha elaborada pela Bibliotecária Ana Caroline Mendonça de Barros CRB8-9028

ISBN: 978-65-975932-1-7

cal



9 786597 593217



O I Colóquio Transdisciplinar da Universidade Paulista – UNIP Sorocaba, representou um importante marco na promoção da integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, reunindo estudantes, docentes, pesquisadores e profissionais em torno da construção e compartilhamento do conhecimento científico.

Os trabalhos inicialmente apresentados na modalidade de resumo simples durante o evento, demonstraram elevado potencial acadêmico e despertaram reflexões relevantes em diferentes áreas do saber. Como resultado desse processo, diversos autores foram convidados a aprofundar suas pesquisas, transformando seus estudos em artigos científicos completos, ampliando significativamente a qualidade, a profundidade das análises e as contribuições para a comunidade acadêmica.

Esta publicação reúne os artigos desenvolvidos a partir das pesquisas apresentadas no I Colóquio Transdisciplinar da UNIP Sorocaba, consolidando uma nova etapa na trajetória do evento. Mais do que registros acadêmicos, estes trabalhos representam o compromisso dos autores com a produção científica, a busca por soluções para desafios contemporâneos e a disseminação do conhecimento de forma ética, crítica e transformadora.

A Comissão Organizadora agradece aos autores que aceitaram o desafio de aprimorar suas pesquisas, aos professores orientadores, avaliadores e pareceristas que contribuíram para o processo de qualificação dos trabalhos, bem como à Universidade Paulista – UNIP Sorocaba, pelo apoio institucional e incentivo permanente à pesquisa científica.

Que esta coletânea de artigos permaneça como fonte de consulta, inspiração e reflexão para pesquisadores, estudantes e profissionais, fortalecendo a cultura científica e reafirmando a importância da produção do conhecimento como instrumento de desenvolvimento social, educacional e tecnológico.

Comissão Organizadora

I Colóquio Transdisciplinar da UNIP Sorocaba



Colóquio Transdisciplinar da UNIP Sorocaba – CTUS

CTUS: É um evento acadêmico voltado à integração de conhecimentos entre diferentes áreas do saber, promovendo reflexão, diálogo e troca de experiências sobre temas atuais e relevantes para a sociedade.

Nosso Objetivo: Promover a integração do conhecimento entre diferentes áreas, fomentando a discussão e reflexão sobre o Tema. Fomentar o pensamento crítico e reflexivo entre Científico e Mercado de Trabalho.

Público: Discentes e Docentes das Universidades e escolas públicas e privadas; Profissionais de diversas áreas interessados nos temas abordados; Representantes de organizações sociais e empresas locais.

Idealizadores

Prof. Dr. Richardson Kennedy Luz

Prof. Dr. Jose Antonio S. Barbosa *(In Memoria)*

Profa. Dra. Maria Aparecida Sanches

Prof. Me. Glaucio Celso Luz

Comissão Organizadora

Prof. Me. Glaucio Celso Luz - Diretor do Campus

Prof. Dr. Richardson Kennedy Luz

Profa. Dra. Maria Aparecida Sanches

Profa. Dra. Ednilse Leme

Prof. Dr. Sandro R. Ferreira

Profa. Dra. Adriana Teixeira Lima

Profa. Me. Sonia Nukui

Profa. Me. Sandra Regina Bicudo da Silva



Comissão Científica

Prof. Dr. Daniel Bertoli – UNISO

Prof. Dr. Felipe Soligo Barbosa – UNIP

Prof. Dr. Manuel Meirelles – FACAMP

Prof. Dr. Marcello Bellodi – UNIP

Prof. Dr. Mario Lizier – UFSCAR

Prof. Dr. Ricardo Santics – FATEC

Prof. Dr. Richardson Kennedy Luz – UNIP

Prof. Dr. Sandro R. Ferreira – UNIP

Profa. Dra. Adriana Teixeira Lima – UNIP

Profa. Dra. Ednilse Leme – UNIP

Profa. Dra. Gisele Cristina Favero – UFMG

Profa. Dra. Iva Previtali – USP

Profa. Dra. Mariana Villa Boas Álvaro – UNIP / UNISO

Profa. Dra. Marisa Irene Siqueira Castanho

Profa. Me. Sandra Regina Bicudo da Silva – UNIP



SUMÁRIO

A INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS DE RECOMENDAÇÃO NO COMPORTAMENTO COMPULSIVO.....	7
A ISO 14001 COMO ESTRATÉGIA PARA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL EM SOROCABA	21
A RELEVÂNCIA DA LEI Nº 15.100 PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DE CELULARES NAS ESCOLAS: ANÁLISE JURÍDICA E IMPACTOS SOCIAIS DO USO DE TELAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	37
DESCARTE CONSCIENTE DE RESÍDUOS DE TI: UM ESTUDO APLICADO NA UNIVERSIDADE PAULISTA - CAMPUS SOROCABA.	52
ENFRAQUECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REDUÇÃO DE DANOS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA ATUALIDADE.....	71
FORMAÇÃO DAS MULTIDÕES DIGITAIS, MECANISMOS DE MANIPULAÇÃO E IMPACTOS PSICOSSOCIAIS	85
FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO AMPLIADA	101
IMPACTO DA ERGONOMIA NA QUALIDADE DE VIDA DE GESTANTES NO AMBIENTE OCUPACIONAL.....	118
LINGUAGEM JURÍDICA: UMA REFLEXÃO SOBRE DISCURSO JURÍDICO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO	132
NUTRICAL: SOFTWARE DE AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA NUTRICIONAL	155
"O DILEMA DAS REDES" E A PSICOLOGIA SOCIAL DE SILVIA LANE: UM CONVITE À REFLEXÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	169
O PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO PRÁTICA DE CLÍNICA AMPLIADA: UM OLHAR TRANSDISCIPLINAR.....	183
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NA SAÚDE: INOVAÇÃO, EFICIÊNCIA E GESTÃO ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO	201
UMA PROPOSTA: PLANTÃO PSICOLÓGICO NA ERA DIGITAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A COMPREENSÃO DO SOFRIMENTO EXISTENCIAL	219



A INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS DE RECOMENDAÇÃO NO COMPORTAMENTO COMPULSIVO

THE INFLUENCE OF RECOMMENDATION ALGORITHMS ON COMPULSIVE BEHAVIOR

*Alexandra de Almeida Hubner¹
Barbara Cristina Guerrino Alcaide²
Kayton de Jesus Oliveira³*

RESUMO

Os algoritmos de recomendação desempenham papel central nas plataformas digitais ao personalizarem conteúdos com base no comportamento do usuário e influenciarem decisões e estados emocionais. Este estudo teve como objetivo analisar criticamente o impacto desses algoritmos no desenvolvimento de comportamentos compulsivos e em seus efeitos psicológicos, além de discutir estratégias de mitigação. Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada na análise de artigos publicados entre 2020 e 2025 nas bases de dados PubMed, SciELO e JAMA Network, com o apoio de ferramentas de inteligência artificial, nos idiomas português e inglês, utilizando os seguintes descritores: “algoritmos de recomendação”, “comportamento compulsivo”, “saúde mental”, “redes sociais”, “Fear of Missing Out (FoMO)”, “ansiedade”, “dependência de internet”, “personalização algorítmica” e “engajamento digital”. A análise concentrou-se nos mecanismos de funcionamento dos algoritmos, como filtragem colaborativa e personalização, bem como em suas repercussões comportamentais, cognitivas e psicológicas, incluindo insônia, déficit de atenção, impulsividade e automedicação. Os resultados indicam que a hiperpersonalização algorítmica, associada a mecanismos de retenção e reforço comportamental, favorece padrões persistentes de engajamento e pode contribuir para alterações emocionais, cognitivas e comportamentais. Evidências apontam associação entre uso intensivo de plataformas digitais, aumento de ansiedade e estresse, prejuízos ao sono e maior vulnerabilidade a decisões impulsivas em saúde. Conclui-se que os algoritmos de recomendação favorecem ciclos de retroalimentação que reforçam comportamentos repetitivos e ampliam riscos à saúde mental, destacando a necessidade de transparência algorítmica, educação digital e pesquisas empíricas multiprofissionais.

Palavras-chave: algoritmos de recomendação; comportamento compulsivo; saúde mental; FoMO; plataformas digitais

ABSTRACT

Recommendation algorithms play a central role in digital platforms by personalizing content based on user behavior and influencing decisions and emotional states. This study aimed to critically analyze the impact of these algorithms on the development of compulsive behaviors and their psychological effects, as well as to discuss mitigation strategies. This is a bibliographic review based on the analysis of articles published between 2020 and 2025 in the PubMed, SciELO, and JAMA Network databases, supported by artificial intelligence tools, in Portuguese and English, using the following descriptors: “recommendation algorithms”, “compulsive behavior”, “mental health”, “social media”, “Fear of Missing Out (FoMO)”, “anxiety”, “internet addiction”, “algorithmic personalization”, and “digital engagement”. The analysis focused on algorithmic mechanisms, such

¹ Doutora em Ciências - alexandra.hubner@docente.unip.br

² Tecnóloga em Sistemas Biomédicos barbara.alcaide17@icloud.com

³ Bacharel e Farmácia - klayton.2919@gmail.com



as collaborative filtering and personalization, and their behavioral, cognitive, and psychological repercussions, including insomnia, attention deficits, impulsivity, and self-medication. The findings indicate that algorithmic hyper-personalization, combined with retention mechanisms and behavioral reinforcement strategies, promotes persistent engagement patterns and may contribute to emotional, cognitive, and behavioral changes. Evidence suggests an association between intensive use of digital platforms and increased anxiety and stress, sleep disturbances, and greater vulnerability to impulsive health-related decisions. It is concluded that recommendation algorithms foster feedback loops that reinforce repetitive behaviors and increase risks to mental health, highlighting the need for algorithmic transparency, digital literacy, and multidisciplinary empirical research.

Keywords: recommendation algorithms; compulsive behavior; mental health; FoMO; digital platform

1. INTRODUÇÃO

A revolução digital tem promovido transformações profundas nas dinâmicas sociais contemporâneas, posicionando as plataformas digitais, especialmente redes sociais e serviços de streaming, como mediadoras centrais das interações humanas e do consumo de informação. Estima-se que usuários globais permaneçam conectados por mais de duas horas diárias nesses ambientes, o que evidencia não apenas a centralidade dessas tecnologias, mas também seu potencial de influência sobre padrões comportamentais e estados psicológicos (Kemp, 2024).

Nesse contexto, os algoritmos de recomendação surgem como elementos estruturantes da experiência digital, operando por meio da coleta, análise e retroalimentação de dados comportamentais dos usuários. Diferentemente de sistemas neutros de organização da informação, esses algoritmos participam ativamente da construção do ambiente informacional, selecionando e priorizando conteúdos com base em previsões de engajamento. Essa dinâmica cria ciclos iterativos de retroalimentação, nos quais as interações do usuário moldam continuamente as recomendações futuras, reforçando padrões prévios de consumo e restringindo a diversidade de exposição informacional (Sun; Nasraoui; Shafto, 2020).

Além da personalização algorítmica, o design das plataformas incorpora mecanismos persuasivos que favorecem a permanência prolongada do usuário. Recursos como autoplay, pré-visualizações automáticas e recomendações contínuas reduzem os marcadores naturais de interrupção do consumo, promovendo um uso automatizado e menos deliberado. Essa arquitetura de decisão digital diminui o controle consciente sobre o uso, favorecendo padrões repetitivos e potencialmente disfuncionais de interação com o conteúdo (Dekker; Tverdina, 2025).

Sob a perspectiva psicocomportamental, tais mecanismos se articulam a vulnerabilidades já presentes no indivíduo, como necessidade de pertencimento, validação social e comparação interpessoal. Nesse cenário, fenômenos como o *Fear of Missing Out* (FoMO) tornam-se



particularmente relevantes por promoverem estados persistentes de vigilância social e necessidade de conexão contínua. Evidências indicam associação entre FoMO, ansiedade, depressão e uso problemático de smartphones, além de favorecer comportamentos repetitivos de checagem digital (O'Connell, 2020).

Estudos recentes demonstram que o uso intensivo de redes sociais pode desencadear um encadeamento psicológico envolvendo ansiedade, comparação social e fadiga mental. Tais efeitos tendem a ser intensificados em ambientes digitais caracterizados por fluxo contínuo de atualizações, elevada densidade informacional e estímulos emocionalmente ativadores, ampliando impactos sobre atenção, regulação emocional e bem-estar psicológico (Jabeen *et al.*, 2023).

A lógica algorítmica orientada por métricas de engajamento intensifica a exposição a conteúdos altamente relevantes, emocionais e personalizados, favorecendo respostas rápidas e pouco reflexivas. Esse modelo prolonga o tempo de permanência nas plataformas e reduz o espaço para deliberação cognitiva, contribuindo para decisões impulsivas e repetição comportamental. Essa dinâmica aproxima-se de modelos de reforço intermitente, nos quais recompensas imprevisíveis sustentam o retorno recorrente do usuário ao ambiente virtual (Pal, 2025).

Complementarmente aos efeitos sobre permanência e compulsividade digital, esses ambientes também podem influenciar práticas relacionadas à saúde, incluindo a busca indiscriminada por informações médicas e a automedicação mediada por conteúdos digitais. A exposição repetitiva a conteúdos simplificados ou persuasivos sobre medicamentos, diagnósticos e soluções rápidas pode favorecer decisões impulsivas e potencialmente arriscadas, especialmente em indivíduos mais vulneráveis ou suscetíveis à influência algorítmica (Pal, 2025).

A interação entre arquitetura algorítmica e comportamento humano configura um ecossistema digital marcado por ciclos de retroalimentação, nos quais personalização, engajamento e resposta emocional reforçam-se mutuamente. Tal configuração favorece a manutenção do uso prolongado e pode comprometer a autonomia do indivíduo ao influenciar escolhas por meio de sistemas opacos e altamente adaptativos (Metzler; Garcia, 2025).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar criticamente a influência dos algoritmos de recomendação no desenvolvimento de comportamentos compulsivos e seus impactos na saúde mental, com foco em jovens e adultos usuários de plataformas digitais. Busca-se compreender os mecanismos técnicos e psicocomportamentais envolvidos nesse processo, bem como responder às seguintes questões norteadoras: qual a relação entre personalização algorítmica, engajamento contínuo e alterações comportamentais e psicológicas associadas ao uso digital? De que modo esses mecanismos podem favorecer práticas impulsivas, incluindo a



automedicação? E quais estratégias podem contribuir para um uso mais consciente, crítico e regulado dessas plataformas?

2. METODOLOGIA

O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica que investiga como os algoritmos de recomendação moldam o comportamento compulsivo e afetam a saúde mental em plataformas digitais, com base na literatura científica publicada entre 2020 e 2025. A escolha desse período deve-se à rápida evolução das tecnologias digitais e ao aumento do interesse científico sobre seus efeitos psicossociais.

Foram realizadas buscas nas bases de dados PubMed, SciELO e JAMA Network, utilizando combinações de descritores em português e inglês relacionados ao tema, tais como: algoritmos de recomendação (recommendation algorithms), comportamento compulsivo (compulsive behavior), saúde mental (mental health), redes sociais (social media), Fear of Missing Out (FoMO), ansiedade (anxiety), dependência de internet (internet addiction), personalização algorítmica (algorithmic personalization) e engajamento digital (digital engagement).

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos completos, publicados em periódicos indexados, disponíveis integralmente e que abordassem a relação entre algoritmos de recomendação, comportamento do usuário, engajamento digital, saúde mental ou tomada de decisão em ambientes digitais. Foram excluídos os trabalhos duplicados, publicações sem relação direta com o objeto de estudo, resumos de eventos, notícias, conteúdos opinativos e documentos sem fundamentação científica adequada.

Após a seleção, os estudos foram analisados qualitativamente por meio de leitura exploratória e analítica, sendo os achados organizados em categorias temáticas relacionadas à arquitetura algorítmica, engajamento digital, saúde mental e tomada de decisão em saúde.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A arquitetura algorítmica e modulação do comportamento digital

Esta seção analisa, de forma integrada, os mecanismos técnicos dos algoritmos de recomendação e sua relação com a modulação do comportamento digital, estabelecendo uma ponte entre a arquitetura das plataformas e os impactos psicológicos observados nos usuários.

3.2 Algoritmos de recomendação e arquitetura digital



Os algoritmos de recomendação constituem o núcleo operacional das plataformas digitais, sendo responsáveis por selecionar e priorizar conteúdos com base no comportamento do usuário. Esses sistemas operam a partir da coleta contínua de dados, como histórico de navegação, interações e tempo de permanência, utilizando técnicas de *machine learning* para prever conteúdos com maior probabilidade de engajamento (Sun; Nasraoui; Shafto, 2020).

Entre os principais métodos, destacam-se a filtragem colaborativa, baseada em padrões de usuários semelhantes, e a filtragem por conteúdo, centrada em preferências previamente demonstradas. Como resultado, as recomendações assumem caráter dinâmico e adaptativo, sendo continuamente ajustadas conforme novas interações. Esse processo tende a priorizar conteúdos alinhados ao perfil do usuário, podendo restringir a diversidade informacional — fenômeno associado ao viés de filtragem (*filter bias*), que reforça padrões prévios de consumo (Sun; Nasraoui; Shafto, 2020).

Além dessa lógica de personalização, a arquitetura das plataformas também é estruturada por métricas de engajamento, como tempo de permanência, taxa de cliques, curtidas, compartilhamentos e retenção, que funcionam como parâmetros centrais para otimização desses sistemas. Nesse contexto, os algoritmos deixam de apenas recomendar conteúdos e passam a operar segundo uma lógica orientada à maximização da atenção, articulando personalização e retenção como elementos centrais do funcionamento das plataformas (Metzler; Garcia, 2025).

3.2.1 Mecanismos de retenção e design persuasivo

Esse modelo reúne elementos estruturais capazes de orientar padrões de interação e prolongar a permanência do usuário por meio da organização intencional das interfaces e dos fluxos de navegação (Dekker; Tverdina, 2025).

Entre os principais mecanismos de retenção, destacam-se recursos como autoplay, rolagem infinita (*infinite scroll*), notificações push e pré-visualizações automáticas, que reduzem interrupções no consumo e favorecem a continuidade da interação. Esses elementos diminuem a carga deliberativa associada às escolhas, estimulando respostas mais imediatas e contribuindo para padrões de uso automatizados e recorrentes. Essa dinâmica aproxima-se dos modelos de reforço intermitente, associados à persistência e repetição comportamental em contextos mediados por recompensas variáveis (Pal, 2025).

Além disso, essas estratégias articulam elementos como validação social, senso de urgência e recompensas imediatas, compondo mecanismos de reforço que sustentam o engajamento contínuo e ampliam o potencial persuasivo desses ambientes digitais (Metzler; Garcia, 2025).



3.3 Feedback loop e personalização algorítmica

Os algoritmos de recomendação operam por meio de um processo contínuo de aprendizagem baseado nas interações do usuário, em que ações como cliques, curtidas, tempo de permanência, pausas e compartilhamentos são convertidas em dados utilizados para identificar padrões de interesse e ajustar progressivamente as recomendações.

Esse processo configura um ciclo de retroalimentação (*feedback loop*), no qual o comportamento do usuário influencia diretamente o conteúdo subsequentemente ofertado, reforçando a exposição a conteúdos semelhantes e aumentando a probabilidade de permanência prolongada.

Como consequência, observa-se estreitamento progressivo do repertório informacional e redução da diversidade de exposição, ao mesmo tempo em que a personalização passa a atuar como mecanismo ativo de modulação do comportamento digital. Sob a perspectiva comportamental, essa dinâmica aproxima-se da lógica do reforço intermitente, na qual a imprevisibilidade das recompensas digitais mantém o usuário engajado, estimula a repetição das interações e reduz a autorregulação sobre o uso.

Assim, a sucessão entre consumo, resposta do usuário, aprendizagem do sistema e nova recomendação tende a consolidar padrões persistentes de engajamento no ambiente digital (Sun; Nasraoui; Shafto, 2020; Metzler; Garcia, 2025; Dekker; Tverdina, 2025).

3.4 Consequências comportamentais iniciais

As primeiras consequências da mediação algorítmica tornam-se perceptíveis no comportamento cotidiano do usuário, sobretudo no prolongamento do tempo de permanência nas plataformas digitais. Esse fenômeno relaciona-se à estrutura contínua de apresentação de conteúdos, que reduz interrupções no consumo e favorece interações mais automatizadas, com menor participação deliberativa do usuário e maior dependência do fluxo organizado pela plataforma (Dekker; Tverdina, 2025; Sun; Nasraoui; Shafto, 2020).

Além disso, a redução do intervalo entre estímulo e resposta pode favorecer decisões mais impulsivas, caracterizadas por respostas rápidas e menor elaboração reflexiva. Fatores emocionais, como FoMO, intensificam esse processo ao estimular vigilância social contínua e necessidade recorrente de conexão, potencializando padrões iniciais de uso problemático (Pal, 2025; O'Connell, 2020; Jabeen *et al.*, 2023).

Dessa forma, uso prolongado, automatização do consumo e impulsividade configuram manifestações comportamentais iniciais associadas à interação contínua com sistemas



algorítmicos, indicando que a personalização não apenas organiza conteúdos, mas também pode influenciar padrões precoces de engajamento persistente (Sun; Nasraoui; Shafto, 2020; Pal, 2025).

A revisão da literatura tem como objetivo apresentar e discutir evidências científicas recentes relacionadas aos impactos dos ambientes digitais mediados por algoritmos sobre o comportamento e a saúde mental dos usuários, fornecendo base teórica para a análise proposta.

3.5 Impactos na saúde mental

A utilização intensiva de plataformas digitais tem sido associada a múltiplos impactos na saúde mental, especialmente em contextos marcados por elevada exposição a estímulos cognitivos e emocionais. Conforme discutido anteriormente, a priorização de conteúdos emocionalmente relevantes intensifica a ativação psicológica, contribuindo para estados de hipervigilância, checagem constante e necessidade de conexão contínua. Nesse contexto, a ansiedade emerge não apenas do conteúdo consumido, mas da própria estrutura do ambiente digital, caracterizada por exposição social permanente e recompensas imprevisíveis (Metzler; Garcia, 2025).

3.5.1 Ansiedade e estresse

O uso intensivo de plataformas digitais está relacionado ao aumento de ansiedade e estresse, em parte decorrente da hiperconectividade e do monitoramento contínuo das interações sociais, que podem manter o indivíduo em estado persistente de vigilância e responsividade social (O'Connell, 2020).

Além disso, a exposição frequente a conteúdos emocionalmente ativadores, como informações alarmantes, comparações sociais e estímulos que demandam resposta constante, pode ampliar a sobrecarga emocional, sobretudo em pessoas mais vulneráveis, ao intensificar tensão psicológica, fadiga mental e dificuldade de regulação emocional (Metzler; Garcia, 2025).

3.5.2 FoMO e comportamento compulsivo

O FoMO constitui importante mediador psicológico entre o ambiente digital e padrões problemáticos de uso, caracterizando-se pelo receio persistente de perder experiências ou interações relevantes, o que favorece necessidade contínua de conexão e comportamentos repetitivos de checagem digital. Estudos associam esse fenômeno a maiores níveis de ansiedade, sintomas depressivos e uso problemático de smartphones (O'Connell, 2020).



Adicionalmente, o FoMO intensifica a comparação social e a fadiga mental em ambientes mediados por algoritmos que sustentam o engajamento contínuo, contribuindo para a manutenção de padrões persistentes de uso e para o agravamento do sofrimento psicológico (Jabeen *et al.*, 2023).

3.5.3 Distúrbios do sono e atenção

O uso prolongado de dispositivos digitais, especialmente em períodos noturnos, está associado a prejuízos na qualidade do sono e à redução da capacidade atencional. A exposição contínua a estímulos digitais contribui para alterações no ciclo sono-vigília. Além disso, o consumo fragmentado de conteúdo favorece a dispersão cognitiva e pode comprometer funções executivas, como controle inibitório, memória de trabalho e tomada de decisão (Costa; Silva, 2023).

3.5.4 Exaustão digital e sobrecarga mental

A exposição contínua a ambientes digitais altamente estimulantes pode resultar em exaustão digital, caracterizada por fadiga mental, cansaço emocional e sobrecarga cognitiva. A literatura descreve o fenômeno da “exaustão algorítmica”, associado à dificuldade de desconexão, ao monitoramento constante e à sobrecarga emocional decorrente da interação contínua com plataformas digitais (Karhawi; Prazeres, 2022).

3.6 Comportamento impulsivo e consumo digital

O ambiente digital contemporâneo favorece a emergência de comportamentos impulsivos, especialmente em contextos mediados por algoritmos de recomendação. Conforme discutido na seção 2.1.1, a redução da fricção cognitiva e a simplificação das interações contribuem para respostas rápidas e pouco refletidas (Pal, 2025).

A personalização algorítmica encurta a distância entre desejo e ação, favorecendo decisões imediatas. Esse processo é intensificado por mecanismos como notificações e recomendações contínuas, além da dinâmica de reforço intermitente previamente discutida, que contribui para a manutenção e repetição do comportamento (Costa; Silva, 2023).

3.7 Automedicação e influência digital



A automedicação no âmbito digital configura-se como fenômeno emergente associado à ampla circulação de conteúdos sobre saúde em plataformas digitais. Informações produzidas por influenciadores ou fontes não especializadas podem simplificar, distorcer ou descontextualizar orientações terapêuticas, favorecendo práticas de uso inadequado de medicamentos e decisões baseadas em informações pouco confiáveis. O uso excessivo da internet pode associar-se à impulsividade e a prejuízos na tomada de decisão, o que amplia o risco de escolhas pouco fundamentadas relacionadas ao uso de medicamentos. A combinação entre exposição contínua a conteúdos digitais, personalização informacional e impulsividade pode configurar um ambiente favorável à adoção de decisões rápidas e insuficientemente refletidas sobre medicamentos, ampliando riscos relacionados à automedicação (Costa; Silva, 2023).

Nesse contexto, a personalização dos conteúdos pode reforçar exposições repetitivas a informações alinhadas a crenças e preferências prévias, dificultando o contato com fontes diversas e potencializando vieses na busca por informações em saúde (Sun; Nasraoui; Shafto, 2020).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão indicam que a influência dos algoritmos de recomendação sobre o comportamento do usuário ocorre por meio da articulação entre mecanismos técnicos de personalização e processos psicocomportamentais de engajamento. Esses elementos favorecem permanência prolongada nas plataformas e consolidação de padrões recorrentes de uso (Sun; Nasraoui; Shafto, 2020; Dekker; Tverdina, 2025). **Tabela 1** sintetiza os mecanismos identificados e seus principais efeitos comportamentais e psicossociais. Verifica-se que os mecanismos algorítmicos atuam de forma integrada, potencializando efeitos cumulativos sobre comportamento e saúde mental, o que reforça a natureza multifatorial dos impactos observados (Pal, 2025; Jabeen *et al.*, 2023). Tal dinâmica sugere a necessidade de interpretar os efeitos dos algoritmos sob uma perspectiva sistêmica, na qual tecnologia e comportamento se influenciam mutuamente, ampliando os riscos de uso disfuncional e impactos negativos à saúde mental.

Tabela 1 - Síntese dos mecanismos algorítmicos e suas repercussões comportamentais e psicossociais

Mecanismo algorítmico	Descrição operacional	Efeito comportamental	Impacto em saúde mental
Personalização algorítmica	Filtragem baseada em histórico, preferências e interação do usuário	Repetição de padrões de consumo e redução da diversidade informacional	Reforço de crenças, maior vulnerabilidade emocional
Feedback loop	Ciclo contínuo de interação (consumo → resposta → recomendação)	Manutenção do comportamento e dificuldade de interrupção	Potencialização de uso compulsivo
Design persuasivo (autoplay, scroll infinito)	Redução de fricção e eliminação de pausas naturais	Uso prolongado e consumo automatizado	Fadiga mental e perda de controle
Reforço intermitente	Recompensas imprevisíveis (novos conteúdos, notificações)	Checação constante e comportamento repetitivo	Ansiedade e comportamento dependente
Gatilhos emocionais (FoMO, validação social)	Conteúdos socialmente relevantes e comparativos	Vigilância contínua e comparação social	Ansiedade, estresse e redução do bem-estar
Simplificação da decisão	Redução do esforço cognitivo (ex: um clique, recomendações prontas)	Decisões rápidas e impulsivas	Impulsividade e prejuízo na tomada de decisão
Amplificação de conteúdo	Priorização de conteúdos engajadores	Exposição repetida a conteúdos similares	Risco de desinformação e automedicação
Pressão algorítmica (exaustão)	Necessidade de adaptação contínua ao sistema	Hiperconectividade e dificuldade de desconexão	Exaustão mental e sobrecarga emocional

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Dekker; Tverdina (2025), Sun; Nasraoui; Shafto (2020), Costa; Silva (2023), O'Connell (2020), Jabeen *et al.* (2023), Pal (2025), Karhawi; Prazeres (2022) e Kemp (2024).

A **Figura 2** representa o ciclo de retroalimentação entre comportamento do usuário e sistemas de recomendação, sintetizando como interações alimentam continuamente novos processos de personalização e engajamento (Sun; Nasraoui; Shafto, 2020).

Figura 2 – Ciclo de retroalimentação entre comportamento do usuário e algoritmos de recomendação.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Sun, Nasraoui e Shafto (2020).

A exposição contínua aos ambientes digitais constitui um fator central para a compreensão dos efeitos observados. Dados globais indicam que usuários permanecem, em média, mais de duas horas diárias em redes sociais, com padrões de acesso distribuídos ao longo do dia. Esse nível de exposição amplia significativamente o contato com estímulos digitais personalizados, potencializando os efeitos dos sistemas de recomendação sobre o comportamento (Kemp, 2024). Essa relação aponta a necessidade de compreender o impacto dos algoritmos não apenas pela quantidade de uso, mas pela forma como esse uso se estrutura e se perpetua no cotidiano.

A análise dos estudos revisados demonstra que os algoritmos operam por meio de ciclos de retroalimentação, nos quais o comportamento do usuário orienta continuamente as recomendações subsequentes. Esse processo resulta no estreitamento progressivo do repertório informacional, com redução da diversidade de conteúdos e maior exposição a estímulos alinhados às preferências previamente identificadas (Sun; Nasraoui; Shafto, 2020).

Além disso, mecanismos de retenção como rolagem infinita, autoplay e notificações contínuas favorecem um padrão de uso mais automatizado ao reduzir momentos de interrupção e deliberação do usuário. Essa dinâmica pode aumentar respostas impulsivas ao encurtar o intervalo entre estímulo e resposta (Dekker; Tverdina, 2025; Pal, 2025).



Do ponto de vista psicológico, os achados indicam associação consistente entre o uso intensivo de plataformas digitais e o aumento de sintomas de ansiedade, estresse e fadiga mental. O FoMO emerge como um importante mediador nesse processo, ao estimular a necessidade de conexão contínua e monitoramento frequente das interações sociais (O'Connell, 2020; Jabeen et al., 2023). Esses fatores contribuem para a manutenção de ciclos de uso persistente, nos quais o comportamento digital passa a ser utilizado como resposta a estados emocionais.

A literatura aponta que alterações em atenção e sono não constituem efeitos isolados, mas possíveis desdobramentos do engajamento digital persistente, reforçando a hipótese de que os impactos ultrapassam o plano comportamental e alcançam funções cognitivas relevantes (Costa; Silva, 2023).

Outro ponto importante refere-se ao impacto dos ambientes digitais sobre a tomada de decisão em saúde. A ampla circulação de conteúdo não especializados, amplificada por sistemas de recomendação, contribui para a adoção de práticas de automedicação. A repetição de informações alinhadas ao perfil do usuário, associada à redução da diversidade informacional, favorece decisões rápidas e pouco fundamentadas, especialmente em indivíduos em estado de vulnerabilidade emocional (Sun; Nasraoui; Shafto, 2020; Costa; Silva, 2023).

De modo geral, os estudos convergem ao indicar que a personalização algorítmica exerce papel relevante na intensificação do engajamento e na modulação do comportamento digital. Os achados sugerem que esses impactos não decorrem apenas do tempo de uso, mas também da forma como o ambiente digital é estruturado, reforçando a necessidade de análises que integrem dimensões tecnológicas e psicocomportamentais (Metzler; Garcia, 2025; Sun; Nasraoui; Shafto, 2020).

5. CONCLUSÃO

Os algoritmos de recomendação exercem papel relevante na modulação do comportamento digital, favorecendo padrões persistentes de engajamento associados a impactos na saúde mental, atenção, sono e uso compulsivo das plataformas. Os mecanismos de personalização e retenção, articulados a fatores psicocomportamentais como o FoMO, contribuem para a intensificação desses efeitos.

Além dos impactos sobre o bem-estar psicológico, os achados indicam que os ambientes virtuais podem influenciar a forma como usuários acessam e interpretam informações em saúde, inclusive em situações relacionadas à automedicação. Nesse sentido, os resultados reforçam que tais fenômenos devem ser analisados a partir da interação entre dimensões tecnológicas e humanas.



O presente estudo baseou-se em revisão bibliográfica, sem coleta de dados primários ou investigação empírica direta com usuários de plataformas digitais. Diante disso, destaca-se a necessidade de estudos futuros sobre a relação entre exposição algorítmica, comportamento compulsivo, ansiedade e tomada de decisão em saúde, preferencialmente com delineamentos longitudinais. Também se recomenda a realização de pesquisas interdisciplinares envolvendo áreas como neurologia, psicologia, psiquiatria, farmácia e tecnologia, a fim de ampliar a compreensão dos impactos cognitivos, emocionais e clínicos associados ao uso intensivo de ambientes digitais mediados por algoritmos.

Conclui-se, portanto, que a análise dos impactos dos ambientes digitais mediados por algoritmos requer abordagem crítica e integrada, com participação das empresas desenvolvedoras, pesquisadores, profissionais da saúde e usuários. Essa perspectiva aponta para a importância da transparência algorítmica, da educação digital, do uso consciente das plataformas e do desenvolvimento de estratégias que considerem não apenas o engajamento, mas também a promoção da saúde e do bem-estar dos usuários a curto e longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Costa, Leila Cristina Ferreira Omote; Silva, Eliana Aparecida Torrezan. Revisão narrativa dos estudos de metanálise sobre a dependência de internet. Boletim

Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, v.43, n.105, p.181–189, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2176-3038.20230019>.

Dekker, Cynthia A.; Tverdina, Anna. Designed to binge? Exploring user perceptions of interface features on video streaming platforms. Acta Psychologica, [S.l.], v. 258, p. 105210, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2025.105210>.

Jabeen, Fauzia et al. Social media-induced fear of missing out (FoMO) and social media fatigue: the role of narcissism, comparison and disclosure. Journal of Business Research, v.159, p.113693, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2023.113693>.

Karhawi, Issaaf; Prazeres, Michelle. Exaustão algorítmica: influenciadores digitais, trabalho de plataforma e saúde mental. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.800–819, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v16i4.3378>.

Kemp, Simon. Digital 2024: Deep Dive – The Time We Spend on Social Media. DataReportal, 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-deep-dive-the-time-we-spend-on-social-media>.

Metzler, Hannah; Garcia, David. Social drivers and algorithmic mechanisms on digital media. Perspectives on Psychological Science, 2025.



O'Connell, Chasity. How FOMO (Fear of Missing Out), smartphones, and social media may be affecting university students in the Middle East. *North American Journal of Psychology*, v.22, n.1, p.83–102, 2020.

Pal, Sonia. Impulse buying in the digital age: the influence of personalized ads, recommendations, and instant purchasing options. *Integrated Journal for Research in Arts and Humanities*, v.5, n.2, p.24–33, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55544/ijrah.5.2.5>.

Sun, Wenlong; Nasraoui, Olfa; Shafto, Patrick. Evolution and impact of bias in human and machine learning algorithm interaction. *Plos One*, San Francisco, v.15, n.8, e0235502, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0235502>.

AUTORES

Klayton de Jesus Oliveira: Bacharel em Farmácia – Universidade Paulista (UNIP). Farmacêutico da Unidade de Pronto Atendimento Hospitalar (UPAH).
Áreas de atuação: Assistência farmacêutica. E-mail: klayton.2919@gmail.com

Bárbara Cristina Guerino Alcaide: Tecnóloga em Sistemas Biomédicos – Faculdade de Tecnologia de Sorocaba (FATEC). Analista de Suporte de Serviços da Zentys Medical. Áreas de atuação: Suporte de Atendimento Técnico. E-mail: barbara.alcaide17@icloud.com

Alexandra de Almeida Hübner: Doutora em Ciências – Programa Fármaco e Medicamentos (USP/FCF). Professora titular da Universidade Paulista (UNIP). Área de atuação: Farmacognosia e Ciência Cosmética. ORCID: 0000-0002-9538-0354. E-mail: alexandra.hubner@docente.unip.br



A ISO 14001 COMO ESTRATÉGIA PARA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL EM SOROCABA

ISO 14001 AS A STRATEGY FOR CORPORATE SUSTAINABILITY IN SOROCABA

Pietra Kennedy borges Luz⁴

Richardson Kennedy Luz⁵

RESUMO

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, exigindo que governos, organizações e cidadãos adotem práticas voltadas à sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, a gestão ambiental empresarial assume papel estratégico na redução dos impactos ambientais decorrentes das atividades produtivas. Entre as ferramentas disponíveis para apoiar essa transformação, destaca-se a norma internacional ISO 14001, que estabelece diretrizes para a implementação de sistemas de gestão ambiental nas organizações. A cidade de Sorocaba, localizada no interior do estado de São Paulo, apresenta grande relevância econômica e industrial, abrigando empresas de diversos setores produtivos que influenciam diretamente o desenvolvimento regional. Esse cenário torna fundamental a adoção de práticas que conciliem crescimento econômico e preservação ambiental. O presente estudo tem como objetivo analisar o papel da ISO 14001 como instrumento estratégico para a mitigação dos impactos ambientais em empresas situadas na cidade de Sorocaba, bem como sua contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à proteção ambiental e às mudanças climáticas. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise de dados socioeconômicos do município. Os resultados indicam que a implementação da ISO 14001 pode contribuir significativamente para a melhoria do desempenho ambiental das organizações, além de fortalecer sua competitividade e promover o desenvolvimento sustentável regional.

Palavras-chave: ISO 14001; sustentabilidade empresarial; gestão ambiental; Sorocaba.

ABSTRACT

Climate change represents one of the greatest challenges faced by contemporary society, requiring governments, organizations, and citizens to adopt practices aimed at environmental sustainability. In this context, corporate environmental management plays a strategic role in reducing the environmental impacts resulting from productive activities. Among the available tools that support this transformation, the international standard ISO 14001 stands out, as it establishes guidelines for the implementation of environmental management systems within organizations. The city of Sorocaba, located in the São Paulo state, Brazil, has significant economic and industrial relevance, hosting companies from various productive sectors that directly influence regional development. This scenario highlights the importance of adopting practices that reconcile economic growth with environmental preservation. This study aims to analyze the role of ISO 14001 as a strategic instrument for mitigating environmental impacts in companies located in the city of Sorocaba, as well as its contribution to achieving the Sustainable Development Goals (SDGs), particularly those related to environmental protection and climate change. The research is characterized as qualitative and exploratory, based on a literature review and the analysis of the municipality's socioeconomic data. The results indicate that the implementation of ISO 14001 can significantly contribute to

⁴ Mestranda – Unicamp - pietrakluz@gmail.com

⁵ Prof. Doutor – Unip – prof.rikaluz@gmail.com



improving the environmental performance of organizations, while also strengthening their competitiveness and promoting sustainable regional development.

KEYWORDS: ISO 14001; Corporate Sustainability; Environmental management; Sorocaba

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a intensificação das atividades industriais e o aumento do consumo de recursos naturais têm gerado impactos ambientais significativos em escala global. Problemas como mudanças climáticas, degradação de ecossistemas, escassez de recursos hídricos e aumento da emissão de gases de efeito estufa passaram a ocupar posição central nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a atuação das empresas tornou-se um elemento essencial para a construção de soluções capazes de equilibrar crescimento econômico e preservação ambiental.

Historicamente, o desenvolvimento industrial esteve associado ao aumento da exploração de recursos naturais e à geração de resíduos e poluentes. Entretanto, a crescente preocupação da sociedade com questões ambientais e o fortalecimento das regulamentações ambientais têm levado as organizações a repensarem seus modelos de gestão. A sustentabilidade passou a ser compreendida não apenas como uma responsabilidade social, mas também como um fator estratégico para a competitividade empresarial.

A gestão ambiental surge nesse cenário como um conjunto de práticas, políticas e processos destinados a reduzir os impactos ambientais das atividades organizacionais. A implementação de sistemas estruturados de gestão ambiental permite que empresas identifiquem seus impactos ambientais, estabeleçam metas de redução de danos e promovam melhorias contínuas em seus processos produtivos.

Entre as principais ferramentas utilizadas pelas organizações para estruturar práticas ambientais destaca-se a norma ISO 14001. Desenvolvida pela International Organization for Standardization, essa norma estabelece diretrizes internacionais para a implementação de sistemas de gestão ambiental. Seu objetivo consiste em auxiliar empresas a controlar os impactos ambientais de suas operações, garantindo maior eficiência na utilização de recursos e conformidade com legislações ambientais.

A certificação ISO 14001 tem se consolidado como um importante instrumento de gestão estratégica. Organizações que adotam essa norma demonstram compromisso com a sustentabilidade e com a melhoria contínua de seus processos. Além disso, a certificação ambiental pode fortalecer a reputação institucional das empresas, ampliando oportunidades de negócios e aumentando a confiança de consumidores, investidores e parceiros comerciais.



No contexto brasileiro, a adoção de práticas de gestão ambiental tem se intensificado em diferentes setores produtivos. Empresas buscam cada vez mais alinhar suas estratégias aos princípios do desenvolvimento sustentável e às demandas da sociedade por práticas responsáveis. Nesse cenário, cidades com forte presença industrial apresentam desafios e oportunidades significativas para a implementação de sistemas de gestão ambiental.

A cidade de Sorocaba, localizada no interior do estado de São Paulo, destaca-se como um importante polo industrial e tecnológico. O município abriga empresas de diversos setores, como metalurgia, tecnologia, automotivo e serviços. Esse dinamismo econômico contribui significativamente para o desenvolvimento regional, mas também demanda atenção quanto aos impactos ambientais decorrentes das atividades produtivas.

Torna-se relevante analisar de que forma ferramentas de gestão ambiental podem contribuir para a sustentabilidade empresarial na região. A implementação da ISO 14001 surge como uma alternativa estratégica para promover práticas organizacionais mais responsáveis e alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Este estudo tem como objetivo analisar o papel da ISO 14001 como estratégia para a sustentabilidade empresarial em Sorocaba, considerando sua contribuição para a mitigação de impactos ambientais e para o alinhamento das empresas locais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

A pesquisa realizou uma análise qualitativa de dados socioeconômicos do município de Sorocaba, bem como uma revisão bibliográfica sobre a norma ISO 14001, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as mudanças climáticas e seus impactos, e os setores industriais predominantes na região. A investigação focou em identificar oportunidades estratégicas de sustentabilidade empresarial através da certificação ambiental.

2 A ISO 14001 E A GESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES

A crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental tem levado organizações de diferentes setores a adotarem mecanismos capazes de reduzir os impactos negativos decorrentes de suas atividades produtivas. Nas últimas décadas, o aumento da pressão social, das regulamentações ambientais e da conscientização sobre os limites dos recursos naturais fez com que empresas passassem a incorporar práticas sustentáveis em seus processos de gestão.

Os sistemas de gestão ambiental surgem como ferramentas fundamentais para promover práticas empresariais mais responsáveis, permitindo que as organizações identifiquem, controlem e minimizem os impactos ambientais de suas operações.



A gestão ambiental empresarial consiste em um conjunto de políticas, procedimentos e práticas que buscam integrar a dimensão ambiental às estratégias organizacionais. Esse processo envolve desde a análise dos impactos ambientais das atividades produtivas até a implementação de ações voltadas à redução da poluição, ao uso racional de recursos naturais e à melhoria contínua do desempenho ambiental das empresas.

Dessa forma, a gestão ambiental passa a ser compreendida não apenas como uma obrigação legal, mas também como um elemento estratégico para a competitividade e sustentabilidade das organizações.

Entre os principais instrumentos internacionais voltados à gestão ambiental destaca-se a norma ISO 14001. Desenvolvida pela International Organization for Standardization (ISO), essa norma estabelece diretrizes que orientam as organizações na identificação, monitoramento e controle de aspectos ambientais associados às suas atividades.

A ISO 14001 integra a família de normas ISO 14000, que tratam da gestão ambiental em diferentes contextos organizacionais, e tem como objetivo principal auxiliar empresas na implementação de sistemas de gestão ambiental eficazes.

Segundo BASTOS E COSTA (2020), a ISO 14001 permite que empresas desenvolvam um sistema estruturado de gestão ambiental baseado na melhoria contínua. A norma incentiva as organizações a estabelecer políticas ambientais claras, definir objetivos e metas de desempenho ambiental, implementar programas de gestão e monitorar constantemente seus resultados ambientais. Dessa forma, as empresas passam a adotar uma abordagem sistemática para lidar com os impactos ambientais de suas atividades, promovendo maior eficiência e responsabilidade socioambiental.

Um dos elementos centrais da ISO 14001 é o modelo de gestão baseado no ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act), também conhecido como ciclo de melhoria contínua. Esse modelo propõe um processo contínuo de planejamento, execução, verificação e melhoria das ações ambientais implementadas pelas organizações. Na fase de planejamento (Plan), são identificados os aspectos ambientais relevantes e definidos objetivos e metas ambientais. Na fase de execução (Do), são implementadas as ações e programas necessários para atingir essas metas. Em seguida, na fase de verificação (Check), os resultados são monitorados e avaliados. Por fim, na fase de ação (Act), são realizadas correções e melhorias no sistema de gestão ambiental.

A adoção desse modelo permite que empresas desenvolvam estratégias ambientais integradas aos seus processos de gestão. Dessa forma, a sustentabilidade deixa de ser tratada como um elemento isolado ou meramente institucional e passa a fazer parte da cultura organizacional. Essa integração favorece a criação de processos produtivos mais eficientes, reduzindo desperdícios e promovendo o uso racional de recursos naturais.



A fim de sintetizar os principais resultados identificados na análise, apresenta-se o Quadro 1, que compara características de empresas que adotam a ISO 14001 com aquelas que não utilizam sistemas estruturados de gestão ambiental.

Quadro 1: Com e Sem ISO

Critério	Empresas com ISO 14001	Empresas sem ISO 14001
Gestão ambiental	Estruturada e sistematizada (políticas, metas e monitoramento)	Pontual e reativa, geralmente voltada apenas ao cumprimento legal
Controle de impactos ambientais	Monitoramento contínuo e ações preventivas	Controle limitado, com foco corretivo
Uso de recursos naturais	Otimizado (redução de desperdícios e maior eficiência)	Uso menos eficiente e maior risco de desperdício
Conformidade legal	Maior facilidade de atender legislações ambientais	Maior risco de não conformidade e penalidades
Custos operacionais	Redução a médio e longo prazo	Custos mais elevados por ineficiência e retrabalho
Competitividade	Maior vantagem competitiva e acesso a novos mercados	Menor diferenciação no mercado
Imagem institucional	Fortalecida (empresa sustentável e responsável)	Menor reconhecimento em sustentabilidade
Alinhamento aos ODS	Alto (ODS 12, 13 e 15)	Baixo ou inexistente
Cultura organizacional	Orientada à sustentabilidade e melhoria contínua	Pouca integração da sustentabilidade na cultura

Fonte: Autoria Própria

Além disso, a certificação ambiental pode gerar benefícios econômicos significativos para as organizações. A redução do consumo de recursos naturais, a otimização de processos produtivos e a diminuição da geração de resíduos contribuem para a redução de custos operacionais. Nesse sentido, a gestão ambiental torna-se um fator estratégico para o aumento da eficiência organizacional e para a melhoria do desempenho empresarial.

Outro aspecto relevante refere-se à competitividade empresarial. Organizações certificadas tendem a conquistar maior credibilidade no mercado, especialmente em setores nos quais a sustentabilidade é considerada um critério importante na tomada de decisão de consumidores, investidores e parceiros comerciais. A certificação ambiental pode, portanto, atuar



como um diferencial competitivo, ampliando oportunidades de negócios e fortalecendo a imagem institucional das empresas.

Cidades com forte atividade industrial, como Sorocaba, apresentam grande potencial para a implementação de sistemas de gestão ambiental. O município destaca-se como um importante polo industrial do interior paulista, concentrando empresas de diversos setores produtivos. Nesse cenário, a adoção da ISO 14001 pode contribuir para a redução de impactos ambientais e para o fortalecimento de práticas sustentáveis no ambiente empresarial local. Além disso, a implementação de sistemas de gestão ambiental pode promover maior equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Gestão ambiental nas organizações

A gestão ambiental empresarial tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica como um instrumento estratégico para promover a sustentabilidade nas organizações. No cenário atual, caracterizado por mudanças climáticas, escassez de recursos naturais e aumento da geração de resíduos, empresas são cada vez mais pressionadas a adotar práticas responsáveis que reduzam os impactos ambientais de suas atividades. Nesse contexto, a implementação de sistemas de gestão ambiental surge como uma ferramenta essencial para integrar a dimensão ambiental aos processos de gestão organizacional.

De acordo com BASTOS E COSTA (2020), a implementação da norma ISO 14001 permite que as organizações desenvolvam políticas ambientais estruturadas e alinhadas às demandas do desenvolvimento sustentável. Segundo os autores, a certificação ambiental contribui para a melhoria da eficiência organizacional ao incentivar práticas voltadas à redução do consumo de recursos naturais, ao controle de impactos ambientais e à adoção de processos produtivos mais eficientes. Dessa forma, a gestão ambiental passa a ser vista como um componente fundamental da estratégia empresarial.

A gestão ambiental tem se consolidado como um dos principais instrumentos estratégicos para promover a sustentabilidade nas organizações contemporâneas. Diante do aumento das pressões sociais, regulatórias e econômicas relacionadas à proteção do meio ambiente, empresas passaram a incorporar práticas ambientais em seus processos de gestão e planejamento estratégico. Esse movimento é impulsionado não apenas pela necessidade de atender às legislações ambientais, mas também pela crescente valorização da sustentabilidade por parte de consumidores, investidores e parceiros comerciais.



Segundo BARBIERI (2016), a gestão ambiental pode ser compreendida como um conjunto de políticas, práticas e instrumentos administrativos voltados à redução dos impactos ambientais causados pelas atividades produtivas. Esse modelo de gestão busca integrar a dimensão ambiental às decisões organizacionais, permitindo que as empresas conciliem crescimento econômico e responsabilidade ambiental. Ao adotar práticas ambientais estruturadas, as organizações passam a monitorar seus processos produtivos de forma mais eficiente, identificando oportunidades de melhoria e reduzindo desperdícios.

DONAIRE (2012) destaca que a preocupação ambiental nas empresas evoluiu significativamente ao longo das últimas décadas. Inicialmente, as organizações adotavam medidas ambientais apenas para atender exigências legais ou evitar sanções regulatórias. Nesse período, a gestão ambiental era vista como um custo adicional ou como uma obrigação imposta pelos órgãos reguladores. Entretanto, com o avanço das discussões sobre desenvolvimento sustentável e com a ampliação da consciência ambiental da sociedade, muitas empresas passaram a incorporar a sustentabilidade como parte integrante de suas estratégias organizacionais.

A gestão ambiental deixa de ser tratada apenas como uma exigência legal e passa a ser compreendida como uma oportunidade de inovação e competitividade. Empresas que investem em práticas sustentáveis tendem a melhorar sua eficiência produtiva, reduzir desperdícios, otimizar o uso de recursos naturais e fortalecer sua reputação institucional. Além disso, organizações ambientalmente responsáveis conquistam maior credibilidade no mercado e ampliam suas possibilidades de atuação em cadeias produtivas que exigem padrões elevados de sustentabilidade.

Outro aspecto relevante da gestão ambiental refere-se à promoção de uma cultura organizacional voltada à responsabilidade socioambiental. A adoção de práticas sustentáveis nas empresas contribui para a conscientização de gestores e colaboradores sobre a importância da preservação ambiental e do uso responsável dos recursos naturais. Nesse sentido, a gestão ambiental não se limita apenas à implementação de tecnologias ou processos produtivos mais eficientes, mas envolve também mudanças culturais e comportamentais dentro das organizações.

De acordo com SEIFFERT (2011), a implementação de sistemas de gestão ambiental promove maior conscientização entre colaboradores e gestores sobre a importância da preservação ambiental, incentivando práticas mais responsáveis no ambiente corporativo. A participação ativa dos funcionários em programas de sustentabilidade, treinamentos e ações ambientais fortalece o compromisso institucional com a proteção do meio ambiente e contribui para a consolidação de práticas organizacionais sustentáveis.

A gestão ambiental pode gerar benefícios econômicos significativos para as empresas. A redução do consumo de energia, água e matérias-primas, bem como a diminuição da geração de



resíduos e emissões poluentes, contribuem para a redução de custos operacionais. Dessa forma, práticas ambientais responsáveis podem resultar em ganhos econômicos e em maior eficiência nos processos produtivos.

Portanto, a gestão ambiental nas organizações representa um elemento fundamental para promover o desenvolvimento sustentável no contexto empresarial contemporâneo. Ao integrar aspectos ambientais às estratégias de gestão, as empresas tornam-se capazes de conciliar crescimento econômico, responsabilidade social e preservação ambiental, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

3.2 A norma ISO 14001 e os sistemas de gestão ambiental

Entre os principais instrumentos utilizados pelas organizações para estruturar suas políticas ambientais destaca-se a norma ISO 14001. Desenvolvida pela *International Organization for Standardization* (ISO), essa norma estabelece diretrizes internacionais para a implementação de sistemas de gestão ambiental capazes de monitorar, controlar e reduzir os impactos ambientais decorrentes das atividades empresariais.

A ISO 14001 integra a série de normas ISO 14000, que tratam da gestão ambiental em diferentes contextos organizacionais, e tem como principal objetivo auxiliar empresas a desenvolver práticas sustentáveis alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável.

A adoção dessa norma tem se expandido globalmente, tornando-se uma referência para organizações que buscam melhorar seu desempenho ambiental e demonstrar compromisso com a sustentabilidade. A ISO 14001 propõe um modelo estruturado de gestão que permite às empresas identificar seus aspectos ambientais, avaliar riscos e oportunidades e implementar ações voltadas à melhoria contínua de seus processos produtivos.

De acordo com BASTOS E COSTA (2020), a ISO 14001 tem como objetivo fornecer às organizações um modelo estruturado de gestão ambiental baseado na melhoria contínua. A norma orienta as empresas na identificação de aspectos ambientais relevantes, na definição de metas de desempenho ambiental e na implementação de mecanismos de monitoramento e controle. Ao seguir essas diretrizes, as organizações tornam-se capazes de planejar e executar estratégias ambientais de forma sistemática, garantindo maior eficiência na utilização de recursos naturais e na redução de impactos ambientais.

Um dos princípios fundamentais da ISO 14001 é o ciclo de melhoria contínua conhecido como PDCA (Plan, Do, Check, Act), amplamente utilizado em sistemas de gestão organizacional. Esse modelo incentiva as organizações a planejar suas ações ambientais (Plan), executar as práticas definidas (Do), avaliar os resultados obtidos (Check) e implementar melhorias contínuas



em seus processos (Act). Dessa forma, o ciclo PDCA promove uma dinâmica permanente de aperfeiçoamento das práticas ambientais, permitindo que as empresas aprimorem continuamente seu desempenho ambiental e reduzam seus impactos negativos sobre o meio ambiente.

Segundo SEIFFERT (2011), a adoção da ISO 14001 permite que as empresas desenvolvam uma abordagem sistemática para a gestão ambiental. Isso possibilita maior controle sobre processos produtivos e contribui para a redução de riscos ambientais associados às atividades organizacionais. A implementação de sistemas de gestão ambiental estruturados permite que as empresas identifiquem possíveis fontes de poluição, monitorem o consumo de recursos naturais e adotem medidas preventivas para minimizar danos ambientais.

Outro aspecto relevante refere-se à conformidade com a legislação ambiental. Em muitos países, incluindo o Brasil, as empresas estão sujeitas a um conjunto complexo de normas e regulamentações ambientais. A implementação de sistemas de gestão ambiental estruturados facilita o atendimento às exigências legais e regulatórias, reduzindo riscos de penalidades, multas e sanções administrativas. Além disso, a certificação ISO 14001 contribui para que as organizações desenvolvam uma postura proativa em relação à gestão ambiental, antecipando-se a possíveis mudanças na legislação e adaptando seus processos de forma preventiva.

Além do cumprimento das exigências legais, a adoção da ISO 14001 também contribui para o fortalecimento da imagem institucional das empresas. Organizações certificadas tendem a demonstrar maior compromisso com a sustentabilidade e com a responsabilidade socioambiental, fatores que têm se tornado cada vez mais valorizados por consumidores, investidores e parceiros comerciais. Em mercados cada vez mais competitivos, a sustentabilidade passou a ser considerada um critério relevante na tomada de decisão de diversos stakeholders.

A certificação ambiental pode representar um diferencial competitivo significativo, especialmente em setores industriais nos quais a responsabilidade ambiental é um fator estratégico. Empresas que adotam práticas sustentáveis tendem a melhorar sua reputação institucional, ampliar oportunidades de negócios e fortalecer sua posição no mercado. Dessa forma, a ISO 14001 não apenas contribui para a proteção do meio ambiente, mas também se consolida como uma ferramenta estratégica para a competitividade e a sustentabilidade organizacional.

A implementação da norma também favorece a criação de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade. A participação de gestores e colaboradores em programas de gestão ambiental contribui para a disseminação de práticas responsáveis dentro das organizações, incentivando atitudes que valorizam a preservação ambiental e o uso consciente dos recursos naturais.



Assim, a ISO 14001 torna-se um instrumento capaz de promover mudanças estruturais nas organizações, integrando a sustentabilidade às estratégias empresariais e contribuindo para o desenvolvimento sustentável em escala global.

3.3 Sustentabilidade empresarial e Agenda 2030

A Agenda 2030 das Nações Unidas representa um marco global para a promoção do desenvolvimento sustentável, estabelecendo um conjunto de metas e diretrizes que orientam governos, organizações e a sociedade civil na busca por um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e responsável.

Lançada em 2015 durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que abrangem diferentes dimensões do desenvolvimento humano, incluindo aspectos sociais, econômicos e ambientais. Esses objetivos refletem um esforço internacional para enfrentar desafios globais como a pobreza, as desigualdades sociais, as mudanças climáticas e a degradação ambiental.

De acordo com CARPENTIER E BRAUN (2020), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecem metas voltadas à proteção ambiental, ao crescimento econômico sustentável e à redução das desigualdades sociais. Os autores destacam que os ODS representam uma estrutura global de cooperação que busca integrar diferentes atores sociais, incluindo governos, empresas, universidades e organizações da sociedade civil.

A Agenda 2030 tornou-se uma referência importante para a formulação de políticas públicas e estratégias organizacionais voltadas à sustentabilidade.

A sustentabilidade empresarial está diretamente relacionada às discussões globais sobre desenvolvimento sustentável. Empresas desempenham papel fundamental na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que suas atividades produtivas exercem influência direta sobre o uso de recursos naturais, sobre a geração de resíduos e sobre os impactos ambientais das cadeias produtivas. Dessa forma, organizações são cada vez mais incentivadas a adotar práticas sustentáveis que contribuam para o alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030.

Segundo CARPENTIER E BRAUN (2020), os ODS representam um framework internacional capaz de orientar governos, organizações e instituições na implementação de políticas voltadas à sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Esse modelo promove uma abordagem integrada do desenvolvimento sustentável, reconhecendo que questões econômicas, sociais e ambientais estão interligadas e devem ser tratadas de forma conjunta. Nesse sentido, empresas são incentivadas a alinhar suas estratégias



corporativas aos princípios da sustentabilidade, incorporando práticas responsáveis em seus processos produtivos e em suas políticas organizacionais.

O setor empresarial tem sido reconhecido como um dos principais agentes de transformação na promoção do desenvolvimento sustentável. Organizações que adotam práticas sustentáveis podem contribuir para a redução dos impactos ambientais, para a promoção da inclusão social e para o fortalecimento da economia de forma responsável. A incorporação de princípios sustentáveis nas estratégias corporativas permite que empresas gerem valor econômico ao mesmo tempo em que promovem benefícios sociais e ambientais.

ELKINGTON (1997) introduziu o conceito de Triple Bottom Line, que propõe que o desempenho das organizações deve ser avaliado com base em três dimensões principais: econômica, social e ambiental. Esse modelo sugere que empresas não devem medir seu sucesso apenas com base em indicadores financeiros, mas também considerar os impactos sociais e ambientais de suas atividades.

A abordagem do Triple Bottom Line reforça a ideia de que organizações sustentáveis são aquelas capazes de equilibrar crescimento econômico, responsabilidade social e proteção ambiental.

A implementação de sistemas de gestão ambiental, como a ISO 14001, pode contribuir diretamente para o cumprimento de diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Entre os ODS mais diretamente relacionados à gestão ambiental empresarial destacam-se o ODS 12, que trata do consumo e produção responsáveis, o ODS 13, voltado à ação contra as mudanças climáticas, e o ODS 15, que aborda a proteção da vida terrestre e dos ecossistemas naturais.

A integração entre estratégias empresariais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode gerar benefícios significativos para as organizações. Empresas que demonstram compromisso com a sustentabilidade tendem a fortalecer sua reputação institucional, ampliar oportunidades de investimento e aumentar sua competitividade no mercado global. Consumidores e investidores têm demonstrado crescente interesse por organizações que adotam práticas responsáveis e transparentes em relação aos impactos ambientais e sociais de suas atividades.

A sustentabilidade empresarial passa a ser compreendida como um elemento fundamental para a construção de economias mais resilientes e sustentáveis. A incorporação dos princípios da Agenda 2030 nas estratégias organizacionais representa um passo importante para promover o equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social.

Assim, ao alinhar suas práticas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as empresas contribuem não apenas para seu próprio desenvolvimento, mas também para a construção de um futuro mais sustentável para a sociedade como um todo.



3.4 Inovação verde e desempenho organizacional

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se à relação entre gestão ambiental e inovação organizacional. No contexto contemporâneo, marcado por transformações tecnológicas e crescente preocupação com a sustentabilidade, empresas têm sido incentivadas a desenvolver soluções inovadoras capazes de reduzir impactos ambientais e, ao mesmo tempo, melhorar sua eficiência produtiva. Dessa forma, a inovação passa a ser compreendida não apenas como um mecanismo de avanço tecnológico, mas também como uma estratégia essencial para promover práticas empresariais sustentáveis.

Estudos indicam que empresas que adotam práticas ambientais estruturadas tendem a apresentar maior capacidade de inovação e adaptação às mudanças do mercado. Isso ocorre porque a busca por soluções sustentáveis frequentemente exige a revisão de processos produtivos, a adoção de novas tecnologias e o desenvolvimento de estratégias mais eficientes de gestão de recursos naturais. Nesse sentido, a gestão ambiental pode atuar como um importante catalisador de processos inovadores dentro das organizações.

Porter e Van der Linde (1995) argumentam que políticas ambientais bem estruturadas podem estimular processos de inovação tecnológica nas organizações. Segundo os autores, a necessidade de atender regulamentações ambientais e reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente leva empresas a investir em tecnologias mais eficientes, capazes de reduzir desperdícios, melhorar o uso de recursos naturais e diminuir custos operacionais. Assim, a pressão por melhores práticas ambientais pode resultar no desenvolvimento de soluções inovadoras que aumentam a competitividade empresarial.

Esse fenômeno ficou conhecido como hipótese de Porter, que sugere que regulamentações ambientais adequadamente elaboradas podem gerar benefícios econômicos ao incentivar a inovação e a eficiência produtiva. De acordo com essa perspectiva, políticas ambientais não devem ser vistas apenas como restrições impostas às empresas, mas também como oportunidades para promover avanços tecnológicos e melhorias nos processos produtivos. Dessa forma, a gestão ambiental deixa de ser percebida como um custo adicional e passa a ser considerada uma fonte de vantagem competitiva.

A inovação ambiental, também chamada de inovação verde, envolve o desenvolvimento de novos produtos, processos ou modelos de negócios que reduzam impactos ambientais e promovam o uso mais eficiente de recursos naturais. Esse tipo de inovação pode incluir, por exemplo, a criação de tecnologias limpas, a implementação de processos produtivos mais eficientes, a redução do consumo de energia e a reutilização de materiais recicláveis.



PARVEZ (2019) reforça essa perspectiva ao destacar que a integração entre sistemas de gestão ambiental e estratégias de inovação verde pode gerar impactos positivos no desempenho organizacional. Segundo o autor, empresas que adotam práticas ambientais estruturadas tendem a melhorar sua eficiência operacional, reduzir custos e fortalecer sua competitividade no mercado. Além disso, a adoção de estratégias sustentáveis pode favorecer o acesso a novos mercados e atrair investidores interessados em organizações comprometidas com práticas responsáveis.

Outro benefício associado à inovação verde refere-se ao fortalecimento da imagem institucional das empresas. Organizações que demonstram compromisso com a sustentabilidade tendem a conquistar maior credibilidade perante consumidores, investidores e parceiros comerciais. Em um cenário no qual questões ambientais se tornam cada vez mais relevantes para a sociedade, empresas que investem em inovação sustentável conseguem se diferenciar no mercado e ampliar suas oportunidades de crescimento.

A adoção de sistemas de gestão ambiental, como a ISO 14001, pode desempenhar papel fundamental na promoção da inovação organizacional. A norma incentiva as empresas a identificar oportunidades de melhoria em seus processos produtivos, estimulando a busca por soluções que reduzam impactos ambientais e aumentem a eficiência operacional. Ao promover a melhoria contínua dos processos organizacionais, a ISO 14001 cria condições favoráveis para o desenvolvimento de práticas inovadoras alinhadas aos princípios da sustentabilidade.

Dessa forma, a adoção da ISO 14001 não deve ser compreendida apenas como uma exigência regulatória ou como um simples mecanismo de certificação ambiental. Trata-se de um instrumento estratégico capaz de estimular processos de inovação, aprimorar o desempenho organizacional e fortalecer a sustentabilidade empresarial. Empresas que incorporam sistemas de gestão ambiental em suas estratégias organizacionais tendem a desenvolver maior capacidade de adaptação às transformações do mercado e às demandas da sociedade por práticas sustentáveis.

Assim, a integração entre gestão ambiental, inovação e sustentabilidade representa um caminho promissor para organizações que buscam alinhar competitividade econômica e responsabilidade ambiental. Ao investir em soluções inovadoras voltadas à proteção do meio ambiente, as empresas não apenas contribuem para o desenvolvimento sustentável, mas também fortalecem sua posição no mercado e ampliam suas oportunidades de crescimento em um cenário econômico cada vez mais orientado pela sustentabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada neste estudo, fundamentada na revisão bibliográfica e na contextualização socioeconômica do município de Sorocaba, evidencia que a implementação da



norma ISO 14001 constitui uma estratégia relevante para a promoção da sustentabilidade empresarial em ambientes industrializados. A cidade de Sorocaba, com 762.172 habitantes (SEBRAE, 2025) e IDH de 0,798 (IBGE, 2010) é caracterizada por sua forte atividade industrial e diversidade de setores produtivos, e apresenta um cenário propício para a adoção de sistemas estruturados de gestão ambiental, considerando os desafios associados à mitigação de impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas locais.

Os resultados indicam que a adoção da ISO 14001 permite que as organizações desenvolvam uma abordagem sistemática para a gestão ambiental, baseada na identificação, controle e monitoramento dos aspectos ambientais de suas operações. Essa estrutura contribui para a redução de impactos negativos, como o consumo excessivo de recursos naturais, a geração de resíduos e as emissões de poluentes. Além disso, a aplicação do ciclo de melhoria contínua (PDCA), previsto na norma, favorece a constante revisão e aprimoramento dos processos organizacionais, tornando a gestão ambiental um elemento dinâmico e integrado à estratégia empresarial.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à eficiência operacional das empresas que adotam práticas alinhadas à ISO 14001. A literatura analisada demonstra que organizações certificadas tendem a otimizar o uso de recursos como água, energia e matérias-primas, o que resulta não apenas em benefícios ambientais, mas também em redução de custos operacionais. Esse fator reforça a ideia de que a sustentabilidade pode ser incorporada como uma vantagem competitiva, contrariando a visão tradicional de que práticas ambientais representam apenas custos adicionais para as empresas.

A implementação da ISO 14001 também pode contribuir para o fortalecimento da competitividade regional. Empresas que demonstram compromisso com a sustentabilidade tendem a conquistar maior credibilidade junto a consumidores, investidores e parceiros comerciais, especialmente em mercados que valorizam práticas responsáveis. Esse movimento está alinhado às tendências globais de valorização de critérios ESG (Environmental, Social and Governance), que influenciam diretamente decisões de investimento e posicionamento estratégico das organizações.

Os resultados evidenciam que a certificação ambiental pode atuar como um mecanismo facilitador para o cumprimento da legislação ambiental. Em um cenário regulatório cada vez mais rigoroso, a adoção de sistemas de gestão ambiental estruturados permite que as empresas atuem de forma preventiva, reduzindo riscos de sanções legais e fortalecendo sua conformidade com normas ambientais vigentes.

Outro ponto importante refere-se à contribuição da ISO 14001 para o alinhamento das empresas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles



relacionados ao consumo e produção responsáveis (ODS 12) e à ação contra as mudanças climáticas (ODS 13). A adoção de práticas ambientais estruturadas possibilita que as organizações participem ativamente de agendas globais de sustentabilidade, ampliando seu impacto positivo para além do contexto local.

Observa-se que a implementação da ISO 14001 não se limita a aspectos técnicos ou operacionais, mas também promove mudanças culturais dentro das organizações. A disseminação de práticas sustentáveis entre colaboradores e gestores contribui para a construção de uma cultura organizacional voltada à responsabilidade socioambiental, elemento essencial para a consolidação de estratégias sustentáveis de longo prazo.

Os resultados deste estudo reforçam que a ISO 14001 se configura como um instrumento estratégico capaz de integrar desempenho ambiental, eficiência econômica e competitividade empresarial, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de regiões industrializadas como Sorocaba.

A implementação da ISO 14001 pode contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento econômico mais sustentável para a cidade de Sorocaba.

5 CONCLUSÃO

A sustentabilidade empresarial tornou-se um elemento central nas estratégias organizacionais contemporâneas. Diante dos desafios ambientais globais, empresas são cada vez mais incentivadas a adotar práticas responsáveis capazes de conciliar crescimento econômico e preservação ambiental.

A norma ISO 14001 destaca-se como uma ferramenta estratégica para a implementação de sistemas de gestão ambiental nas organizações. Ao estabelecer diretrizes para o monitoramento e controle de impactos ambientais, a certificação contribui para a melhoria contínua do desempenho ambiental das empresas.

A cidade de Sorocaba, a adoção da ISO 14001 pode representar uma oportunidade significativa para promover o desenvolvimento sustentável regional. Empresas que implementam práticas de gestão ambiental fortalecem sua competitividade e contribuem para a redução de impactos ambientais decorrentes de suas atividades produtivas.

Conclui-se que a certificação ambiental não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também representa um diferencial estratégico para organizações que buscam alinhar crescimento econômico, responsabilidade social e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2016.



BASTOS, P. R.; COSTA, M. J. **ISO 14001: A implementação da certificação ambiental nas empresas.** São Paulo: Saraiva, 2020.

CARPENTIER, C.; BRAUN, H. **Agenda 2030 for Sustainable Development.** Journal of the International Council for Small Business, 2020.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa.** São Paulo: Atlas, 2012.

ELKINGTON, John. Cannibals with Forks: **The Triple Bottom Line** of 21st Century Business. Oxford: Capstone, 1997.

IBGE. [IBGE | Cidades@ | São Paulo | Sorocaba | Panorama](#)

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

PARVEZ, A. **Nexus of Green Innovation and ISO 14001.** Cogent Business & Management, 2019.

PORTER, Michael; VAN DER LINDE, Claas. **Toward a new conception of the environment-competitiveness relationship.** Journal of Economic Perspectives, 1995.

SEBRAE, 2025. [Sorocaba: Emprego, ocupações, empresas, dados demográficos e educação | Observatório Setorial Territorial Brasil](#)

SEIFFERT, Mari Elizabete. ISO 14001 **Sistemas de gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2011.
AUTORES

PIETRA KENNEDY BORGES LUZ: Mestranda em Política Científica e Tecnológica no Instituto de Geociências da UNICAMP; Graduada em Ciências Sociais - Ciência Política na UNICAMP; Graduanda do 11º semestre em Ciências Sociais - Sociologia na UNICAMP; Workshop Internacional sobre Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos: DIPLOMACIA CLIMÁTICA: NOTAS SOBRE O POSICIONAMENTO DO BRASIL NO REGIME CLIMÁTICO INTERNACIONAL pela PUC Campinas; VIII Congresso de Iniciação Científica San Tiago Dantas: TEMAS CRÍTICOS PARA A DIPLOMACIA CLIMÁTICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA COP 30; XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ENANPPAS): POSICIONAMENTO BRASILEIRO SOBRE O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA A COP 30; Pesquisadora colaboradora no Laboratório de Tecnologias e Transformações Sociais - LABTTS, vinculado ao Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências da Unicamp e no Laboratório de Dimensões Sociais das Mudanças Ambientais Globais no Hemisfério Sul - LABGEC, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp; Artigo publicado: Agora vai ser diferente? Análise do discurso brasileiro sobre financiamento climático na COP 30, na Revista Delos

RICHARDSON KENNEDY LUZ: Doutor em Processos Tecnológicos e Ambientais na UNISO. TEMA: Integração de Metodologias Tradicionais e Ágeis no Ensino de Engenharia de Software: Uma Proposta de Modelo de Plano de Ensino para Cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas a partir de uma Análise Crítica em Instituições de Ensino Superior Privadas de Sorocaba/SP. Mestre em Processos Tecnológicos e Ambientais na Uniso. Princípios Orientadores Aplicados Na Avaliação De Empresas De Médio E Grande Porte De Sorocaba E A Implementação Do Modelo De Indústria 4.0. Especialista em Contabilidade Gerencial em Controladoria com ênfase em RH (UNISO) Graduado em Análise de Sistema (UNISO) Universidade de Sorocaba.



A RELEVÂNCIA DA LEI Nº 15.100 PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DE CELULARES NAS ESCOLAS: ANÁLISE JURÍDICA E IMPACTOS SOCIAIS DO USO DE TELAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

The Relevance of Law No. 15,100 in Restricting Mobile Phone Use in Schools: Legal Analysis and Social Impacts of Screen Use in the Educational Context

Luiz Gustavo da Silva Prado Pinheiro⁶

Maria Ap. dos Santos Crisostomo²

Roseli Maria dos Santos³

Sonia Maria Machado de Oliveira Nukui⁴

Valeria Cristina Antunes⁵

RESUMO

O avanço das tecnologias digitais transformou profundamente os processos de socialização e aprendizagem de crianças e adolescentes. Nos últimos anos, o uso intensivo de smartphones e outras telas no ambiente escolar passou a ser objeto de preocupação por parte de educadores, psicólogos e gestores públicos. Nesse contexto, foi promulgada a Lei nº 15.100, que estabelece restrições ao uso de celulares em instituições escolares. O presente estudo tem como objetivo analisar a relevância dessa legislação a partir de uma perspectiva jurídica e social, investigando sua relação com queixas de fracasso escolar e possíveis diagnósticos psicológicos atribuídos a estudantes. Trata-se de um estudo qualitativo, de observação de campo, realizado a partir da análise das falas de usuários atendidos na Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP), campus Sorocaba, acerca das queixas escolares e do uso de dispositivos digitais. Os resultados indicam que diversas queixas escolares estavam associadas ao uso excessivo de telas, frequentemente superior a três horas diárias, além da presença de sintomas como dificuldades de concentração, irritabilidade, ansiedade e distúrbios do sono. A análise jurídica da lei revela avanços na proteção do ambiente educacional, mas também aponta limites e desafios relacionados à sua implementação. Conclui-se que a legislação representa um importante instrumento regulatório, porém necessita ser acompanhada por políticas educativas e estratégias pedagógicas que promovam o uso crítico e equilibrado das tecnologias digitais.

Palavras-chave: educação; legislação; uso de telas; saúde mental; políticas públicas.

ABSTRACT

The advancement of digital technologies has profoundly transformed the processes of socialization and learning among children and adolescents. In recent years, the intensive use of smartphones and other screens within the school environment has become a source of concern for educators, psychologists, and public policy makers. In this context, Law No. 15,100 was enacted, establishing

⁶ Psicólogo graduado. Email: luiz.pinheiro8@aluno.unip.br

² Psicóloga, mestre e doutora. Email: maria.crisostomo@docente.unip.br

³ Psicóloga e mestre. Email: roseli.santos@docente.unip.br

⁴ Psicóloga e mestre. Email: sonia.nukui@docente.unip.br

⁵ Psicóloga, mestre e doutora. Email: valeria.lisboa@docente.unip.br



restrictions on the use of mobile phones in educational institutions. The present study aims to analyze the relevance of this legislation from a legal and social perspective, investigating its relationship with complaints of school failure and possible psychological diagnoses attributed to students. Methodologically, a qualitative hermeneutic analysis was conducted based on psychological consultations carried out by psychology interns at the university clinic of Universidade Paulista (UNIP) – Sorocaba campus. The results indicate that several school-related complaints were associated with excessive screen use, often exceeding three hours per day, as well as symptoms such as difficulties in concentration, irritability, anxiety, and sleep disturbances. The legal analysis of the law reveals advances in the protection of the educational environment, while also highlighting limitations and challenges related to its implementation. It is concluded that the legislation represents an important regulatory instrument; however, it must be accompanied by educational policies and pedagogical strategies that promote the critical and balanced use of digital technologies.

Keywords: education; legislation; screen use; mental health; public policies.

1. INTRODUÇÃO

A internalização do mundo é sempre mediada, um instrumento é introduzido na relação do sujeito com o mundo, ajudando-o a apreendê-lo e a modificá-lo, sem o instrumento, objeto concreto (um machado) não se poderia derrubar uma árvore e dela construir outros objetos. Assim, ocorre o desenvolvimento mental e a internalização do mundo que passa pela mediação dos signos que possibilitam a representação mental e o desenvolvimento da abstração, tal como apontado por Vygotsky (apud Oliveira, 1992).

Em consonância com o autor, há, portanto, uma interação contínua entre biológico e cultural, já que para o desenvolvimento das funções mentais superiores é necessário que o sujeito tenha um cérebro plástico (aspecto biológico) e esteja introduzido em uma sociedade que carrega seus próprios símbolos para internalização do mundo (aspecto cultural).

O processo de internalização ocorre em dois movimentos, na relação objetiva e depois na subjetividade da criança. Inicialmente de modo intrapsíquico, ou seja, através da mediação com o outro que nomeia, apresenta os signos, a partir disso a criança passa a operar no nível interpsíquico, sem mais necessitar do auxílio do outro, pois internalizou os signos.

Há uma diferenciação entre aprendizado e desenvolvimento segundo o autor, em que o desenvolvimento é o processo de amadurecimento de capacidades já consolidadas pelo indivíduo, já o aprendizado ocorreria na interação com o ambiente e com o outro, possibilitando a aquisição de novas informações, habilidades e signos. Sem a etapa do aprendizado não seria possível desenvolver capacidades mentais exclusivas do humano.

Tendo isso em mente, Vygotsky (apud Oliveira, 1992) conceitua o termo “zona de desenvolvimento proximal” que relaciona os processos de aprendizagem e de desenvolvimento da seguinte maneira: a criança parte do nível de desenvolvimento real, aquilo que ela já sabe fazer



sozinha, para o nível de desenvolvimento potencial em que aprenderá habilidades através do auxílio do outro que possui um conhecimento maior.

Assim, segundo o autor supracitado a escola teria um papel imprescindível pois atuaria na zona de desenvolvimento proximal incentivando e potencializando a aprendizagem e o desenvolvimento que não ocorreria de outro modo.

A linguagem e o pensamento possuem origens diferentes, mas que posteriormente se convergem: inicialmente a linguagem é pré-intelectual, não está ligada ao pensamento complexo e seria utilizada apenas para alívio de emoções e intercambio social básico; já o pensamento pré-verbal é uma inteligência prática que consiste no uso de instrumentos simples.

Após algum tempo esses dois processos, linguagem e pensamento, passam a se cruzar, o pensamento torna-se verbal e a linguagem torna-se racional, período em que a criança passa a nomear o mundo e a linguagem passa a ser o meio pelo qual organiza seus pensamentos. Desse modo, o sujeito desprende-se da relação imediata com o mundo e passa a representá-lo mentalmente e a comunicá-lo.

Vygotsky (2000) propõe estudar a linguagem e o pensamento como elementos indissociáveis, colocando o significado da palavra como unidade, já que ela seria o menor elemento que comporta tanto o pensamento (generalização) quanto a linguagem (som com sentido), entre outras palavras, segundo Vygotsky (2000), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da mediação social e cultural, sendo a linguagem um instrumento fundamental para a construção do pensamento.

Diante do exposto até o momento sobre a teoria vygotskyana, parece haver uma possibilidade de aproximação entre suas ideias e os conceitos desenvolvidos por Bion que discorrem também sobre aprendizagem a partir de uma experiência concreta que será subjetivada.

Para melhor compreender Bion (1991), vale ressaltar alguns conceitos imprescindíveis, tais como função-alpha, elementos-betas e elementos-alfa. A função-alpha seria o processo mental com objetivo de atuar e transformar sensações brutas/primitivas em elementos passíveis de serem digeridos, compreendidos, armazenados, podendo ser utilizados novamente em pensamentos.

Os elementos-beta corresponderiam as sensações não processadas, elas não são possíveis de serem digeridas, portanto não podem ser utilizadas na elaboração de pensamentos e são jogadas para fora através do mecanismo defensivo da identificação projetiva. Esse mecanismo foi descrito por Melanie Klein (apud Bion, 1991) e consiste em uma fantasia de onipotência em que se acreditaria ser possível excluir partes da identidade ou sentimentos indesejados para dentro de um objeto (como o próprio cuidador principal).



Já os elementos-alfas são o resultado da função-alfa sobre os elementos betas, seriam então os elementos digeridos e capazes de fazer parte de uma representação mental, podendo ser pensados e memorizados.

De acordo com o autor, quando a função alfa tem sucesso, ela constitui a chamada barreira-de-contato, sendo essa uma espécie de “membrana” formada por vários elementos-alfa. Essa membrana separa o inconsciente do consciente permitindo passagens seletivas de determinados elementos.

Todavia, quando a função-alfa não é bem-sucedida, essa membrana passa a ser constituída apenas por elementos-beta, denominada pelo autor como “tela-beta”, fazendo com que não seja possível estabelecer o processo do pensamento abstrato.

Em resumo, para Bion, a capacidade do pensamento abstrato só pode ocorrer através da constituição de um “aparelho para pensar”, em que a mente necessita de pré-condições como a tolerância a frustração e a transformação de experiências emocionais em elementos que possam ser compreendidos, para assim poder ter capacidade de pensar.

Diante dessas breves apresentações, pode-se agora aproximar Vygotsky e Bion, uma vez que para ambos há a necessidade de um outro que possa possibilitar a compreensão do mundo.

Bion revela a necessidade da capacidade de *reverie* (devaneio) da mãe, um estado mental que possibilita ela acolher as projeções identificativas do bebê e auxiliando-o a transformar tais sensações em elementos alfa, ou seja, a mãe toma o lugar de função-alfa.

Para Vygotsky, o outro, o adulto, a cultura, são imprescindíveis para o desenvolvimento e a aprendizagem, perspectiva essa que pode ser complementada por uma camada afetiva descrita por Bion, em que se observa como as sensações são importantes elementos para o processo de aprendizagem, bem como a importância de um outro que as nomeie.

Ambos evidenciam a importância do contato humano para o desenvolvimento de outro humano, quando a relação entre pessoas deixa de ser mediada por humanos e passa a ser mediada por tecnologias, máquinas, inteligências artificiais, talvez poderia comprometer o desenvolvimento e aprendizagem, ou até mesmo criar uma nova subjetividade que introjetaria o mundo de modo muito diferente do até então conhecido e exposto pelos autores.

Nesse sentido, a crescente inserção das tecnologias digitais no cotidiano infantil e adolescente exige uma reflexão crítica acerca dos modos contemporâneos de constituição subjetiva e aprendizagem. Embora os dispositivos tecnológicos ampliem o acesso à informação e possibilitem novas formas de interação, é necessário considerar que o excesso de estímulos rápidos e fragmentados pode comprometer processos psíquicos fundamentais relacionados à atenção, simbolização e elaboração emocional. A lógica imediatista presente nas plataformas digitais tende a reduzir espaços de espera, frustração e construção reflexiva, elementos



indispensáveis para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores descritas por Vygotsky e para a capacidade de pensar apontada por Bion.

Ao considerar o ambiente escolar como espaço privilegiado de socialização e mediação simbólica, torna-se relevante analisar como o uso excessivo de telas pode interferir diretamente na relação do estudante com o conhecimento. O processo educativo pressupõe continuidade atencional, interação humana, trocas afetivas e capacidade de tolerar limites e frustrações. Entretanto, a dinâmica produzida pelas redes sociais e pelos aplicativos digitais frequentemente favorece estímulos imediatos, recompensas rápidas e constante alternância de foco atencional, dificultando a sustentação do pensamento abstrato e da concentração prolongada.

Sob essa perspectiva, o celular deixa de ser apenas um recurso tecnológico e passa a ocupar um lugar central na organização emocional e relacional de muitos adolescentes. Em diversos casos, observa-se que o dispositivo funciona como mediador constante das experiências subjetivas, sendo utilizado como estratégia de alívio da ansiedade, enfrentamento do tédio ou evitação de conflitos emocionais. Tal dinâmica pode produzir dependência comportamental e fragilizar experiências presenciais essenciais ao amadurecimento emocional e social.

Além disso, a utilização intensa de dispositivos digitais modifica significativamente as formas de interação entre crianças, adolescentes e seus cuidadores. O tempo anteriormente destinado às experiências coletivas, brincadeiras presenciais, conversas familiares e atividades simbólicas passa, muitas vezes, a ser ocupado por conteúdos digitais individualizados e altamente estimulantes. Essa alteração no cotidiano pode impactar o desenvolvimento da linguagem, da empatia, da tolerância emocional e da capacidade de estabelecer vínculos interpessoais consistentes.

No contexto escolar, tais mudanças tornam-se ainda mais evidentes. Professores relatam aumento das dificuldades relacionadas à manutenção da atenção em sala de aula, baixa tolerância à frustração, necessidade constante de estímulos e dificuldades na realização de atividades que exigem leitura prolongada ou elaboração crítica. Paralelamente, observa-se crescimento de encaminhamentos para avaliação psicológica e psiquiátrica motivados por suspeitas diagnósticas relacionadas a dificuldades de aprendizagem, desatenção ou alterações comportamentais.

Entretanto, torna-se necessário ampliar a compreensão desses fenômenos, evitando interpretações reducionistas ou exclusivamente patologizantes. Nem todo comportamento de desatenção, irritabilidade ou dificuldade escolar corresponde necessariamente a um transtorno do neurodesenvolvimento. Em muitos casos, tais manifestações podem estar associadas às transformações culturais contemporâneas e às formas intensivas de exposição às tecnologias digitais desde os primeiros anos de vida.



Dessa maneira, o debate sobre o uso de celulares nas escolas ultrapassa uma discussão meramente disciplinar ou normativa. Trata-se também de uma questão relacionada à saúde mental, ao desenvolvimento infantil e às formas contemporâneas de subjetivação. A escola, enquanto instituição responsável pela mediação do conhecimento e pela formação humana, passa a enfrentar o desafio de equilibrar os benefícios das tecnologias digitais com a necessidade de preservar espaços de convivência, atenção compartilhada e aprendizagem significativa.

É nesse contexto que emerge a Lei nº 15.100 (Brasil, 2025), buscando regulamentar o uso de celulares no ambiente escolar como estratégia de proteção ao processo educativo e ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. A legislação surge não apenas como medida restritiva, mas como tentativa de responder às transformações sociais produzidas pela cultura digital e aos impactos observados no cotidiano das instituições educacionais.

O uso de dispositivos digitais tornou-se parte integrante da vida cotidiana de crianças e adolescentes. Smartphones, tablets e computadores passaram a ocupar papel central na comunicação, no lazer e, mais recentemente, nas práticas educacionais. Entretanto, diversos estudos apontam que o uso excessivo dessas tecnologias pode produzir impactos negativos no desenvolvimento cognitivo, emocional e social de jovens (Twenge, 2018; Alter, 2017).

A expansão do uso de dispositivos digitais representa uma das principais transformações sociais das últimas décadas. Smartphones passaram a integrar o cotidiano de crianças e adolescentes, alterando padrões de comunicação, lazer e aprendizagem, se tornando assim uma realidade inevitável em todos os contextos. No que se refere ao ambiente escolar, pode-se dizer que este contexto foi diretamente impactado por essa transformação tecnológica, tornando-se espaço onde as crianças e adolescentes convivem com momentos simultâneos de práticas pedagógicas tradicionais e tecnologias digitais móveis.

Embora os dispositivos móveis possam contribuir para o acesso à informação, o uso indiscriminado desses recursos tem sido associado a prejuízos cognitivos e comportamentais, especialmente durante a infância e a adolescência, momento este crucial para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Nos últimos anos, o debate sobre a presença de celulares no ambiente escolar ganhou destaque no campo educacional e jurídico. De um lado, argumenta-se que tais dispositivos podem representar ferramentas pedagógicas relevantes com o seu uso e manejo didático-pedagógico, e de outro lado, observa-se que o uso indiscriminado pode prejudicar a atenção, a concentração, a cognição e o rendimento escolar como um todo, pois o ambiente escolar também é um espaço de construção social.

Nesse cenário, surge a Lei nº 15.100 (Brasil, 2025), que estabelece restrições ao uso de celulares em ambientes escolares, buscando preservar o processo educativo e reduzir distrações



durante as atividades pedagógicas. A promulgação dessa legislação reflete uma crescente preocupação social com os impactos das tecnologias digitais na formação de crianças e adolescentes.

A legislação surge como resposta institucional às dificuldades enfrentadas por professores e gestores escolares no controle do uso de dispositivos digitais durante atividades pedagógicas, sendo uma resposta das esferas legislativas e executivas, a partir desta provocação feitas pelos educadores e afins, e consequentemente, executivas de todo o Brasil. De forma geral, a finalidade da Lei, consistiu em proibir o uso indiscriminado e recreacional por parte dos discentes, no ambiente escolar.

Além do debate educacional, observa-se também um aumento de queixas relacionadas ao chamado “fracasso escolar”, frequentemente associadas a diagnósticos como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), transtornos de ansiedade ou dificuldades de aprendizagem. No entanto, em diversos casos clínicos, tais sintomas podem estar relacionados ao uso excessivo de dispositivos digitais.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a relevância da Lei nº 15.100 a partir de uma perspectiva jurídica e social, relacionando-a às queixas de fracasso escolar observadas em atendimentos psicológicos realizados em uma clínica escola da Universidade Paulista, da Cidade de Sorocaba.

2 OLHAR AMPLIADO E COMPLEXO A RESPEITO DO USO EXCESSIVO DE TELAS DURANTE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2.1 Uso de tecnologias digitais na infância e adolescência

A expansão das tecnologias digitais modificou profundamente as formas de interação social e aprendizagem de forma considerável nos últimos anos. Segundo Turkle (2017), a hiperconectividade digital pode gerar dificuldades no desenvolvimento da atenção sustentada e na capacidade de interação presencial, aspecto esse relevante para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Conforme Turkle (2017), a hiperconectividade pode comprometer a qualidade das interações presenciais, influenciando processos de socialização e desenvolvimento emocional. Outros estudos recentes indicam que o uso prolongado de telas pode afetar o desenvolvimento neurocognitivo, especialmente em crianças e adolescentes, fase caracterizada por intensa plasticidade cerebral (Christakis, 2019). No início de vida, até os 3 a 4 anos, a estimulação saudável



favorece as podas neurais, otimizando a função cerebral e a execução de tarefas. Na adolescência há um aumento da plasticidade neural, sendo prejudicada pelos excessos de tela.

Além disso, estudos recentes apontam associação entre tempo excessivo de exposição às telas, dificuldades atencionais, alterações do sono e sintomas ansiosos em crianças e adolescentes (Twenge; Campbell, 2018; Christakis, 2019).

2.2 O fenômeno da patologização do fracasso escolar

Outro aspecto relevante refere-se à tendência contemporânea de medicalização e patologização de dificuldades escolares, em que se observa na atualidade a atribuição dos fracassos no processo de aprendizagem como única e exclusivamente um problema atribuído a criança/adolescente, favorecendo assim a hiper medicalização da vida e a fragmentação do cuidado integral, a limitação de estratégias pedagógicas mais eficazes, assim como o fortalecimento da família e do território como um todo. Collares e Moysés (2013), alertam para o risco da medicalização dos problemas escolares, quando dificuldades relacionadas ao contexto social e pedagógico passam a ser interpretadas exclusivamente como transtornos individuais, deslocando a análise das condições sociais e educacionais que influenciam o processo de aprendizagem.

Nesse contexto, diagnósticos como TDAH ou transtornos de aprendizagem podem ser utilizados como explicação simplificada para fenômenos complexos que envolvem fatores familiares, pedagógicos e socioculturais.

O crescimento do uso de dispositivos digitais por crianças e adolescentes tem despertado preocupações entre pesquisadores das áreas da educação, psicologia e saúde pública. Estudos recentes indicam que a exposição prolongada a telas pode interferir em processos cognitivos, comportamentais e sociais relacionados ao desenvolvimento infantil. Uma investigação conduzida por Heffler et al. (2020) analisou a associação entre experiências digitais precoces e a presença de sintomas semelhantes ao transtorno do espectro autista (TEA) em crianças pequenas.

O estudo, realizado com uma coorte de 2.152 crianças, indicou que a exposição a televisão e vídeos em idade precoce, associada à menor interação entre cuidadores e crianças, esteve significativamente relacionada à presença de sintomas comportamentais semelhantes aos observados em transtornos do desenvolvimento. Entretanto, os autores ressaltam que tal associação não implica necessariamente causalidade, destacando a necessidade de maior investigação sobre os efeitos do uso precoce de mídias digitais no desenvolvimento infantil.

Esses resultados reforçam a hipótese de que a redução das interações sociais presenciais pode impactar negativamente o desenvolvimento socioemocional das crianças. Em contextos nos quais dispositivos digitais passam a substituir atividades interativas e lúdicas, pode ocorrer uma



diminuição das experiências sociais necessárias para o desenvolvimento de habilidades comunicativas e cognitivas.

Outro estudo relevante foi realizado por Sadeghi, Pouretmad e Shalani (2022), que investigaram crianças com alto tempo de exposição a telas e comportamentos semelhantes aos observados em transtornos do espectro autista. Os pesquisadores compararam intervenções realizadas presencialmente com intervenções realizadas de forma online com os pais das crianças. Os resultados indicaram que ambos os formatos de intervenção apresentaram eficácia semelhante na redução de comportamentos repetitivos, dificuldades de interação social e estresse parental, demonstrando que estratégias educativas voltadas à gestão do uso de telas podem contribuir para a melhora do desenvolvimento infantil.

Além disso, os autores destacam que o uso excessivo de dispositivos digitais pode gerar contextos de isolamento social, reduzindo oportunidades de interação com o ambiente e com cuidadores, fenômeno que alguns pesquisadores denominam de “digital nannying”, caracterizado pela utilização de dispositivos digitais como forma de entretenimento contínuo para crianças pequenas.

No campo da psicologia comportamental, Wasmuth et al. (2022) investigaram a relação entre o uso de smartphones e sintomas semelhantes ao transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Em um experimento realizado com universitários, os participantes que reduziram o número de interrupções causadas pelo smartphone apresentaram diminuição significativa em sintomas de hiperatividade após uma semana de intervenção. Os resultados sugerem que a diminuição de distrações relacionadas ao uso do celular pode contribuir para melhorias no comportamento e na regulação da atenção.

Essas evidências apontam que o uso excessivo de dispositivos digitais pode produzir efeitos comportamentais que se aproximam de sintomas observados em determinados transtornos psicológicos, reforçando a importância de políticas públicas e práticas educativas voltadas à regulação do uso dessas tecnologias, especialmente em contextos educacionais.

2.3 Fundamentação jurídica da Lei 15.100

2.3.1 Constituição Federal

A Constituição Federal estabelece que a educação constitui direito fundamental e deve promover o desenvolvimento pleno do indivíduo. A regulamentação do uso de celulares pode ser interpretada como medida voltada à garantia de condições adequadas de aprendizagem. O



princípio da proteção integral previsto no artigo 227 legitima políticas públicas preventivas voltadas ao desenvolvimento infantil (Brasil, 1998).

2.3.2 Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece o direito ao desenvolvimento psicológico e social saudável. A regulamentação do uso de celulares pode ser compreendida como medida preventiva compatível com esse princípio (Brasil, 1990).

2.3.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação

A Lei de Diretrizes e Bases assegura autonomia pedagógica às instituições escolares. A Lei 15.100 reforça essa autonomia ao permitir que as escolas estabeleçam regras específicas de utilização de celulares (Brasil, 1996).

2.3.4 Análise Jurídica crítica

A Lei 15.100 apresenta legitimidade jurídica baseada no direito à educação, na proteção integral e na autonomia pedagógica. A norma também contribui para segurança jurídica das escolas, reduzindo conflitos com famílias. Outro aspecto relevante consiste na compatibilidade com evidências científicas sobre desenvolvimento infantil. De certa forma, possibilita às instituições educacionais, ações para suprimir o uso de telas de forma indesejada e favorecer os projetos políticos pedagógicos para o processo de aprendizagem, evitando embates com as próprias crianças e adolescentes e seus familiares.

Por outro lado, a legislação apresenta limitações relacionadas à indeterminação normativa. A ausência de critérios uniformes pode gerar desigualdade de aplicação entre instituições. Também há lacunas quanto à definição de sanções disciplinares.

Outro aspecto aparente, sinaliza uma certa urgência em aprovar a Lei, sem discussões mais profundas, deixando a cargo da escola responsabilidades, como o diagnóstico e cuidado em casos de uso abusivo das telas, atribuindo assim, uma função que extrapola a função escolar.

De certa forma, a lei atende ao critério da adequação, uma vez que diversos estudos indicam benefícios da redução do tempo de tela, mas precisam melhor problematizar e organizar questões práticas relacionadas, a diagnóstico e conduta com viés aparentemente mais clínico do que pedagógico.



Também pode-se dizer que atende ao critério da necessidade, uma vez que intervenções estruturadas produzem melhores resultados do que orientações isoladas, assim como, a ideia de proporcionalidade em sentido estrito é preservada, pois a lei não proíbe o uso de celulares fora do ambiente escolar.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de observação de campo realizada em atendimentos psicológicos conduzidos por estagiários da Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP), campus Sorocaba.

A pesquisa fundamentou-se na análise das falas dos usuários atendidos, especialmente crianças, adolescentes e seus responsáveis, que apresentavam queixas relacionadas ao fracasso escolar, dificuldades de atenção, problemas comportamentais e uso excessivo de dispositivos digitais. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa busca compreender significados, crenças, valores e percepções construídas pelos sujeitos em seus contextos sociais, possibilitando uma análise aprofundada dos fenômenos humanos.

Os dados foram obtidos a partir dos relatos registrados durante os atendimentos psicológicos e analisados por meio da interpretação temática das narrativas, buscando identificar relações entre o uso excessivo de telas, dificuldades escolares e possíveis processos de patologização do desenvolvimento infantil e adolescente.

A análise ocorreu à luz da literatura científica sobre desenvolvimento humano, tecnologias digitais e educação, bem como da legislação educacional vigente, especialmente a Lei nº 15.100/2025.

Para compreender melhor o fenômeno do uso de celular e outras telas dos estudantes no ambiente escolar, após a coleta dos dados dos relatos, foi realizado uma busca na plataforma de artigos científicos Scielo, em que foi utilizada a palavra-chave USO DE CELULAR, resultado em 1141 artigos. A fim de melhor direcionar as buscas, foi utilizado o filtro AND, possibilitando o acréscimo da palavra-chave EDUCAÇÃO para a pesquisa, resultando em 34 artigos.

Por último foi utilizado o filtro de LANGUAGE, em que foi selecionado artigos na língua portuguesa, reduzindo assim a busca para 24 artigos, dos quais foram lidos os títulos e sendo admitidos segundo critério: A) artigos que correspondessem ao tema do uso da tecnologia no ambiente educacional; B) evidenciassem impactos diretos e, ou, indiretos do uso tecnológico nesse espaço. A exclusão dos artigos se deu pela: C) não contemplação dos critérios A e B; D) artigos duplicados; E) artigos com links corrompidos que não foram encontrados. Por fim, foram selecionados 5 artigos.



Também foi realizada uma busca na plataforma de artigos científicos PubMed, em que se utilizou os seguintes descritores: (Screen Time OR Mobile Phones OR Smartphone Use) AND (Disorder-like behaviors), sem uso de outros filtros, resultando em 4 artigos, todos selecionados para análise detalhada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos nos atendimentos realizados na clínica escola da Universidade Paulista – campus Sorocaba indicam que grande parte das queixas relacionadas ao fracasso escolar estavam associadas à suspeita de transtornos psicológicos ou do neurodesenvolvimento, como transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e transtornos de ansiedade. Entretanto, durante o processo de avaliação psicológica, muitos desses diagnósticos não se confirmaram. Em contrapartida, observou-se um padrão recorrente de uso intensivo de dispositivos digitais, frequentemente superior a três horas diárias. Os principais aplicativos utilizados incluíam o TikTok, o YouTube, o Discord e jogos online.

Esses achados sugerem que parte das queixas de fracasso escolar podem, também, estar relacionada a padrões de uso digital que interferem na organização da rotina e na capacidade de atenção. Não se deve ignorar outros fatores sócio ambientais neste processo. Entre outras palavras, o uso de telas é de certa forma, estimulado no ambiente em que estas crianças/adolescentes vivem, sejam amigos, familiares ou outros grupos sociais.

Os resultados observados na clínica, dialogam com os resultados apresentados por Heffler et al. (2020), que identificaram associação entre maior exposição a mídias digitais na infância e a presença de sintomas comportamentais semelhantes aos observados em transtornos do desenvolvimento. Embora o estudo não estabeleça relação causal direta, os autores destacam que a redução da interação entre cuidadores e crianças pode impactar o desenvolvimento social e comunicativo.

De maneira semelhante, Sadeghi et al. (2022) sugerem que o excesso de tempo de tela pode contribuir para comportamentos sociais restritos e dificuldades de comunicação, especialmente quando substitui interações familiares e atividades presenciais.

No contexto educacional, a presença constante de smartphones também pode produzir efeitos negativos sobre a atenção e o engajamento dos estudantes. Como demonstrado no estudo de Wasmuth et al. (2022), a redução das distrações causadas pelo smartphone pode contribuir para a diminuição de sintomas de hiperatividade, sugerindo que o ambiente escolar pode se beneficiar de estratégias que limitem o uso indiscriminado desses dispositivos.



Dessa forma, os resultados observados neste estudo reforçam a importância de analisar as dificuldades escolares de maneira mais ampla, evitando a medicalização imediata de comportamentos que podem estar relacionados a fatores ambientais, como o uso excessivo de dispositivos digitais.

A Lei nº 15.100 (Brasil, 2025) surge como uma resposta legislativa à crescente preocupação com o uso indiscriminado de celulares nas escolas. Do ponto de vista jurídico, a legislação dialoga com princípios já estabelecidos no ordenamento brasileiro, especialmente aqueles relacionados ao direito à educação e à proteção integral da criança e do adolescente previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Sob essa perspectiva, a lei pode ser compreendida como uma medida de regulação do ambiente educacional, visando garantir condições adequadas para o processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, a análise jurídica também revela algumas questões relevantes:

- necessidade de regulamentação clara nas escolas
- definição de responsabilidades institucionais
- garantia de uso pedagógico quando necessário

Assim, a legislação não deve ser interpretada como uma proibição absoluta da tecnologia, mas como um instrumento de regulação pedagógica do uso de dispositivos digitais.

5. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA LEI

A análise do impacto social da Lei nº 15.100 revela aspectos positivos e limitações.

Pontos positivos:

1. Proteção do ambiente pedagógico: A restrição ao uso indiscriminado de celulares contribui para reduzir distrações durante as aulas;
2. Promoção da saúde mental: A diminuição do tempo de exposição a telas pode reduzir sintomas associados ao uso excessivo de tecnologia;
3. Estímulo à interação social: A ausência de celulares em momentos escolares pode favorecer relações interpessoais presenciais entre estudantes.

Pontos negativos e desafios:

1. Dificuldade de implementação: A fiscalização da lei pode gerar conflitos entre alunos, professores e gestores;
2. Risco de visão tecnofóbica: A proibição absoluta pode desconsiderar o potencial pedagógico das tecnologias digitais;



3. Desigualdades sociais: Em alguns contextos, o celular é o principal meio de acesso à internet e a recursos educacionais.

A análise realizada demonstra que a Lei nº 15.100 representa uma tentativa relevante de enfrentar os impactos do uso excessivo de tecnologias digitais no ambiente escolar.

Os dados observados na clínica escola sugerem que parte das queixas de fracasso escolar pode estar relacionada a padrões intensivos de uso de dispositivos digitais, os quais produzem sintomas semelhantes a determinados transtornos psicológicos.

Contudo, a legislação, por si só, não é suficiente para resolver o problema. É necessário articular a norma jurídica com políticas públicas educacionais, programas de educação digital e estratégias pedagógicas que promovam o uso consciente da tecnologia.

Assim, a lei deve ser compreendida não como uma medida de proibição absoluta, mas como um instrumento de regulação do uso das tecnologias no espaço educativo, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais saudáveis e favoráveis à aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTER, Adam. **Irresistible: The Rise of Addictive Technology**. New York: Penguin Press, 2017.

BION, Wilfred R. **O aprender com a experiência**. Tradução de Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 1991. (Série Analytica).

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025**. Dispõe sobre a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

CHRISTAKIS, Dimitri. **Interactive media use at younger than the age of 2 years**. Pediatrics, 2019.

COLLARES, Cecília; MOYSÉS, Maria Aparecida. **A medicalização da educação**. Campinas: Unicamp, 2013.

Conselho Federal de Psicologia. **Uso de tecnologias digitais na infância e adolescência**. Brasília, 2023

HEFFLER, K. F. et al. **Early-life social and digital media experiences and ASD-like symptoms**. JAMA Pediatrics, 2020.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WASMUTH, J. M. et al. A smarter way to use your smartphone: an intervention to limit smartphone-related distractions reduces hyperactivity but not inattention symptoms. **European Addiction Research**, 2022.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1992. (Série Pensamento e Ação no Magistério).

SADEGHI, S.; POURETEMAD, H.; SHALANI, B. Internet-based versus face-to-face intervention training for children with excessive screen-time and ASD-like symptoms. **International Journal of Developmental Disabilities**, 2022

TURKLE, Sherry. **Reclaiming Conversation**. New York: Penguin, 2017.

TWENGE, Jean M. **iGen: why today's super-connected kids are growing up less rebellious, more tolerant, less happy — and completely unprepared for adulthood**. New York: Atria Books, 2017

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Psicologia e pedagogia).

WASMUTH, Julian M. et al. **A smarter way to use your smartphone: an intervention to limit smartphone-related distractions reduces hyperactivity but not inattention symptoms**. *European Addiction Research*, v. 28, n. 4, p. 255–266, 2022. DOI: 10.1159/000521693.

AUTORES

LUIZ GUSTAVO DA SILVA PRADO PINHEIRO: Psicólogo graduado em psicologia pela Universidade Paulista de Sorocaba (UNIP, 2023). Desenvolveu diversas atividades vinculadas à Instituição, tais como palestras, feiras e Iniciação Científica. Email: luiz.pinheiro8@aluno.unip.br

MARIA AP. DOS SANTOS CRISOSTOMO: Doutora e Mestre em Educação pela Uniso. Supervisora de estágio de ensino superior na UNIP Sorocaba. Email: maria.crisostomo@docente.unip

ROSELI MARIA DOS SANTOS: Psicóloga e mestre em psicologia clínica (PUC-CAMP). Especialista em psicologia clínica e hospitalar. Professora e supervisora de estágio e ensino superior (UNIP/Sorocaba). Email: roseli.santos@docente.unip.br

SONIA MARIA MACHADO DE OLIVEIRA NUKUI: Psicóloga e mestre em psicologia pela UMESP. Especialista em psicologia breve especializada; especialista em psicoterapia existencial, e; especialista em neuropsicologia. Professora e supervisora de estágio no ensino superior; coordenadora auxiliar do curso de psicologia da Unip Campus Sorocaba. Email: sonia.nukui@docente.unip.br

VALERIA CRISTINA ANTUNES: Psicóloga, Doutora e Mestre em Ciências Aplicadas à Pediatria pela UNIFESP, coordenadora auxiliar da clínica de psicologia da universidade paulista (UNIP/Sorocaba). Email: valeria.lisboa@docente.unip.br



DESCARTE CONSCIENTE DE RESÍDUOS DE TI: UM ESTUDO APLICADO NA UNIVERSIDADE PAULISTA - CAMPUS SOROCABA.

CONSCIOUS DISPOSAL OF IT WASTE: AN APPLIED STUDY AT UNIVERSIDADE PAULISTA SOROCABA CAMPUS

*Richardson Kennedy Luz⁷
Tiago Alves do Nascimento⁸*

RESUMO

O crescimento da geração de resíduos eletroeletrônicos, impulsionado pela rápida evolução tecnológica e pela obsolescência de equipamentos de Tecnologia da Informação (TI), representa um importante desafio ambiental e social. O descarte inadequado desses materiais pode provocar a contaminação do solo, da água e do ar, além de oferecer riscos à saúde humana devido à presença de substâncias tóxicas, como chumbo, mercúrio e cádmio. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo propor a criação do programa “TI Verde: Descarte Consciente”, a ser implementado na Universidade Paulista (UNIP), campus Sorocaba, com foco na promoção da educação ambiental, da logística reversa e do engajamento da comunidade acadêmica e local. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental da legislação vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), o Decreto nº 10.240/2020 e documentos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com base na análise realizada, propõe-se a instalação de pontos de coleta para equipamentos eletroeletrônicos obsoletos e o desenvolvimento de ações educativas voltadas à conscientização sobre o descarte correto desses resíduos. Conclui-se que a iniciativa apresenta potencial para contribuir com a redução dos impactos ambientais associados ao lixo eletrônico, fortalecer a formação cidadã e estimular práticas sustentáveis na comunidade. Além disso, o programa favorece a inclusão de cooperativas de reciclagem, incentiva a responsabilidade socioambiental e reforça o papel da universidade como agente de transformação social e promoção do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Resíduos eletroeletrônicos; TI Verde; Logística reversa; Educação ambiental; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The growing generation of electronic waste, driven by rapid technological advances and the obsolescence of Information Technology (IT) equipment, represents a significant environmental and social challenge. Improper disposal of these materials can lead to soil, water, and air contamination, as well as pose risks to human health due to the presence of toxic substances such as lead, mercury, and cadmium. In this context, this study aims to propose the creation of the “Green IT: Conscious Disposal” program, to be implemented at Universidade Paulista (UNIP), Sorocaba campus, focusing on environmental education, reverse logistics, and engagement of both the academic and local communities. This research is characterized as a qualitative study, based on a literature review and documentary analysis of current legislation, including the National Solid Waste Policy (Law No. 12,305/2010), Decree No. 10,240/2020, and documents related to the Sustainable Development Goals (SDGs). Based on the analysis conducted, the study proposes the installation of collection

⁷ Prof. Doutor – Unip – prof.rikaluz@gmail.com

⁸ Aluno do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – tiagoanascimento08@gmail.com



points for obsolete electronic equipment and the development of educational activities aimed at raising awareness about the proper disposal of electronic waste. It is concluded that the initiative has the potential to contribute to the reduction of environmental impacts associated with electronic waste, strengthen civic awareness, and encourage sustainable practices within the community. Furthermore, the program promotes the inclusion of recycling cooperatives, fosters socio-environmental responsibility, and reinforces the university's role as an agent of social transformation and sustainable development.

Keywords: Electronic waste; Green IT; Reverse logistics; Environmental education; Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a evolução tecnológica tem transformado significativamente a sociedade, promovendo avanços em diferentes áreas do conhecimento e ampliando o acesso a dispositivos eletrônicos e recursos digitais. O aumento do consumo de equipamentos de Tecnologia da Informação (TI), aliado à rápida obsolescência tecnológica, tem contribuído para o crescimento expressivo da geração de resíduos eletroeletrônicos. Computadores, celulares, monitores, impressoras, cabos e outros dispositivos são frequentemente substituídos por modelos mais modernos, reduzindo seu ciclo de vida útil e aumentando a quantidade de materiais descartados.

Esse cenário tem despertado preocupação em âmbito mundial, uma vez que os resíduos eletroeletrônicos contêm substâncias potencialmente perigosas, como chumbo, mercúrio, cádmio e retardantes de chama bromados. Quando descartados de forma inadequada, esses materiais podem contaminar o solo, os recursos hídricos e o ar, além de representar riscos à saúde humana e aos ecossistemas. Dessa forma, a gestão adequada desses resíduos tornou-se um dos principais desafios ambientais contemporâneos.

Segundo BALDÉ et al. (2024), o volume global de lixo eletrônico cresce em ritmo superior à capacidade de coleta e reciclagem disponível em diversos países. Esse crescimento não apenas amplia os riscos ambientais, mas também resulta na perda de materiais com elevado valor econômico que poderiam ser recuperados e reinseridos nos processos produtivos. Nesse contexto, a adoção de práticas sustentáveis voltadas à coleta, reciclagem e reaproveitamento de equipamentos eletrônicos mostra-se essencial para a redução dos impactos ambientais e para o uso mais eficiente dos recursos naturais.

Além dos aspectos ambientais, a gestão de resíduos eletroeletrônicos está diretamente relacionada aos princípios da economia circular. Conforme destacam PAIVA E SERRA (2014), estratégias como reutilização, reciclagem e remanufatura permitem prolongar o ciclo de vida dos equipamentos, reduzir a geração de resíduos e diminuir a necessidade de extração de novas matérias-primas. Essas práticas contribuem para a construção de modelos produtivos mais sustentáveis e para a redução da pressão sobre os recursos naturais.



No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) representa um importante marco legal para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Complementarmente, o Decreto nº 10.240/2020 regulamenta a logística reversa de produtos eletroeletrônicos, estabelecendo responsabilidades compartilhadas entre fabricantes, distribuidores, comerciantes, consumidores e poder público. Além disso, normas técnicas como a ABNT NBR 16156:2013 fornecem diretrizes para a manufatura reversa e para a destinação segura desses materiais. Essas iniciativas estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente ao ODS 12, que incentiva padrões sustentáveis de consumo e produção.

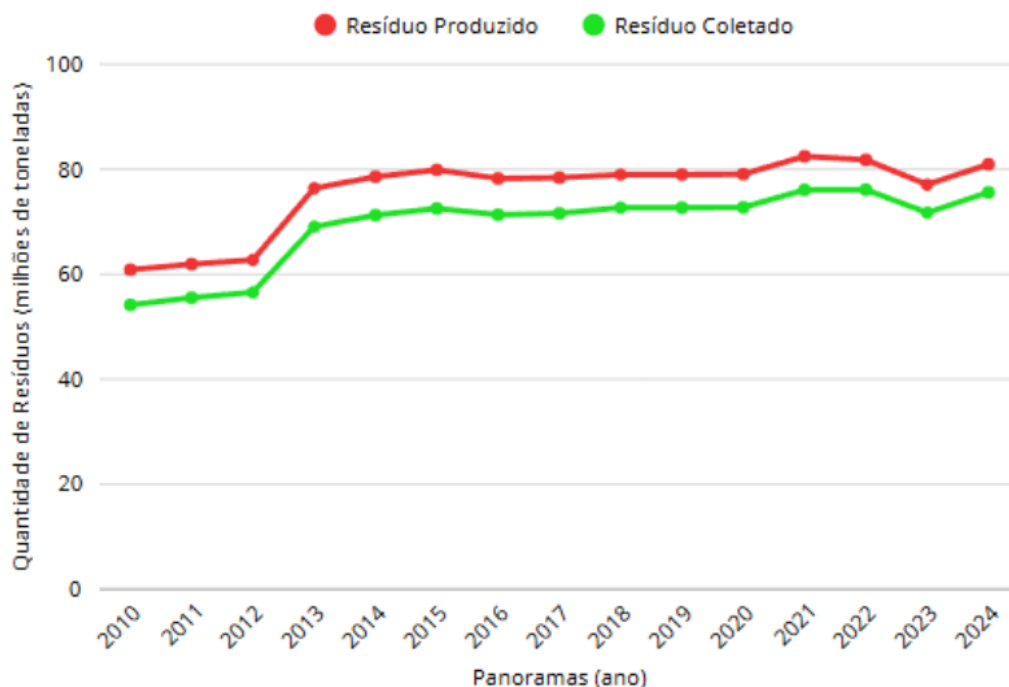
Diante desse contexto, a Universidade Paulista (UNIP), campus Sorocaba, apresenta-se como um ambiente propício para o desenvolvimento de ações voltadas à sustentabilidade e à educação ambiental. Nesse sentido, este estudo propõe a criação do programa “TI Verde: Descarte Consciente”, com o objetivo de promover o descarte adequado de resíduos eletroeletrônicos por meio da implantação de um ponto de coleta, da realização de campanhas educativas e do estabelecimento de parcerias com organizações especializadas em logística reversa e reciclagem. A iniciativa busca estimular a conscientização socioambiental da comunidade acadêmica e da população local, contribuindo para a redução dos impactos associados ao descarte inadequado desses materiais.

Para a elaboração da proposta, foi adotada uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultadas legislações, normas técnicas, artigos científicos e relatórios institucionais relacionados à gestão de resíduos eletrônicos, sustentabilidade e economia circular. Como limitação, destaca-se que o programa ainda não foi implementado, de modo que os resultados apresentados possuem caráter prospectivo, baseados em evidências identificadas na literatura e em experiências semelhantes desenvolvidas por outras instituições.

Assim, o programa “TI Verde: Descarte Consciente” configura-se como uma proposta de intervenção alinhada às demandas ambientais contemporâneas, reforçando o papel da universidade na promoção da educação ambiental, da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento sustentável.



Gráfico 1 – RSU gerados x RSU coletados por ano no Brasil desde a criação da PNRS



Fonte: Elaboração própria com base nos Panoramas dos Resíduos Sólidos no Brasil (2010-2024).

Com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e no Decreto nº 10.240/2020, que regulamenta a logística reversa de eletroeletrônicos, o projeto da UNIP Sorocaba se alinha às exigências legais e contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 12, que trata de consumo e produção responsáveis. A norma ABNT NBR 16156:2013 também oferece parâmetros importantes para a segurança ambiental e ocupacional no processo de manufatura reversa desses equipamentos, sendo referência técnica para a implementação do programa.

A longo prazo, espera-se que o projeto traga diversos benefícios ambientais, como a redução da poluição por resíduos eletrônicos, o estímulo ao reaproveitamento de materiais e a diminuição da extração de recursos naturais. Conforme o gráfico1, pretende-se aumentar ainda mais a coleta dos produtos produzidos. No aspecto social, ele pode fortalecer a inclusão de cooperativas locais e catadores de materiais recicláveis, além de fomentar uma cultura de responsabilidade ambiental entre os moradores de Sorocaba.



2 DESENVOLVIMENTO

O crescimento do consumo de dispositivos eletrônicos, aliado à rápida obsolescência tecnológica, tem impulsionado a geração de resíduos eletroeletrônicos em todo o mundo. HILTY (2005) destaca a preocupação com o fornecimento de matérias-primas raras utilizadas na fabricação desses equipamentos. Como exemplo, o autor cita a escassez temporária de tântalo entre 1999 e 2001, elemento essencial para a produção de telefones celulares e consoles de videogame, cuja oferta dependia da extração do mineral coltan em poucos países, como a República Democrática do Congo e a Austrália.

No Brasil, a crescente preocupação com os impactos ambientais dos resíduos tecnológicos motivou a criação de importantes instrumentos legais. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, estabelece a responsabilidade compartilhada entre fabricantes, importadores, comerciantes, consumidores e poder público quanto à gestão e destinação final dos resíduos.

Posteriormente, o Decreto nº 10.240/2020 regulamentou a logística reversa de produtos eletroeletrônicos, enquanto a ABNT NBR 16156:2013 definiu requisitos técnicos voltados à proteção ambiental e à segurança nas atividades de manufatura reversa. Essas diretrizes dialogam com regulamentações internacionais, como as diretivas WEEE e RoHS da União Europeia, voltadas à redução dos impactos ambientais associados aos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos.

Diante desse cenário, propõe-se a implementação do projeto “TI Verde: Descarte Consciente” na Universidade Paulista (UNIP), campus Sorocaba. A iniciativa prevê a implantação de um ponto fixo de coleta de equipamentos eletrônicos obsoletos, acessível à comunidade acadêmica e à população local, aliado ao desenvolvimento de ações educativas voltadas à conscientização sobre o descarte responsável e a sustentabilidade.

A estrutura do programa contempla a instalação de contêineres identificados em locais estratégicos do campus e a formalização de parcerias com cooperativas e empresas especializadas, como a Green Eletron e a ABREE, responsáveis pelo encaminhamento ambientalmente adequado dos materiais coletados.

O envolvimento dos estudantes dos cursos de TI, Engenharia, Administração e Comunicação constituem um dos pilares da proposta. Os participantes poderão colaborar na organização de campanhas, produção de conteúdos educativos e apoio às atividades operacionais, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Além de fortalecer a formação acadêmica e cidadã, essa participação amplia o impacto social da iniciativa.

Outro aspecto relevante refere-se ao comportamento dos consumidores diante do descarte de equipamentos eletrônicos. Muitos dispositivos permanecem armazenados por longos



períodos devido ao valor econômico atribuído ao bem, ao apego emocional ou à expectativa de reutilização futura. Segundo GIARETTA et al. (2010), além da disponibilidade de pontos de coleta, fatores subjetivos influenciam diretamente as decisões relacionadas ao descarte, retardando o encaminhamento adequado desses materiais.

O projeto “TI Verde: Descarte Consciente” busca ir além da oferta de infraestrutura para coleta, promovendo mudanças comportamentais por meio da educação ambiental e do estímulo ao consumo responsável. Ao integrar aspectos ambientais, sociais e educacionais, a proposta fortalece o papel da universidade como agente de transformação socioambiental e contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 12, relacionado ao consumo e à produção responsáveis.

2.1 Legislação Pertinente

A crescente geração de resíduos eletroeletrônicos (REEE), impulsionada pelo avanço tecnológico e pela obsolescência programada de equipamentos, tem demandado a criação de marcos legais que garantam seu gerenciamento ambientalmente adequado. Nesse contexto, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, representa um dos principais instrumentos normativos brasileiros voltados à gestão integrada e ao tratamento sustentável de resíduos sólidos. Essa legislação estabelece diretrizes que envolvem desde a prevenção e redução da geração de resíduos até sua destinação final ambientalmente adequada, incluindo os resíduos oriundos de equipamentos eletroeletrônicos.

A PNRS introduz o conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, atribuindo obrigações específicas a fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e ao poder público. Um dos pilares dessa política é a logística reversa, que consiste na criação de mecanismos para o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, viabilizando sua reinserção nos ciclos produtivos ou sua destinação correta, independentemente do serviço público de limpeza urbana.

Em complemento à PNRS, foi publicado o Decreto nº 10.240/2020, que regulamenta a implementação da logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes. Esse decreto detalha as obrigações legais de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, exigindo a estruturação de sistemas capazes de garantir a coleta, a triagem, o reaproveitamento, a reciclagem ou a destinação final ambientalmente adequada desses equipamentos. A norma também estabelece metas progressivas de recuperação de materiais, além de procedimentos para a rastreabilidade dos resíduos recolhidos, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e o cumprimento da legislação ambiental.



No âmbito estadual, destacam-se iniciativas complementares que fortalecem o arcabouço legal nacional. No estado de São Paulo, por exemplo, foi instituída a Lei nº 13.576/2009, que define diretrizes específicas para a reciclagem e destinação final de resíduos eletroeletrônicos. Essa lei estadual reforça o princípio da responsabilidade solidária, atribuindo às empresas que fabricam, comercializam ou importam equipamentos eletroeletrônicos a incumbência de assegurar o destino adequado dos produtos pós-consumo. O objetivo é prevenir a degradação ambiental e proteger a saúde pública, promovendo o desenvolvimento sustentável regional.

2.2 A Conexão com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

Instituída pela Lei nº 12.305/2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece princípios, objetivos e instrumentos voltados à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos no Brasil. Nesse contexto, o programa “TI Verde: Descarte Consciente”, proposto para a Universidade Paulista (UNIP), campus Sorocaba, apresenta alinhamento com as diretrizes nacionais relacionadas à sustentabilidade e à gestão de resíduos eletroeletrônicos.

Um dos principais fundamentos contemplados pela proposta é a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, prevista no Art. 3º da PNRS. Ao envolver universidade, comunidade local, cooperativas e empresas especializadas no processo de coleta e destinação dos resíduos eletrônicos, promove-se a participação conjunta dos diferentes atores envolvidos na cadeia de consumo e descarte.

Outro instrumento diretamente relacionado à iniciativa é a logística reversa, prevista no Art. 33 da legislação. A implantação de pontos de coleta no campus e o estabelecimento de parcerias com organizações especializadas possibilitam o encaminhamento adequado dos materiais ao ciclo produtivo, contribuindo para a redução dos descartes irregulares e dos impactos ambientais associados.

A educação ambiental também ocupa papel central na proposta. Por meio de palestras, oficinas, campanhas informativas e outras ações de conscientização, busca-se sensibilizar a comunidade acadêmica e a população sorocabana sobre a importância do descarte responsável de equipamentos eletrônicos e da adoção de práticas sustentáveis. Essas atividades contribuem para a formação de uma cultura ambiental alinhada aos objetivos da PNRS.

A iniciativa também respeita a hierarquia estabelecida no Art. 9º da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prioriza a não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos antes da disposição final. O incentivo ao reaproveitamento de componentes e à destinação adequada dos



materiais coletados reforça essa lógica, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais e os sistemas de tratamento e disposição.

Além dos benefícios ambientais, a proposta favorece a inclusão social por meio da valorização das cooperativas de reciclagem, reconhecendo sua relevância na cadeia de recuperação de materiais. A parceria com essas organizações contribui para a geração de renda, o fortalecimento do trabalho digno e a ampliação dos resultados socioambientais da iniciativa.

O envolvimento dos estudantes em atividades de pesquisa, extensão e inovação também encontra respaldo na PNRS, especialmente no incentivo ao desenvolvimento de tecnologias limpas e soluções sustentáveis. A participação acadêmica permite integrar conhecimento teórico e prática social, fortalecendo a formação dos alunos e ampliando o alcance das ações desenvolvidas.

Dessa forma, o programa “TI Verde: Descarte Consciente” materializa diversos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos por meio de ações educativas, ambientais e sociais, demonstrando como a articulação entre ensino, extensão universitária e responsabilidade socioambiental pode contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

2.3 Consequências do Descarte Inadequado

O descarte incorreto de equipamentos de informática contendo essas substâncias tóxicas gera uma série de impactos ambientais e riscos à saúde humana. Quando dispositivos são jogados em lixões ou queimados, as substâncias tóxicas se espalham para o solo, ar e água, contaminando ecossistemas e atingindo comunidades e animais.

Além disso, o contato direto com esses materiais por catadores informais e recicladores sem equipamentos de proteção pode resultar em graves problemas de saúde. A bioacumulação dessas substâncias na cadeia alimentar também representa uma grande ameaça para o ser humano, que pode ser afetado diretamente ao consumir alimentos contaminados.

Dados recentes do *The Global E-Waste Monitor 2024* revelam a dimensão desse problema: aproximadamente 58 mil quilogramas de mercúrio e 45 milhões de quilogramas de plásticos contendo retardantes de chama bromados são liberados no meio ambiente anualmente como resultado da gestão inadequada de resíduos eletrônicos.

A reciclagem desses plásticos representa um grande desafio técnico, uma vez que a separação eficiente entre os polímeros contaminados e os recicláveis é complexa. Na prática, isso leva muitas vezes à incineração inadequada ou à queima a céu aberto, processos que liberam substâncias altamente tóxicas, como dioxinas e furanos, além de metais pesados como chumbo, mercúrio e cobre. Tais emissões agravam os impactos sobre os trabalhadores informais, que frequentemente inalam esses compostos sem qualquer tipo de proteção ou suporte institucional.



Quadro 1 - Substâncias Tóxicas em Equipamentos de Informática

Material	Uso	Efeitos na saúde	Efeitos no ambiente
Chumbo	Soldas de placas de circuito impresso, baterias, cabos e tubos de raios catódicos de monitores antigos.	Dano neurológico, insuficiência renal, distúrbios reprodutivos, anemia e atrasos no desenvolvimento mental e motor em crianças.	Se acumula no solo e nas fontes de água, afetando o ecossistema e contaminando os recursos naturais essenciais para a vida.
Mercúrio	Monitores LCD, baterias e lâmpadas fluorescentes dentro de dispositivos eletrônicos.	Afeta o sistema nervoso central e o desenvolvimento fetal, e pode causar tremores, insônia, perda de memória, dano motor.	É liberado no meio ambiente, contaminando a água e o solo, com um impacto direto nos organismos aquáticos.
Cádmio	Baterias recarregáveis, contactos elétricos e semicondutores.	Pode causar danos aos rins, doenças pulmonares, osteoporose e é classificado como cancerígeno.	Pode contaminar o solo e as fontes de água, afetando a fauna e a flora. A substância é absorvida pelas plantas, entrando na cadeia alimentar.
Berílio	Componentes eletrônicos, conectores e placas de circuito.	Pode causar a beriloise (doença pulmonar crônica) e é considerado cancerígeno.	Gera poeira ou vapores durante o descarte ou processamento inadequado desses materiais.
Retardantes de chama bromados (BFRs)	Utilizados para evitar a combustão de plásticos e componentes eletrônicos.	Distúrbios hormonais, relacionados à tireoide, problemas reprodutivos, e efeitos no desenvolvimento neurológico.	São persistentes no meio ambiente e podem bioacumular-se em organismos aquáticos.
Arsênio	Monitores de tubo e semicondutores.	Pode causar câncer, lesões cutâneas, problemas respiratórios e afetar gravemente sistemas circulatórios e nervosos.	Pode contaminar a água e o solo.
Níquel	Baterias recarregáveis, componentes metálicos e revestimentos de equipamentos eletrônicos.	Pode causar alergias, dermatites, problemas respiratórios e pode ser classificado como um agente cancerígeno.	Bioacumulação em ecossistemas aquáticos.

Fonte: ATSDR (2006).

O descarte incorreto de equipamentos de TI representa uma ameaça crescente ao meio ambiente e à saúde humana. Monitores, celulares, placas-mãe, cabos e outros dispositivos contêm metais pesados como chumbo, mercúrio e cádmio, que contaminam o solo e a água. O impacto social também é relevante, visto que esses resíduos muitas vezes são descartados em locais inadequados, afetando comunidades vulneráveis e trabalhadores informais sem proteção adequada.

2.4 Iniciativas e Projetos Empresariais

Muitas empresas vêm implementando programas de logística reversa, com a instalação de pontos de coleta acessíveis ao público consumidor em lojas físicas, centros de distribuição e locais de grande circulação. Além da infraestrutura física, essas organizações promovem campanhas educativas e de conscientização ambiental, com o objetivo de informar os consumidores sobre os



riscos associados ao descarte incorreto e os benefícios da destinação ambientalmente adequada. Tais iniciativas incluem, ainda, a formação de parcerias com centros especializados em reciclagem de eletrônicos, assegurando a correta separação dos componentes, seu reaproveitamento quando possível e o descarte seguro dos materiais perigosos.

A Ecobraz Emigre, uma organização pioneira em reciclagem de resíduos eletrônicos, que tem como o objetivo auxiliar pessoas físicas, empresas e indústrias na coleta e reciclagem de REEE por meio da logística reversa, possui um projeto chamado CARBONBRAZ, que visa promover a compensação de carbono, por intermédio da coleta e destinação de REEE. Para isso, coletam e descartam o lixo eletrônico de forma responsável, reintegrando o material reciclável no mercado produtivo e assim minimizando a emissão de CO² produzida na extração de matéria-prima, e como consequência evitando o aquecimento global.

Com o aumento expressivo na geração de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE), diversas empresas têm assumido um papel mais ativo na promoção da logística reversa e na adoção de práticas ambientalmente responsáveis. A partir da vigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e do Decreto nº 10.240/2020, que regulamenta a logística reversa de produtos eletroeletrônicos, tornou-se obrigatória a estruturação de sistemas eficazes de coleta, triagem, reaproveitamento e destinação final adequada desses materiais.

Tais ações refletem uma mudança significativa no papel das organizações frente aos desafios ambientais contemporâneos. A articulação entre logística reversa, responsabilidade socioambiental e compensação de carbono demonstra o potencial das empresas para atuarem como agentes de transformação sustentável, alinhando-se às diretrizes da PNRS e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis e o ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.

2.5 Procedimentos Corretos de Descarte

Para assegurar que o descarte de equipamentos tecnológicos seja realizado de forma ambientalmente adequada, recomenda-se:

- A. **Remoção de Dados:** Eliminar completamente todas as informações armazenadas nos dispositivos, utilizando métodos como desmagnetização ou destruição física dos meios de armazenamento, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



- B. **Utilização de Empresas Especializadas:** Contratar empresas certificadas que ofereçam serviços de destruição segura e reciclagem de equipamentos eletrônicos, garantindo que os materiais sejam processados de maneira ambientalmente responsável.
- C. **Adoção de Sistemas de Logística Reversa:** Participar de programas que facilitem a devolução dos equipamentos ao ciclo produtivo, contribuindo para a economia circular e reduzindo a necessidade de extração de recursos naturais.

Portanto, é essencial que empresas e consumidores adotem práticas responsáveis no descarte de equipamentos tecnológicos, alinhando-se às legislações vigentes e contribuindo para a proteção ambiental e a saúde pública.

Os possíveis caminhos para se seguir após o descarte correto desses equipamentos são a reutilização, reciclagem, incineração e destinação final. A reutilização ocorre por meio do repasse informal, venda a empresas privadas que consertam EEE pós-consumo e revendem e a remanufatura, onde existem empresas que se dedicam a refabricar os equipamentos já utilizados, onde eles desmontam os componentes e o atualizam com materiais novos.

A adoção de estratégias de tratamentos de fim de vida que abordem sistemáticas de ciclo fechado apresenta-se como uma solução para a redução da geração de resíduos e do consumo de recursos naturais. Nesse sentido, a estratégia da remanufatura é considerada, quando possível, a melhor para o enfrentamento da questão.” (PAIVA; SERRA, 2014, p. 232).

A reciclagem dos materiais, somente é viável para materiais que não foram descartados junto dos resíduos comuns, além das diversas preocupações em relação a essa prática como o uso de energia no processo de desmontagem e o transporte, a emissão e geração de resíduos, além da exposição dos trabalhadores a vários materiais tóxicos para saúde. Porém, apesar de não ser viável na maioria das vezes, algumas empresas como a Ecobraz possuem recursos suficientes para fazer este processo de forma eficiente e produtiva.

Por fim, a disposição final destes equipamentos, se dá, em grande maioria, em aterros, o que causa muita preocupação já que podem causar problemas sérios de contaminação de solo e recursos hídricos por meio da lixiviação, além da evaporação de substâncias perigosas, isso ocorre devido à grande falta de controle do descarte desses resíduos.



3. REVISÃO LITERÁRIA

3.1 Gestão de resíduos eletroeletrônicos e sustentabilidade

O crescimento da produção de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE) tem se tornado um dos principais desafios ambientais contemporâneos. O avanço tecnológico, aliado à rápida obsolescência dos dispositivos eletrônicos, contribui significativamente para o aumento da geração desses resíduos em escala global.

Segundo BALDÉ ET AL. (2024), o volume mundial de lixo eletrônico cresce de forma acelerada, impulsionado pela constante substituição de equipamentos tecnológicos e pelo aumento do consumo digital.

Os resíduos eletrônicos apresentam características específicas que os tornam particularmente preocupantes do ponto de vista ambiental. Equipamentos como computadores, monitores, celulares e periféricos contêm substâncias químicas e metais pesados potencialmente tóxicos, como chumbo, mercúrio, cádmio e retardantes de chama bromados. Quando descartados de forma inadequada, esses materiais podem contaminar o solo, os recursos hídricos e o ar, causando impactos negativos ao meio ambiente e à saúde humana (ATSDR, 2006).

A gestão adequada desses resíduos torna-se essencial para reduzir seus impactos ambientais e promover práticas de consumo responsáveis. Conforme SILVA (2018), a gestão de resíduos sólidos envolve um conjunto de estratégias voltadas à redução da geração de resíduos, ao reaproveitamento de materiais e à destinação final ambientalmente adequada. Tais estratégias integram políticas públicas, iniciativas empresariais e ações educativas voltadas à conscientização da sociedade.

Além disso, a discussão sobre resíduos eletrônicos está diretamente relacionada ao conceito de economia circular. Esse modelo propõe a reinserção de materiais no ciclo produtivo, reduzindo a necessidade de extração de novos recursos naturais e diminuindo a quantidade de resíduos destinados a aterros sanitários. Nesse sentido, práticas como reutilização, reciclagem e remanufatura desempenham papel fundamental na promoção da sustentabilidade ambiental.

De acordo com PAIVA E SERRA (2014), a remanufatura de equipamentos eletroeletrônicos representa uma alternativa relevante para a redução de resíduos e para o prolongamento do ciclo de vida dos produtos. Esse processo consiste na recuperação de equipamentos utilizados, com a substituição ou reparo de componentes, permitindo sua reinserção no mercado ou sua reutilização em diferentes contextos.

A gestão adequada de resíduos eletroeletrônicos exige a integração entre políticas públicas, responsabilidade empresarial e conscientização social, de modo a promover práticas



sustentáveis que minimizem os impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado desses materiais.

3.2 Logística reversa e responsabilidade compartilhada

A logística reversa é um dos principais instrumentos para a gestão sustentável de resíduos eletroeletrônicos. O conceito compreende o conjunto de ações e procedimentos destinados ao retorno de produtos pós-consumo ao setor produtivo, possibilitando seu reaproveitamento, reciclagem ou tratamento ambientalmente adequado.

No Brasil, esse mecanismo foi consolidado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A legislação determina que fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e poder público atuem de forma integrada na gestão dos resíduos gerados após o consumo.

Complementando esse marco regulatório, o Decreto nº 10.240/2020 estabelece diretrizes específicas para a coleta e o encaminhamento de equipamentos eletroeletrônicos descartados. A regulamentação representa um avanço importante para a política ambiental brasileira ao criar mecanismos que incentivam a reciclagem e reduzem os impactos decorrentes do descarte inadequado desses materiais.

Segundo SILVA (2018), a logística reversa deve ser compreendida não apenas como uma exigência legal, mas também como uma estratégia de gestão capaz de gerar benefícios ambientais, econômicos e sociais. A recuperação de componentes e matérias-primas presentes nos equipamentos eletrônicos contribui para a redução da exploração de recursos naturais e para o reaproveitamento de materiais em novos processos produtivos.

Além dos ganhos ambientais, esse modelo favorece a inclusão social por meio da atuação de cooperativas e organizações ligadas à reciclagem, fortalecendo os princípios da economia circular e ampliando oportunidades de geração de renda, programas de coleta seletiva e reciclagem tornam-se fundamentais para a construção de sistemas mais eficientes e sustentáveis de gerenciamento de resíduos.

A adoção de mecanismos de logística reversa constitui um elemento estratégico para enfrentar os desafios associados ao crescimento contínuo da geração de resíduos eletrônicos, promovendo benefícios ambientais, sociais e econômicos de longo prazo.

3.3 Educação ambiental e mudança de comportamento



A educação ambiental desempenha papel fundamental na promoção de práticas sustentáveis relacionadas ao consumo e à destinação de produtos eletrônicos. Segundo COOPER (2005), a cultura contemporânea de consumo favorece o aumento da geração de resíduos, uma vez que a constante substituição de equipamentos tecnológicos estimula ciclos cada vez mais rápidos de descarte.

Ampliar o conhecimento da população sobre os impactos ambientais do lixo eletrônico torna-se essencial para incentivar atitudes mais responsáveis em relação ao consumo e ao gerenciamento desses materiais.

GIARETTA et al. (2010) destacam que fatores subjetivos influenciam diretamente as decisões relacionadas ao descarte de equipamentos eletrônicos. Muitos usuários mantêm dispositivos obsoletos armazenados por longos períodos devido ao apego emocional, ao valor econômico atribuído ao bem ou à expectativa de reutilização futura.

A disponibilização de pontos de coleta acessíveis, associada a campanhas educativas, pode contribuir para reduzir essas barreiras e estimular práticas mais adequadas de descarte. Nesse processo, as instituições de ensino superior assumem papel estratégico ao promover ações de sensibilização, extensão e engajamento comunitário voltadas às questões ambientais.

Além de disseminar conhecimento, as universidades possuem potencial para mobilizar diferentes públicos em torno de iniciativas sustentáveis, fortalecendo a formação cidadã e ampliando os impactos positivos das ações desenvolvidas. Dessa forma, programas educativos voltados à gestão de resíduos eletrônicos contribuem para a construção de uma cultura de sustentabilidade, incentivando práticas responsáveis de consumo, reutilização e descarte.

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

4.1 Potencial de implementação do programa TI Verde

A análise do contexto ambiental e institucional da Universidade Paulista (UNIP), campus Sorocaba, indica um cenário favorável para a implementação do programa “TI Verde: Descarte Consciente”. A presença de cursos relacionados às áreas de Tecnologia da Informação, Engenharia, Administração e Comunicação oferece condições adequadas para o desenvolvimento de ações interdisciplinares voltadas à sustentabilidade.

A instalação de um ponto fixo de coleta de resíduos eletroeletrônicos no campus representa uma estratégia prática para facilitar o descarte adequado desses equipamentos. Além de atender à comunidade acadêmica, a iniciativa pode beneficiar a população da cidade de Sorocaba, ampliando o alcance social do projeto.



Outro aspecto relevante refere-se à possibilidade de estabelecer parcerias com empresas especializadas em logística reversa, como a Green Eletron e a ABREE. Essas organizações possuem infraestrutura e conhecimento técnico para garantir o processamento adequado dos resíduos coletados, assegurando que os materiais sejam reciclados ou reaproveitados conforme as normas ambientais vigentes.

Além dos benefícios ambientais, o programa também apresenta potencial impacto educacional significativo. A participação de estudantes nas atividades do projeto possibilita a integração entre teoria e prática, contribuindo para o desenvolvimento de competências relacionadas à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental.

4.2 Impactos ambientais e sociais esperados

A implementação do programa “TI Verde: Descarte Consciente” apresenta potencial para gerar impactos positivos nas dimensões ambiental, social e educacional. Sob a perspectiva ambiental, a iniciativa contribui para a redução do descarte inadequado de equipamentos eletrônicos, minimizando riscos de contaminação do solo e dos recursos hídricos por substâncias tóxicas presentes nesses materiais. Além disso, a destinação adequada possibilita o reaproveitamento de componentes e matérias-primas valiosas, como cobre, alumínio e metais raros, favorecendo práticas alinhadas à economia circular.

No âmbito social, o programa pode fortalecer a atuação de cooperativas de reciclagem e organizações envolvidas na gestão de resíduos, ampliando oportunidades de geração de renda e valorizando o trabalho desses profissionais. Do ponto de vista educacional, as ações propostas, como palestras, campanhas e oficinas, contribuem para o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade socioambiental entre estudantes e membros da comunidade local.

Os benefícios esperados convergem com estudos desenvolvidos na área de resíduos eletroeletrônicos. Segundo BALDÉ et al. (2024), a ampliação dos sistemas de coleta e das ações de conscientização constitui uma das principais estratégias para enfrentar o crescimento contínuo do lixo eletrônico em escala global. De forma semelhante, GIARETTA et al. (2010) observaram que a disponibilidade de pontos de coleta acessíveis, associada a iniciativas educativas, influencia positivamente as decisões relacionadas ao descarte de equipamentos obsoletos.

Entretanto, COOPER (2005) argumenta que os desafios associados aos resíduos eletrônicos vão além da infraestrutura de coleta, estando também relacionados aos padrões de consumo estimulados pela rápida substituição de produtos tecnológicos.

Essa perspectiva amplia a análise ao demonstrar que soluções efetivas dependem não apenas de mecanismos operacionais, mas também de mudanças comportamentais e culturais.



Nesse sentido, o programa proposto diferencia-se por integrar infraestrutura de coleta, logística reversa e educação ambiental em uma mesma estratégia de intervenção.

Sob essa ótica, a iniciativa contribui para o enfrentamento de um problema ambiental de alcance global, fortalecendo práticas de consumo responsável e promovendo a participação de diferentes atores sociais no gerenciamento dos resíduos eletroeletrônicos.

Conforme evidenciado na literatura, ações integradas entre instituições de ensino, organizações especializadas, poder público e sociedade civil são fundamentais para ampliar a efetividade das políticas ambientais e promover o desenvolvimento sustentável.

A comparação entre os estudos analisados e a proposta do programa “TI Verde: Descarte Consciente” permite identificar convergências e contribuições específicas para a gestão sustentável dos resíduos eletroeletrônicos. O Quadro 2 apresenta uma síntese dos principais aspectos discutidos na literatura e sua relação com a proposta desenvolvida neste estudo.

Quadro 2 – Comparação entre estudos sobre resíduos eletroeletrônicos e a proposta do programa TI Verde

Autor/Estudo	Principal Contribuição	Limitação Identificada	Relação com o Programa TI Verde
Baldé et al. (2024)	Destaca o crescimento global do lixo eletrônico e a necessidade de ampliar sistemas de coleta e reciclagem.	A expansão da geração de resíduos ocorre em ritmo superior à capacidade de tratamento.	O programa propõe um ponto permanente de coleta para ampliar o descarte adequado na comunidade acadêmica e local.
Giaretta et al. (2010)	Demonstra que a disponibilidade de pontos de coleta influencia positivamente o descarte correto.	Muitos usuários mantêm equipamentos armazenados por longos períodos antes do descarte.	A proposta busca facilitar o descarte por meio de coleta acessível e campanhas de conscientização.
Cooper (2005)	Aponta que o problema dos resíduos está relacionado aos padrões de consumo e descarte da sociedade.	Mudanças comportamentais tendem a ocorrer lentamente.	O projeto incorpora ações educativas para estimular o consumo consciente e a responsabilidade ambiental.
Paiva e Serra (2014)	Defendem a reutilização e remanufatura como	Nem todos os equipamentos possuem	O programa incentiva a destinação adequada dos



Autor/Estudo	Principal Contribuição	Limitação Identificada	Relação com o Programa TI Verde
	estratégias sustentáveis para prolongar a vida útil dos equipamentos.	viabilidade técnica ou econômica para remanufatura.	equipamentos para reaproveitamento e reciclagem.
Programa TI Verde (UNIP Sorocaba)	Integra educação ambiental, logística reversa e participação comunitária.	Depende do engajamento da comunidade e de parcerias institucionais.	Atua de forma integrada nos aspectos ambientais, sociais e educacionais relacionados aos resíduos eletrônicos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os dados apresentados no Quadro 2 evidenciam que a proposta do programa “TI Verde: Descarte Consciente” encontra respaldo nos principais estudos sobre resíduos eletroeletrônicos, incorporando recomendações relacionadas à ampliação da coleta, educação ambiental e fortalecimento da logística reversa. Observa-se que a principal contribuição do projeto consiste na integração dessas diferentes abordagens em uma única iniciativa, voltada à realidade da Universidade Paulista e da comunidade sorocabana.

5. CONCLUSÕES

O crescimento contínuo da geração de resíduos eletroeletrônicos evidencia a necessidade de estratégias que promovam o descarte adequado desses materiais e reduzam os impactos ambientais associados ao seu gerenciamento inadequado. Nesse cenário, este estudo apresentou a proposta do programa “TI Verde: Descarte Consciente”, desenvolvido para a Universidade Paulista (UNIP), campus Sorocaba, como uma iniciativa voltada à promoção da sustentabilidade, da educação ambiental e da responsabilidade socioambiental.

A análise da literatura e da legislação vigente demonstrou que a adoção de práticas relacionadas à logística reversa, à economia circular e à conscientização ambiental constitui um importante instrumento para o enfrentamento dos desafios associados ao aumento dos resíduos eletrônicos.

Os estudos analisados também evidenciam que a efetividade dessas ações depende não apenas da disponibilidade de infraestrutura para coleta e reciclagem, mas também do engajamento da população e da construção de hábitos de consumo mais responsáveis.



Nesse sentido, a proposta apresentada diferencia-se por integrar ações educativas, participação da comunidade acadêmica e articulação com organizações especializadas na gestão de resíduos eletroeletrônicos. Além dos benefícios ambientais esperados, a iniciativa possui potencial para fortalecer a formação cidadã dos estudantes, ampliar a conscientização da comunidade local e contribuir para a valorização de práticas alinhadas aos princípios da economia circular.

Como limitação, destaca-se que o programa ainda não foi implementado, de modo que os resultados discutidos possuem caráter prospectivo, fundamentados na literatura e em experiências semelhantes relatadas por outros estudos. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras acompanhem a implantação da iniciativa, permitindo avaliar seus impactos efetivos, o nível de participação da comunidade e sua contribuição para a gestão sustentável dos resíduos eletroeletrônicos.

Conclui-se, portanto, que o programa “TI Verde: Descarte Consciente” representa uma proposta viável e alinhada às demandas ambientais contemporâneas, reforçando o papel das instituições de ensino superior na promoção de práticas sustentáveis e na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável o qual será aplicada a partir de 2027 na UNIP Sorocaba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 16156:2013 – **Requisitos para proteção ao meio ambiente e para o controle dos riscos de segurança e saúde no trabalho na atividade de manufatura reversa de resíduos eletroeletrônicos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

BALDÉ, Cornelis P. et al. The Global E-waste Monitor 2024: facts and figures on electronic waste and the circular economy. Bonn: United Nations Institute for Training and Research (UNITAR); International Telecommunication Union (ITU); United Nations University (UNU), 2024. Disponível em: https://ewastemonitor.info/wp-content/uploads/2024/12/GEM_2024_EN_11_NOV-web.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020. **Regulamenta a logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.240-de-12-de-fevereiro-de-2020-249001801>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2010/l12305.htm. Acesso em: 12 abr. 2025.

COOPER, T. **Slower consumption**. Journal of Industrial Ecology, v. 9, n. 1-2, p. 51-67, 2005. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology; Yale University.

GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer et al. **Hábitos relacionados ao descarte pós-consumo de aparelhos e baterias de telefones celulares em uma comunidade acadêmica**. Saúde e



Sociedade, v. 19, n. 3, p. 676–688, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/CyP3zzpmbw3k9NqYZJfVWykp/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 13.576, de 6 de julho de 2009. **Institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 7 jul. 2009. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13576-06.07.2009.html>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GROEN, Bart in 't; STENGES, Lida; ZONNEVELD, Norbert. **European standards for Waste Electrical and Electronic Equipment (WEEE)**. Cenelec, 2017. Disponível em: https://www.cencenelec.eu/media/CEN-CENELEC/AreasOfWork/CEN-CENELEC_Topics/Environment%20and%20Sustainability/Quicklinks%20General/Documentation%20and%20Materials/weee-brochure.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

HILTY, L. M. Electronic waste – an emerging risk? Environmental Impact Assessment Review, v. 25, n. 5, p. 431–435, 2005.

PAIVA, Laurentina Martins; SERRA, Eduardo Gonçalves. **A remanufatura de equipamentos eletroeletrônicos como contribuição para o desenvolvimento sustentável**: uma avaliação do caso dos refrigeradores. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 29, p. 223–236, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v29i0.32311>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/32311>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SILVA, Paulo Roberto Lopes da. **Gestão de resíduos sólidos**: A nova legislação e suas implicações para o setor produtivo. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

AUTORES

RICHARDSON KENNEDY LUZ: Doutor em Processos Tecnológicos e Ambientais na UNISO. TEMA: Integração de Metodologias Tradicionais e Ágeis no Ensino de Engenharia de Software: Uma Proposta de Modelo de Plano de Ensino para Cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas a partir de uma Análise Crítica em Instituições de Ensino Superior Privadas de Sorocaba/SP. Mestre em Processos Tecnológicos e Ambientais na UNISO. Princípios Orientadores Aplicados Na Avaliação De Empresas De Médio E Grande Porte De Sorocaba E A Implementação Do Modelo De Indústria 4.0. Especialista em Contabilidade Gerencial em Controladoria com ênfase em RH (UNISO) Graduado em Análise de Sistema (UNISO) Universidade de Sorocaba.

TIAGO ALVES DO NASCIMENTO: Aluno da UNIP, do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistema, cursando o 3º semestre. Técnico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ETEC)



ENFRAQUECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REDUÇÃO DE DANOS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA ATUALIDADE

WEAKENING OF PUBLIC POLICIES ON HARM REDUCTION FOR PEOPLE WITH HARMFUL ALCOHOL AND OTHER DRUG USE IN CONTEMPORARY CONTEXTS

Luiz Gustavo da Silva Prado Pinheiro⁹

Maria Ap. dos Santos Crisostomo²

Roseli Maria dos Santos³

Sonia Maria Machado de Oliveira Nukui⁴

Valeria Cristina Antunes⁵

Cybele Moretto⁶

RESUMO

Introdução: As ações de políticas públicas de assistência territorial para pessoas em situação de uso abusivo de drogas, pautadas na ideia de redução de danos, sofreram um retrocesso significativo. Há um retorno ressignificado ao modelo manicomial, a partir das clínicas de internação e comunidades terapêuticas, que preconizam a abstinência e segregação/institucionalização. Objetivo: Analisar o retrocesso de políticas públicas, no campo da saúde mental, a partir das experiências dos alunos/estagiários. Métodos: Relato de experiência das ações assistenciais observadas por discentes do último ano de psicologia da UNIP-Sorocaba, nos equipamentos de saúde do município entre os anos 2022 e 2023. Resultados: Dificuldade para execução de protocolos de atendimento territorial e humanizado por parte da equipe multiprofissional de saúde. Tendência a utilização do modelo manicomial de internação nos equipamentos de saúde de nível primário e secundário. A terceirização do CAPS pressionou a equipe de profissionais a atender um fluxo maior com objetivo de aumento do repasse, inviabilizando ações como busca ativa e discussões/matriciamento intersetorial, além de contarem com equipe reduzida, enfraquecendo o tratamento integral, territorial e reinserção social, assim como o desgaste dos profissionais de saúde, favorecendo somente as internações como única estratégia possível. Conclusão: Tais vivências e proibições dos alunos trabalharem o modelo de RD, trouxeram uma reflexão e conduta, enfatizando o fortalecimento da luta antimanicomial e resistindo a reprodução de modelos similares que pudessem favorecer certo retrocesso das conquistas alcançadas para o cuidado em saúde mental e integral.

Palavras-chave: Psicologia; SUS; Políticas Públicas, Redução de Danos.

ABSTRACT

Introduction: Public policy actions for territorial care of individuals with problematic drug use, grounded in harm reduction principles, have undergone significant setbacks. There has been a reframed return to the asylum model, driven by inpatient clinics and therapeutic communities that

⁹ Psicólogo graduado. Email: luiz.pinheiro8@aluno.unip.br

² Psicóloga, doutora. Email: maria.crisostomo@docente.unip.br

³ Psicóloga e mestre. Email: roseli.santos@docente.unip.br

⁴ Psicóloga e mestre. Email: sonia.nukui@docente.unip.br

⁵ Psicóloga, doutora. Email: valeria.lisboa@docente.unip.br

⁶ Psicóloga, doutora. Email: cybele.moretto@docente.unip.br



advocate for abstinence and segregation/institutionalization. Objective: To analyze the regression of public policies in the field of mental health based on the experiences of students/interns. Methods: Experience report of care actions observed by final-year psychology students at UNIP-Sorocaba, in the municipality's health facilities between 2022 and 2023. Results: Difficulties in implementing territorial and humanized care protocols by multidisciplinary health teams were identified. A tendency toward the asylum-based inpatient model was observed in primary and secondary level health facilities. The outsourcing of the CAPS (Psychosocial Care Center) pressured professionals to manage higher patient flows aimed at increasing funding transfers, making activities such as active outreach and intersectoral case discussions/matrix support unfeasible. Reduced staffing further undermined comprehensive, community-based treatment and social reintegration, contributing to professional burnout and leaving hospitalization as the only viable strategy. Conclusion: These experiences, along with restrictions placed on students regarding the implementation of harm reduction approaches, prompted critical reflection and a commitment to strengthening the anti-asylum movement, resisting the reproduction of models that could undermine the progress achieved in comprehensive mental health care.

Keywords: Psychology; Brazilian Unified Health System (SUS); Public Policies

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas destinadas ao cuidado de pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas passaram por importantes transformações nas últimas décadas no Brasil. A partir dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira e da consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), o modelo de atenção psicossocial passou a privilegiar o cuidado territorial, comunitário e interdisciplinar, fundamentado na perspectiva da Redução de Danos (RD). Esse modelo compreende o sujeito em sua dimensão biopsicossocial e busca promover autonomia, cidadania e reinserção social.

A Redução de Danos surgiu na Europa na década de 1980 e foi introduzida no Brasil em 1989, inicialmente no município de Santos, como estratégia de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e HIV/Aids entre usuários de drogas injetáveis (PETUCO, 2019 apud RAUP; WEBER; CONTE, 2021). Desde então, a RD passou a constituir um importante eixo das políticas públicas de saúde mental, especialmente por meio de dispositivos como os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e os Consultórios na Rua.

A proposta de Redução de Danos no Brasil diferencia-se de modelos baseados exclusivamente na redução de riscos biomédicos, como observado em experiências internacionais. Enquanto a Redução de Riscos apresenta um caráter preventivista e frequentemente centrado em indicadores epidemiológicos, a Redução de Danos brasileira fundamenta-se na noção de vulnerabilidade social e na contextualização das condições de vida do sujeito (RODRIGUES, 2023). Dessa forma, a RD desloca a compreensão do uso problemático de substâncias do campo exclusivamente biomédico para a complexidade das relações sociais e das condições de existência (MACHADO; BOARINI, 2013 apud RODRIGUES, 2023).



Nesse sentido, a Redução de Danos articula-se historicamente com os princípios da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial, valorizando a construção de vínculos, o acolhimento e a participação ativa do usuário no seu projeto terapêutico (PETUCO, 2016 apud RODRIGUES, 2023; SILVA, 2015 apud RODRIGUES, 2023).

Entre os dispositivos estratégicos para a implementação da RD destacam-se os Consultórios na Rua, que constituem uma política pública voltada à ampliação do acesso à saúde de populações em situação de vulnerabilidade social. Esses serviços atuam diretamente nos territórios, como ruas, praças e espaços de convivência, promovendo ações de cuidado, prevenção e encaminhamento para a rede de saúde (MEDEIROS et al., 2023).

Os resultados obtidos com a atuação dos Consultórios na Rua incluem ampliação do acesso aos serviços de saúde, fortalecimento de vínculos com usuários, redução de vulnerabilidades relacionadas às IST/Aids e sensibilização de profissionais para práticas de cuidado mais humanizadas (MEDEIROS et al., 2023).

Entretanto, a implementação da Redução de Danos enfrenta diversos desafios, incluindo divergências conceituais entre profissionais e dificuldades institucionais para consolidação do cuidado territorial. Estudos apontam a existência de diferentes interpretações sobre a RD entre profissionais de saúde, variando entre uma perspectiva ampliada de cuidado e a utilização da RD apenas como estratégia intermediária para alcançar a abstinência (PIRES ROCHA; SANTOS, 2021).

Essas divergências podem impactar negativamente o tratamento dos usuários, gerando orientações contraditórias e fragilizando o vínculo terapêutico, o que pode contribuir para o abandono do tratamento (PIRES ROCHA; SANTOS, 2021).

Além disso, pesquisas indicam que ainda há profissionais que compreendem a Redução de Danos de forma restrita, reduzindo-a apenas à diminuição do consumo de substâncias, sem considerar sua dimensão ética e social de promoção de autonomia e cidadania (PIRES RODRIGUES; XIMENES, 2021).

A partir de 2019, observou-se uma mudança significativa nas diretrizes das políticas públicas sobre drogas no Brasil. Com a promulgação da Lei nº 13.840/2019 e a implementação do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (PLANAD), houve maior incentivo a estratégias baseadas na abstinência e alterações da possibilidade de internação, incluindo a modalidade involuntária.

Nesse período, o Governo Federal ampliou o financiamento destinado às comunidades terapêuticas, que passaram a integrar de forma mais expressiva a rede de atenção às pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas. Dados do Ministério da Saúde indicam que, entre 2019 e 2021, aproximadamente 80 mil pessoas passaram por comunidades terapêuticas financiadas pelo governo federal, com expansão das vagas financiadas de cerca de 11 mil em 2019 para aproximadamente 17.300 em 2021.



Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil possuía cerca de duas mil comunidades terapêuticas em 2017, sendo 46% localizadas na região Sudeste e 74,3% situadas em áreas rurais. Dessas instituições, aproximadamente 82% declaravam possuir orientação religiosa (IPEA, 2017).

Apesar dessas mudanças no cenário nacional, estudos indicam que a Redução de Danos permanece presente nas práticas cotidianas de diversos profissionais, sustentada por concepções ético-políticas historicamente construídas. No entanto, a insuficiência de financiamento e a fragilidade institucional dificultam a continuidade dessas práticas (RAUP et al., 2022).

2 Redução de Danos no Brasil: contexto histórico, políticas públicas e desafios contemporâneos

A título de memorial Raup, Weber e Conte (2021) realizaram uma entrevista com Fátima Machado, precursora da Associação Brasileira de Redutores de Dano, sua história de vida é atravessada pela prática da RD, antes mesmo dela ser nomeada como RD. Fátima era usuária de cocaína injetável e cuidava do marido com HIV em fase terminal, buscava atendimento domiciliar e insumos para auxiliar no cuidado para auxiliar na qualidade de vida do marido.

Fátima relatou sobre sua atuação como redutora de danos nos primeiros programas que ofertavam tal cuidado, distribuía kits com água destilada, seringas estéreis, lencinhos, preservativos e caixas de descarte. Esses insumos eram uma forma de se aproximar e desenvolver vínculos com o usuário, para que assim pudesse refletir com ele e sensibilizá-lo a respeito de sua condição, conscientizando-o sobre seu próprio autocuidado.

Os desafios iniciais enfrentados por Fátima e outros redutores de danos no início do programa passava pela repressão policial até a exposição e estigma dos redutores de danos na indústria midiática.

Em 2005 houve evidentemente uma mudança do uso de injetáveis para o crack, denotando uma maior flexibilidade dos redutores de danos em observar as necessidades dessa nova demanda, assim os novos insumos correspondiam aos protetores labiais, piteiras e canudos para evitar lesões e possíveis transmissões de doenças.

A entrevista ocorreu em 2019, mesmo ano em que ocorreu a retirada da RD da Política Nacional Sobre Drogas, intensificando ideologias de abstinência que são frequentemente praticadas pelas Comunidades Terapêuticas. Raup, Weber e Conte (2021) apoiaram a visão de Fátima a respeito dos Caps e os consultórios de rua serem espaços de reflexão e sensibilização que auxiliariam o sujeito a se transformar.



Para melhor compreender o conceito de Redução de Danos (RD), política pública cunhada no Brasil, e o diferenciador da terminologia denominada como Redução de Riscos (RdR), nomeada desse modo na França, é importante relembrar o estudo de Rodrigues (2023). O autor expõe a conceituação da RdR voltada para um paradigma positivista e estatístico e como uma ferramenta de higienização social.

A partir da análise das informações dos aparatos desenvolvidos pelo Estado criou-se uma política preventivista, demarcando o subjugamento do sujeito frente aos cruzamentos de dados das mais variadas grandezas, como: renda, etnia, ambiente. Elementos esses que tornariam a pessoa propensa a realizar um comportamento tido como anormal ou patológico (Bernstein, 1996; Ewald, 1986 apud Rodrigues, 2023).

O modelo de política pública de RdR e Prevenção de Condutas de Risco (PCR), de modo geral a RdR se enquadrou em um modelo biomédico e medicalizante, com foco a evitar doenças infecciosas, retirando os elementos sociais desse fenômeno complexo (Asud, 2013 apud Rodrigues, 2023). Já a PCR ampliou tal lógica através da estimulação das Competências Psicossociais (empatia, tomada de decisão), ou seja, o Estado agia antes mesmo de ocorrer uma conduta de risco, todavia, como ressaltado por Rodrigues (2023), tais esforços eram empreendidos apenas nas denominadas zonas sensíveis, bem como, por ser uma diretriz hierárquica (de cima para baixo), poderia incorrer na culpabilização do sujeito.

A RD no Brasil, ao contrário da RdR na França, possuía fundamentos na contextualização do sujeito, levando em conta sua realidade social, substituindo assim o conceito de Risco por Vulnerabilidade (Machado, Boarini, 2013 apud Rodrigues, 2023). Tendo a RD realocado o fenômeno dos comportamentos tidos patológicos para a complexidade das relações e interações humanas, ela aliou-se às lutas sociais, especialmente levantando bandeiras da luta antimanicomial e do antiproibicionismo, tendo a saúde mental como foco (Silva, 2015 apud Rodrigues, 2023).

A construção da RD estava vinculada à uma ética do cuidado, como citado por Petuco (2016, apud Rodrigues, 2023), possibilitando que houvesse uma escuta, acolhimento e criações de estratégias em conjunto com o usuário através desse vínculo afetivo de confiança entre as partes.

Tendo esse contexto em vista, os Consultórios de Rua (CR), é uma estratégia da saúde pública para prevenção de HIV/Aids e para RD para uso de álcool, crack e outras drogas. CR oferta acessibilidade para pessoas vulneráveis, indo até o local de convivência como ruas, praças, eventos culturais etc. (Medeiros et al., 2023).

No estudo desenvolvido por Medeiros (et al., 2023), foi analisado a implementação de CR e do cuidado territorial no Recife que ocorreu desde o ano de 2010. As equipes eram formadas por Agentes de Redução de Danos (ARD), de nível médio, técnicos de nível superior como psicólogos e assistentes sociais, também faz parte da equipe o grupo de arte-educadores.



A equipe tinha como dever realizar o mapeamento dos territórios, identificando espaços de uso, que particularmente no Recife são tidos como itinerantes, ou sazonais. As estratégias dos ARD para acessar e se aproximar de forma respeitosa dos territórios e dos usuários, se dava através da oferta de insumos como chaveiros com dicas de RD, lanches, copos de água, preservativos entre outros.

As autoras ressaltam a importância do CR respeitar os saberes do território, bem como a importância de estarem presente nos mesmos dias e horários, para facilitar assim o desenvolvimento do vínculo entre a equipe e os usuários.

De acordo com o estudo, a RD flexibiliza a suposição de que a única maneira do usuário lidar com seu comportamento auto lesivo, uma vez que propõe técnicas menos dolorosas e mais próximas da materialidade e possibilidades do sujeito, dando a ele autonomia e protagonismo em seu próprio processo de tratamento. As autoras relatam o imprescindível papel das supervisões clínico-institucional para que a equipe pudesse refletir sobre seus próprios preconceitos e as dificuldades que surgiam ao lidar com o usuário.

Os resultados obtidos através da atuação do CR foram: ampliação dos encaminhamentos para os serviços de especialidade e para a saúde básica; contribuiu para a sensibilização das equipes de outras áreas para um atendimento mais humanizado e acolhedor aos usuários; redução de vulnerabilidades às IST/Aids por meio de aconselhamentos e ofertas regulares de insumos no próprio local do atendimento.

Todavia, a práxis da RD passa por inúmeros obstáculos e dificuldades para se efetivar quando consegue. Passando inclusive pelo desafio da compreensão do funcionamento da RD dentro da própria equipe e as discordâncias internas, como bem ressaltado pelo estudo de Pires Rocha e Santos (2021).

O citado estudo, realizado em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) do Distrito Federal evidenciou a importância do modelo transdisciplinar para o desenvolvimento do cuidado integral do sujeito, especialmente sob as diretrizes da RD. As entrevistas ocorreram com 7 gerentes e 41 profissionais de diversas áreas tais como: medicina, enfermagem, psicologia, serviço social, farmácia e terapia ocupacional.

Ao analisar as entrevistas, foram definidas duas interpretações diferentes para a RD: RD de escopo ampliado, compreendendo-a como uma estratégia de construção de vínculos e de cidadania, visando o sujeito para além do uso crônico de drogas, auxiliando-o a se reinserir na sociedade, possibilitar acesso a direitos básicos (moradia e alimentação) e desenvolvimento da autonomia do sujeito, ou seja, quando o paciente alcança alguma qualidade de vida, compreende-se como uma validação terapêutica; RD como caminho para abstinência, profissionais que



consideravam a abstinência como uma cura utilizavam a RD quando o sujeito não conseguia se interromper o uso imediato da substância.

Por fim, o estudo trouxe informações relevantes a respeito da formação dos profissionais, enquanto psicólogos e assistentes sociais, possuem uma formação fundamentada nas ciências sociais, majoritariamente adotaram a RD como escopo ampliado. Já entre os médicos e técnicos de enfermagem houve uma tendência de um modelo biomédico e de utilização da RD como caminho para a abstinência.

Essa contradição ideológica da equipe, de acordo com Pires, Rocha e Santos (2021), impacta negativamente no tratamento do usuário, que por vezes recebe orientações contraditórias e por vezes poderia ser punido pelo profissional de plantão, levando o usuário a abandonar o tratamento.

Entretanto, não se pode ocultar que muitos psicólogos(as) ainda possuem uma interpretação restrita da RD, reduzindo a prática a uma mera diminuição do uso, sem levar em consideração a potencialidade que ela oferta para a promoção de vínculos e autonomia do sujeito, como nos mostra o estudo de Pires Rodrigues e Ximenes (2021).

A citada pesquisa analisou entrevistas de 3 psicólogos (2 psicólogas do CAPS AD e um psicólogo da Comunidade Terapêutica), encontrando três categorias de análise, a saber: RD como estratégia de abstinência, especialmente no CAPS AD, espaço que inclusive uma das psicólogas realiza o enquadramento terapêutico vinculando a permanência do usuário no grupo com o compromisso da abstinência; RD como fator de risco, em que dentro do contexto da Comunidade Terapêutica (CT), a RD é observada como perigosa e danosa para os internos, uma vez que nesse espaço há uma prática institucional de abstinência total em que o sujeito fica isolado do convívio com o cotidiano que tinha anteriormente; conflitos institucionais, caracterizado pela contradição ideológica entre as políticas públicas do Estado e do Município, em que o primeiro fortalece a abstinência e o segundo orienta para a RD.

O artigo finaliza expondo a necessidade do retorno da psicologia para uma clínica ampliada, transdisciplinar voltada para o território e compreendendo as necessidades, capacidades e desafios do usuário, em que esse é visto para além do uso da droga.

Em 2019 houve um intenso retrocesso nas práticas de RD com a mudança de governo federal, em que retirou a RD como prática e passou a financiar pesadamente comunidades terapêuticas e o modelo de abstinência. Tendo esse contexto em vista, RAUP (et al., 2022), buscou desenvolver um mapeamento dos profissionais e ações de RD que ainda resistiam nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, através de um questionário online, que contou com um total de 72 questionários validados.



A pesquisa constatou alguns determinantes dos profissionais, tais como: gênero, 76,4% eram mulheres jovens; nível educacional elevado, 73,6% possuíam ensino superior completo; vínculos institucionais, demonstrou que 65,3% eram vinculados ao município (CAPS AD, Atenção Básica, Consultório de Rua, 16,3% das profissionais estava vinculada a Organização Social Civil e coletivos festivos, e; a figura do redutor de danos, que foi sendo substituída por categorias profissionais de ensino superior, gerando uma invisibilidade do agente redutor.

Ainda sobre as práticas desses serviços evidenciou-se que as atividades do setor público estavam 96,2% focalizadas em ações educativas e 84,9% cuidados clínicos (atendimentos individuais e rodas de conversa). Nos coletivos festivos e OSC tiveram maior inventividade e distribuição de insumos, 82,4% explicaram que havia distribuição de insumos para consumo seguro e 100% discutiram sobre materiais informativos que são distribuídos nesses locais.

O estudo conclui que, apesar das mudanças políticas restritivas a nível federal, a Redução de Danos segue viva nas práticas cotidianas dos profissionais, fundamentada em concepções ético-políticas historicamente enraizadas. No entanto, a falta de financiamento e de sistematização de dados fragiliza a continuidade do trabalho. Os autores defendem a necessidade de revitalizar a figura do agente redutor de danos e ampliar os investimentos em políticas que coloquem o usuário como protagonista de sua vida e cuidado.

Em 2019, o plano nacional de política sobre drogas – PLANAD, traz uma alteração na política nacional, com a lei 13.840/2019 (Brasil, 2019), mudando consideravelmente o modelo de tratamento para pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas. O modelo passou a contar com a ideia de prevenção, tratamento, reinserção social e repressão ao tráfico. O método preconizado passou a envolver uma série de estratégias combinadas de tratamento, que no caso passou a incentivar e enfatizar a abstinência e a possibilidade de internação, incluindo a involuntária como modelo principal, abrindo a possibilidade de deixar a estratégia de redução de danos em segundo plano. Neste período o Governo Federal passou a financiar e favorecer comunidades terapêuticas privadas, sendo a maioria delas, ligadas a organizações religiosas, como parte da rede de atenção a esta população.

Entre outras palavras, desde 2019, segundo dados do Ministério da saúde (Brasil, 2021), as Comunidades terapêuticas – CTs, existentes no Brasil receberam maior financiamento para o acolhimento denominado voluntário, e de 2019 até 2021, cerca de 80 mil pessoas passaram por estas unidades, financiadas pelo Governo Federal. A expansão de vagas, saiu de 11 mil vagas financiadas em 2019, para 17.300 em 2021, favorecendo assim esse modelo de cuidado. Outro dado relevante, segundo a Lei complementar nº 187/2021 que regula a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS (Brasil, 2021), as Comunidades Terapêuticas passaram



a ser beneficiadas com a imunidade tributária, o que favoreceu o aumento de grupos religiosos neste segmento (Agência Brasil, 2024).

Segundo dados do IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2017 havia cerca de 2 mil comunidades terapêuticas no Brasil, sendo 46% na região Sudeste e em zonas rurais (74,3%) e 82 % se declaram ter orientação religiosas, e quase 47% são evangélicas ou protestantes. Apenas 27% são católicas (IPEA, 2017).

Após os esclarecimentos sobre as mudanças políticas no Brasil, este estudo consistiu em explorar os dados observados pelos estagiários do curso de psicologia da UNIP – Universidade Paulista – Campus Sorocaba, como parte do estágio supervisionado obrigatório em Psicologia da Saúde, nos equipamentos de saúde espalhados no território do município. Assim, o objetivo deste trabalho se caracterizou por explorar e analisar os relatos orais e registros em relatórios institucional dos estagiários sobre as práticas de cuidado às pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas nos equipamentos de saúde do SUS situados na Cidade de Sorocaba entre os anos de 2022 e 2023.

3. MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, retrospectivo e de corte transversal, fundamentado na modalidade de relato de experiência. Analisou-se os relatórios e discussões suscitadas em supervisão, cujo conteúdo foram produzidos pelos estagiários do último ano, entre 2022 e 2023, do curso de Psicologia da Universidade Paulista do campus Sorocaba (UNIP-Sorocaba), sob orientação de professores especialistas em psicologia da saúde. O estágio obrigatório realizado foi referente a disciplina de Psicologia da Saúde, em que os estagiários foram a campo em instituições de saúde nos territórios, tal como os CAPS AD, do município de Sorocaba.

A leitura e análise dos relatórios dos discentes, bem como os relatos orais nas supervisões constituíram material empírico sobre o qual o grupo de pesquisadores se debruçou para compreender de modo crítico e problematizador, os elementos que se emergentes, para então serem elaboradas categorias temáticas, com base na metodologia qualitativa proposta por Minayo (2014).

Para a realização da revisão da literatura foi utilizada a plataforma de artigos científicos Scielo, em que se utilizou as seguintes palavras-chave: políticas públicas AND redução de danos; resultou em 60 artigos. Para refinar a pesquisa foram utilizados os filtros: LANGUAGE, em que foi selecionado apenas artigos em português, e; PUBLICATION YEAR, em se selecionou-se artigos publicados nos últimos cinco anos, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025. Com auxílio de tais filtros foi



possível ter um resultado total de 16 artigos, entretanto 6 artigos estavam replicados, resultando assim em 10 artigos elegíveis para análises posteriores.

Também foram pesquisados sites/plataformas do Governo Federal como o Ministério da Saúde, o IPEA para que fosse possível registrar mais elementos sobre a realidade dos Planos nacionais de cuidado às pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas.

Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados os artigos que correspondessem aos critérios: a) redução de danos de álcool e outras substâncias; b) relatos de experiências sobre a RD; c) desafios e potencialidades na aplicação da RD e d) dados sobre comunidades terapêuticas e leis vigentes. Critério de exclusão: artigos que não correspondessem aos critérios a, b, c e d. Desse modo, 3 artigos foram excluídos por não contemplarem os critérios de inclusão estabelecidos, resultando em 7 artigos e dados governamentais para serem analisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo como base o Relato de experiência das ações assistenciais observadas por discentes do último ano de psicologia da UNIP-Sorocaba, nos equipamentos de saúde do município entre os anos 2022 e 2023, como CAPSs e UBSs, além de ONGS, casas de passagem entre outros equipamentos, de forma semanal e supervisionada, pôde-se compreender que as vivências nos equipamentos de saúde não se configuraram apenas como observações técnicas que permeariam uma prática realizada para o cumprimento do estágio obrigatório. Há de se considerar que se constituíram enquanto experiências formativas que tensionaram a compreensão dos estudantes acerca das políticas públicas e da própria ética do cuidado.

Desse modo, compreende-se que os discentes ao confrontarem práticas marcadas por retrocessos e contradições institucionais amparados pelas discussões clínicas realizadas em supervisões, foram convocados a interpretar criticamente a realidade encontrada, deslocando-se de uma posição meramente observadora para uma postura ético-política implicada. Nesse sentido, compreende-se tal como apregoado por Gadamer (2008), que a compreensão sobre a realidade vivenciada se configura enquanto um acontecimento, pois parte de certa inquietação entre sujeito e realidade histórica, que poderá transformar quem interpreta e aquilo que é interpretado. Ou, em outras palavras, torna-se um campo marcado pela afetação.

Os resultados observados pelos discentes evidenciaram sinais importantes de fragilização das políticas públicas territoriais voltadas ao cuidado de pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas.

Nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) foi possível observar elevada demanda assistencial associada à insuficiência de profissionais, resultando em sobrecarga



das equipes e dificuldades na execução de práticas territoriais, como busca ativa, visitas domiciliares e articulação intersetorial. Tais limitações comprometeram a efetivação do modelo psicossocial e reduziram as possibilidades de intervenções fundamentadas na Redução de Danos.

Observou-se também a crescente priorização de estratégias baseadas na internação voluntária e involuntária, frequentemente utilizadas como principal recurso terapêutico diante das limitações estruturais dos serviços. Esse cenário evidencia um deslocamento progressivo do cuidado territorial para práticas de institucionalização, aproximando-se de modelos centrados na abstinência, conforme apontado por estudos recentes sobre as mudanças nas políticas públicas sobre drogas no Brasil (RAUP et al., 2022).

Outro aspecto identificado foi a precarização das condições de trabalho das equipes multiprofissionais, caracterizada por vínculos empregatícios instáveis, equipes reduzidas e alta rotatividade de profissionais. Esse contexto favoreceu o desgaste profissional e dificultou a implementação de práticas de cuidado integral e humanizado, em consonância com o que apontam estudos sobre os desafios da Redução de Danos nos serviços de saúde (PIRES ROCHA; SANTOS, 2021).

Observou-se ainda a predominância de encaminhamentos para comunidades terapêuticas como principal estratégia de cuidado, muitas delas vinculadas a instituições religiosas e fundamentadas em modelos de abstinência total. Esse fenômeno evidencia o fortalecimento de práticas baseadas na institucionalização prolongada, em detrimento das estratégias territoriais e comunitárias.

As experiências de estágio também indicaram dificuldades institucionais para a implementação de práticas de Redução de Danos, incluindo restrições diretas ou indiretas às intervenções dos estagiários fundamentadas nesse modelo de cuidado. Tal cenário evidencia tensões entre as diretrizes das políticas públicas de saúde mental e as práticas institucionais cotidianas.

De modo geral, os resultados indicam um enfraquecimento das práticas territoriais e da perspectiva de Redução de Danos, com tendência à priorização de estratégias centradas na abstinência e na institucionalização, configurando sinais de retrocesso em relação às conquistas históricas da Reforma Psiquiátrica brasileira.

5. CONCLUSÃO

A análise realizada a partir das experiências de estágio supervisionado em Psicologia da Saúde evidenciou um processo de enfraquecimento das políticas públicas de Redução de Danos no cuidado às pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas no município de



Sorocaba nos anos de 2022 e 2023. Os dados observados indicam dificuldades estruturais nos serviços territoriais, caracterizadas por elevada demanda assistencial, equipes reduzidas e limitações para o desenvolvimento de práticas comunitárias e intersetoriais.

Os resultados demonstraram que os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), dispositivos estratégicos do modelo psicossocial, enfrentam obstáculos significativos para a efetivação do cuidado territorial e humanizado. A sobrecarga das equipes e a precarização das condições de trabalho dificultam a realização de ações fundamentais para a Redução de Danos, como busca ativa, construção de vínculos e articulação com a rede de serviços.

Observou-se também uma tendência crescente de priorização de estratégias baseadas na abstinência e na institucionalização, especialmente por meio de encaminhamentos para comunidades terapêuticas e internações voluntárias e involuntárias. Tal cenário reflete mudanças recentes nas diretrizes das políticas públicas sobre drogas no Brasil, particularmente após a promulgação da Lei nº 13.840/2019, que ampliou a centralidade da abstinência como estratégia terapêutica.

Nesse contexto, a Redução de Danos tende a ocupar um lugar secundário nas práticas institucionais, sendo frequentemente compreendida apenas como estratégia transitória para alcançar a abstinência, ou mesmo sendo desestimulada em determinados serviços. Essa configuração representa um distanciamento dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira, que orientam o cuidado territorial, comunitário e centrado no sujeito.

As experiências relatadas pelos discentes indicaram ainda dificuldades institucionais para a implementação de práticas fundamentadas na Redução de Danos, incluindo restrições à atuação dos estagiários e limitações na realização de intervenções territoriais. Tais elementos contribuíram para o desenvolvimento de uma postura crítica em relação às transformações recentes das políticas públicas de saúde mental.

Apesar das dificuldades observadas, a Redução de Danos permanece como referência ética e técnica importante para a atuação profissional, especialmente por sua capacidade de promover cuidado humanizado, construção de vínculos e ampliação do acesso aos serviços de saúde. Nesse sentido, torna-se fundamental o fortalecimento das práticas territoriais e das diretrizes da atenção psicossocial como forma de garantir a continuidade dos avanços conquistados pela Reforma Psiquiátrica brasileira.

Conclui-se que as experiências vivenciadas pelos discentes contribuíram para a reflexão crítica sobre as transformações nas políticas públicas de saúde mental, reforçando a importância do compromisso ético-profissional com o cuidado integral e com a defesa de modelos de atenção que valorizem a autonomia, a cidadania e os direitos das pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Plataforma traz dados inéditos sobre comunidades terapêuticas no país.** 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/plataforma-traz-dados-ineditos-sobre-comunidades-terapeuticas-no-pais>. Acesso em: 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. **Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.** Brasília: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019. Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Brasília: Presidência da República, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Comunidades terapêuticas:** dados de financiamento e vagas. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CONAD- PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS 2-022-2027, BRASILIA, DF 2022.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I:** Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Perfil das comunidades terapêuticas brasileiras.** Brasília: IPEA, 2017.

MEDEIROS, A. C. et al. Consultório na Rua e cuidado territorial: práticas de redução de danos junto a usuários de álcool e outras drogas. **Revista de Saúde Pública**, 2023.

MEDEIROS, Pollyanna Fausta Pimentel de et al. Consultório de Rua: cuidado no território na interface entre HIV/Aids, drogas e Redução de Danos. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 136, p. 307-320, jan./mar. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PIRES ROCHA, L.; SANTOS, M. A. **Redução de danos em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas:** concepções e práticas de profissionais de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2021.

PIRES RODRIGUES, L.; XIMENES, V. M. **Concepções de redução de danos entre psicólogos que atuam com usuários de álcool e outras drogas.** *Psicologia & Sociedade*, 2021.

PIRES, Roberto Rocha C.; SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **Desafios do multiprofissionalismo para a redução de danos em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas.** *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 30, n. 4, e200277, 2021.

PIRES, Ronaldo Rodrigues; XIMENES, Verônica Moraes. **Sentidos Atribuídos por Profissionais de Psicologia sobre a Redução de Danos.** *Psicologia Clínica e Cultura*, v. 37, e37, 2021.

RAUP, L. et al. **Redução de danos no Sul do Brasil:** mapeamento de práticas e profissionais. *Saúde em Debate*, 2022.

RAUP, L.; WEBER, F.; CONTE, M. **Redução de danos no Brasil:** memórias e trajetórias a partir da Associação Brasileira de Redutores de Danos. *Saúde em Debate*, 2021.



RAUPP, Luciane et al. **Caracterização de atores e práticas de Redução de Danos na região Sul do país.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 31, n. 2, e210636, 2022.

RAUPP, Luciane; WEBER, Carla Nunes; CONTE, Marta. **Memória das políticas e práticas em redução de danos:** entrevista com Fátima Machado. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 839-847, jul.-set. 2021.

RODRIGUES, A. P. **Redução de danos e redução de riscos:** diferentes perspectivas de políticas públicas sobre drogas. Saúde e Sociedade, 2023.

RODRIGUES, Tiago Hyra. Entre o risco e o dano: **Redução de danos, redução de riscos e prevenção no Brasil e na França.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 119-143, jan.-abr. 2023.

AUTORES

CYBELE MORETTO: Psicóloga, mestre e doutora pela PUC. Especialista em psicoterapia psicanalítica e em violência doméstica contra crianças e adolescentes pelo IP/USP. Docente e tutora do programa de pós-graduação de Residência Multiprofissional em saúde de Sorocaba; professora titular de psicanálise e supervisora de estágio em ensino superior na UNIP Sorocaba.

LUIZ GUSTAVO DA SILVA PRADO PINHEIRO: Psicólogo graduado em psicologia pela Universidade Paulista de Sorocaba (UNIP, 2023). Desenvolveu diversas atividades vinculadas à Instituição, tais como palestras, feiras e Iniciação Científica.

MARIA AP. DOS SANTOS CRISOSTOMO: Doutora e Mestre em Educação pela Uniso. Supervisora de estágio de ensino superior na UNIP Sorocaba. Email: maria.crisostomo@docente.unip

ROSELI MARIA DOS SANTOS: Psicóloga e mestre em psicologia clínica (PUC-CAMP). Especialista em psicologia clínica e hospitalar. Professora e supervisora de estágio e ensino superior (UNIP/Sorocaba).

SONIA MARIA MACHADO DE OLIVEIRA NUKUI: Psicóloga e mestre em psicologia pela UMESp. Especialista em psicologia breve especializada; especialista em psicoterapia existencial, e; especialista em neuropsicologia. Professora e supervisora de estágio no ensino superior; coordenadora auxiliar do curso de psicologia da Unip Campus Sorocaba.

VALERIA CRISTINA ANTUNES: Psicóloga, Doutora e Mestre em Ciências Aplicadas à Pediatria pela UNIFESP, coordenadora auxiliar da clínica de psicologia da universidade paulista (UNIP/Sorocaba).



FORMAÇÃO DAS MULTIDÕES DIGITAIS, MECANISMOS DE MANIPULAÇÃO E IMPACTOS PSICOSSOCIAIS

FORMATION OF DIGITAL CROWDS, MANIPULATION MECHANISMS, AND PSYCHOSOCIAL IMPACTS

Daniela Pires Abdalla¹⁰

Joseane Saraiva Moreira Lozano¹¹

Leonado David de Castro¹²

Maria Marlene Fonseca¹³

Sonia Maria Machado de Oliveira Nukui¹⁴

RESUMO

Introdução: A contemporaneidade é marcada pelo avanço das tecnologias digitais de informação, que reconfiguram as interações humanas e os processos de subjetivação. Nesse cenário, a Psicologia Social crítica de Silvia Lane, ao enfatizar a constituição histórica e social do indivíduo, oferece uma lente teórica fundamental para compreender os novos mecanismos de controle e mediação. A partir dessa perspectiva, analisa-se o documentário “O Dilema das Redes”, que revela como as plataformas digitais são projetadas para maximizar o engajamento e os lucros corporativos por meio de algoritmos avançados, impactando a saúde mental, disseminando fake news e acentuando divisões ideológicas. **Objetivos:** Destacar os pontos de encontro entre as críticas feitas às redes sociais no documentário e os principais conceitos da psicologia social defendidos por Lane, como alienação, ideologia e a construção da subjetividade nas interações sociais. **Método:** A análise foi feita por meio de uma revisão dos temas centrais do documentário, conectando-os com os principais elementos da obra de Lane. **Resultado:** A construção da consciência crítica diante dos processos de manipulação das mídias revela-se essencial para o fortalecimento da autonomia subjetiva do indivíduo nas configurações da contemporaneidade. **Conclusão:** A análise mostra que o documentário exemplifica claramente a forma de alienação descrita por Lane. As plataformas digitais influenciam a forma como percebemos a realidade, promovem comparações sociais constantes e criam bolhas de informação, o que fragmenta a experiência humana e dificulta a formação de sujeitos críticos e autônomos. A lógica dos algoritmos, guiada pelo lucro, funciona como uma nova forma de ideologia, tornando invisíveis os mecanismos de

O presente trabalho analisa como os algoritmos das redes sociais exploram vulnerabilidades humanas visando engajamento e lucro. Através da análise do documentário "O Dilema das Redes" e da obra "Psicologia das Multidões" de Gustave Le Bon, evidenciou-se que a tecnologia atua como ferramenta de controle social e emocional. As redes sociais criam "multidões digitais" onde a busca por validação leva à conformidade e à perda da criticidade. Conclui-se que a educação midiática e a conscientização sobre os mecanismos de manipulação são fundamentais para mitigar riscos à saúde mental, como a nomofobia e o FOMO (Fear of Missing Out - Medo de ficar de fora).

Palavras-chave: Algoritmo; Multidões; Comportamento; Le Bon; Psicologia Social.

ABSTRACT

¹⁰ [Graduanda em Psicologia daniella.abdalla@aluno.unip.br](mailto:daniella.abdalla@aluno.unip.br)

¹¹ [Graduanda em Psicologia joseane.lozano@aluno.unip.br](mailto:joseane.lozano@aluno.unip.br)

¹² [Graduanda em Psicologia leonardo.castro27@aluno.unip.br](mailto:leonardo.castro27@aluno.unip.br)

¹³ [Graduanda em Psicologia maria.sant36@aluno.unip.br](mailto:maria.sant36@aluno.unip.br)

¹⁴ [Psicóloga, Mestra em Psicologia Clínica, professora suplementar e coordenadora auxiliar do curso de Psicologia da UNIP, campus Sorocaba. sonia.nukui@docente.unip.br](mailto:sonia.nukui@docente.unip.br)



Introduction: Contemporary society is marked by the advancement of digital information technologies, which have reconfigured human interactions and processes of subjectivation. In this context, Silvia Lane's critical Social Psychology, by emphasizing the historical and social constitution of the individual, provides a fundamental theoretical framework for understanding new mechanisms of control and mediation. From this perspective, the documentary *The Social Dilemma* is analyzed, revealing how digital platforms are designed to maximize user engagement and corporate profits through advanced algorithms, impacting mental health, spreading fake news, and intensifying ideological divisions. **Objectives:** To highlight the points of convergence between the criticisms of social media presented in the documentary and the main concepts of Social Psychology proposed by Lane, such as alienation, ideology, and the construction of subjectivity through social interactions. **Method:** The analysis was conducted through a review of the documentary's central themes, connecting them with the main elements of Lane's theoretical framework. **Results:** The development of critical awareness regarding media manipulation processes proves essential for strengthening the individual's subjective autonomy within contemporary social configurations. **Conclusion:** The analysis demonstrates that the documentary clearly exemplifies the forms of alienation described by Lane. Digital platforms influence the way reality is perceived, promote constant social comparisons, and create information bubbles, fragmenting human experience and hindering the development of critical and autonomous individuals. The logic of algorithms, driven by profit, operates as a new form of ideology, rendering invisible the mechanisms of control and manipulation that shape behaviors and beliefs. This study also examines how social media algorithms exploit human vulnerabilities in pursuit of engagement and profit. Through the analysis of the documentary *The Social Dilemma* and the book *The Crowd: A Study of the Popular Mind* by Gustave Le Bon, it became evident that technology functions as a tool of social and emotional control. Social media platforms create "digital crowds," in which the search for validation leads to conformity and the loss of critical thinking. It is concluded that media literacy and awareness of manipulation mechanisms are essential to mitigate risks to mental health, such as nomophobia and FOMO (*Fear of Missing Out*).

Keywords: Algorithm; Crowds; Behavior; Le Bon; Social Psychology.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido a partir da apresentação de um trabalho acadêmico na disciplina de Psicologia Social do curso de Psicologia da UNIP – Sorocaba, articulado ao tema "A Psicologia Social no Cotidiano" e às leituras realizadas no primeiro bimestre, incluindo a análise crítica de um documentário, bem como de obras teóricas. Nesse contexto, as discussões desenvolvidas serviram como parâmetro inicial para refletir sobre como as tecnologias de conexão evoluíram para sofisticados modelos de controle e modulação comportamental.

Desse modo, o estudo envolve uma análise crítica da sociedade contemporânea frente ao domínio das mídias digitais, buscando compreender seus impactos na formação da opinião pública, nas relações sociais e no comportamento individual. Espera-se que as questões discutidas neste estudo promovam o desenvolvimento da autonomia crítica dos sujeitos e reforcem a importância da transparência algorítmica e da responsabilidade ética na utilização das tecnologias digitais, visando à promoção do bem comum.



Compreende-se que a transição da esfera pública tradicional para o ecossistema virtual reconfigurou os modos de socialização e a própria constituição do sujeito contemporâneo. O advento das plataformas digitais foi inicialmente saudado como um marco de democratização da informação e de ampliação dos laços comunitários. Contudo, a evolução dessas tecnologias redirecionou seu escopo original para um modelo mercadológico que opera através da captura sistemática da atenção humana. Considerando as discussões desenvolvidas na disciplina de Psicologia Social, especialmente as contribuições de Silvia Lane (1984), compreende-se que o indivíduo se constitui historicamente nas relações sociais e nas condições concretas de existência produzidas pela sociedade.

Dessa forma, tal fenômeno encontra-se profundamente articulado à lógica capitalista contemporânea, na qual dados, emoções, comportamentos e interações sociais passam a ser convertidos em mercadoria. Nesse contexto, a subjetividade humana transforma-se em objeto de exploração econômica, sustentando um modelo baseado no consumo contínuo, na hiperconectividade e na maximização do engajamento digital como fonte de lucro. Assim, as plataformas digitais não apenas mediam relações sociais, mas também reproduzem e intensificam mecanismos de controle, vigilância e manipulação compatíveis com as demandas do capitalismo informacional.

Diante desse cenário, a Psicologia Social é convocada a investigar as novas configurações grupais que emergem no ciberespaço. Se, no século XIX, pensadores clássicos debruçavam-se sobre as massas urbanas que tomavam as ruas das metrópoles industrializadas, a contemporaneidade exige a compreensão das "multidões digitais". Estas novas aglomerações, embora desprovidas de coesão física e dispersas geograficamente, manifestam dinâmicas de contágio, sugestionabilidade e perda de autonomia que em muito se assemelham aos fenômenos observados nas massas físicas do passado.

A justificativa desta investigação reside na necessidade urgente de mapear as ferramentas de modulação comportamental utilizadas pelas grandes corporações de tecnologia. A mediação algorítmica não se limita a sugerir conteúdos; ela interfere ativamente na produção de subjetividades, na regulação das emoções e no estabelecimento de padrões psicopatológicos emergentes. Compreender tais mecanismos sob as lentes da psicologia social, da psicanálise e da filosofia política é o primeiro passo para a construção de uma consciência crítica capaz de preservar a integridade psíquica e a soberania do indivíduo na era digital.

Diante desse cenário, delinea-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira os algoritmos de engajamento das plataformas digitais reconfiguram as dinâmicas de contágio e sugestionabilidade das massas descritas pela psicologia social clássica? Portanto, o objetivo geral deste artigo é analisar os mecanismos de manipulação psicológica operados pelas redes sociais e



seus respectivos impactos psicossociais na autonomia e saúde mental dos usuários contemporâneos.

2. O DILEMA DAS REDES E A MANIPULAÇÃO DIGITAL

O documentário “O Dilema das Redes” (2020), dirigido por Jeff Orlowski, alerta sobre como os algoritmos das redes sociais são projetados para maximizar o engajamento, frequentemente à custa do bem-estar individual e da saúde coletiva. Como afirmou Sófocles, “Nada grandioso entra na vida das pessoas sem uma maldição”. A premissa central é que, se o serviço é gratuito, o usuário é o produto, sendo manipulado por arquiteturas digitais viciantes.

2.1 Mecanismos de Vício e Capitalismo de Vigilância

As redes sociais exploram vulnerabilidades psicológicas como a busca por validação social, a necessidade de pertencimento e o medo de perder algo (FOMO). A arquitetura dessas plataformas libera dopamina a cada notificação, curtida ou comentário, criando um ciclo de reforço positivo semelhante ao vício em substâncias. Esse comportamento compulsivo afeta diretamente a autoestima e o bem-estar, especialmente entre jovens. A arquitetura das redes sociais é desenhada para gerar um ciclo compulsivo semelhante ao vício em substâncias. Este cenário alimenta o “Capitalismo de Vigilância”, um mercado que negocia exclusivamente o comportamento futuro dos seres humanos.

A engrenagem do Capitalismo de Vigilância, conceito que descreve a mercantilização dos dados comportamentais extraídos dos usuários, estabelece uma assimetria de poder sem precedentes. As plataformas digitais não operam apenas como repositórios de conteúdo, mas como laboratórios de condicionamento operante em escala global. Cada clique, tempo de visualização, compartilhamento e até mesmo a velocidade de rolagem da tela são quantificados e processados por sistemas de inteligência artificial.

Nesse cenário, cabe apontar que o objetivo final é a criação de perfis preditivos altamente precisos, capazes de antecipar e direcionar as escolhas dos indivíduos, sejam elas de consumo comercial ou de posicionamento ideológico. Do ponto de vista neurobiológico, a manipulação explora o sistema de recompensa mesolímbico. O design de interfaces como o infinite scroll (rolagem infinita) e as notificações em tempo real mimetizam o funcionamento das máquinas caça-níqueis, baseando-se no princípio do reforço intermitente.

O indivíduo é impelido a atualizar a página continuamente em busca de um novo estímulo gratificante. Esse ciclo constante de antecipação e saciedade artificial drena os recursos



atencionais do sujeito, resultando em uma exaustão cognitiva crônica e no enfraquecimento das funções executivas ligadas ao autocontrole e ao planejamento a longo prazo.

2.2 A Nomofobia como Angústia de Separação

Nomofobia (abreviatura do inglês no mobile phone phobia) é um fenômeno psicológico contemporâneo caracterizado pelo medo irracional, ansiedade ou pânico quando o indivíduo é privado de acesso ao seu telemóvel ou não consegue utilizá-lo. Ou, em outras palavras, simbolicamente emerge a angústia da separação do objeto desejado e amado.

Tal fenômeno pode ser compreendido a luz da psicanálise freudiana, pois a angústia de separação tem sua raiz no medo primordial da criança de perder a proteção da figura materna, o objeto primeiro, de satisfação e segurança. Na era digital, o smartphone atua como esse "objeto de suporte".

A nomofobia (o medo irracional de ficar sem o celular) não é apenas um vício técnico, mas uma manifestação da angústia de separação. Quando o indivíduo é privado do dispositivo, ele sente um "desamparo" (Hilflosigkeit) semelhante à angústia infantil da ausência da mãe. O celular garante o acesso constante à "massa" (amigos, seguidores, notícias), funcionando como uma âncora que impede o confronto com a própria solidão e a fragmentação do Eu.

Considerando o apontado acima recorre-se às contribuições de Freud que em o Mal-estar na Civilização (1930), sugeriu que o homem se tornou uma espécie de "Deus de prótese", aumentando suas capacidades através de ferramentas. O smartphone funciona como uma prótese do Ego: ao "perder" o aparelho, o indivíduo perde a sua capacidade de se relacionar com o mundo e com o grupo, desencadeando um colapso na sua identidade social.

Corroborando com essa perspectiva Freudiana, pode-se apontar que Gustave Le Bon compreende que esse fenômeno se revela como um mecanismo de defesa da própria multidão virtual. Se a massa exige uma 'alma coletiva' para existir, o smartphone atua como o dispositivo de mediação que impede a dispersão dessa massa. Portanto, a ansiedade patológica ao ficar sem o aparelho reflete o terror do indivíduo em ser desligado da unidade coletiva, perdendo a sua função como membro da massa e, conseqüentemente, a proteção e a sensação de identidade que a coletividade digital lhe confere.

2.2.1 Mecanismos de Engajamento e Vício



A arquitetura digital é projetada para ser viciante, liberando dopamina a cada notificação. Isso cria um ciclo compulsivo de busca por "likes" e comentários, gerando reforços positivos semelhantes ao uso de substâncias entorpecentes.

A necessidade neurótica de validação externa encontra no ecossistema digital uma métrica quantificável: o valor do sujeito passa a ser mensurado pelo volume de interações recebidas. Essa dependência psicológica das respostas da rede estabelece uma vigilância constante do próprio indivíduo sobre sua imagem pública virtual, perpetuando o estado de hipervigilância e ansiedade.

3. REVISÃO DA LITERATURA

A PSICOLOGIA DAS MULTIDÕES DE GUSTAVE LE BON, em 1895, já descrevia a massa como uma entidade irracional, emocional e facilmente influenciável.

Esse conceito é aplicável à atualidade: as redes sociais criam "multidões digitais" e "bolhas de informação", onde algoritmos exibem apenas conteúdos que reforçam crenças preexistentes. Esse cenário gera desinformação e polarização, onde cada indivíduo se sente "dono da verdade", reduzindo a capacidade crítica.

Le Bon descreveu que, ao integrar uma multidão, as aquisições individuais dos sujeitos se apagam, fazendo com que a personalidade consciente desapareça. Em seu lugar, emerge uma "alma coletiva" temporária, apresentando características muito nítidas: o predomínio de elementos inconscientes, a orientação dos sentimentos e das ideias numa única direção devido à sugestão e ao contágio, e a tendência a transformar imediatamente em atos as ideias sugeridas. No ambiente digital, essas características adquirem uma nova escala de eficiência, uma vez que a barreira física é eliminada, permitindo que a informação ocorra em velocidade instantânea e em proporções transcontinentais.

3.1 A Perspectiva de Freud

Enquanto Le Bon focou na descrição fenomenológica da irracionalidade das massas, Freud, em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921), buscou explicar o que une essas pessoas.

Freud argumenta que a coesão de uma massa não se dá apenas por "sugestão", mas por laços libidinais (amorosos). A libido, concebida como uma energia de impulsos amorosos, é redirecionada:

O sujeito projeta no líder (ou no algoritmo, no caso digital) o seu "Ideal do Eu", substituindo sua própria instância crítica pela figura do objeto amado.



O indivíduo identifica-se com os outros membros da massa, pois todos compartilham a mesma idealização do líder. Isso explica a conformidade descrita no sobre o "amor" ao grupo e ao líder exige a renúncia à individualidade.

3.2 A Massa Virtual e o Inconsciente

Na era digital, as ideias de Le Bon sobre "contágio mental" explicam como emoções e informações falsas se espalham rapidamente, como um vírus, contaminando indivíduos e gerando comportamentos coletivos acríticos. A "massa virtual" intensifica a perda da individualidade e a pressão pela conformidade.

Freud observou que, na massa, o indivíduo libera os obstáculos que reprimem seus instintos inconscientes. No cenário digital, isso é potencializado:

O anonimato da rede e a "bolha de informação" permitem que pulsões agressivas, antes contidas, venham à tona (ex: cyberbullying e polarização acrítica).

O indivíduo busca na massa digital uma proteção contra o narcisismo e o isolamento, mas, ao fazê-lo, torna-se um "bárbaro" nas palavras citadas por Freud ao referir-se a Le Bon.

A desinibição de pulsões destrutivas e hostis encontra respaldo no sentimento de irresponsabilidade proporcionado pela distância física e pelo uso de pseudônimos. A massa virtual funciona, portanto, como um catalisador de regressões psíquicas, onde os diques civilizatórios da moralidade e da alteridade são facilmente rompidos em prol da catarse coletiva.

3.3 Irrracionalidade e Contágio Mental

Segundo Le Bon, "pelo simples fato de fazer parte de uma multidão, o homem desce vários graus na escala da civilização". Na era digital, as emoções e ideias se espalham rapidamente pelo contágio mental, onde a massa aceita crenças sem questionamento crítico.

Freud reinterpreta o "contágio" de Le Bon não como uma simples infecção mental, mas como uma identificação libidinal entre os membros da massa.

Na base psicanalítica, o contágio ocorre porque os indivíduos, ao se sentirem parte de um grupo, colocam o mesmo objeto (o algoritmo ou uma figura de autoridade) em seu Ideal do Eu.

A "massa virtual" é uma estrutura onde o indivíduo abdica de seu julgamento crítico para que o "objeto" (a rede/o algoritmo) possa preencher seu vazio narcísico. O contágio, portanto, é a circulação de uma identificação comum: todos na rede passam a sentir e desejar o que o "líder" (algoritmo) dita, validando-se mutuamente.



3.4 Sugestionabilidade e o Papel dos Líderes

A massa é altamente sugestionável e movida por impulsos emocionais. Le Bon observa que os líderes exercem influência através de afirmações repetitivas e prestígio. No ambiente virtual, influenciadores e algoritmos desempenham esse papel, moldando a opinião pública e incentivando a conformidade.

Freud esclarece que a sugestão, mencionada por Le Bon, é, na verdade, uma hipnose coletiva.

Para Freud, a massa precisa de um líder que personifique uma autoridade. No ambiente digital, o algoritmo ocupa esse lugar. Ele é a "autoridade invisível" que, através da repetição (notificações, feeds cíclicos), torna-se o objeto de amor e obediência.

Quando Freud afirma que o indivíduo na massa "desce vários graus na escala da civilização", ele explica isso pelo fato de que o Superego do indivíduo (a instância crítica) é parcialmente substituído pelo ideal do grupo. Assim, a pessoa "cede" sua faculdade de julgar para não ser excluída da massa.

3.5- Byung-Chul Han e a Sociedade do Cansaço

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han contribui significativamente para a compreensão das dinâmicas contemporâneas relacionadas às redes sociais e à hiperconectividade. Em sua obra *Sociedade do Cansaço*, Han argumenta que a sociedade disciplinar descrita por Michel Foucault foi substituída por uma sociedade do desempenho, na qual o sujeito acredita possuir liberdade plena enquanto se submete voluntariamente a processos de exploração contínua.

No ambiente digital, os indivíduos são permanentemente incentivados à produtividade, à exposição constante de suas rotinas e à necessidade de demonstrarem felicidade e sucesso. Diferentemente das sociedades disciplinares clássicas, onde o controle ocorria por meio da repressão externa, na sociedade do desempenho o sujeito torna-se simultaneamente explorador e explorado. A lógica das redes sociais intensifica tal processo ao estimular comparações permanentes e métricas quantitativas de validação social.

Essa dinâmica produz impactos psíquicos relevantes, como ansiedade, esgotamento emocional e sentimento constante de insuficiência. O indivíduo contemporâneo sente-se pressionado a responder mensagens rapidamente, manter presença ativa nas plataformas digitais e construir uma identidade virtual constantemente atrativa. A ausência temporária das redes sociais passa a ser percebida como perda de pertencimento e invisibilidade social.

A perspectiva de Han complementa as análises de Le Bon e Freud ao demonstrar que a massa digital contemporânea não é apenas manipulada externamente pelos algoritmos, mas também participa ativamente da lógica de autovigilância e autocontrole. Assim, o sujeito internaliza



os mecanismos de poder e reproduz espontaneamente os comportamentos desejados pelas plataformas digitais.

3.6 Zygmunt Bauman e a Modernidade Líquida

As contribuições de Zygmunt Bauman permitem compreender os vínculos frágeis e imediatistas produzidos no ambiente digital. Em sua teoria da modernidade líquida, Bauman afirma que as relações humanas tornaram-se instáveis, descartáveis e marcadas pela superficialidade. Essa lógica é intensificada pelas redes sociais, onde amizades, opiniões e afetos podem ser facilmente substituídos.

A conectividade permanente cria a ilusão de proximidade, mas frequentemente aprofunda sentimentos de solidão e isolamento emocional. As relações mediadas pela tecnologia tendem a priorizar rapidez e conveniência em detrimento da profundidade emocional. A cultura digital estimula interações instantâneas e reduz a tolerância à frustração e ao conflito.

Além disso, Bauman destaca que o medo da exclusão social constitui uma das maiores angústias da contemporaneidade. Nas redes sociais, esse medo manifesta-se pela necessidade compulsiva de aprovação coletiva e pertencimento grupal. O sujeito sente-se pressionado a adequar sua opinião aos discursos predominantes para evitar cancelamentos, rejeições ou invisibilidade.

A multidão digital, nesse contexto, opera como espaço simultâneo de acolhimento e vigilância. Embora proporcione sensação de pertencimento, também impõe padrões rígidos de comportamento e opinião. O indivíduo passa a construir sua identidade conforme as expectativas do grupo virtual, enfraquecendo progressivamente sua autonomia crítica.

3.7 O Fenômeno do Cancelamento Virtual

O cancelamento virtual tornou-se uma prática recorrente nas redes sociais contemporâneas e pode ser compreendido como manifestação das dinâmicas de massa descritas por Gustave Le Bon. Trata-se de um processo coletivo de punição simbólica direcionado a indivíduos considerados inadequados aos valores predominantes em determinado grupo social.

Nas plataformas digitais, a velocidade de disseminação das informações favorece julgamentos imediatos e frequentemente descontextualizados. A multidão virtual atua impulsivamente, movida por emoções intensas e pela sensação de pertencimento coletivo. Em muitos casos, o cancelamento não objetiva promover reflexão crítica, mas sim reforçar a coesão grupal por meio da exclusão pública do sujeito considerado transgressor.



Sob a perspectiva psicanalítica, o cancelamento pode ser interpretado como mecanismo de projeção coletiva. Aspectos reprimidos ou indesejados do próprio grupo são deslocados para um “alvo” externo, permitindo que a massa reafirme sua superioridade moral. Esse processo contribui para comportamentos persecutórios, cyberbullying e violência psicológica.

As consequências do cancelamento virtual podem ser severas, incluindo ansiedade, depressão, isolamento social e prejuízos profissionais. A exposição massiva e contínua da hostilidade coletiva potencializa o sofrimento psíquico, sobretudo em indivíduos emocionalmente vulneráveis. Tal fenômeno evidencia como as redes sociais podem intensificar práticas de exclusão e agressividade em escala global.

Considerando tais apontamentos, cabe recorrer também às contribuições da perspectiva de Michel Foucault. Para o autor, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1979, p. 89). Dessa forma, o poder nas sociedades contemporâneas não se exerce apenas por meio de instituições centralizadas, mas circula de forma difusa nas relações sociais, produzindo modos de subjetivação e regulando comportamentos.

Portanto, pode-se conjecturar que, nesse sentido, as redes sociais podem ser compreendidas como dispositivos que operam mecanismos de vigilância, controle e normalização. Como já apontado, percebe-se que, por meio de algoritmos, são selecionados conteúdos que estimulam determinadas interações; tais plataformas influenciam a formação de opiniões, emoções e padrões de comportamento, contribuindo para a constituição de “multidões digitais”. Assim, os sujeitos, ao mesmo tempo em que participam ativamente da produção de conteúdos, também se tornam objetos de monitoramento e modulação de suas práticas e desejos.

3.8 Percurso Metodológico

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-exploratória, fundamentada nos métodos de revisão bibliográfica e análise crítica de conteúdo. O corpus de análise foi constituído a partir de duas fontes primárias interconectadas: o documentário O Dilema das Redes (2020), dirigido por Jeff Orlowski, e a literatura clássica e contemporânea da Psicologia Social e da Filosofia Política.

O procedimento analítico estruturou-se em três etapas consecutivas:

Triagem e fichamento dos conceitos de psicologia das massas em Gustave Le Bon (1895) e Sigmund Freud (1921); mapeamento das dinâmicas psicossociais contemporâneas descritas nas obras de Byung-Chul Han e Zygmunt Bauman e correlação analítica entre os mecanismos algorítmicos expostos na obra audiovisual e os conceitos teóricos levantados, visando identificar os impactos na saúde mental e os processos de modulação comportamental na Geração Z.



Trata-se de um estudo de caráter reflexivo e documental, originado a partir das discussões realizadas na disciplina de Psicologia Social. O itinerário iniciou-se com a exibição do documentário e a posterior elaboração de análises críticas fundamentadas nos referenciais teóricos construídos ao longo do período letivo das aulas de Psicologia Social. Em seguida, as reflexões produzidas foram sistematizadas e apresentadas em um colóquio acadêmico.

Este artigo resulta, portanto, desse percurso formativo, articulando a narrativa fílmica à literatura científica pertinente. A interpretação do material foi conduzida sob a perspectiva hermenêutica, buscando compreender os sentidos e os fenômenos psicossociais suscitados pela obra em estrito diálogo com os referenciais teóricos adotados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise correlacionou o comportamento nas redes com a "massa virtual" descrita por Le Bon. Observou-se que a personalização do feed cria "bolhas de informação" que reforçam preconceitos e a polarização.

Sob a lente da psicanálise freudiana, o 'contágio mental' de Le Bon ganha contornos mais profundos. O que parece ser uma propagação irracional de ideias é, na verdade, uma identificação massiva. Segundo Freud (1921), o indivíduo na massa virtual sacrifica a autonomia de seu 'Ideal do Eu' em favor da identificação com o objeto proposto pelo grupo, no caso personificado pelo algoritmo. No caso do Efeito Werther, essa identificação atinge seu ápice: a fragilidade do Eu, exposta à pressão das redes sociais, encontra na morte do outro uma via de identificação catastrófica, onde a angústia do indivíduo, incapaz de ser mediada pelo grupo, transforma-se em ato destrutivo.

4.1 Impactos Psicossociais na Geração Z

Os resultados apontam um aumento alarmante em transtornos como ansiedade, depressão e déficit de atenção e baixa autoestima entre jovens. A geração Z, exposta precocemente à tecnologia, apresenta maior fragilidade emocional e dificuldade em assumir responsabilidades.

O uso frequente de redes sociais está associado a impactos na saúde mental, como depressão, ansiedade, isolamento e, em casos extremos, ao comportamento suicida em adolescentes. Embora as redes sociais não sejam a única causa do suicídio que é um fenômeno complexo e multifacetado, certamente fatores como o cyberbullying e o "Efeito Werther" (ou copycat) é o aumento dos casos de suicídio após a divulgação de um caso amplamente noticiado, no Efeito Werther, o fenômeno de imitação suicida é uma forma extrema de identificação.



O indivíduo em sofrimento identifica seu Eu com o do "outro" (a celebridade suicida). A massa virtual facilita essa identificação, pois o indivíduo sente que a dor do "ídolo" é a sua própria dor, contribuindo significativamente para ideias suicidas.

Na Geração Z, o "Ideal do Eu" é constantemente bombardeado por imagens de perfeição inatingíveis. Quando o indivíduo não consegue atingir esse padrão imposto pela massa digital, o sentimento de inadequação gera a depressão. O suicídio, nesse contexto, pode ser interpretado como o desfecho trágico onde o Eu, sentindo-se incapaz de satisfazer o Ideal (imposto pelo grupo), colapsa perante uma pulsão de morte que o grupo não conseguiu conter.

4.2 Estratégias de Mitigação

Para enfrentar esses desafios, propõe-se o monitoramento do tempo de tela, a desativação de notificações e o cultivo de atividades offline. A educação digital é a ferramenta primordial para que o indivíduo reconheça as técnicas de persuasão e recupere sua autonomia.

4.3 Educação Midiática e Formação Crítica

Por todo o exposto, cabe apontar que a educação midiática surge como ferramenta fundamental para o enfrentamento dos impactos psicossociais associados às redes sociais. Em uma sociedade profundamente marcada pela circulação acelerada de informações, torna-se indispensável desenvolver competências críticas capazes de auxiliar os indivíduos na interpretação consciente dos conteúdos digitais.

A alfabetização digital não deve restringir-se ao aprendizado técnico sobre o uso das tecnologias, mas envolver também a compreensão dos mecanismos de manipulação algorítmica, disseminação de fake news e exploração comercial dos dados pessoais. O desenvolvimento do pensamento crítico permite que o sujeito reconheça estratégias persuasivas utilizadas pelas plataformas digitais.

Nesse sentido, escolas, universidades e famílias desempenham papel essencial na construção de uma cultura digital mais ética e consciente. O incentivo ao diálogo, à reflexão crítica e ao uso equilibrado das tecnologias contribui para a formação de indivíduos menos suscetíveis ao contágio emocional das massas virtuais.

A educação midiática também favorece o fortalecimento da autonomia subjetiva. Ao compreender os interesses econômicos e políticos presentes nas redes sociais, o indivíduo amplia sua capacidade de resistência diante das pressões grupais e da manipulação informacional.



4.4 Inteligência Artificial e Manipulação Comportamental

Os avanços recentes da inteligência artificial ampliaram significativamente o potencial de influência das plataformas digitais sobre o comportamento humano. Sistemas algorítmicos são capazes de analisar grandes volumes de dados, identificar padrões emocionais e prever preferências individuais com elevado grau de precisão.

As plataformas utilizam essas informações para personalizar conteúdos, anúncios e recomendações, mantendo os usuários conectados pelo maior tempo possível. Tal processo favorece a criação de ambientes digitais altamente personalizados, conhecidos como “bolhas informacionais”, nos quais os indivíduos são expostos predominantemente a conteúdos compatíveis com suas crenças e interesses prévios.

Essa dinâmica intensifica a polarização social e reduz o contato com perspectivas divergentes. O sujeito passa a perceber sua visão de mundo como universalmente compartilhada, dificultando o diálogo democrático e a tolerância à diferença.

Além disso, a inteligência artificial permite formas sofisticadas de manipulação emocional. Algoritmos conseguem identificar estados afetivos dos usuários a partir de padrões de interação, direcionando conteúdos capazes de aumentar engajamento por meio de medo, indignação ou ansiedade. Tal cenário evidencia a necessidade urgente de regulamentação ética das tecnologias digitais.

4.5 Saúde Mental e Dependência Digital

A relação entre saúde mental e uso excessivo das redes sociais tornou-se objeto de crescente preocupação entre pesquisadores da Psicologia, Psiquiatria e Neurociências. Estudos recentes indicam associação significativa entre hiperconectividade e aumento dos índices de ansiedade, depressão, insônia e baixa autoestima.

A lógica de funcionamento das plataformas digitais estimula comparações sociais constantes. Os usuários são expostos continuamente a imagens idealizadas de sucesso, felicidade e beleza, produzindo sentimentos de inadequação e fracasso pessoal. A busca incessante por aprovação virtual transforma curtidas e comentários em indicadores simbólicos de valor subjetivo.

Outro aspecto relevante refere-se à fragmentação da atenção. O excesso de estímulos digitais reduz a capacidade de concentração prolongada e favorece estados de dispersão cognitiva. O indivíduo acostuma-se à gratificação imediata proporcionada pelas notificações, tornando-se menos tolerante ao silêncio, à espera e à introspecção.



A dependência digital também afeta relações interpessoais presenciais. Muitos sujeitos experimentam dificuldades em sustentar diálogos profundos e vínculos afetivos duradouros, priorizando interações rápidas e superficiais mediadas pela tecnologia. Esse cenário reforça a importância de estratégias preventivas voltadas ao uso saudável das redes sociais.

5. CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra que a transição do ambiente físico para o digital não extinguiu o fenômeno das massas, mas, pelo contrário, conferiu-lhe uma permanência e uma eficácia sem precedentes.

Ao correlacionar a fenomenologia de Gustave Le Bon com a metapsicologia de Sigmund Freud, torna-se evidente que a "multidão virtual" não é um acidente, mas um produto estruturado pela arquitetura algorítmica.

O algoritmo, ao atuar como um líder invisível, ocupa o lugar do "Ideal do Eu" no psiquismo do sujeito, exigindo uma renúncia constante à criticidade em nome da pertença. Este processo é exacerbado pela nomofobia, que, longe de ser apenas uma dependência tecnológica, manifesta-se como uma angústia de separação profunda: a falha na conexão digital é vivenciada pelo indivíduo como a ruptura do laço libidinal que o mantém unido à "alma coletiva" da rede.

Para a Geração Z, imersa nativamente neste ambiente, o impacto psicossocial é severo. A constante exposição a ideais de perfeição e a pressão pela conformidade grupal fragilizam o Eu, tornando-o vulnerável a transtornos como ansiedade, depressão e fenômenos de contágio social, a exemplo do Efeito Werther.

Conclui-se que o enfrentamento deste dilema requer mais do que medidas técnicas; exige um trabalho de "esclarecimento" psíquico e educativo. É imperativo que a sociedade desenvolva mecanismos para fortalecer o julgamento crítico e a autonomia do indivíduo, permitindo-lhe habitar o espaço digital sem, contudo, sucumbir à dissolução da sua subjetividade na massa.

A contemporaneidade evidencia que as redes sociais ultrapassaram a função inicial de comunicação e entretenimento, tornando-se estruturas complexas de mediação subjetiva, econômica e política. O sujeito contemporâneo encontra-se imerso em um ambiente digital que opera continuamente sobre suas emoções, desejos e formas de percepção da realidade.

As contribuições de Le Bon, Freud, Foucault, Bauman e Byung-Chul Han demonstram que as multidões digitais constituem fenômeno multifacetado, atravessado por processos de identificação coletiva, vigilância, manipulação algorítmica e fragilidade subjetiva. A massa virtual contemporânea diferencia-se das massas tradicionais pela permanência de sua atuação e pela capacidade de alcançar indivíduos em escala global e instantânea.



Por fim, nesse contexto, torna-se fundamental promover debates éticos sobre o papel das grandes corporações tecnológicas e sobre os limites da exploração econômica da atenção humana. O fortalecimento da educação crítica e da saúde mental coletiva representa condição indispensável para que a tecnologia possa ser utilizada de maneira mais humana, democrática e emancipatória.

Portanto, compreender os mecanismos que sustentam as multidões digitais não significa rejeitar os avanços tecnológicos, mas reconhecer que a preservação da autonomia subjetiva exige reflexão constante, consciência crítica e responsabilidade social diante dos impactos produzidos pela cultura digital contemporânea. Nesse contexto, torna-se também um dever ético da Psicologia, especialmente da Psicologia Social, debruçar-se criticamente sobre os fenômenos virtuais e suas implicações psicossociais, buscando promover espaços de reflexão, conscientização e fortalecimento da autonomia dos sujeitos frente às dinâmicas de manipulação, vigilância e controle presentes no ambiente digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAGAZZI, N. L.; DEL PUENTE, G. **A proposal for including nomophobia in the new DSM-V**. Psychology Research and Behavior Management, v. 7, p. 155-160, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, R. S.; SILVA, A. R.; SOUZA, M. G. **Estudos sobre impactos das redes sociais no comportamento contemporâneo**. Revista Brasileira de Psicologia Social, v. 12, n. 3, p. 45-58, 2021. [NOTA: Preencha com os dados reais dessa revista se tiver, ou mantenha este padrão institucional se foi material de aula].

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu (1921)**. In: Obras completas, volume 15. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARRIS, Tristan. **Our brains are being hijacked by clean tech**. In: ORLOWSKI, Jeff (Dir.). The Social Dilemma. Estados Unidos: Netflix, 2020. Disponível em: <https://www.netflix.com>. Acesso em: 16 jun. 2026.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LE BON, Gustave. **A psicologia das multidões**. 1. ed. Silveira: Bookbuilders, 2020.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.



PONTES, L. A.; MENEZES, L. B.; ALBERGONI, S. M.; RODRIGUES, J. S. **A influência das redes sociais no comportamento suicida dos adolescentes: uma revisão de literatura.** Fortaleza: Centro Universitário Ateneu, 2022.

SÓFOCLES. **Antígona.** Tradução de Donaldo Schüler. Porto Alegre: L&PM, 2008.

THE SOCIAL DILEMMA. Direção: Jeff Orlowski. Estados Unidos: Netflix, 2020. (1h 33min).

AUTORES

Daniella Pires Abdalla: Graduanda em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP) – Campus Sorocaba. Natural de São Paulo (SP). Possui interesse na área de Psicologia Social e nas questões emocionais do cotidiano, com enfoque no desenvolvimento humano e na promoção da saúde mental. Sua abordagem de interesse é a Psicanálise. Daniella Pires Abdalla – Graduanda em Psicologia – daniella.abdalla@aluno.unip.br

Joseane Saraiva Moreira Lozano: Graduanda em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP) – Campus Sorocaba. Natural de São Paulo (SP). Desenvolve estudos na área de Psicologia Social, com foco nos impactos dos mecanismos de manipulação digital e na formação das multidões virtuais sob a perspectiva da teoria clássica das massas. Joseane Saraiva Moreira Lozano – Graduanda em Psicologia – joseane.lozano@aluno.unip.br

Leonardo David de Castro: Graduando em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP) – Campus Sorocaba. Após consolidada trajetória profissional de quase cinco décadas na área comercial, direcionou sua experiência em comportamento humano para o campo da Psicologia. Desenvolve estudos sobre dinâmicas de manipulação em multidões digitais, articulando experiência prática e análise teórica acadêmica. É atleta veterano e foi campeão brasileiro de hóquei sobre patins em 1972. Leonardo David de Castro – Graduando em Psicologia – leonardo.castro27@aluno.unip.br

Maria Marlene Fonseca dos Santos: Graduanda em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP) – Campus Sorocaba. Natural de São Paulo (SP). Desenvolve pesquisas na área de Psicologia Social, com foco nos impactos dos mecanismos de manipulação digital e na constituição das multidões virtuais sob a perspectiva da teoria clássica das massas. Maria Marlene Fonseca dos Santos – Graduanda em Psicologia – maria.sant36@aluno.unip.br

Sonia Maria Machado de Oliveira Nukui: Mestre em Psicologia da Saúde, especialista em Psicoterapia Breve Operacionalizada e Neuropsicologia, com formação em Psicoterapia Existencial. Atua como psicoterapeuta familiar e de casal. Professora do curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP) – campus Sorocaba desde 2012 e coordenadora auxiliar do curso de Psicologia desde 2017. Sonia Nukui – sonia.nukui@docente.unip.br.



FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO AMPLIADA

PSYCHOLOGY TRAINING IN CONTEMPORARY SOCIETY: AN ANALYSIS OF EXPANDED EDUCATION

Luiz Gustavo da Silva prado Pinheiro¹⁵

Roseli Maria dos Santos¹⁶

Valeria Cristina Antunes¹⁷

RESUMO

Este estudo analisou as contribuições da transdisciplinaridade para a formação e a prática profissional em Psicologia. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter hermenêutico e exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica nas bases PePSIC e SciELO. Foram selecionados estudos que abordavam a relação entre Psicologia, formação profissional, saúde coletiva e transdisciplinaridade. Os resultados indicam que a complexidade dos fenômenos humanos exige abordagens integradas capazes de articular dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e políticas. Observou-se que a formação tradicional ainda privilegia modelos fragmentados, enquanto a perspectiva transdisciplinar favorece práticas ampliadas, inserção em políticas públicas e fortalecimento do trabalho multiprofissional. Conclui-se que a formação ampliada contribui para uma atuação mais crítica, ética e comprometida com as demandas contemporâneas.

Palavras-chave: Psicologia; clínica ampliada; transdisciplinaridade.

ABSTRACT This study examined the contributions of transdisciplinarity to professional training and practice in Psychology. It is a qualitative study of hermeneutic and exploratory character, developed through a bibliographic review of the PePSIC and SciELO databases. Studies addressing the relationship between Psychology, professional training, collective health, and transdisciplinarity were selected. The results indicate that the complexity of human phenomena requires integrated approaches capable of articulating biological, psychological, social, cultural, and political dimensions. It was observed that traditional training still favors fragmented models, whereas the transdisciplinary perspective promotes expanded practices, engagement with public policies, and the strengthening of multiprofessional work. It is concluded that expanded training contributes to a more critical, ethical, and socially committed professional practice aligned with contemporary demands.

Keywords: Psychology; Expanded Clinical Practice; Transdisciplinarity.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Psicologia tem sido desafiada a responder a demandas cada vez mais complexas. A compreensão do sujeito exige a superação de modelos reducionistas e a

¹⁵ Psicólogo graduado. Email: luiz.pinheiro8@aluno.unip.br

¹⁶ Psicóloga e mestre. Email: roseli.santos@docente.unip.br

¹⁷ Psicóloga, mestre e doutora. Email: valeria.lisboa@docente.unip.br



incorporação de perspectivas capazes de integrar múltiplas dimensões da experiência humana. Nesse contexto, a transdisciplinaridade emerge como importante referencial teórico e metodológico para a formação e atuação profissional.

A presente pesquisa visou repensar a ciência através da compreensão holística do ser humano de modo complexo, dinâmico e integrado, não como partes que se encaixariam para se alinhar, pois isso alteraria a percepção do humano como ser biopsicossocial. Ao se contextualizar as demandas nos serviços de saúde através do paradigma positivista, observa-se uma fragmentação do conhecimento que se traduz nas mais diversas especializações que geram um distanciamento da realidade do sujeito.

Passos e Barros (2000) incitam uma nova interpretação de campo, não mais aquele que pressupõe um objeto e um sujeito delimitado que interagem entre si, nessa reinterpretação não existe tal limitação do que é o objeto e do que é o sujeito, mas sim foco essencial na relação que ocorre nesse espaço, portanto, afirmam os autores:

É em um campo que estaríamos implicados em nossas práticas psicológicas. E estamos freqüentemente tão engajados nele que já não poderíamos discriminar as forças que o constituem, ao mesmo tempo que nele somos constituídos como uma de suas partes integrantes (Passos; Barros, 2000, p.75).

Considerando que a história do nascimento da psicologia foi marcada por instabilidades, uma vez que se percebeu a impossibilidade de conhecer o fenômeno humano a partir das diretrizes metodológicas das ciências naturais, ou seja, o positivismo foi colocado em xeque com essa nova ciência que seria permanentemente autocritica (Foucault, 1957/1990 apud Passos; Barros, 2000).

Todas as áreas do conhecimento são amplas e necessárias para que o profissional da psicologia possa compreender o sujeito em sofrimento e em sua totalidade, seja no campo da saúde, gestão e, ou, tecnologia, assim seria necessária uma formação continuada e de forma ampliada, buscando integrar as diferentes áreas do conhecimento para a compreensão do sofrimento inerente a condição humana.

Tendo isso em vista, Dimenstein (2001) expõe que existem deficiências na formação profissional no que se refere a integração de saberes e práticas interdisciplinares para articular as diferentes áreas do conhecimento para garantir uma abordagem global. Entretanto, existem desafios como mudança para uma clínica ampliada que visa o psicossocial, participações na equipe multiprofissional e ações de promoção e prevenção da saúde mental.

Um exemplo de transdisciplinaridade ocorre quando se percebe a fragilidade e limitações de uma teoria para lidar com o sofrimento humano, tal como quando Guattari (2004 apud Prado; Moura 2024), desenvolveu o termo transversalidade para se opor a limitação trazida pelo conceito



de transferência na psicanálise, que carregaria consigo a explicação dos comportamentos humanos pelo complexo de Édipo, todavia em uma instituição o grupo é atravessado por diversos elementos sociais que lhe impactam. Portanto, a subjetividade é observada como sendo constituída intrinsecamente pelo psiquismo e pelo social, o que leva a se refletir sobre uma psicologia que deve estar atenta a questões sociais e políticas que já estão, de forma velada dentro da clínica e, em vista disso, podem estar reproduzindo relações de poder, subjugação e exploração.

Desse modo, ao se realizar uma psicologia transdisciplinar, instaura-se aquilo que Passos e Barros (200 apud Prado; Moura 2024) nomearam como plano, uma vez que os encontros acontecem de forma autêntica necessitando de várias abordagens, paradigmas para se observar o fenômeno que é apresentado, não sendo redutível a nenhuma de suas partes, nem a nenhuma única explicação teórica, além de entrelaçar sujeito e objeto que se constituem mutuamente.

Em consonância com as autoras Pinto e Paula (2018), González Rey seria um autor de referência para estudos transdisciplinares, pois ele teria conseguido promover trabalhos que possuem como orientadores a teoria da complexidade de Edgar Morin (2011 apud Pinto; Paula, 2018), bem como Basarab Nicolescu (1999 apud Pinto; Paula, 2018) que conceitua transdisciplinaridade e questiona a ideia de uma verdade absoluta preconizada pelo positivismo e acrescenta o terceiro elemento (que transita entre A é B ou não B, e necessita da dinâmica entre eles para existir) rompendo com a lógica aristotélica do terceiro excluído, esses foram dois autores importantes para os congressos sobre transdisciplinaridade no mundo todo.

Para Rey (2011 apud Pinto; Paula, 2018) a subjetividade é construída, tal como para Vygotsky, a partir do processo cultural e de interações sociais, sendo assim estaria também sobre a égide do materialismo histórico-dialético, por isso sua aproximação com Morin e sua teoria da complexidade, assim a subjetividade se insere em um sistema complexo, pois dentro dele estaria inserido diversos outros sistemas também complexos (dimensões: social, cultural, biológico, espiritual, universal, singular, etc.). Sobre o pensamento complexo complementa as autoras:

Dessa maneira, o complexo está relacionado ao fato que não se consegue criar uma lei e inventar uma ordem absoluta, mas também tem alguma relação com o lógico, ou seja, com o fato de não ser possível impedir as contradições (Pinto; Paula, 2018, p.5).

Se a subjetividade é complexa, não poderia então ser alcançada pelos métodos convencionais qualitativos de pesquisa, mas somente pela inserção do pesquisador no aprofundamento das complexidades que envolvem a subjetividade, juntamente com as contradições e tensões advindas desse método.

Portanto, a realidade para Morin (2011 apud Pinto; Paula, 2018), é uma trama complexa cheia de contradições e tensões, mas que fazem parte de uma totalidade indivisível, não podendo



ser fragmentada, pois se o for cria-se uma disjunção que recai em um pensamento simplista dos fenômenos, em um reducionismo, por exemplo, biológico, de que seria apenas necessária uma medicação X para alcançar um comportamento Y. Nicolescu (1999 apud Pinto; Paula, 2018) complementa essa ideia através da compreensão de que existem níveis de realidades diferentes que coexistem e se relacionam, com suas próprias lógicas e fundamentos e, para conhecer cada nível é necessário desenvolver também níveis de percepções cada vez mais holísticos que abrangem sistemas complexos, para assim pensar em uma totalidade.

González Rey (2003 apud Pinto; Paula, 2018), consegue colocar em prática a compreensão perceptiva das diferentes realidades, englobá-las sem simplificar, mantendo a complexidade organizativa das realidades. Desse modo, para Rey (2011 apud Pinto; Paula, 2018) a subjetividade seria construída, tal como para Vygotsky, a partir do processo cultural e de interações sociais, sendo assim estaria também sobre a égide do materialismo histórico-dialético, por isso sua aproximação com Morin e sua teoria da complexidade, ou seja, a subjetividade se insere em um sistema complexo, pois dentro dele estaria inserido diversos outros sistemas também complexos (dimensões: social, cultural, biológico, espiritual, universal, singular, etc.)

Nesse sentido o presente trabalho teve como proposta compreender a formação e atuação do psicólogo a partir da complexidade que se traduz o olhar sobre o outro, demandando uma percepção ampliada desse sujeito que se apresenta em diversos contextos.

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar como a transdisciplinaridade impacta no desenvolvimento e práxis do profissional psicólogo. A partir desta hipótese delineou-se três (3) questões a serem respondidas:

- 1) Compreensão da necessidade da transdisciplinaridade para atuação do/a psicólogo/a;
- 2) Necessidade de inserção do/a psicólogo/a nas políticas públicas, e;
- 3) Fomento de uma clínica ampliada como modelo transdisciplinar

2 TRANSDISCIPLINARIDADE COMO NOVO PARADIGMA CIENTÍFICO

Ganván (2007) explicita o quanto a psicologia em sua história seguiu o modelo médico, especialmente no que tange as especializações, essas são provenientes de aprofundamentos de saberes em determinadas áreas, portanto importantes para o desenvolvimento da ciência. Todavia, de acordo com a autora, esse modelo de saber quando não utilizado criticamente enviesaria o conhecimento, impossibilitando um olhar holístico mais complexo sobre o humano.

Ainda, para a autora, as diversas especializações dentro da psicologia, seguindo o modelo médico descritivo, subtraí do fenômeno humano a sua complexidade, diminui ele a uma única dimensão resultando em dificuldades para lidar com o sofrimento, ou até fazendo a manutenção,



se não, até mesmo intensificando a dor do paciente. É necessário um conhecimento sobre a totalidade do indivíduo para abarcar a complexidade de seu sofrimento, para tanto Galván (2007) propõe uma troca de saberes entre os diversos modos de olhar para o humano dentro de uma equipe de saúde.

Assim, a crítica radical ao modelo positivista se dá, especialmente, na suposta necessidade de limites claros entre as disciplinas nesse modelo científico, além disso, para modificar tal forma metodológica, ter-se-ia que criar um modelo educacional, um modelo de formação mais crítica ao positivismo (Pasquales, 2011 apud Pinto; Paula, 2018).

De acordo com as afirmações de Pinto e Paula (2018) a forma de conhecer o mundo foi sendo modificada ao longo da história, passando do modo tradicional para o racionalismo, empirismo e chegando ao positivismo. Todavia, essas passagens dos modos de saber carregou também metodologias que direcionaram o conhecimento a especificidades e isolamentos, retirando o caráter multidimensional da epistemologia.

Nesse contexto, nasce a ideia de transdisciplinaridade que visa a superação, como exposto por Sommerman (2006 apud Pinto; Paula, 2018), dos limites entre as disciplinas e ainda postulando pontes entre elas e para além delas, pois a transdisciplinaridade não estaria preocupada apenas em conectar um conhecimento com outro, mas sim em superar eles através do desvelamento da multidimensionalidade dos fenômenos.

Diante do exposto, Pinto e Paula (2018) questionam sobre o cerceamento que as pesquisas qualitativas enfrentam, uma vez que na atualidade para ser reconhecido como ciência dever-se-á seguir rigidamente os métodos positivistas, caso contrário é considerado qualquer outra coisa, menos conhecimento científico (Morin, 2011 apud Pinto; Paula, 2018). A pesquisa qualitativa necessita de interações entre sujeito e objeto, esse que está inserido em um espaço material e historicamente determinado, carregando, portanto, diversos significados em seu cerne que precisam ser desvelados a partir de uma percepção multidimensional, necessitando, portanto, de métodos diferentes das ciências positivistas para conhecer o objeto (Chizotti, 2003 apud Pinto; Paula, 2018).

Desse modo, Morin é utilizado pelas autoras Bedin e Scarparo (2011), em seu conceito de pensamento complexo, como base teórica para explicitar e fundamentar o que seria uma integralidade entre os saberes na práxis do contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). As características do pensamento complexo são: dialogicidade, que implica reconhecer uma dialética entre os fenômenos que se apresentam; recursividade, ou seja, elementos resultantes de fenômenos complexos são também eles mesmos elementos causadores; holograma, diz respeito a compreensão de que totalidade necessita das partes para existir como tal, assim como as partes necessitam da totalidade para serem compreendidas.



Interessante observar o apontado pelas autoras supracitadas, o quanto o conceito de integralidade foi cooptado pelas instituições manicomiais durante o processo da reforma psiquiátrica. Os hospitais defendiam a manutenção dos manicômios, bem como um suposto cuidado integral do sujeito que seria assistido o tempo todo se ali estivesse encarcerado. Portanto, deve-se estar atento a tais discursos que rasamente ofertam uma integralidade, mas que em seu cerne escondem a exploração dos corpos, bem como a fragmentação do cuidado.

Em consonância com Bedin e Scarparo (2001), a busca pela integralidade seria também a luta por uma nova forma de organização social mais emancipada e preocupada com o outro, ou seja, necessariamente deve existir uma visão hologramática pressupondo que cada ação individual acarreta numa consequência social intrinsecamente vinculada ao contexto que tais ações se desenrolam.

Uma saúde que cuida de seus usuários, é aquela que se preocupa com a saúde mental dos sujeitos, tendo em vista que dialogicamente saúde psíquica impacta diretamente na saúde física e vice-versa, ou seja, já há uma recursividade entre tais dimensões. Partindo dessa dialógica e recursividade, seria impreterível uma visão hologramática, ou seja, uma visão holista do sujeito procurando entender os fenômenos que o afetam, bem como a integração das várias disciplinas que poderiam auxiliar o sujeito, tal como o pensamento complexo de Morin(2011) propõe.

Passos e Barros (2000) partem do momento histórico do desenvolvimento da “Teoria do Campo” de Kurt Lewin, que propôs ideias iniciais do que viria a ser a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, já que para essa teoria os fenômenos manifestados de um determinado evento ocorrem simultaneamente e são interdependentes, tal como explicitado por Álvaro e Garrido (2006). Assim, é exposto o quanto os agentes de uma comunidade estão interrelacionados.

Com o conceito de pesquisa ação, o autor possibilitou um olhar diferenciado para o pesquisador, que antes era tido como neutro e que nada tinha a ver com seu objeto de pesquisa, tal como doutrinado pelo positivismo, todavia, Lewin defendeu a ideia de que o pesquisador está tão implicado com o objeto de estudo, quanto esse está implicado em seu próprio meio (Passos; Barros, 2000).

A partir das concepções de Lewin sobre pesquisa-ação, outras correntes teóricas aprofundaram as possibilidades potenciais presentes nesse conceito, viabilizando a chamada pesquisa-intervenção, que buscava refletir criticamente a realidade, desvelando a luta de classes e propondo um espaço mais emancipador (Passos; Barros, 2000).

Os analisadores, de acordo com Passos e Barros (2000), foi um termo cunhado por Guattari, são os elementos de ruptura de uma realidade, sendo constituído por dois níveis: a) intervenção, diz respeito a demanda e tudo que a ela está relacionado, especialmente as intenções historicamente



determinadas; b) análise, é o que acontece a partir das intervenções que ocorrem em detrimento de concepções cristalizadas socialmente.

Portanto, na pesquisa-intervenção as interações entre objeto de pesquisa e pesquisador se revelam intensamente imbricadas, sobrepostas, exigindo que o pesquisador esteja atento sobre a sua função social e como ela legítima ou não determinados fenômenos, bem como os produz ou não no ambiente, ou seja, existe uma indissociabilidade entre sujeito e objeto, impossibilitando a compreensão desse de forma pura sem intersecção de outros elementos. Para além disso, Passos e Barros (2000, p. 73) evidenciam outra diferenciação entre pesquisa-ação e pesquisa-intervenção, enquanto a primeira se preocupa com uma finalidade, orientada para alcançar um fim específico, a pesquisa-intervenção se preocupa com os “movimentos” e “metamorfoses”.

Todavia, ainda de acordo com os autores, a psicologia herdou muito da práxis positivista, fazendo da psicologia contraditoriamente uma ciência (um saber particular) e dificultando os desvelamentos potenciais dessa nova ciência caso se atenha apenas ao empírico: ela nega as contradições existentes, impede o desvelar dos fenômenos, bem como cria categorias exatas e bem limitadas sobre o que é saudável e o que é patológico em um ser que está o tempo todo em constante construção mergulhado em infindáveis variáveis a volta.

Importante ressaltar, tal como os autores Passos e Barros (2000), a importância da intercessão para possibilitar a transdisciplinaridade, uma vez que a intercessão é o ruído, o rompimento, a crise, a delimitação do limite a ser ultrapassado. Dessa forma, a transdisciplinaridade seria o caminho para psicologia seguir, já que desde sua origem essa ciência vem dismantando os limites entre as disciplinas e invocando uma nova forma de saber mais dinâmica e holística, uma vez que o objeto e o sujeito se constituem mutuamente e para tal utilizam-se de todo conteúdo que está a sua volta.

2.1 Transdisciplinaridade e Instituições

É necessária uma integração entre as diversas disciplinas do campo das ciências humanas, para explicitar o fenômeno subjetivo que estaria implicado nos fenômenos culturais e sociais, tal como explicitado por Wertsch (1995 apud Chaves, 2000), dentro dessa perspectiva, então, a subjetividade origina-se de uma troca entre o cultural para o individual, tal como exposto por Vygotsky (1984 apud Chaves, 2000).

Interessante observar que mesmo em uma residência multiprofissional não-médica, a maioria dos membros psicólogos possuem especializações, mestrado e doutorado dentro da área de psicologia, apenas uma porcentagem menor se comprometeu com uma formação em outras áreas de conhecimento (Yamamoto, Souza; Silva; Zanelli, 2010 apud Lima; Santos, 2012).



De acordo com Lima e Santos (2012), que citam autores como Spink (2003), Lima (2005) Carvalho, Bosi e Freire (2009), esse fenômeno da baixa procura por outros campos de saberes, pode estar relacionado a formação durante a graduação de psicologia, que visa atender um mercado elitizado, formando profissionais liberais concentrados em atendimentos exclusivamente clínicos.

Tal modelo tradicional se confronta com o modelo pressuposto pelo SUS, onde se exige um conhecimento cada vez mais transdisciplinar a fim de atender as demandas o paciente em sofrimento nas suas mais diversas dimensões de existência, inserindo, conseqüentemente, a dimensão sociopolítica do qual o paciente vive, procurando, portanto, promover um cuidado mais integrado (Yamamoto, 2003 apud Lima; Santos, 2012).

Desse modo, há uma interação entre núcleo e campo de conhecimento, sendo o núcleo um saber definido, com limites claros, já o campo de conhecimento, seria um espaço de trocas de saberes diferentes, com rompimento dos limites entre os diversos saberes (Campos, 2000 apud Lima; Santos, 2012). Acrescenta-se a essa concepção de transdisciplinaridade a necessidade de profissionais capazes de transitar entre os conhecimentos. Um profissional que transita entre os saberes, promove um cuidado mais integrado, pois lança um olhar mais complexo para o fenômeno que se apresenta e que também é complexo, bem como torna-se um facilitador na equipe multiprofissional, auxiliando-os a também transitar entre as áreas dos saberes (Almeida-Filho, 1997 apud Lima; Santos, 2012).

A pesquisa qualitativa e etnográfica realizada por Lima e Santos (2012) em uma residência terapêutica composta por 15 profissionais de diferentes áreas, tendo enfoque nas 3 profissionais da área de psicologia, obteve alguns resultados que denotam o quanto a transdisciplinaridade ainda não faz parte da formação acadêmica e da práxis. Uma das residentes (R4) discursou sobre como antes trabalhava de modo muito isolado em sua primeira experiência em uma residência, em que utilizava como base teórica, para seus atendimentos, a abordagem psicanalítica, expôs também a insatisfação por observar que esse cuidado restrito não produzia efeitos benéficos ao paciente.

Ainda em consonância com o estudo supracitado, foi evidenciado o quanto mesmo em equipes multiprofissionais a psicanálise exerce um poder hierárquico de orientação das discussões, foi explicitado o quanto dessa teoria foi usada para explicar diversos fenômenos presente nas interações com a equipe, instituição e usuário, bem como foi evidenciado o conflito entre essa área com as demais que estariam lutando por serem vistas e disponíveis a contribuir com suas perspectivas, mas que passam a ser negadas.

Tal hierarquização de uma disciplina sobre outras, mesmo buscando convergir outros conhecimentos para um determinado fenômeno, denomina-se interdisciplinaridade, tal como apontado por Almeida-Filho (1997 apud Lima; Santos, 2012), da qual deve ser superada pela



transdisciplinaridade que não hierarquiza o conhecimento, mas busca desenvolver a dialética presente neles, promovendo um conhecimento mais holístico e não centralizador.

A psicologia possui um lugar privilegiado de compartilhamento de técnicas para auxiliar no cuidado dos usuários do serviço, uma vez que sua principal ferramenta é a escuta qualificada, da qual muitos dos pacientes necessitam tanto quanto do cuidado físico. Assim, o saber psicológico possui grande potencial agregador para as outras áreas, fortalecendo outros profissionais a compartilhar de um *setting* terapêutico voltado ao território, capazes de ouvir atentamente a dor do outro (Lima; Santos, 2012).

A inserção da psicologia tem sido um tema de grande relevância no contexto das intervenções que vão além do modelo tradicional. A proposta é superar a dicotomia entre o individual e o social ampliando a atuação do psicólogo para práticas mais integradas a comunidade.

Benevides (2005) aponta que não basta concordar com os eixos da universalidade, equidade e integralidade se não for construído redes e grupos que incentivem o engajamento de diferentes atores nas políticas de saúde pública, visando inovar para um modelo que promova autonomia e emancipação social.

Os desafios da saúde coletiva no Brasil especificamente no sistema Único de Saúde (SUS) envolvem múltiplos aspectos, como a configurações dos papéis dos profissionais de saúde, a necessidade de maior compromisso social e a inserção de práticas interdisciplinares no caso da psicologia, há um esforço crescente para consolidar sua atuação, na atenção primária e em outros níveis de assistência pública, indo além de um modelo tradicionalmente clínico individualizante.

Tendo em vista esse contexto multiprofissional existem tipos diferentes de equipes, que de acordo com Galván (2007), dependem do amadurecimento do grupo: A) Quando os integrantes conseguem interagir entre si e proporcionar um olhar mais integrado do conhecimento, ou; B) quanto menos trocas dentro do grupo, cada integrante ficaria preso ao seu lugar de saber impossibilitando trocas.

Essas equipes de saúde foram denominadas por Filho (2005 apud Galván, 2007) como: 1) equipe multidisciplinar, pois os integrantes propõem explicações de modos diferentes, sem a possibilidade de síntese, mantendo-se cada um em seu lugar de conhecimento sem a possibilidade de interesse por outros saberes; 2) outro tipo de equipe de saúde foi denominada como interdisciplinar, em que há trocas de saberes entres os integrantes, os conhecimentos específicos das diversas áreas são melhor comunicados e compreendidos em suas competências e seus limites, todavia ainda não ultrapassa o conhecimento específico de cada disciplina, além de que são orientados por um desses saberes, um suposto lugar de maior importância; 3) transdisciplinar, como o próprio nome pressupõe é uma equipe que transcende as disciplinas, os integrantes são orientados por um olhar mais holístico tendo em vista beneficiar o sujeito em sofrimento, dessa



forma os membros não se sentem em uma relação hierarquizada dos saberes, possibilitando que a troca de instrumentos, métodos e teorias não fiquem estancadas em cada área do saber, mas que nessa interação possa ser vislumbrado, de maneira dialética, novas técnicas, métodos e teorias mais holísticas e complexas.

Contudo, na vida cotidiana alcançar qualquer dos níveis de equipes expostas acima acarreta lidar com diversos obstáculos que dificultam tal integração do conhecimento, essa dificuldade se traduziria, segundo Galván (2007, p.56-57.): “os entraves aparecem nas queixas dos pacientes e na impossibilidade de lidar, de fato, com questões mais complexas como, por exemplo, a não adesão ao tratamento”.

Para Spink (2003) a formação do psicólogo muitas vezes separa os profissionais em áreas muito específicas, podendo dificultar o trabalho no SUS, que precisa de uma abordagem mais ampla. A autora sugere como ação para que a psicologia e a saúde pública possam trabalhar melhor: melhoria na formação dos psicólogos; valorização do trabalho; desenvolvimento e aumento de estudos acadêmicos sobre o tema.

De acordo com Galván (2007) descreveu três níveis do que ela denominou como entraves para se estabelecer uma equipe mais integrada: **os individuais**, se refere a uma identificação falsa entre profissional e disciplina, sendo aquele detentor do saber do qual todos necessitam, dificultando assim que o grupo tenha trocas mais fluídas, já que perderia esse lugar de suposto saber. Todavia uma vez que o profissional consegue alcançar a compreensão dos limites de seu saber angustia-se e abandona “fantasia de onipotência” e percebe “necessidade de um outro (outros saberes) do qual necessita se relacionar para construir caminhos possíveis” (Galván, 2007, p. 57).

Já os **entraves grupais** se relacionam com as questões do poder, da autoridade e dos *status* que se manifestam de forma inconsciente durante a práxis. Conflitos inconscientes se manifestam dentro do grupo, uma vez que ali há intensas interações suscitando conflitos mal resolvidos internamente aos sujeitos e traduzindo-se na relação grupal na forma de resistência, não alinhamento de objetivos, inimizades e sabotagens para o grupo.

Os **entraves institucionais** dizem respeito ao lugar que o profissional acha que ocupa ou que deveria ocupar dentro da equipe, uma vez que historicamente cada disciplina teve seu lugar determinado hierarquicamente. Além disso, as instituições de saúde fazem a manutenção dessa hierarquia, utilizando como teoria orientadora de suas condutas a de um saber supostamente do topo da pirâmide, o saber médico, fornecendo a ele poder e submetendo as outras disciplinas ao seu julgo (Galván, 2007). Para lidar com esse entrave a autora expõe a necessidade da democratização dos saberes e de instituições que a promovam, bem como investimentos na formação dos profissionais.



Em suma, nesse sentido a autora explicita que a maturidade grupal significaria a capacidade dos membros de se integrarem, de se absorverem e se modificarem sempre que necessário para o bem do paciente, ou seja, dentro dessa perspectiva, a equipe é tida como um organismo em formação.

Referindo-se a Foucault, Prado e Moura (2024) evidenciam as relações de poderes que perpassam não apenas as relações sociais e suas instituições, como também o próprio conhecimento que é categorizado e fragmentado em disciplinas que se hierarquizam. Essa fragmentação e hierarquização denotam que alguns saberes possuiriam então mais poder do que outros, os submetendo e mantendo-os à margem.

A autora L'Abbate (2003) compreende a análise institucional, ou socioanálise, como uma análise crítica e ampla do sistema de saúde, contemplando suas práticas, aspectos teóricos e discursos, por exemplo, que visam a partir disso compreender, pesquisar e transformar as instituições em estruturas mais democráticas e eficientes.

Assim a transdisciplinaridade nasce para denunciar tal expropriação, reivindicando o poder para todos os modos de saberes, reunindo inclusive a psicologia tida como individual com as relações sociais, especialmente no que tange ao cuidado coletivo.

Tendo essa percepção em vista, Prado e Moura (2024), explicitam o quanto a atenção a saúde se desdobra em dois planos, nomeados como: plano do cuidado e plano do trabalho, o primeiro diz respeito propriamente ao cuidado na prática que foi realizado com os grupos, já o segundo são todos os processos necessários que a equipe multiprofissional realize para se chegar ao cuidado.

Tais planos, possuiriam, em consonância com os autores, níveis diferentes que se relacionam e são indissociáveis: 1) plano de cuidado, a) nível vertical, onde se observa os marcadores sociais dos indivíduos, tais como gênero, raça e classe, bem como também é o espaço de identificações e formações do superego que facilitam as opressões sociais (Ceccon; Meneghel, 2019 apud Prado; Moura 2024); b) nível horizontal, conteúdo comum entre os membros do grupo através das identificações (Pichón-Rivière, 2000 apud Prado; Moura 2024); 2) plano do trabalho, c) vertical, onde ocorre as relações de poderes, espaço em que se observa o poder cristalizado e hierárquico das instituições e seus agentes, dando ênfase ao médico enquanto outros profissionais ficam relegados a margem, não sendo ouvidos (Guattari, 2004 apud Prado; Moura 2024); d) horizontal, espaço comum das interações em que se manifesta as relações de poder entre os membros (Barros; Passos, 2005 apud Prado; Moura 2024).

Diante disso, Heller (1985 apud Chaves, 200), desenvolveu o conceito de esferas de objetivações, ou esferas de objetivações em si, que diz respeito as estruturas sociais que são mantidas cotidianamente seja pelas instituições, seja pelos indivíduos que necessariamente as



introjetam para se manter como organismo funcional do complexo. O autor declara que existem três componentes que constituem tais esferas de objetivações: “o uso dos objetos feitos pelo homem, a observação dos costumes definidos culturalmente e o uso da linguagem ordinária.” (Chaves, 2000, n.p.), portanto, ao se apropriar desses componentes, o sujeito terá aptidão para viver socialmente, ou seja, se relacionará com o mundo através dos paradigmas que lhe dispõe sua esfera de objetivações, todavia mantendo alguma singularidade ao se objetivar no mundo.

Para que as esferas de objetivações em si se realizem, além dos seus três componentes, é também condição *sine qua non* que tenha sentido/significado para os sujeitos. Desse modo, o autor denominou como esferas de objetivações para si as objetivações que ganham sentido/significado para a pessoa e que dependem de sua experiência singular com elas.

Heller (1985 apud Chaves, 2000), diferenciou dois tipos de razão: a racionalidade da razão/razão prática, advinda das esferas de objetivações em si, que dizem respeito sobre questões morais sobre o que é certo ou errado e como se comportar em determinados ambientes, por exemplo; racionalidade do intelecto/razão teórica, que se origina nas esferas de objetivações para si, momento em que o sujeito se torna capaz de refletir criticamente a respeito do mundo a sua volta.

Continuando com o autor supracitado, para melhor explicar a sociedade ele expõe a homogeneidade entre objetivações em si e para si existentes nas instituições e, portanto, a sociedade como um todo é a manifestação das objetividades advindas das diversas instituições nela presente. Argumenta ainda, que o humano seria pertencente a esfera de objetivações para si, já que necessita primeiramente se apropriar de objetivações pré-existentes. Assim, Chaves conclui:

[...] fica claro que não se pode compreender a subjetivação individual sem considerar o processo de construção da subjetivação coletiva e vice-versa. Não existe, portanto, a possibilidade quer seja para a Sociologia, preocupada com os processos de socialização, quer seja para a Psicologia, preocupada com os processos de subjetivação individual, de construírem conhecimentos isoladamente. Na verdade, as duas ciências tratam do mesmo processo, enfocando momentos diferentes dele na relação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade. (Chaves, 2000, n.p.).

Em suma, observou-se que um olhar simplista não pode dar conta do cuidado que exige em uma experiência de sofrimento circunscrito nas dimensões biopsicossociais. É necessário um olhar holístico e integrador para o sujeito que está em sofrimento, somente assim poder-se-ia desenvolver intervenções eficazes e particulares para cada sujeito. A transdisciplinaridade é difícil de ser implementada, não apenas por exigir tensões constante e dialeticamente encontrar soluções, exige também uma qualificação profissional diferente dos moldes tradicionais, é necessário uma formação contínua e crítica, além de que cada profissional também deve estar



capacitado não apenas teoricamente como também na prática, pois durante a práxis são colocados em jogo os diversos mecanismos de controle de opressão que a transdisciplinaridade tende a romper.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e hermenêutica, realizada por meio de revisão bibliográfica. A busca ocorreu nas bases PePSIC e SciELO utilizando os descritores 'transdisciplinaridade' e 'psicologia'. Foram incluídos artigos relacionados à formação profissional, saúde coletiva, clínica ampliada e práticas interprofissionais. Os estudos selecionados foram submetidos à análise temática, permitindo a construção de categorias analíticas relacionadas à formação ampliada e à prática transdisciplinar.

Deslandes, Gomes e Minayo (2009) compreendem como pesquisa qualitativa a investigação que se debruça sobre determinados fenômenos manifestados nas interações sociais e que não podem ser reduzidos a dimensão da quantificação, pois haveria um empobrecimento do conhecimento, um pensamento simplista e reducionista.

A escolha por uma pesquisa hermenêutica se deu através da compreensão desse conceito por Gadamer (1999), que explicita tal termo como uma recuperação de determinados textos a partir de novos crivos, conservando a ideia principal, mas podendo contribuir com possibilidades e funções novas.

3.1 Procedimentos

Foi realizado um levantamento bibliográfico na plataforma Pepsic de artigos que tinham como palavras-chave “transdisciplinaridade” e “psicologia”, resultando em um total de 14 artigos, dos quais foram aplicados os seguintes critérios de inclusão e exclusão: A) foram separados primeiramente os títulos mais condizentes com o tema da transdisciplinaridade dentro da perspectiva da psicologia, resultando em 7 artigos separados para análises mais aprofundadas; B) posteriormente foram realizadas leituras dos resumos dos artigos e selecionados os que propunham um olhar holístico a respeito do sofrimento humano independente da abordagem psicológica utilizada, consequentemente foram separados 4 artigos e utilizados 2 para a constituição desse trabalho, e; C) a exclusão se deu devido, aos critérios não correspondidos por A e B.

Na plataforma Scielo foram utilizadas as mesmas palavras chaves, “transdisciplinaridade” e “Psicologia”, resultando em 16 artigos, sendo escolhidos 5 artigos que corresponderam aos



critérios de inclusão: A) foram separados primeiramente os títulos mais condizentes com o tema da transdisciplinaridade dentro da perspectiva da psicologia, resultando em 9 artigos separados para análises mais aprofundadas; B) posteriormente foram realizadas leituras dos resumos dos artigos e selecionados os que propunham um olhar holístico a respeito do sofrimento humano independente da abordagem psicológica utilizada, consequentemente foram utilizados 5 artigos para construção dessa pesquisa, e; C) a exclusão se deu devido aos critérios não correspondidos por A e B.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados demonstram que a formação do psicólogo ainda apresenta forte influência de modelos especializados e fragmentados. Entretanto, a literatura aponta que a atuação em contextos contemporâneos requer integração de saberes e diálogo entre diferentes áreas. A análise crítica dos achados evidencia que a transdisciplinaridade amplia a compreensão do sofrimento humano, fortalece o trabalho em equipe e favorece a construção de intervenções mais abrangentes. Apesar dos avanços teóricos, persistem desafios institucionais, curriculares e culturais para a efetiva implementação dessa perspectiva.

De acordo com os dados coletados a partir dos autores e correlacionando-os com as questões/hipóteses definidas, pôde-se compreender que a hipótese 1) compreensão da necessidade da transdisciplinaridade para a atuação do/a psicólogo/a, entende-se, a partir da análise dos artigos, que todas as ações do psicólogo, independente do contexto de atuação, ou seja, na clínica ou em instituições, o sujeito que se apresenta para ser objeto de intervenção do psicólogo, é um sujeito complexo, inserido em uma cultura que também possui uma dimensão biológica, social, psíquica, ecológica e política; demandando assim, não só uma atuação transdisciplinar, como também uma formação acadêmica que permite ao profissional transitar sobre essas áreas/disciplinas, para entender como é esse sujeito, seu psiquismo e sua subjetividade e como este se constitui e se transforma de modo dialético nas interações biopsicossociais, políticas, econômicas e ecológicas.

Portanto, entende-se de forma expressiva a importância da ideia de formação e atuação transdisciplinar que fomenta a hipótese de que o/a psicólogo/a deve atuar em uma perspectiva de clínica ampliada, não só nos contextos da psicologia, como também nas demais áreas.

Na hipótese 2) necessidades da inserção do/a psicólogo/a nas políticas públicas, os artigos sugerem que a partir desta compreensão ampliada deste sujeito que se apresenta, cabe ao psicólogo, em conjunto com as demais áreas do saber como: profissionais da saúde, políticos, agentes comunitários, economistas, secretarias de saúde, cidadania e justiça entre outras, possam pensar em ações estratégicas em diversos seguimentos para refletir sobre a saúde como um todo.



A saúde requer a exploração de todos os aspectos que envolvem o ser humano e a sociedade para se pensar em questões que interferem na funcionalidade humana como por exemplo, mobilidade e acesso a serviços essenciais, como: urbano, educação, saneamento básico, alimentação, segurança, cidadania, justiça, saúde em todos os níveis sendo necessária a atuação do psicólogo com os demais profissionais fortalecendo a reflexão e problematização das ações exercidas pelos setores executáveis destas políticas, na observância dos conteúdos políticos ideológicos ou puramente partidários, sendo este segundo com certa frequência.

No item 3) fomento de uma clínica ampliada com o modelo transdisciplinar, de acordo com os resultados da pesquisa se torna relevante compreender que na proposta de transdisciplinaridade entende-se *a priori* que se trata de uma equipe articulada de tal forma que se percebe a ausência de ruptura e certa presença de uma integralidade entre os saberes de forma harmônica em que não se distingue começo de uma intervenção de um profissional e onde se inicia a outra, pois são integradas e não fragmentadas, demandando assim um trabalho de esforço mútuo; tal ideia ainda se torna utópica, visto a dificuldade que se observa entre os profissionais que atuam nesta área, de se articularem entre si, devido as questões pessoais, subjetivas, culturais e institucionais.

Na concepção de clínica ampliada, o/a psicólogo/a deve de certa forma compreender a ideia de transdisciplinaridade, circulando entre esses saberes, juntamente para orientar suas ações, propondo articulações com as demais áreas afins, compreendendo assim a complexidade desse sujeito que se apresenta, bem como a sua subjetividade.

5. CONCLUSÃO

Diante da presente pesquisa sobre os impactos da transdisciplinaridade para a práxis do profissional psicólogo possibilitou identificar alguns pontos nevrálgicos sobre o tema, tais como: necessidade de uma formação mais crítica, capacidade individual de lidar com questões tensas e dialéticas, capacidade dos profissionais de se perceberem como agentes que podem promover opressão ou emancipação.

A transdisciplinaridade carrega consigo uma dinâmica de tensões que possibilitam a construção de novos saberes a partir de uma dialética em que vários pontos de vista são horizontalizados e dispostos de modo a se olhar os benefícios e os limites de cada disciplina.

Essa complexidade do olhar transdisciplinar potencializa as crises do poder de autoridade institucional de determinadas áreas do saber, ou seja, ela escancara as relações de poder existentes nas instituições e na própria ciência, portanto torna-se uma ferramenta indispensável



para a emancipação não apenas dos pacientes como também dos profissionais e de toda uma estrutura social.

Ao se escancarar tais dimensões, os profissionais transdisciplinares podem auxiliar outros profissionais que ainda não alcançaram esse novo modelo de fazer ciência, através do cuidado, do respeito, da demonstração de que todos os saberes são igualmente importantes, bem como possibilita que os agentes se autoconheçam e percebam que é uma necessidade não apenas institucional, mas também pessoal de se exercer poder e de hierarquizar os saberes, pois assim há uma certa satisfação narcísica.

Portanto, a formação dos profissionais da área de saúde deveria ter como condição *sine qua non* o olhar complexo e holístico, para auxiliar não apenas na formação do cuidado e do modo de fazer ciência desses profissionais, como também lhes evidenciar o poder potencialmente emancipador nessas relações.

A transdisciplinaridade constitui importante estratégia para qualificar a formação e a prática psicológica. Os resultados reforçam a necessidade de currículos mais integrados, incentivo às experiências interprofissionais e fortalecimento da atuação em políticas públicas. Como limitação, destaca-se a natureza exclusivamente bibliográfica do estudo. Recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que investiguem experiências concretas de formação e atuação transdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARO, José Luís; GARRIDO, Alicia. **Perspectivas psicológica e sociológica**. São Paulo: McGraw Hill, 2006.

BEDIN, Dulce Maria; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. Integralidade e saúde mental no SUS à luz da teoria da complexidade de Edgar Morin. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 195-208, ago. 2011.

Benevides, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais as interfaces? **Psicologia & Sociedade**, v. 17. p. 21-25, 2005.

CHAVES, A. M.. O fenômeno psicológico como objeto de estudo transdisciplinar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 1, p. 159-165, 2000.

DESLANDES, S. F., GOMES, R., MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DIMESTEIN, Magda. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicol. Estud.** V.6, n.2, 2001.

GADAMER, H.-G. **VERDADE E MÉTODO: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica** 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.



GALVÁN, Gabriela Bruno. Equipes de saúde: o desafio da integração disciplinar. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 53-61, dez. 2007.

L'ABBATE, Solange. A Analise institucional e a saude coletiva. **Ciencia. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro- RJ, v.8, n.1. 2003.

LIMA, M.; SANTOS, L.. Formação de psicólogos em residência multiprofissional: transdisciplinaridade, núcleo profissional e saúde mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 1, p. 126–141, 2012.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 71–79, jan. 2000.

PINTO, J. DE F.; PAULA, A. P. P. DE . contribuições da epistemologia qualitativa de gonzález rey para estudos transdisciplinares. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e166100, 2018.

PRADO, G. A. S.; MOURA, M. A. DE S. R.. da transversalidade à transdisciplinaridade: cuidado e trabalho em saúde. **Psicologia em Estudo**, v. 29, p. e55913, 2024.

SPINK, M. J. P. **Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentido**, 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

AUTORES:

LUIZ GUSTAVO DA SILVA PRADO PINHEIRO: Psicólogo graduado em psicologia pela Universidade Paulista de Sorocaba (UNIP, 2023). Desenvolveu diversas atividades vinculadas à Instituição, tais como palestras, feiras e Iniciação Científica.

ROSELI MARIA DOS SANTOS: Psicóloga e mestre em psicologia clínica (PUC-CAMP). Especialista em psicologia clínica e hospitalar. Professora e supervisora de estágio e ensino superior (UNIP/Sorocaba).

VALERIA CRISTINA ANTUNES: PSICÓLOGA: Doutora e mestre em Ciências Aplicadas à Pediatria pela UNIFESP, coordenadora auxiliar da clínica de psicologia da universidade paulista (UNIP/Sorocaba).



IMPACTO DA ERGONOMIA NA QUALIDADE DE VIDA DE GESTANTES NO AMBIENTE OCUPACIONAL

IMPACT OF ERGONOMICS ON THE QUALITY OF LIFE OF PREGNANT WOMAN IN THE NON-OCCUPATIONAL

Ketilin Modesto Fontes¹⁸

Beatriz de Oliveira Peixoto¹⁹

Paulo Sérgio Nardelli Ferreira²⁰

Fabiana Peixoto Giacon Carriel⁴

RESUMO

Introdução: A incorporação massiva das mulheres ao mercado de trabalho remunerado representa uma das mudanças mais importantes na nossa sociedade ao longo do século XX, mudando assim o conceito tradicional das desigualdades. Desta forma a aplicabilidade da ergonomia sob aspecto de implantações e/ou adaptações necessárias em *layouts*, remanejamentos de função, principalmente quando há mulheres em período gestacional se faz ainda mais considerável para que estas não apresentem agravos à sua saúde e a do bebê. **Objetivo:** Analisar o impacto da ergonomia na qualidade de vida (QV) de gestantes no âmbito ocupacional. **Métodos:** Revisão da literatura em diferentes plataformas, descritores em português e inglês, utilizou-se 35 referências bibliográficas. **Resultados:** Sabe-se que durante a gestação várias alterações corporais podem gerar desconfortos e limitações funcionais desencadeando, às vezes, condições temporariamente incapacitantes. A indicação de um afastamento médico para prevenir agravos durante a gravidez é muito adotada. Observa-se que a permanência no trabalho durante a gestação está associada a condições laborais mais favoráveis, com menor exposição a riscos ocupacionais e maior suporte organizacional. **Conclusão:** Não há dúvidas que as adequações ergonômicas voltadas aos colaboradores são importantes e de impacto positivo, principalmente quando nos referimos às gestantes que buscam continuar trabalhando mesmo com as alterações morfofisiológicas decorrentes do período gestacional, e isto faz com que haja um reflexo na respectiva QV.

Palavras-chave: Ergonomia; Gestantes; Ambiente Ocupacional.

ABSTRACT

Introduction: The massive incorporation of women into the paid market represents one of the most important changes in our society throughout the 20th century, thus changing the traditional concept of inequalities. Therefore, the applicability of ergonomics in terms of necessary implementations and/or adaptations in layouts and job reassignments, especially when women are pregnant, becomes even more considerable to prevent harm to their health and that of the baby. **Objective:** To analyze the impact of ergonomics on the quality of life (QoL) of pregnant women in the occupational setting. **Methods:** A literature review was conducted using different platforms and descriptors in portuguese and english, utilizing 35 bibliographic references. **Results:** It is know that during pregnancy, various bodily changes can generate discomfort and functional limitations, sometimes triggering temporarily disabling conditions. medical leave to prevent complications during

¹⁸ [Medicina; ketilin.fontes@aluno.unip.br](mailto:ketilin.fontes@aluno.unip.br)

¹⁹ [Fisioterapia e Medicina; beatriz.peixoto@docente.unip.br](mailto:beatriz.peixoto@docente.unip.br)

²⁰ [Fisioterapia e Medicina; paulo.ferreira@docente.unip.br](mailto:paulo.ferreira@docente.unip.br)

⁴ [Fisioterapia e Estética; fabiana.giacon@docente.unip.br](mailto:fabiana.giacon@docente.unip.br)



pregnancy is frequently recommended. It is observed that remaining at work during pregnancy is associated with more favorable working conditions, with less exposure to occupational risks and greater organizational support. **Conclusion:** There is no doubt that ergonomic adjustments aimed at employees are important and have a positive impact, especially when referring to pregnant women who seek to continue working even with the morphophysiological changes resulting from the gestational period, and this has a positive impact on their quality of life.

Keywords: Ergonomics; Pregnant women; Occupational environment.

1. INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com a saúde e o bem-estar no ambiente de trabalho tem impulsionado discussões acerca da necessidade de adaptação das condições laborais às especificidades dos diferentes grupos de trabalhadores.

A promoção da qualidade de vida no trabalho (QVT) emerge como um componente essencial para a manutenção da saúde física e mental, especialmente em fases da vida que envolvem maior vulnerabilidade biológica, dentre essas, a gestação se destaca por demandar cuidados diferenciados, uma vez que envolve não apenas a saúde da mulher, mas também o desenvolvimento adequado do feto, tornando fundamental a análise das condições ocupacionais sob a perspectiva ergonômica.

A incorporação massiva das mulheres ao mercado de trabalho remunerado representa uma das mudanças mais importantes na sociedade ao longo do século XX, transformando significativamente os papéis sociais e as dinâmicas das desigualdades de gênero. Embora acompanhada por avanços nos direitos trabalhistas e na proteção à saúde da mulher, os desafios persistem relacionados à adequação dos ambientes ocupacionais às necessidades específicas do público feminino, especialmente durante o período gestacional.

A aplicabilidade da ergonomia, sob o aspecto de implantações e/ou adaptações em *layouts*, organização do trabalho e remanejamento de funções, torna-se ainda mais relevante, particularmente quando se trata de mulheres em período gestacional, a fim de prevenir agravos à saúde materna e fetal. A ergonomia, enquanto ciência que estuda a interação entre o ser humano e os elementos de um sistema, busca adaptar o trabalho às características psicofisiológicas do trabalhador, promovendo conforto, segurança e eficiência (IIDA E GUIMARÃES, 2016).

A aplicação da ergonomia no ambiente de trabalho deve estar alinhada a normas e diretrizes que orientam a adaptação das condições laborais às características dos trabalhadores.

Caracterizada como um processo fisiológico natural, a gestação é marcada por uma série de adaptações progressivas no organismo materno desde a fertilização. Embora seja considerada uma condição de saúde, esta impõe ao organismo feminino alterações funcionais significativas,



comparáveis, em magnitude, às observadas em alguns estados patológicos, o que pode impactar diretamente a capacidade funcional da gestante.

As alterações biomecânicas decorrentes da gestação contribuem para maior vulnerabilidade a desconfortos musculoesqueléticos, especialmente em condições laborais inadequadas (ARTAL E O'TOOLE, 2003).

Além disso, fatores organizacionais, como jornadas prolongadas, posturas mantidas e exigências físicas elevadas, podem intensificar sintomas como dor, fadiga e edema, impactando negativamente a qualidade de vida das gestantes.

Evidências recentes reforçam a importância da avaliação das demandas físicas durante a gestação. Em uma revisão sistemática com metanálise, Cai et al. (2020) observaram que atividades ocupacionais fisicamente exigentes estão associadas ao aumento do risco de parto prematuro e baixo peso ao nascer. Os autores destacam que exposições como longos períodos em ortostatismo, levantamento de cargas e elevada carga física de trabalho podem representar fatores de risco adicionais para a saúde materno-fetal, evidenciando a necessidade de adequações ergonômicas e monitoramento contínuo das condições laborais durante a gestação.

No Brasil, a Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17) estabelece parâmetros que visam proporcionar conforto, segurança e desempenho eficiente, contemplando aspectos como organização do trabalho, mobiliário e condições ambientais. A observância dessas diretrizes torna-se ainda mais relevante no caso de gestantes, uma vez que suas necessidades específicas exigem maior atenção quanto à prevenção de riscos ocupacionais e à promoção da saúde no ambiente laboral (BRASIL, 2021).

Aspectos psicossociais do trabalho também desempenham papel relevante nesse contexto. Ambientes laborais com alta demanda e baixo suporte organizacional estão associados ao aumento do estresse materno, podendo repercutir em desfechos adversos, como parto prematuro e baixo peso ao nascer (BONZINI, COGGON E PALMER, 2007).

Dessa forma, a qualidade de vida da gestante no ambiente ocupacional é influenciada por múltiplas dimensões interdependentes, que envolvem aspectos físicos, organizacionais e psicossociais; e a legislação trabalhista brasileira reconhece a necessidade de proteção à gestante no ambiente laboral, assegurando direitos que visam reduzir a exposição a riscos e garantir condições adequadas de trabalho, em consonância com diretrizes internacionais de proteção à maternidade (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2000).

No entanto, a efetividade dessas medidas depende da adequada aplicação de princípios ergonômicos e da conscientização de empregadores e profissionais de saúde quanto à importância da adaptação do trabalho durante a gestação, de tal forma que o presente estudo tem como objetivo inspecionar o impacto da ergonomia na qualidade de vida de gestantes no âmbito ocupacional, a



fim de promover ambientes de trabalho mais seguros, inclusivos e saudáveis, contribuindo para melhores desfechos maternos e neonatais.

2 ALTERAÇÕES CORPORAIS E PSICOLÓGICAS DURANTE A GESTAÇÃO

A gestação constitui um período de intensas transformações no organismo feminino, envolvendo adaptações fisiológicas, morfológicas e psicológicas que ocorrem de forma progressiva ao longo dos três trimestres. Essas mudanças têm como finalidade garantir o desenvolvimento fetal e preparar o corpo materno para o parto, sendo consideradas naturais, porém capazes de impactar significativamente a funcionalidade e o bem-estar da gestante (COSTA ET AL., 2022; BARBOSA, 2017).

Segundo Costa et al. (2022) do ponto de vista fisiológico, destacam-se alterações em múltiplos sistemas corporais, como no sistema musculoesquelético que há modificações importantes, tais quais o aumento da lordose lombar, deslocamento do centro de gravidade e maior frouxidão ligamentar, fatores que contribuem para instabilidade postural e maior predisposição a dores, especialmente na região lombar; e nos sistemas cardiovascular e respiratório, que ocorrem adaptações com o aumento do débito cardíaco, volume sanguíneo e consumo de oxigênio, refletindo as demandas metabólicas aumentadas da gestação (VALVERDE ET AL., 2025).

As alterações hormonais também desempenham papel central nesse processo, influenciando diretamente a biomecânica corporal e favorecendo o aparecimento de desconfortos físicos e condições musculoesqueléticas, como lombalgias e síndromes compressivas, particularmente quando associadas a atividades laborais repetitivas ou que exigem esforço físico (REIS ET AL., 2016). Nesse sentido, tais mudanças podem impactar diretamente a capacidade funcional da gestante, especialmente em ambientes ocupacionais que não apresentam adaptações ergonômicas adequadas.

Paralelamente às mudanças físicas, a gestação também envolve importantes alterações psicológicas e emocionais. Variações hormonais, somadas às mudanças corporais e às expectativas relacionadas à maternidade, podem influenciar aspectos como autoestima, percepção corporal e estabilidade emocional (ALVES E BEZERRA, 2020). Aliás, muitas gestantes experimentam sentimentos ambivalentes, incluindo ansiedade, insegurança e alterações de humor, os quais podem ser intensificados por fatores sociais, culturais e ambientais.

A percepção da própria imagem corporal também sofre impacto significativo durante a gestação, uma vez que as rápidas mudanças físicas podem gerar desconforto e insatisfação, especialmente em contextos socioculturais que valorizam padrões estéticos específicos (FERRAZ ET AL., 2021). Além disso, fatores psicossociais, como suporte familiar e condições de trabalho,



exercem influência direta sobre a saúde mental da gestante, podendo contribuir tanto para o bem-estar quanto para o desenvolvimento de estresse e sofrimento psíquico.

Sendo assim, as alterações corporais e psicológicas da gestação não devem ser analisadas de forma isolada, mas sim como um conjunto interdependente de mudanças que impactam diretamente a qualidade de vida da mulher, uma vez que, a interação entre as demandas fisiológicas da gestação e as condições ambientais, especialmente no contexto ocupacional, pode intensificar os efeitos dessas alterações sobre a saúde da mulher.

3. QUALIDADE DE VIDA DA GESTANTE NO AMBIENTE OCUPACIONAL

A QVT constitui um conceito multidimensional que abrange aspectos físicos, psicológicos e organizacionais, sendo essencial para a promoção do bem-estar e da saúde do trabalhador.

No contexto da gestação, esse conceito ganha maior relevância, uma vez que as alterações fisiológicas e emocionais próprias desse período tornam a mulher mais suscetível aos impactos das condições laborais (BRASIL, 2024; PINTO E CASARIN, 2018).

A qualidade de vida da gestante está diretamente relacionada à capacidade do ambiente de trabalho em se adaptar às suas necessidades específicas, considerando as limitações funcionais transitórias desse período. A ausência de adaptações pode resultar em maior vulnerabilidade a agravos físicos e emocionais, enquanto ambientes mais flexíveis e responsivos tendem a promover maior bem-estar e segurança durante a gestação (WHO, 2022; RODRIGUES et al., 2023).

Corroborando essa perspectiva, Andersen et al. (2022) observaram que adaptações precoces no ambiente de trabalho, como flexibilização de horários, adequação das tarefas e comunicação efetiva entre gestante e gestores, favorecem a permanência segura da mulher em suas atividades laborais. Os autores destacam que o reconhecimento das necessidades individuais da gestante contribui para a redução de desconfortos físicos e emocionais, além de fortalecer a percepção de suporte organizacional.

As exigências físicas do trabalho, como permanência prolongada em pé, posturas inadequadas, levantamento de cargas e movimentos repetitivos, podem intensificar desconfortos musculoesqueléticos, fadiga e estresse, comprometendo a qualidade de vida da gestante (SILVA, FERNANDES E PAIVA, 2021; OLIVEIRA E SOUZA, 2020).

Além disso, fatores ambientais, como iluminação, temperatura, ruído e organização do espaço, influenciam diretamente o conforto e o bem-estar, podendo agravar o cansaço físico e mental quando inadequados (SANTOS, ALMEIDA E ARAÚJO, 2019).



Estudos brasileiros também demonstram que as demandas físicas e psicossociais permanecem elevadas em diversos setores ocupacionais, estando associadas a piores indicadores de saúde e bem-estar entre trabalhadores. Nesse contexto, a exposição simultânea a esforços físicos intensos e fatores estressores organizacionais pode representar um agravante adicional para mulheres durante a gestação, reforçando a necessidade de intervenções preventivas no ambiente laboral (FREITAS et al, 2021).

A exposição contínua a condições ambientais desfavoráveis está associada ao aumento do estresse fisiológico e à piora da percepção de conforto ocupacional. Tais fatores podem interferir na qualidade do sono, nos níveis de energia e na saúde mental da gestante, reforçando a importância de ambientes de trabalho adequadamente planejados e monitorados (GOMES et al., 2021; BRASIL, 2021).

No âmbito organizacional, aspectos como jornadas extensas, alta demanda produtiva e baixo suporte institucional estão associados à pior percepção de qualidade de vida, enquanto ambientes que oferecem maior autonomia, flexibilidade e apoio tendem a favorecer o equilíbrio emocional e a satisfação laboral (FERNANDES, ASSUNÇÃO E CARVALHO, 2022).

Partindo disto, a ergonomia desempenha papel central ao possibilitar a adaptação das condições de trabalho às necessidades da gestante, por meio de ajustes no posto de trabalho, reorganização de tarefas e implementação de pausas regulares.

Além disso, a literatura destaca que intervenções ergonômicas e organizacionais integradas apresentam maior eficácia na promoção da saúde da gestante trabalhadora, sobretudo quando associadas a políticas institucionais de proteção à maternidade. Medidas como flexibilização da jornada, possibilidade de trabalho remoto e readequação de funções contribuem para a redução de riscos ocupacionais e para a melhoria da qualidade de vida durante a gestação (ILO, 2021; SANTOS et al., 2021).

Vale salientar também que o acesso à informação e ao acompanhamento em saúde ocupacional contribui para a identificação precoce de riscos e para a adoção de medidas preventivas, promovendo maior segurança durante a gestação (COSTA E LIMA, 2023). Paralelamente, fatores subjetivos, como apoio familiar, estabilidade no emprego e condições socioeconômicas, também influenciam a percepção de qualidade de vida, demonstrando que essa experiência resulta da interação entre múltiplas dimensões (ALMEIDA, GOMES E SANTOS, 2021).

Desta forma, a qualidade de vida da gestante no ambiente ocupacional deve ser compreendida de maneira integral, considerando a interação entre fatores físicos, organizacionais e psicossociais.



4. ERGONOMIA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A ergonomia e a QVT são conceitos inter-relacionados que desempenham papel fundamental na promoção da saúde e do bem-estar dos trabalhadores.

Enquanto campo científico voltado à adaptação das condições de trabalho às características humanas, a ergonomia busca minimizar riscos ocupacionais e otimizar o desempenho laboral, contribuindo diretamente para melhores condições de trabalho (PINTO E CASARIN, 2018).

A ergonomia deve ser compreendida de forma sistêmica, integrando aspectos físicos, organizacionais e psicossociais do trabalho. Tal abordagem amplia a compreensão dos fatores que impactam a saúde do trabalhador, permitindo intervenções mais eficazes e sustentáveis no ambiente ocupacional (DUL E WEERDMEESTER, 2021; *INTERNATIONAL ERGONOMICS ASSOCIATION*, 2020).

A QVT, por sua vez, é compreendida como um constructo multidimensional que envolve fatores físicos, psicológicos e organizacionais. Nesse sentido, a ergonomia atua como um dos principais instrumentos para sua promoção, ao intervir nas condições ambientais, na organização das tarefas e nas relações entre trabalhador e trabalho.

Evidências indicam que a adequação ergonômica dos postos de trabalho está associada à redução de desconfortos físicos, à prevenção de doenças ocupacionais e ao aumento da satisfação e produtividade dos trabalhadores.

Além disso, intervenções ergonômicas bem estruturadas podem gerar impactos positivos não apenas na saúde física, mas também na saúde mental dos trabalhadores, ao reduzir a sobrecarga, o estresse ocupacional e a fadiga. Dessa forma, a ergonomia contribui para um ambiente de trabalho mais equilibrado, favorecendo o desempenho e o bem-estar global (SONNENTAG E FRITZ, 2020; WHO, 2022).

Além dos aspectos físicos, a ergonomia também contempla dimensões cognitivas e organizacionais, considerando fatores como carga mental, ritmo de trabalho e autonomia do trabalhador. Estudos apontam que ambientes de trabalho que respeitam os limites humanos e promovem maior controle sobre as atividades desempenhadas apresentam melhores indicadores de qualidade de vida, reforçando a importância de abordagens ergonômicas integradas (ANTLOGA, CARMO E KRÜGER, 2020).

Pesquisas contemporâneas em ergonomia reforçam que a organização das atividades de trabalho deve considerar não apenas fatores biomecânicos, mas também as demandas cognitivas, a carga de trabalho e as pressões organizacionais. A presença de múltiplas exigências simultâneas pode levar os trabalhadores a priorizarem metas produtivas em detrimento do próprio conforto e



segurança, evidenciando a importância de abordagens ergonômicas integradas e centradas no trabalhador (SANFORD et al, 2022).

Outro aspecto relevante refere-se à prevenção de agravos à saúde relacionados ao trabalho. Distúrbios musculoesqueléticos continuam sendo uma das principais causas de adoecimento ocupacional, estando frequentemente associados a posturas inadequadas, movimentos repetitivos e sobrecarga física. A ergonomia, ao identificar e modificar esses fatores de risco, contribui significativamente para a redução desses agravos e para a promoção de ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis (NASCIMENTO et al, 2018).

Nesse sentido, destaca-se que a adoção de programas ergonômicos contínuos e a participação ativa dos trabalhadores no processo de adaptação das condições de trabalho são fatores determinantes para o sucesso das intervenções. A abordagem participativa favorece a identificação mais precisa dos riscos e promove maior adesão às mudanças implementadas, potencializando os resultados em termos de saúde e qualidade de vida (OAKMAN et al., 2022; ILO, 2021).

A literatura recente tem destacado que intervenções ergonômicas participativas apresentam resultados mais consistentes quando comparadas a abordagens exclusivamente centradas na modificação física do posto de trabalho. Segundo Oakman et al. (2022), a inclusão dos trabalhadores no processo de identificação de riscos e proposição de soluções favorece maior adesão às medidas implementadas, melhora a percepção de segurança ocupacional e contribui para a redução de agravos musculoesqueléticos. No contexto da gestação, essa abordagem possibilita adaptações mais individualizadas e compatíveis com as demandas fisiológicas de cada fase gestacional (OAKMAN et al, 2022).

Segundo Carmo, Antloga e Pacheco (2023) a relação entre ergonomia e QVT também se estende ao campo organizacional, envolvendo práticas institucionais que favoreçam o bem-estar dos trabalhadores. A implementação de programas de promoção da saúde, pausas regulares, flexibilização da jornada e incentivo à participação dos trabalhadores nas decisões são estratégias que, aliadas à ergonomia, potencializam a QVT e reduzem o impacto negativo das demandas laborais.

Todavia a ergonomia configura-se como um elemento central na construção da QVT, atuando de maneira preventiva e promotora da saúde. Sua aplicação sistemática permite não apenas a redução de riscos ocupacionais, mas também na otimização da adaptação do trabalho às limitações gestacionais.



5. MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa. A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados científicas nacionais e internacionais, incluindo *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed e *Google Scholar*, utilizando descritores em português e inglês, tais como “ergonomia” (*ergonomics*), “gestantes” (*pregnant women*), “qualidade de vida” (*quality of life*) e “ambiente ocupacional” (*occupational environment*) combinados por meio dos operadores booleanos *and* e *or*.

Inicialmente, realizou-se a identificação dos estudos potencialmente relevantes a partir da leitura dos títulos e resumos. Posteriormente, os artigos selecionados foram submetidos à leitura na íntegra para verificação de sua adequação ao tema proposto.

Foram incluídos artigos publicados entre 2000 e 2025, disponíveis integralmente, nos idiomas português ou inglês, e que abordassem aspectos relacionados à ergonomia, gestação, saúde ocupacional ou qualidade de vida no trabalho. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos duplicados, resumos de eventos, trabalhos sem rigor metodológico e aqueles que não apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa.

Ao final do processo de seleção, foram utilizados 31 estudos para compor a análise, os quais foram interpretados de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar evidências relacionadas às alterações gestacionais, às condições ergonômicas do ambiente ocupacional e aos impactos sobre a qualidade de vida das trabalhadoras gestantes.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados evidencia que a qualidade de vida de gestantes no ambiente ocupacional está diretamente relacionada às condições ergonômicas, organizacionais e psicossociais do trabalho. Observa-se que a ausência de adaptações ergonômicas adequadas potencializa os efeitos das alterações fisiológicas da gestação, contribuindo para o aumento de desconfortos musculoesqueléticos, fadiga e estresse.

A gestação implica alterações sistêmicas que vão além do aspecto musculoesquelético, incluindo modificações cardiovasculares, respiratórias e metabólicas, as quais podem reduzir a tolerância ao esforço físico no ambiente de trabalho. Dessa forma, ambientes ocupacionais não adaptados tendem a intensificar a sobrecarga funcional da gestante, impactando negativamente sua qualidade de vida e aumentando o risco de afastamentos laborais (Oliveira et al., 2020; WHO, 2022).



Estudos recentes apontam que “as mudanças biomecânicas da gestação aumentam a sobrecarga lombar, favorecendo o aparecimento de dor e desconforto” (Silva et al., 2021, p. 4), o que se agrava em ambientes de trabalho com exigências físicas elevadas. Tais achados corroboram com os dados apresentados na literatura, evidenciando que a inadequação ergonômica está diretamente associada à pior percepção de qualidade de vida entre gestantes trabalhadoras.

Investigações contemporâneas destacam que a permanência prolongada em postura ortostática, a repetitividade de movimentos e o levantamento de cargas estão entre os principais fatores ocupacionais associados ao agravamento de sintomas durante a gestação. Esses elementos contribuem para maior incidência de dor lombar, edema de membros inferiores e fadiga, sendo frequentemente relatados em ocupações com baixa flexibilização das atividades (CARVALHO et al., 2021; RODRIGUES et al., 2023).

Além disso, fatores organizacionais demonstraram impacto significativo nos desfechos analisados. Ambientes caracterizados por alta demanda produtiva, baixa autonomia e ausência de suporte institucional estão associados a níveis mais elevados de estresse e insatisfação laboral.

A indicação de um afastamento médico para prevenir agravos durante a gravidez é muito adotada. Estudos evidenciam que as mulheres que trabalham até a 36ª semana de gestação são as quais exercem sua função em ambientes com menores riscos ou com condições mais favoráveis, advindas da existência de uma equipe multidisciplinar que se preocupa em propiciar QVT, através de programas de prevenção a doenças ocupacionais, sendo a ergonomia uma das ferramentas utilizadas.

A sobrecarga de trabalho e a pressão por produtividade podem desencadear respostas fisiológicas relacionadas ao estresse crônico, como aumento de cortisol, o que pode repercutir negativamente tanto na saúde materna quanto nos desfechos gestacionais. Assim, a organização do trabalho assume papel central na mediação entre atividade laboral e saúde da gestante (GOMES et al., 2021; ILO, 2021).

Conforme destacado por Fernandes et al. (2022, p. 6), “condições de trabalho desfavoráveis influenciam negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores”, o que se aplica de maneira ainda mais expressiva ao público gestante.

Outro ponto relevante refere-se à influência dos fatores psicossociais na experiência ocupacional durante a gestação. A literatura indica que o suporte social e organizacional atua como fator protetor, contribuindo para melhores indicadores de bem-estar. Observa-se que “o apoio no ambiente de trabalho está diretamente relacionado à melhoria da qualidade de vida e redução do estresse ocupacional” (Almeida et al., 2021, p. 152), reforçando a importância de ambientes laborais mais acolhedores e inclusivos.



A percepção de apoio por parte de gestores e colegas está associada à redução de sintomas ansiosos e depressivos durante a gestação, além de favorecer a permanência da mulher no trabalho com maior segurança e satisfação. Ambientes que promovem comunicação efetiva e políticas inclusivas tendem a apresentar melhores indicadores de saúde ocupacional (PEREIRA et al., 2022; WHO, 2022).

A ergonomia, por sua vez, destaca-se como estratégia central na promoção da qualidade de vida no trabalho. Intervenções como adequação do mobiliário, reorganização das tarefas e implementação de pausas regulares demonstraram efeitos positivos na redução de sintomas físicos e na melhoria do conforto ocupacional. De acordo com Nascimento et al. (2018, p. 3) “a aplicação de princípios ergonômicos contribui para a prevenção de agravos e promoção da saúde no trabalho”.

Além disso, intervenções ergonômicas precoces, especialmente quando iniciadas ainda no primeiro trimestre gestacional, apresentam maior eficácia na prevenção de agravos musculoesqueléticos. A adoção de medidas individualizadas, considerando as demandas específicas da função exercida, tem sido apontada como uma abordagem mais efetiva na promoção da saúde da gestante trabalhadora (SANTOS et al., 2021; FERREIRA et al., 2020).

Programas institucionais voltados à promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho mostraram-se eficazes na redução de riscos ocupacionais e na melhoria da satisfação das gestantes. Então evidencia-se que “ações organizacionais voltadas ao bem-estar impactam positivamente a percepção de qualidade de vida no trabalho” (Carmo et al., 2023, p. 10), destacando a relevância de políticas institucionais integradas.

A implementação de políticas públicas e institucionais voltadas à proteção da gestante trabalhadora, como flexibilização da jornada, possibilidade de trabalho remoto e adaptações das atividades, tem sido amplamente recomendada por organismos internacionais. Essas estratégias contribuem para a redução de riscos ocupacionais e para a promoção de um ambiente de trabalho mais seguro e inclusivo (ILO, 2021; BRASIL, 2021).

Contudo, os resultados analisados reforçam que a qualidade de vida da gestante no ambiente ocupacional é determinada por múltiplos fatores interdependentes, e a integração entre ergonomia, organização do trabalho e suporte psicossocial mostra-se fundamental para a promoção de ambientes laborais mais seguros e saudáveis, contribuindo não apenas para o bem-estar materno, mas também para melhores desfechos gestacionais.



7. CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que a qualidade de vida de gestantes no ambiente ocupacional é diretamente influenciada pelas condições ergonômicas, organizacionais e psicossociais do trabalho. As adaptações fisiológicas e emocionais próprias da gestação aumentam a vulnerabilidade a riscos ocupacionais, especialmente em contextos laborais inadequados, destacando a importância da ergonomia na promoção da saúde, prevenção de agravos e manutenção do bem-estar materno.

É essencial que empregadores, profissionais de saúde e gestores reconheçam a gestante como um grupo que demanda atenção específica no ambiente de trabalho, considerando suas particularidades fisiológicas e emocionais. A promoção de ambientes laborais mais inclusivos e sensíveis a essas demandas contribui para a valorização da mulher trabalhadora, além de favorecer sua permanência segura e saudável nas atividades profissionais ao longo da gestação.

Faz-se necessário fortalecer políticas institucionais e práticas organizacionais que incentivem a adaptação das condições de trabalho, bem como a ampliação de ações educativas voltadas à conscientização sobre a importância da ergonomia. Tais iniciativas são fundamentais para consolidar uma cultura de cuidado e prevenção no ambiente ocupacional, promovendo não apenas a saúde materna, mas também impactos positivos no contexto familiar, social e produtivo.

Portanto, a adoção de estratégias institucionais e intervenções ergonômicas mostra-se fundamental para a construção de ambientes de trabalho mais seguros e adaptados às necessidades das gestantes; e tais medidas contribuem não apenas para a melhoria da qualidade de vida, mas também para melhores desfechos gestacionais, reforçando a importância de ações integradas voltadas à saúde da mulher no contexto ocupacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, LWS; GOMES, NP; SANTOS, RM. **Fatores psicossociais e qualidade de vida no trabalho: uma análise contemporânea.** *Revista de Psicologia Organizacional e do Trabalho*. 2021;21(2):150-158.

ANDERSEN, DR et al. **Reflections on workplace adjustments for pregnant employees: a qualitative study of the experiences of pregnant employees and their managers.** *BMC Pregnancy and Childbirth*. 2022;22:456.

ANTLOGA, CS; CARMO, MM; KRÜGER, L. **Qualidade de vida no trabalho em um instituto de pesquisa brasileiro.** *Psicologia Revista*. 2020.

ARTAL, R; O'TOOLE, M. **Guidelines of the American College of Obstetricians and Gynecologists for exercise during pregnancy and the postpartum period.** *Br J Sports Med*. 2003;37(1):6-12.



BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção ao pré-natal de baixo risco.** Brasília: Ministério da Saúde; 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção à saúde da gestante no trabalho.** Brasília: MS, 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia. Redação dada pela Portaria MTP nº 423, de 07 de outubro de 2021.** Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Previdência, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho.** Brasília: MDHC; 2024.

BONZINI, M; COGGON, D; PALMER, KT. **Risk of prematurity, low birthweight and pre-eclampsia in relation to working hours and physical activities: a systematic review.** *Occup Environ Med.* 2007;64(4):228–243.

CAI, C; VANDERMEER, B; KHURANA, R; NERENBERG, K; FEATHERSTONE, R; SEBASTIANSKI, M; DAVENPORT, MH. **The impact of occupational activities during pregnancy on pregnancy outcomes: a systematic review and meta-analysis.** *American Journal of Obstetrics and Gynecology.* 2020;222(3):224-238.

CARMO, MM; ANTLOGA, CS; PACHECO, VA. **Qualidade de vida no trabalho: representações de trabalhadores.** *Revista Subjetividades*, 23(1):1-12. 2023.

CARVALHO, ME. et al. **Fatores ocupacionais e desconfortos na gestação.** *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 46, e12, 2021.

COSTA, CS; LIMA, FPA. **Saúde ocupacional e gestação: estratégias de prevenção de riscos no trabalho.** *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho.* 2023;21(1):89-97.

DUL, J.; WEERDMEESTER, B. **Ergonomia prática.** 3. ed. São Paulo: Blucher, 2021.

FERNANDES, RCP; ASSUNÇÃO, AA; CARVALHO, FM. **Organização do trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador.** *Revista de Saúde Pública.* 2022;56:12.

FERREIRA, DP. et al. **Intervenções ergonômicas no ambiente de trabalho: revisão sistemática.** *Revista de Ergonomia*, v. 8, n. 2, p. 30-40, 2020.

FREITAS, PP; LOPES, MS; ASSUNÇÃO, AA; LOPES, ACS. **Saúde e trabalho no Brasil: demandas físicas e psicossociais.** *Cadernos de Saúde Pública.* 2021;37(9).

GOMES, JR. et al. **Estresse ocupacional e repercussões na gestação.** *Revista de Enfermagem do Trabalho*, v. 19, n. 2, p. 55-63, 2021.

IIDA, I; GUIMARÃES, LBM. **Ergonomia: projeto e produção.** 3ª ed. São Paulo: Blucher; 2016.

INTERNATIONAL ERGONOMICS ASSOCIATION (IEA). **What is ergonomics?** 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Working conditions and maternity protection.** Geneva: ILO, 2021.

NASCIMENTO, TRL; SIQUEIRA, JCF; GONÇALVES, SB; SILVA, NL; SOUZA, EL. **Ergonomia: saúde ocupacional e qualidade de vida.** *Revista Ação Ergonômica*, 13:e201808, 2018.



OAKMAN, J. et al. **Participatory ergonomics and worker health outcomes: a review.** *Applied Ergonomics*, v. 99, p. 103614, 2022.

OLIVEIRA, FA. et al. **Alterações fisiológicas da gestação e impacto ocupacional.** *Revista de Saúde Pública*, v. 54, p. 1-9, 2020.

OLIVEIRA, JD; SOUZA, MT. **Fatores ocupacionais associados ao desconforto físico em gestantes.** *Revista de Enfermagem do Trabalho*. 2020;17(2):45-52.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Maternidade e trabalho: Convenção nº 183 e Recomendação nº 191.** Genebra: OIT; 2000.

PEREIRA, LC. et al. **Fatores psicossociais e bem-estar em gestantes trabalhadoras.** *Revista Psicologia & Saúde*, v. 14, n. 1, p. 85-96, 2022.

PINTO, CC; CASARIN, FA. **A relação entre ergonomia e qualidade de vida no trabalho: uma revisão de literatura.** *Revista Produção Online*. 2018;18(3):1050-1068.

RODRIGUES, MT. et al. **Demandas físicas ocupacionais e gestação.** *Revista Brasileira de Ergonomia*, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2023.

SANFORD, N. et al. **Capturing challenges and trade-offs in healthcare work using the pressures diagram: na ethnographic study.** *Applied Ergonomics*, 101 (2022) 103688.

SANTOS, EF. et al. **Ergonomia aplicada à saúde da mulher trabalhadora.** *Revista de Saúde do Trabalhador*, v. 19, n. 1, p. 25-34, 2021.

SANTOS, KOB; ALMEIDA, MMG; ARAÚJO, TM. **Condições de trabalho e saúde de mulheres: enfoque na ergonomia ocupacional.** *Cadernos de Saúde Pública*. 2019;35(6):e00180218.

SILVA, RMV; FERNANDES, AFC; PAIVA, AA. **Condições de trabalho e repercussões na saúde de gestantes trabalhadoras.** *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. 2021;46:e12.

SONNENTAG, S.; FRITZ, C. **Recovery from job stress: the stressor-detachment model.** *Journal of Organizational Behavior*, v. 41, n. 3, p. 1-10, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Maternal health and workplace conditions.** Genebra: WHO, 2022.

AUTORES

Ketilin Modesto Fontes: Fisioterapeuta; e acadêmica do curso de Medicina – UNIP/Sorocaba.

Beatriz de Oliveira Peixoto: Coordenadora do curso de Fisioterapia, e docente dos cursos: Fisioterapia e Medicina – UNIP/Sorocaba.

Paulo Sérgio Nardelli Ferreira: Docente dos cursos: Fisioterapia e Medicina – UNIP/Sorocaba.

Fabiana Peixoto Giacon Carriel: Coordenadora do curso de Estética e Cosmetologia; e docente dos cursos: Fisioterapia e Estética.



LINGUAGEM JURÍDICA: UMA REFLEXÃO SOBRE DISCURSO JURÍDICO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO

LEGAL LANGUAGE: A REFLECTION ON LEGAL DISCOURSE AND THE DEMOCRATIZATION OF LAW

Ana Fernanda Vasques Aragom²¹

Ricardo José Orsi de Sanctis²²

RESUMO

Introdução: Sendo a ligação entre Direito e linguagem intrínseca, pode-se observar a construção de uma linguagem jurídica, técnica. Contudo, o uso do chamado “juridiquês” - estilo rebuscado, arcaísmos, excesso de jargão profissional – afeta a compreensão do público. Estabelecendo uma relação de poder de quem detém o letramento jurídico acerca dos textos técnicos sobre o cidadão leigo, sendo possível causar insegurança, ansiedade e estresse frente ao Judiciário. Em relação à discussão sobre o uso do juridiquês como instrumento de poder, os **Objetivos** foram: analisar a linguagem jurídica como um discurso de poder no meio jurídico; diferenciar linguagem técnica de jargão profissional (juridiquês); comparar textos jurídicos antigos e atuais para analisar a evolução e frequência do uso de terminologias arcaicas e/ou rebuscadas que podem dificultar a compreensão; refletir sobre a democratização do direito por meio da linguagem. **Método:** a metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica sobre linguagem jurídica seguida de análise em perspectiva dialógica de documentos jurídicos, observando os aspectos enunciativo, discursivo e linguístico através de descrição, análise e interpretação. Foram analisadas duas petições intermediárias e dois acórdãos de épocas diferentes. **Resultados:** pôde-se observar a prática do juridiquês de diferentes formas nos documentos jurídicos e discutir a construção de um discurso de poder de um grupo profissional. **Conclusão:** Deste modo, a simplificação da linguagem poderia resultar em maior acessibilidade, promovendo a democratização do Direito, humanizando o processo judicial. Essa clareza ao tratar de assuntos de Direito promove empoderamento, autonomia, segurança e confiança no trabalho jurídico aproximando-o da sociedade.

Palavras-chave: Linguagem jurídica; Discurso Jurídico; Democratização do Direito.

ABSTRACT

Introduction: As the connection between Law and language is intrinsic, it was possible to observe the construction of a legal, or technical, language. However, the use of so-called “legalese” – an elaborate style, archaisms, Latinisms, and excessive professional jargon – affects public understanding. Thus establishing a power dynamic between those who possess legal literacy regarding technical texts and the lay citizen can cause insecurity, anxiety, and stress when dealing with the Judiciary. Regarding the discussion on the use of legalese as an instrument of power, the **objectives** of the research were: to analyze legal language as a discourse of power in the legal field; to differentiate technical language from professional jargon (legalese); to compare old and current legal texts to analyze the evolution and frequency of the use of archaic and/or elaborate terminology that can hinder understanding; and to reflect on the democratization of law through language. The methodology consisted of a bibliographic review on legal language followed by analysis from a dialogical perspective of legal documents, observing the enunciative, discursive and linguistic aspects through description, analysis and interpretation. Two interim petitions and two decisions from different periods were analyzed. **Results:** The practice of legalese in different forms was

²¹ [Direito. E-mail: ana.aragom@aluno.unip.br](mailto:ana.aragom@aluno.unip.br)

²² [Direito. E-mail: ricardo.sanctis@docente.unip.br](mailto:ricardo.sanctis@docente.unip.br)



observed in legal documents, and the construction of a power discourse by a professional group was discussed. **Conclusion:** Thus, simplifying language could result in greater accessibility, promoting the democratization of law and humanizing the judicial process. This clarity in addressing legal matters promotes empowerment, autonomy, security, and confidence in legal work, bringing it closer to society.

Keywords: Legal language; Legal discourse; Democratization of Law.

1. INTRODUÇÃO

As palavras permeiam o trabalho dos operadores do Direito, como comentado por Barroso (in PETRI, p. ix, 2008) “O mundo do Direito é o mundo da linguagem, falada e escrita.”. As palavras concretizam enunciados jurídicos em gêneros do discurso como petições, sentenças, acórdãos, leis, jurisprudências etc. presentes na atuação profissional jurídica.

Sendo a ligação entre Direito e linguagem intrínseca, pode-se observar a construção de uma linguagem jurídica, ou seja, linguagem técnica usada pelos profissionais da área - o português jurídico - uma linguagem própria, específica. Assim, destaca Barroso (2008) que, para alcançar a função social do Direito, a linguagem deve ser clara e precisa a fim de ser compreendida por todos.

Contudo, o uso do “juridiquês” compromete o acesso à Justiça com práticas de escrita como: estilo rebuscado, uso de arcaísmos, latinismos, vocabulário complexo do “jargão profissional” excessivo, entre outros casos que afastam a compreensão do público como observado por Guimarães (2012). Estabelecendo, assim, uma relação de poder de quem detém o letramento jurídico acerca dos textos do mundo jurídico sobre o cidadão leigo. Resultando na monopolização do conhecimento jurídico por um grupo, constituindo a linguagem como instrumento de ascensão para uns e exclusão para muitos, ou seja, a construção de um discurso de poder. Em relação a isso, Barroso (2008), defende que

A linguagem deve ser instrumento de socialização do conhecimento, e não um instrumento de poder, pelo qual se afasta do debate aqueles que não têm a chave para decodificá-la (BARROSO in PETRI, p. ix-x, 2008).

Percebe-se, deste modo, a importância da clareza no discurso jurídico para garantir o direito de acesso à Justiça previsto no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça de direito.” que constata a inafastabilidade da jurisdição e com isso o dever de linguagem de se fazer entender para alcançar a todos.

A partir dessa discussão, o presente artigo problematiza a relação entre a linguagem jurídica e o poder por meio das seguintes perguntas norteadoras de pesquisa: em que medida os textos jurídicos já foram permeados e, na atualidade ainda têm sido permeados pelo juridiquês? Houve ou não uma democratização da linguagem nos textos jurídicos atuais, em comparação aos mais antigos? Que relações de poder se estabelecem a partir do discurso jurídico? São questões



que podem encaminhar reflexões sobre o uso de uma linguagem rebuscada no ramo jurídico como construção de um status de poder e dominação sobre a população leiga.

Em relação à discussão sobre o uso do jurídicoês como instrumento de poder, os objetivos são: analisar a linguagem jurídica como um discurso de poder no meio jurídico; diferenciar linguagem técnica de jargão profissional (juridiquês); comparar textos jurídicos antigos e atuais para analisar a evolução e frequência do uso de terminologias arcaicas e/ou rebuscadas que podem dificultar a compreensão e refletir sobre a democratização do direito por meio da linguagem.

A investigação desse tema visa propor uma reflexão no ambiente acadêmico sobre o uso da linguagem como instrumento de controle que constrói barreiras entre o profissional de direito e o público leigo afetando o acesso à Justiça. Além de tratar sobre a importância da democratização do Direito e do letramento jurídico que podem auxiliar o exercício da cidadania pela população. Afinal, como disse o escritor brasileiro Graciliano Ramos (2015), “A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”, assim, no Direito o uso claro das palavras deve facilitar o direito de acesso à Justiça do povo, como destaca Damião e Henriques (2004) ao constatar como a precisão de vocabulário é fundamental para a eficiência da comunicação.

2 MÉTODO

A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica em livros e artigos a respeito do tema, linguagem jurídica, para usar como base na análise do material documental (textos da esfera jurídica de comunicação social) para comparar o discurso jurídico e sua evolução através do tempo. Assim, o estudo inicia-se com uma pesquisa de bases teóricas para fundamentar as análises,

a revisão bibliográfica, portanto, envolve buscar as fontes de informação, ler e criticar o material disponível por meio de critérios de sistematização e registro, dialogar com o material pesquisado em função das necessidades da pesquisa em termos de teorias, conceitos e constructos (Judensnaider, 2023, p. 89).

Após a discussão sobre o material encontrado na revisão bibliográfica, para analisar a linguagem jurídica nos textos jurídicos, realiza-se uma pesquisa de base documental com abordagem qualitativa de documentos jurídicos de momentos diferentes para comparar a evolução no tempo da linguagem jurídica.

Para a análise dos documentos jurídicos, são seguidos os fundamentos teórico-metodológicos da análise em perspectiva dialógica (Bakhtin, 1997) que considera a linguagem viva/concreta inserida e em diálogo com seu contexto.



O procedimento metodológico em perspectiva dialógica considera o processo de análise em três níveis: enunciativo, discursivo e linguístico. O aspecto enunciativo considera as relações dialógicas, o contexto; o discursivo o gênero do discurso – em relação ao estilo, estrutura composicional e conteúdo temático - segundo definição de Bakhtin (1997); linguístico quanto às escolhas lexicais, figuras de linguagem, símbolos, funções da linguagem.

Sobre os aspectos definidos acima, Brait (2006) apresenta os conceitos e princípios teórico-metodológicos apresentados pelo Círculo de Bakhtin, no excerto citado a seguir. Sobre os tópicos, Destri e Marchezan (2021) os define como: 1. relações dialógicas, 2. gêneros do discurso e 3. formas da língua:

Disso decorre que a ordem metodológica para o estudo da língua deve ser:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual (Bakhtin, 1997, p. 124 apud Brait, 2006, p. 50).

Sobre as relações dialógicas, o objeto de estudo é o enunciado concreto, fruto da interação discursiva entre sujeitos históricos situados no tempo e no espaço. Enunciados em interação ativa responsiva com enunciados passados e conduzidos a enunciados futuros (Destri e Marchezan, 2021).

Quanto aos gêneros do discurso, são compostos por tema, estilo e construção composicional, além de vinculados a esferas de atuação humana, pertencentes às práticas sociais nas quais são usados em determinados contextos (Destri e Marchezan, 2021).

Já as formas da língua, dizem respeito às escolhas gramaticais e linguísticas que são intencionais, refletem o contexto histórico, além de transparecer ideologias, relações de poder e escolhas valorativas (Destri e Marchezan, 2021).

Segundo Koch (2003), a partir da Teoria da Enunciação (que teve como precursor Bakhtin), percebe-se que a enunciação possui condições de produção que constituem seu sentido. Essas condições estão materializadas nos textos em marcas que indicam a intenção do locutor de influenciar o outro (ouvinte/interlocutor) de alguma maneira, não há neutralidade/parcialidade. Observa-se, assim, as relações sociais entre os interlocutores e o objetivo/propósito da enunciação concretizados em textos com tema, forma e estilo, ou seja, gêneros do discurso que circulam em diferentes esferas de atividade humana.



Em síntese: a par daquilo que efetivamente é dito, há o modo como o que se diz é dito: a enunciação deixa no enunciado marcas que indicam (“mostram”) a que título o enunciado é proferido (Koch, 2003, p.12).

A Análise Dialógica do Discurso propõe as seguintes atividades analíticas interligadas: descrição, análise e interpretação. A descrição engloba os três aspectos já mencionados quanto ao contexto, ao gênero e escolhas linguísticas. Na análise, há a construção de relações entre os três elementos e durante a interpretação há a construção de sentidos interpretativos a partir de um posicionamento valorativo sobre os três aspectos (Destri e Marchezan, 2021).

Apesar de o aspecto linguístico estar em foco nesta pesquisa, os campos enunciativo e discursivo também são parte importante da análise. São três categorias integradas no texto.

Para começar a analisar as transformações do discurso jurídico a partir do uso da linguagem jurídica, foram retirados excertos de um processo de Usucapião que tramita desde 2009 e, por isso, pode apresentar a evolução da escrita recente nos últimos quinze anos. Para comparar com textos antigos, foram selecionados excertos da obra “Manual Prático de Petições Cíveis” de 1998 que apresenta modelos de textos jurídicos que podem ser usados como base da escrita da época.

Para análise de acórdãos foi realizada consulta no site do TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo) a partir da pesquisa livre por termo arcaico (Egrégio Tribunal). Sendo selecionados dois acórdãos de períodos diferentes para comparação.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Ensino de Línguas para Fins Específicos (ELFE)

O ensino de português jurídico está ligado à abordagem de ensino de línguas para fins específicos (ELFE) originalmente relacionada ao inglês instrumental no Brasil. Segundo Ramos (2005; 2009, apud Beato-Canato, 2011) a abordagem instrumental de línguas no Brasil foi instituída na década de 1970 como Projeto Nacional de Inglês Instrumental da PUC liderado pela Prof.^a Dra. Alba Celani. O ELFE tem como principal característica, o embasamento na pesquisa de necessidades específicas do seu público-alvo para constituir seu corpus de ensino voltado a um foco. Beato-Canato (2011) apresenta os tópicos principais do ensino de línguas para fins específicos destacados por Ramos (2005; 2009):

a centralização nas necessidades do aluno, que determinam os objetivos e o planejamento do curso; o foco em temas e conteúdos relacionados às áreas de atuação do aprendiz (acadêmicas e / ou profissionais); a visão de língua como meio / instrumento para um desempenho eficaz na



situação-alvo; o uso de material autêntico; o trabalho com estratégias de leitura; a organização do curso de modo a contribuir para o desenvolvimento da autonomia do aluno, considerando sua curta duração e a necessidade que o estudante teria de utilizar a língua em situações reais de trabalho ou estudo; o ensino de gramática discursiva; as estratégias de leitura e de aquisição de vocabulário; o trabalho partindo da compreensão geral para a detalhada, valorizando a conscientização; a auto-avaliação; e o uso do português (Beato-Canato, 2011, p. 856).

Além dessas características, Ramos (2009, apud Beato-Canato, 2011) também destaca a gradação e progressão de conteúdo em situações práticas. Nadin (2022) ao apresentar uma abordagem do Ensino de Línguas para Fins Específicos trata sobre o perfil do aluno, a área do conhecimento e os discursos especializados concretizados em gêneros. Assim, o que o diferencia do ensino geral é a destinação do ensino da língua com objetivo claro para usar em uma área do conhecimento pensada através do levantamento de necessidades, portanto, como preconiza Langhi et al (2021, p. 302) “traz para o centro de atenção o sujeito e a situação alvo de uso da língua, não mais o objeto, o próprio idioma somente ou o professor”.

Quanto à análise de necessidades, Silva (2018) também aborda a centralização no aluno quanto ao conhecimento necessário, desejos e expectativas do estudante. Deste modo, além de tratar das exigências acadêmicas (de estudo) ou do mercado de trabalho sobre o uso funcional da língua, o professor também lida com os desejos dos alunos quanto ao aprendizado, uma vez que são sujeitos de sua transformação e possuem propósitos ligados ao estudo da língua. Lopes et al (2022) também aborda o levantamento de necessidades como ferramenta para conscientização, responsabilização e autonomia do aluno quanto a sua aprendizagem. Afinal,

O professor não se restringe a mero ministrador de um conteúdo previsto na proposta curricular do curso a partir de uma metodologia, mas pode, como educador, assumir perante os alunos uma postura mais dialógica, no sentido defendido por Freire (2000) (Santos, 2018, p. 8).

Sanctis e Abib (2010) ao tratar da análise de necessidades específicas, cita as tendências propostas por Dudley-Evans e St John (1998, apud Sanctis e Abib, 2010): inicialmente focalizando a gramática e o vocabulário; depois situações e funções da língua; e atualmente a análise de três aspectos para sua composição: situação-alvo, necessidades de aprendizagem e situação atual, ou seja, abrange um panorama maior. Portanto, segue os métodos vigentes no contexto educacional de idiomas ao longo das décadas. Os autores, Sanctis e Abib (2010), discutem as questões que permeiam o levantamento de necessidades específicas quanto a atingir o ideal profissional e acadêmico destacando que esses procedimentos de análise para constituição das aulas (2010, p. 197) “envolvem um embate ideológico no qual pode-se definir uma aprendizagem para adaptação ou transformação social e profissional”.



Lacerda et al (2014) trata do ELFE, que geralmente é relacionado à língua estrangeira, quanto à Língua Portuguesa técnica, ou seja, ligada a uma profissão, a grupos de profissionais que tem a necessidade de usar a língua materna funcionalmente em situações comunicacionais da sua área de atuação. Partindo desta premissa, observa-se o ensino de português jurídico, isto é, o uso da Língua Portuguesa para a aplicação do Direito, tema que será abordado na próxima seção.

3.2 Linguagem jurídica

Segundo Trubilhano e Henriques (2019), a linguagem jurídica trata-se da língua portuguesa aplicada a área específica do conhecimento do Direito, assim, apresentando características próprias, como: o uso da norma padrão da língua, estilo formal, uso de vocabulário técnico, conservadorismo (arcaísmos e latinismos), autoritarismo do discurso (deveres), precisão terminológica (exatidão, clareza e rigor no uso de termos técnicos), clareza e ritualização (reprodução de padrões textuais).

Ao destacar o estilo clássico e erudito usado em documentos jurídicos, os autores ressaltam que tais características não devem afetar a compreensão dos textos, sendo importante atentar-se a evitar obscuridade, ambiguidade, incoerência e omissão que afetam a clareza textual e constituem uma barreira comunicativa:

Deve-se cuidar também, para que o excesso de erudição não reverta em texto de compreensão dificultosa, pois a falta de clareza é altamente prejudicial à comunicação. Aliás, buscando a clareza é que os advogados e demais operadores do direito costumam produzir parágrafos curtos e devidamente concatenados, a fim de que o leitor possa acompanhar, com maior facilidade, as etapas do raciocínio expostas no texto. Portanto, ainda que o estilo da linguagem jurídica seja clássico, tal fato não deve servir de incentivo ao emprego exacerbado de palavras raras ou de expressões latinas pouco conhecidas (Trubilhano e Henriques, 2019, p. 24).

Em relação ao jargão jurídico, os autores esclarecem que se trata: do vocabulário de profissionais, de caráter técnico. Ressaltando que nem sempre é compreensível, justamente devido ao caráter técnico. Porém, é também necessário para garantir a precisão ao usar termos que apresentam realidades diferentes.

3.3 A linguagem e o direito de acesso à justiça

A Linguagem está intimamente ligada ao Direito nos atos comunicacionais das relações jurídicas materializados em gêneros como petições, leis, jurisprudências, sentenças, acórdãos, documentos jurídicos, doutrinas entre outros. De acordo com Vargas, Cabral e Caetano (2015, p.



264) “o operador do direito tem a função de incorporar palavras e expressões linguísticas com o objetivo principal de conduzir com clareza o processo”. Os autores destacam através da interdisciplinaridade, além da comunicação, as relações de poder construídas por meio da linguagem, pois, diz respeito à posição social do indivíduo.

Desta forma, como destacam os autores, o uso do chamado neologismo juridiquês, identificado como o excesso de expressões do jargão jurídico e arcaísmos em um texto rebuscado e confuso pode dificultar o entendimento provocando ambiguidades e tornando o acesso à justiça lento e distante do cidadão comum que não pode compreender em sua totalidade seus direitos postulados. Assim, o uso de arcaísmos e termos técnicos está relacionado ao status de “jurista”. Pois,

Os hábitos linguísticos, associados ao discurso burocrático, tornam a linguagem jurídica uma grande armadilha. De fato, as particularidades sintático-semânticas de documentos jurídicos, muitas vezes, estão diretamente associadas ao sucesso ou fracasso de muitos processos jurídicos, uma vez que a linguagem é comumente utilizada como ferramenta de persuasão e hegemonia linguística (Fröhlich, 2015, p. 214).

Portanto, de acordo com Fröhlich (2015, p. 215), as sentenças truncadas e evasivas em documentos jurídicos podem desorientar a compreensão gerando falsas interpretações e formando um “abismo linguístico” entre o profissional do direito e a população. Fröhlich (2015, p. 217) indica os hábitos linguísticos da esfera jurídica que constroem barreiras à compreensão: prolixidade, sentenças extensas e complexas, jargão jurídico, erros no original, construção impessoal e uso de latinismo.

Dominar a comunicação em todos os níveis é essencial para o profissional do Direito, visto que sua ferramenta de trabalho, a palavra, se exteriorizada com eficiência tem o poder de convencer, persuadir e influenciar as pessoas (Guimarães, 2012, p. 176).

Mozdzinski (2003) trata da linguagem jurídica como linguagem de especialidade que subsiste dentro da língua geral e está relacionada a um grupo, a uma esfera de experiência humana em um universo do discurso. Em seu artigo o autor reflete sobre a criação do Direito para a sociedade, sendo parte da cidadania a compreensão e conhecimento das normas e da instituição judiciária (Mozdzinski, 2003).

Slaibi (2017) destaca a opressão social instaurada pela violência simbólica da linguagem que naturaliza relações de poder através da monopolização do conhecimento e consequente exclusão social. Para Cunha (2016) simplificar a linguagem jurídica pode promover a aproximação



da população à Justiça através da facilitação do entendimento das decisões judiciais, ou seja, a democratização efetiva do Direito alcançando o entendimento do cidadão.

Guimarães (2012) argumenta que a língua tem caráter mutável e sofre alterações de estilo constantes junto da sociedade ao longo do tempo e o Direito, emanando do grupo social, pode acompanhar as mudanças sociais para priorizar a inteligibilidade textual, em contraposição à sua opacidade normativa. Cunha (2016) apresenta a real finalidade da justiça: servir o cidadão.

Pensando nisso, o movimento Plain Language (linguagem objetiva) tem o propósito de democratizar os textos jurídicos a partir da redação clara e sucinta de uso consciente da linguagem. Priorizando a linguagem forense compreensível, simples e clara para otimizar a relação jurídica eficiente. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) também compartilha dessa preocupação e propõe a reeducação linguística (Fröhlich, 2015).

O uso do juridiquês afasta a população e torna o judiciário hermético, distante, monopolizado, constituindo uma barreira linguística, além de tornar lenta a atuação dos próprios profissionais do Direito. Assim, pode-se observar que a linguagem está ligada ao acesso à justiça e ao exercício pleno da cidadania através da compreensão de seus direitos.

3.4 Linguagem e poder

Na obra “A ordem do discurso”, Foucault (2012) discute a relação entre as práticas de discurso e o poder que as permeiam, uma vez que a produção do discurso é controlada, organizada dentro da sociedade para sua transmissão e manifestação. Deste modo, diz o autor:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materializada (Foucault, 2012, p. 8-9).

Portanto, segundo Foucault (2012), os discursos possuem regras para sua produção e distribuição na sociedade: procedimentos externos, internos e condições de funcionamento. Quanto aos procedimentos externos, Foucault trata da interdição, da separação e rejeição e do verdadeiro e falso. A interdição diz respeito às regras, aos tabus relacionados ao que se pode falar, ao assunto tratado. O que o autor destaca:

Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja (Foucault, 2012, p. 9).



Quanto aos tabus sobre o assunto tratado nos discursos, as interdições que os atingem, o autor destaca a ligação com o poder e o desejo. O discurso como objeto de desejo, de luta pelo poder. Porque o discurso

[...] é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cansa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 2012, p. 9-10).

Sobre o procedimento de separação e rejeição, Foucault (2012) trata do direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala, ou seja, quem pode falar – tem o direito de falar para ser ouvido sobre determinado assunto. Está relacionado à autoridade da pessoa que fala e tem o direito de organizar e produzir discurso que será ouvido - “Escuta de um discurso que é investido pelo desejo, e que se crê - para sua maior exaltação ou maior angústia - carregado de terríveis poderes” (Foucault, 2012, p. 13). Uma vez considerado lógico (com sentido) será ouvido, agora, se ilógico (sem sentido/louco) será silenciado.

O terceiro procedimento externo citado por Foucault (2012) é a separação entre verdadeiro e falso relacionada à vontade de verdade. A vontade de verdade é caracterizada pelo autor historicamente, sendo inicialmente, ligado ao discurso pronunciado por quem de direito conforme o ritual, mais tarde ao conteúdo do enunciado em si (sentido, forma, objeto, relação, referência). Vontade de verdade de acordo com o modo que o saber é aplicado na sociedade a partir de um suporte e distribuição institucional. Vontade essa que exerce um poder de coerção sobre os outros discursos.

Depois, o autor apresenta os procedimentos internos de rarefação do discurso: comentário, autor e organização das disciplinas. O comentário diz respeito a revisitação do discurso seja para repetir ou expandir; quanto ao autor tem-se a origem das significações - identidade e autoridade; sobre a organização das disciplinas, são as categorias que separam os discursos.

Foucault (2012) também apresenta as condições de funcionamento do discurso: ritual; sociedade do discurso; doutrinas; educação. O ritual diz respeito à organização interna, ou seja, as regras sobre quem diz e como diz.

Trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for qualificado para fazê-lo. Mais



precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis (Foucault, 2012, p. 35).

Já, as sociedades dos discursos dizem respeito a grupos responsáveis por organizar, manter e circular os discursos – restringe o discurso a um espaço fechado, com seu próprio ritual. Foucault (2012) trata de domínios discursivos que possuem regras para prática discursiva, como:

Como forma de funcionar parcialmente distinta há as “sociedades de discurso”, cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição (Foucault, 2012, p. 37).

As doutrinas também estão relacionadas a grupos e rituais definidos em que há conformidade com os discursos validados, pois, “liga os indivíduos a certo tipo de enunciação” (Foucault, 2012).

Quanto à educação, é responsável por viabilizar o contato do sujeito com o discurso e faz parte da política de manutenção e propagação discursiva lidando com o jogo de desejo e poder, limitações e exclusões. O sistema de educação influencia a apropriação dos discursos marcados por lutas sociais (Foucault, 2012).

A educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (Foucault, 2012, p. 41).

Quanto a relação da linguagem com o poder e as lutas sociais, Geraldi (2011) destaca a visão do linguista italiano Maurizio Gnerre ao tratar da relação da linguagem com o lugar de fala, de poder do falante. Deste modo, para Gnerre a forma de falar é valorizada de acordo com o lugar de poder do sujeito falante:

uma “variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais (Gnerre *apud* Geraldi, 2011, p. 35).

A partir da citação de Gnerre, Geraldi (2011) destaca o poder da linguagem:



“a começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder” (Gnerre *apud* Geraldi, 2011, p. 36).

Deste modo, em relação ao ensino de Língua Portuguesa e a disciplina de ensino de línguas para fins específicos, no caso, Português Jurídico pode-se tratar da reflexão que Geraldi (2011) aborda, sobre apresentar as diferentes formas de falar aos alunos para superar o abismo de poder que ela representa. Para o autor a linguagem está intimamente relacionada ao poder na sociedade, sendo um instrumento para superação das desigualdades sociais.

me parece que cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de outra forma de falar, o dialeto padrão, sem que signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc. Isso porque é preciso romper com o bloqueio de acesso ao poder, e a linguagem é um de seus caminhos. Se ela serve para bloquear – e disso ninguém duvida –, também serve para romper o bloqueio (Geraldi, 2011, p.36).

Assim, pode-se entender que a linguagem é reflexo do poder e da autoridade nas relações econômicas e sociais como apontado por Gnerre (*apud* Geraldi, 2011). A assimetria se dá ao desconsiderar o outro na comunicação, o que ocorre, por exemplo, ao usar em excesso termos técnicos de uma área. No Direito, é o que ocorre no uso do “Juridiquês” - uso de gírias e jargões em excesso, além de arcaísmos, prolixidade, latinismo, sentenças extensas e complexas – o que dificulta o acesso à justiça.

O vocabulário jurídico, como conceitua Petri (2010) engloba todos os termos usados com uma acepção jurídica sendo definidos até mesmo em dicionários especializados. Para Damião e Henriques (2004), o vocabulário especializado é importante para não dificultar a exposição da ideia por conta de palavras plurissignificativas. Para atingir a sua finalidade, os autores ainda tratam da importância de se atentar ao sentido das palavras técnicas escolhidas ao estabelecer relações semântico-sintáticas exatas para a transmissão das ideias.

Ainda assim, o excesso desses termos em textos jurídicos pode afastar a compreensão do leitor comum, uma vez que compõe uma comunicação fechada entre entendedores do vocabulário específico, como trata Frohlich (2015) o definindo o jargão como uma gíria profissional particular do grupo que dificulta o entendimento de públicos externos.

Em relação ao uso dos termos jurídicos e os gêneros do discurso da dimensão jurídica, Freitas e Tacla (2016) conceituam o letramento jurídico como habilidades e competências de leitura



e escrita de profissionais e estudantes do campo jurídico que estudam a linguagem do grupo para entender e construir discursos jurídicos.

Em relação ao discurso jurídico, foco do projeto, Petri (2010) define como o conjunto dos enunciados de direito escritos ou orais, deste modo, específicos ordenados à criação ou à realização do direito. São enunciados produzidos a partir da linguagem de especialidade com vocabulário composto por termos técnicos jurídicos, de maneira especial, compõem o discurso jurídico.

Petri (2010, p. 28) ainda afirma que “É essencial compreender que o estudo linguístico da linguagem do direito conduz necessariamente àquele do direito de linguagem”, uma vez que, para a autora, a linguagem jurídica tem como característica a opacidade, existindo para não ser compreendida, o que ofende a sua finalidade.

Assim, Petri (2010) descreve três características da linguagem jurídica em seu manual: linguagem de grupo, técnica e tradicional. Uma linguagem de grupo ligada a um ramo profissional, assim, o sujeito a “domina” através da sua formação. Técnica em relação ao vocabulário e o discurso jurídicos que trata das instituições e operações jurídicas. Além de ser um legado da tradição inscrita na história com o uso de termos que, apesar de antigos, não são arcaicos. Contudo, ainda tradicional, não é fixa, pois, evolui com o tempo. Petri (2010, p.35) conclui dizendo que se trata de uma linguagem prática, “ordenada à criação e à realização do direito”. A linguagem do direito é voltada a servir à justiça.

Se o direito é feito para todos, a linguagem do direito também. [...] A máxima jurídica tem um corolário linguístico: o dever de ser claro. Se a ninguém é dado ignorar a lei, aquele que faz a lei está sob a lei de saber fazer-se entender (Petri, 2010, p. 36).

A clareza é uma característica importante para se atentar pensando na comunicação com o outro, Verissimo (1985) ao refletir sobre a profissão de escritor diz que “Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo, mas é claro, certo? O importante é comunicar.”. Deste modo, a clareza textual promove a interação entre sujeitos e, ainda no âmbito do Direito, possibilita o acesso à Justiça.

Segundo Trubilhano e Henriques (2019), durante o ato comunicativo, é importante observar o nível de linguagem do receptor para estabelecer uma interação clara, transmitindo o sentido pretendido da mensagem. No exemplo a seguir, retirado do livro de Trubilhano e Henriques (2019), pode-se notar como o uso inadequado da linguagem frustra a comunicação:

“Diz a lenda que Ruy Barbosa, ao chegar à sua casa, ouviu um barulho estranho vindo do seu quintal. Chegando lá, constatou haver um ladrão tentando levar seus patos de criação. Aproximou-se vagarosamente do



indivíduo e, surpreendendo-o ao tentar pular o muro com seus amados patos, disse-lhe:

- Oh, bucéfalo mentecapto! Não o interpelo pelo mero valor dos meus diletos bípedes, mas sim pelo ato vil e sorrateiro de profanar a minha habitação, levando meus ovíparos à sorrelfa e à socapa. Se o faz por necessidade, por ser vítima da miséria, pelo ímpeto da fome, transijo; mas se é para zombar da minha elevada imagem de cidadão digno e honrado, infligir-lhe-ei, com minha bengala fosfórica, severa sanção.

E o ladrão diz:

- Dotô, é pra levá ou deixá os pato?” (Trubilhano e Henriques, 2019, p. 19).

Ao usar termos antigos e rebuscados, sem considerar o contexto e o receptor da mensagem, Ruy Barbosa não consegue estabelecer uma comunicação clara com seu interlocutor, deixando-o confuso sobre qual atitude tomar, o qual responde usando a linguagem informal. Pode-se notar, assim, ruídos na comunicação, que são comuns até mesmo dentro do grupo da esfera jurídica, como ressaltam os autores:

[...] casos em que a utilização desnecessária de termos raros, ou mesmo em desuso, propicia ruído à comunicação jurídica, até mesmo entre os profissionais de direito. Isso, pois, não é mérito, mas demérito. (Trubilhano e Henriques, 2019, p. 85).

Assim, seguindo a teoria de Foucault (2007), pode-se inferir que o Jurídiquês reforça e legitima os poderes estabelecidos nessa convivência de grupo dos juristas, distanciando o Direito dos cidadãos, como um mecanismo de dominação. São saberes instituídos que demonstram o poder nas práticas sociais e institucionais por meio do mecanismo da linguagem com o objetivo de manter o poder e a autoridade daquele que sabe. As relações de poder estão expressas na construção social, circulando na sociedade, assim,

o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2007, p. 183).

Após a elucidação da base teórica advinda da pesquisa bibliográfica, na seção a seguir serão apresentados excertos que exemplificam práticas do juridiquês em processos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO



4.1 Linguagem jurídica - Análise de excertos de textos jurídicos

Alguns exemplos retirados de artigos e pesquisas jurídicas demonstram a complexidade que alguns casos adquirem por conta da falta de clareza nos textos. Tornando o direito hermético, distante. O excerto a seguir, escrito pelo desembargador Rodrigo Collaço em 2005 para a Tribuna do Direito exemplifica a opacidade do juridiquês, trecho citado por Arrudão (2005) ao tratar do tema:

O vetusto vernáculo manejado no âmbito dos excelsos pretórios, inaugurado a partir da peça ab ovo, contaminando as súplicas do petitório, não repercute na cognoscência dos frequentadores do átrio forense. (...) Hodiernamente, no mesmo diapasão, elencam-se os empreendimentos in judicium specialis, curiosamente primando pelo rebuscamento, ao revés do perseguido em sua prima gênese. (...) Portanto, o hercúleo despendimento de esforços para o desaforamento do “juridiquês” deve contemplar igualmente a Magistratura, o ínclito Parquet, os doutos patronos das partes, os corpos discentes e docentes do Magistério das ciências jurídicas (Collaço, 2005).

Os autores Turbilhano e Henriques (2019), indicam também características da linguagem jurídica que advém do estilo clássico em artigos da legislação brasileira. Como, a passiva pronominal, utilizando predominantemente a voz passiva, por exemplo no art. 10 do Código Civil: “Far-se-á averbação”.

Também é utilizada frequentemente a ordem inversa dos termos da oração, como, por exemplo, no art. 3º do Código Civil: “São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.” A ordem direta (sujeito – verbo – predicado) seria: “Os menores de 16 (dezesseis) anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.” (Turbilhano e Henriques, 2019).

Outra característica é o uso de orações reduzidas, com o verbo em uma das formas nominais (infinitivo, gerúndio ou particípio), como, por exemplo, no art. 353 do Código Civil: “Não tendo o devedor declarado em qual das dívidas líquidas e vencidas quer imputar o pagamento, se aceitar a quitação de uma delas, não terá direito a reclamar contra a imputação feita pelo credor, salvo provando haver ele cometido violência ou dolo.” (Turbilhano e Henriques, 2019).

Para análise ao decorrer do tempo, foi selecionado um processo que está em aberto desde 2009. A ação é de usucapião ordinário de um sítio no perímetro rural. Durante esse tempo, o processo passou por dois advogados diferentes e ainda não teve sua finalização. A partir dos textos desse processo, pode-se observar diferentes estilos de escrita.

No processo em questão, pode-se notar em textos como petições intermediárias, construções extensas e complexas escritas por ambos os advogados. Petição intermediária é um



gênero utilizado para apresentar assuntos variados durante o andamento de um processo como juntar documentos, informar novos fatos, pedir providências etc.

O primeiro advogado, com mais tempo de carreira do que o segundo, apresenta a petição intermediária com o uso de termos solenes, formais de escrita, por exemplo: saudações de respeito duplas “respeitável”, “mui respeitosamente” (versão reduzida (apócope) de muito – incomum no cotidiano), a palavra “cientificada” no particípio passado. Vale ressaltar a sentença extensa e complexa, no parágrafo todo não há ponto final:

[...] autores do processo de Usucapião, que tem seu trâmite por essa respeitável vara, mui respeitosamente por seu procurador infra assinado, vem requerer a JUNTADA aos autos dos comprovantes de postura junto ao Correio das Cartas com “AR” expedidas para citação de dois confrontantes e das Entidades públicas, estas para serem Cientificadas do trâmite deste processo (Brasil, 2009).

O segundo advogado também utiliza da saudação “mui respeitosamente” e apresenta o seu pedido em um parágrafo com sentença extensa e complexa, utilizando apenas de vírgulas.

[...] devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe que move nos autos da ação de usucapião, vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu advogado, Requerer o desentranhamento das folhas originais onde faltam a assinatura do responsável técnico, haja vista, que os autos foram digitalizados, desta forma, viabilizar as assinaturas faltantes nos referidos documentos com a posterior juntada nos autos para prosseguimento do feito (Brasil, 2009, p. 468).

No excerto anterior o advogado utiliza o termo “em epígrafe” para se referir ao processo, já, no seguinte utiliza o termo “supra”, ambos termos de uso comum no direito. Reforçando o vocabulário jurídico.

[...] devidamente qualificado nos **autos supra**, em ação que move, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através do seu advogado que esta subscreve, em atenção ao r. Despacho de fls. 476, informar que [...] (Brasil, 2009, p. 480).

Os dois também apresentam a abertura da petição com a saudação “Excelentíssimo senhor doutor juiz” tradicional em documentos jurídicos usando de três formas de tratamento. Apesar de diferentes estilos, carregam as práticas comuns.

Para comparação com um modelo ainda mais antigo, foi retirado do livro “Manual Prático de Petições Cíveis” de Donaldo J. Felipe (1998) o excerto de uma petição intermediária para juntada de documento:



..., por seu advogado e bastante procurador, infra-firmado, vem requerer a V. Exa. Juntada da certidão inclusa (doc. Nº 1), aos autos da ação ... que neste juízo move contra... Nestes termos, P. Deferimento (Felippe, 1998, p. 261).

Essa peça também utiliza a saudação “Exmo. Sr. Dr. Juiz” com as três formas de tratamento abreviadas. Pode-se destacar também o uso do termo “bastante procurador”, considerado um termo tradicional que indica que o procurador, no caso, o advogado, possui poderes suficientes para realizar os atos no processo. Além do uso da expressão “infra-firmado” para se referir a assinatura do advogado. Desse modo, percebe-se um excesso para se referir ao advogado que representa as partes (advogado, procurador, infra-firmado).

Outro gênero observado foi o acórdão, decisão colegiada de segunda instância. Um acórdão é composto por: ementa (síntese), relatório (fatos e direito), motivação (análise - razões) e dispositivo (conclusão do raciocínio). Foram selecionados dois acórdãos distintos, o primeiro de 1999 a respeito de uma Ação Sumária de Cobrança e o segundo de 2024, sobre Agravo Interno.

O primeiro trata-se de um réu que possui um imóvel em um loteamento e deve valores em relação às despesas do condomínio. O autor apelou para reformar a sentença de primeiro grau, porém o tema não era de competência do Tribunal. O relator utiliza trecho escrito por ele mesmo em outra situação parecida:

“Consoante se pode verificar essa modalidade de ação não está abrangida na mencionada Resolução, não se tratando, obviamente, de “ação de cobrança a condomínio de quaisquer quantias devidas ao condomínio”, de tal sorte que a própria autora às fls. 226/227, em petição dirigida ao E. Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, consigna ser de competência do Egrégio Tribunal de Justiça à apreciação da lide. [...]” (Brasil, p. 2, 1999).

O estilo do texto é formal utilizando de expressões como “consoante” e “E. (egregio)”, termos jurídicos (resolução, ação, petição, lide) em um parágrafo com sentença extensa e complexa.

O segundo acórdão trata sobre agravo interno interposto contra um despacho que indeferiu o pedido de efeito suspensivo no agravo de instrumento. O agravo interno não foi aceito por conta da perda de superveniente (posterior) do objeto e do interesse recursal. Ou seja, a questão discutida no agravo interno foi decidida pelo agravo de instrumento interposto pela outra parte, não se fazendo mais necessária a discussão no recurso de agravo interno. Sendo o relatório redigido da seguinte maneira:



O recurso está prejudicado em razão da perda do objeto e do interesse recursal.

Isto porque o agravo de instrumento no qual foi proferido o despacho recorrido, teve o mérito julgado pelo Colegiado.

Nesta hipótese, o agravo interno não pode ser conhecido, pois a superveniência do acórdão negando provimento ao agravo de instrumento conduz à prejudicialidade do interesse recursal, de modo que há de se reconhecer a perda do objeto deste agravo, dando por prejudicado o recurso. (Brasil, p. 2, 2024)

O texto apresenta-se de forma hermética/opaca para o cidadão leigo, com uso de termos técnicos que não são conhecidos por todos dificultando o entendimento.

4.2 Discussão

A partir da pesquisa bibliográfica e documental realizada foi possível observar como a prática do juridiquês pelo jurisdicionado afeta o acesso à justiça. Com o uso de formas rebuscadas e complexas, operadores do direito mantêm a tradição de elitização do direito tornando a linguagem opaca.

Assim, uma forma de exclusão daqueles que mais necessitam entender o andamento do processo. Por meio dos estudos de Foucault (2012) foi possível observar a relação da construção do discurso com o poder na sociedade, deste modo, percebe-se a relação de luta/desejo por um lugar social.

Os trechos retirados de documentos jurídicos demonstraram a repetição do estilo jurídico pelos operadores do direito com práticas parecidas nos exemplos destacados. Percebe-se a opção pelo estilo tradicional que pode ser continuado pelo desejo de alcançar o lugar social e sentir-se parte do grupo, demonstrar conhecimento da área, sentir-se orgulhoso de usar dessa autoridade que esse conhecimento fornece.

Essa discussão, assim, gera uma reflexão sobre o tradicionalismo da linguagem jurídica hermética com finalidade desse conhecimento/poder manter-se fechado/reservado a um grupo profissional. A persistência em formas clássicas e construções arcaicas com palavras não usuais afasta a população do entendimento de textos relacionados à esfera jurídica demonstrando a rede de poder em que as relações sociais jurídicas se efetivam.

5. CONCLUSÃO

A partir da pesquisa e análise, concluiu-se que os textos do âmbito do Direito fazem parte da esfera jurídica de comunicação social e demonstram as relações de poder que permeiam essa área do conhecimento e de atuação profissional.



A linguagem rebuscada com arcaísmos, latinismos e excesso de jargão profissional, o chamado juridiquês, com o passar dos anos se mantém em uso sendo admitido e transmitido na linguagem de grupo por alguns profissionais representando um empecilho para o entendimento do cidadão leigo.

Para os textos jurídicos a precisão técnica é fundamental e deve ser acompanhada por uma escrita simples, direta, concisa e clara para maior acessibilidade. O acesso à informação possibilita o acesso à justiça e o melhor exercício da cidadania pelo povo. Além de facilitar o entendimento entre os profissionais do direito, tornando o processo mais eficiente, correspondendo ao princípio de celeridade da justiça.

Assim, a simplificação da linguagem jurídica pode contribuir para a democratização do direito e para o fortalecimento da instituição jurídica que, ao se tornar mais próxima da população, transmite confiança e segurança com a clareza de tratamento atendendo os princípios da segurança jurídica, do acesso à Justiça e da eficiência do Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLAÇO, Rodrigo. (2005) In: ARRUDÃO, Bias. **Veja o debate sobre a rebelião contra o idioma forense**. Consultor Jurídico. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2005-nov-16/idioma_forense_encontra_resistencia_junto_populacao/ Acesso em: 03 fev. 2025.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARROSO, Luís Roberto. **Apresentação. (2008) in: Petri, Maria José Constantino. Manual de Linguagem Jurídica**. 2 ed. Rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEATO-CANATO, Ana Paula Marques. **O trabalho com línguas para fins específicos em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva**. RBLA, Belo Horizonte, v. 11, n. 4, p. 853-870, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1984-63982011000400004>

BRAIT, Beth. **Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise**. Gragoatá, n. 20, p. 47-62, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Poder Judiciário Do Estado De São Paulo. Segundo Tribunal De Alçada Civil. 12a. Câmara. **Apelação s/ revisão. No. 546828-00 /O**. Comarca de Bauru. Apte Condomínio Jardim Shangri Lá. Apdo Edmundo Oberg. Relator: Gama Pellegrini, São Paulo, 29 de abril de 1999.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Ação de Usucapião. Processo número: 0001252-77.2009.8.26.0663**. Foro de Votorantim, 2ª vara cível. Distribuição: 17 de março de 2009.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo Interno Cível: 2195529-83.2024.8.26.0000/50000**. Recurso interposto contra despacho que indeferiu o pedido de efeito suspensivo no agravo de instrumento 2195529-83.2024.8.26.0000. Agravante: Residencial Joy



Desenvolvimento Imobiliário Ltda. Agravado: Condomínio Edifício Joy. Relator: Dario Gayoso, São Paulo, 30 de dezembro de 2024.

CUNHA, Gabriela de Azevedo Pedrosa. **Juridiquês: Uma barreira ao maior interessado – o cidadão.** Monografia para obtenção do título de Especialista em Português Jurídico. Faculdade Unyleya, Brasília - DF, 2016.

DAMIÃO, Regina Toledo. HENRIQUES, Antonio. **Curso de Português Jurídico.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DESTRI, Alana; MARCHEZAN, Renata Coelho. **Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa.** Revista da Abralin, v. 20, n 2, p 1-25, 2001.

FELIPPE, Donaldo J. **Manual Prático de Petições Cíveis.** 1ª ed. Campinas: Péritas Editora, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Leituras filosóficas. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22



Linguagem jurídica: uma reflexão sobre discurso jurídico e a democratização do direito

Legal language: a reflection on legal discourse and the democratization of law

Ana Fernanda Vasques Aragom¹
Ricardo José Orsi de Sanctis²

RESUMO

Introdução: Sendo a ligação entre Direito e linguagem intrínseca, pode-se observar a construção de uma linguagem jurídica, técnica. Contudo, o uso do chamado “juridiquês” - estilo rebuscado, arcaísmos, excesso de jargão profissional – afeta a compreensão do público. Estabelecendo uma relação de poder de quem detém o letramento jurídico acerca dos textos técnicos sobre o cidadão leigo, sendo possível causar insegurança, ansiedade e estresse frente ao Judiciário. Em relação à discussão sobre o uso do juridiquês como instrumento de poder, os **Objetivos** foram: analisar a linguagem jurídica como um discurso de poder no meio jurídico; diferenciar linguagem técnica de jargão profissional (juridiquês); comparar textos jurídicos antigos e atuais para analisar a evolução e frequência do uso de terminologias arcaicas e/ou rebuscadas que podem dificultar a compreensão; refletir sobre a democratização do direito por meio da linguagem. **Método:** a metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica sobre linguagem jurídica seguida de análise em perspectiva dialógica de documentos jurídicos, observando os aspectos enunciativo, discursivo e linguístico através de descrição, análise e interpretação. Foram analisadas duas petições intermediárias e dois acórdãos de épocas diferentes. **Resultados:** pôde-se observar a prática do juridiquês de diferentes formas nos documentos jurídicos e discutir a construção de um discurso de poder de um grupo profissional. **Conclusão:** Deste modo, a simplificação da linguagem poderia resultar em maior acessibilidade, promovendo a democratização do Direito, humanizando o processo judicial. Essa clareza ao tratar de assuntos de Direito promove empoderamento, autonomia, segurança e confiança no trabalho jurídico aproximando-o da sociedade.

¹ Direito. E-mail: ana.aragom@aluno.unip.br

² Direito. E-mail: ricardo.sanctis@docente.unip.br



ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 24 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FREITAS, Lisiane. TACLA, Silvia Regina. **Letramento Jurídico, Letramento Acadêmico e Leitura – Possíveis Implicações no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil**. Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos da Linguagem, Paraná, Brasil. Rev. Ens. Educ. Cienc. Human., Londrina, v. 17, n.esp. Selitec 15/16, p.507-514, 2016.

FRÖHLICH, Luciane. Redação Jurídica Objetiva: **O juridiquês no banco dos réus**. Revista da Esmesc, v.22, n. 28, p. 211-236, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.14295/revistadaesmesec.v22i28.p211>

GERALDI, João Wanderley (org.); ALMEIDA, Milton José et al. **O texto na sala de aula**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2011.

GUIMARÃES, Luciana Helena Palermo de Almeida. **A simplificação da linguagem jurídica como instrumento fundamental de acesso à justiça**. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apli., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 20 (2): 173-184, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas>

JUDENSNAIDER, Ivy. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Sol, 2023. Cadernos de Estudos e Pesquisas da UNIP, Série Didática, ISSN 1517-9230.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LACERDA, Naziozênio Antonio; SOUSA, Maria Araujo de; SILVA, Maria Thaís Monte da. **Ensino de português para fins específicos: uma análise curricular em projetos pedagógicos de cursos de graduação da ufpi**. Anais do Grupos de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste - GELNE. Natal, 2014.

LANGHI, Celi; FERNANDES, Senira Anie Ferraz; PETEROSI, Helena Gemignani; LOPES, Regina Rogick. **Educação profissional e linguagens: ensino de línguas para fins específicos**. Rev. Eletrônica Pesquiseduca. Santos, V.13, N. 29, p. 300-309, jan.-abril 2021.

LOPES, Regina Rogick; RAMIREZ, Rodrigo Avella; SILVA, Luis Fernando Muller da; VIEIRA, Thiago da Silva. **Educação profissional e linguagens: análise de necessidades no ensino de línguas para fins específicos**. ISSN 2526-4478 Revista CBTecLE, São Paulo, SP, vol. 6, n. 1 (jul/2022) Disponível em: <https://revista.cbtecle.com.br/>

MOZDZENSKI, Leonardo Pinheiro. **O Juridiquês, em bom português**. Revista do Tribunal de Contas de Pernambuco, v. 14, n. 14, p. 132-136, 2003.

NADIN, Odair Luiz. **Abordagem terminológico-discursiva: pelo resgate da terminologia e da terminografia no ensino e na aprendizagem de línguas para fins específicos no contexto brasileiro**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n (61.1): 97-108, jan./abr. 2022. <https://doi.org/10.1590/0103181311732711120220113>
PETRI, Maria José Constantino. **Manual de Linguagem Jurídica**. 2 ed. Rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

RAMOS, Graciliano. **Linhas Tortas**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.



SANCTIS, Ricardo José Orsi de, & ABIB, Ivani Vecina. **Ensino de língua estrangeira no curso de secretariado executivo bilíngue: buscando um caminho para as análises de necessidades específicas.** Revista De Gestão E Secretariado, 1(1), 186–198, 2010.
<https://doi.org/10.7769/gesec.v1i1.9>

SILVA, Renato Caixeto da. **Análise de necessidades em inglês: proposição e reflexões sobre um instrumento de coleta de informações.** The ESPECIALIST: Descrição, Ensino e Aprendizagem, Vol.39 No. 1 jan-jul 2018. <https://revistas.pucsp.br/esp> ©The ESPECIALISTISSN2318-7115

SLAIBI, Arthur Lavigne Gesteira. **Uma crítica à linguagem jurídica: acesso, técnica, violência e efetividade.** In: Revista Direito UNIFACS, n.200, fevereiro, 2017.

TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. **Linguagem Jurídica e Argumentação: Teoria e Prática.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

VARGAS, Rodrigo Gindre; CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; CAETANO, Joane Marieli Pereira. **Do “juridiquês” à obstrução do Acesso à Justiça.** Conexão Acadêmica / Vol. 7 / dezembro 2015 / ISSN: 2236-0875 - www.conexaoacademica.net

VERISSIMO, Luís Fernando. **O gigolô das palavras.** Disponível em:
<https://www.cursoreginamota.com.br/post/o-gigolo-das-palavras> Acesso em: 31 jan. 2025.



NUTRICAL: SOFTWARE DE AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA NUTRICIONAL

SOFTWARE FOR NUTRITIONAL ANTHROPOMETRIC EVALUATION

Sofia Helena Honorato Ramos Borodiak²³

Sabrina Maria Fogaça Dos Santos²

Mariana Battaglin Villas Boas Alvaro³

Jackeline C Venancio Rodrigues⁴

Sandra Regina Bicudo Da Silva⁵

RESUMO

Introdução: A avaliação nutricional é uma ferramenta essencial no campo da nutrição, permitindo identificar o estado nutricional de indivíduos e populações, além de possibilitar diagnósticos precoces e intervenções eficazes. Com o avanço da tecnologia, métodos digitais têm sido incorporados à prática nutricional, otimizando tempo, aumentando a precisão das análises e promovendo abordagens mais personalizadas. **Objetivo:** Diante disso, o presente estudo teve como objetivo desenvolver um software de avaliação antropométrica, visando padronizar e otimizar a coleta, análise e interpretação de dados nutricionais. **Métodos:** O projeto foi estruturado em três principais etapas: pesquisa de fórmulas, desenvolvimento do software, aplicação prática da avaliação nutricional com uso da ferramenta digital. Foi criado um software de avaliação antropométrica com base em protocolos reconhecidos e validados na área. O sistema foi programado para coletar, processar e interpretar dados como, o Índice de *Quetelet*, mais comumente conhecido como índice de massa corporal (IMC), e a fórmula de 7 dobras cutâneas de Jackson Pollock. Após a coleta de dados, o sistema permite avaliar a densidade corporal e percentual de gordura. A interface foi desenvolvida para ser intuitiva, com foco em usabilidade e praticidade, visando atender alunos e profissionais da saúde em diversos contextos (cursos técnicos e clínicas de universidades). **Resultados:** Os testes realizados com o software demonstraram funcionamento adequado para o processamento automático dos dados antropométricos coletados. A ferramenta realizou o cálculo do IMC, densidade corporal, percentual de gordura, massa magra e massa gorda, apresentando resultados compatíveis com os valores obtidos pelos métodos convencionais. Além disso, observou-se redução do tempo necessário para interpretação dos dados e maior praticidade durante as atividades acadêmicas. O desenvolvimento do software ocorreu por meio da integração entre estudantes dos cursos de Nutrição e Ciência da Computação, evidenciando o caráter interdisciplinar do projeto. **Conclusão:** O software demonstra potencial para transformar a prática da avaliação nutricional ao aliar tecnologia, usabilidade e precisão. Embora ainda esteja em fase de testes, espera-se que sua aplicação contribua significativamente para a qualificação dos atendimentos em saúde e nutrição, além de facilitar a rotina de profissionais e estudantes na área.

Palavras-chave: Avaliação nutricional; Software; Antropometria.

ABSTRACT

²³Graduanda em Nutrição, sofia.bo@aluno.unip.br

²Graduanda em Nutrição, sabrina.santos197@aluno.unip.br

³Profa Dra, mariana.alvaro@docente.unip.br

⁴Profa sandra.silva1@docente.unip.br

⁵Profa Me. Me. jackeline.rodrigues@docente.unip.br



Introduction: Nutritional assessment is an essential tool in the field of nutrition, enabling the identification of the nutritional status of individuals and populations, as well as supporting early diagnosis and effective interventions. With technological advances, digital methods have been incorporated into nutritional practice, optimizing time, increasing the accuracy of analyses, and promoting more personalized approaches. **Objective:** Therefore, the present study aimed to develop anthropometric assessment software in order to standardize and optimize the collection, analysis, and interpretation of nutritional data. **Methods:** The project was structured into three main stages: formula research, software development, and practical application of nutritional assessment using the digital tool. Anthropometric assessment software was developed based on recognized and validated protocols in the field. The system was programmed to collect, process, and interpret data such as the Quetelet Index, more commonly known as Body Mass Index (BMI), and the Jackson and Pollock seven-site skinfold equation. After data collection, the system enables the assessment of body density and body fat percentage. The interface was designed to be intuitive, focusing on usability and practicality, with the aim of serving students and healthcare professionals in different contexts, including technical courses and university clinics. **Results:** Tests performed with the software demonstrated its adequate functionality for the automatic processing of collected anthropometric data. The tool calculated BMI, body density, body fat percentage, lean body mass, and fat mass, producing results consistent with those obtained through conventional methods. In addition, a reduction in the time required for data interpretation and greater practicality during academic activities were observed. The software was developed through collaboration between Nutrition and Computer Science students, highlighting the interdisciplinary nature of the project. **Conclusion:** The software demonstrates potential to transform nutritional assessment practices by combining technology, usability, and accuracy. Although it is still in the testing phase, its application is expected to contribute significantly to improving the quality of healthcare and nutrition services, as well as facilitating the routine activities of professionals and students in the field.

Keywords: Nutritional assessment; Software; Anthropometry.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação nutricional é uma ferramenta fundamental no campo da nutrição, pois através dessa prática é possível identificar o estado nutricional dos indivíduos e populações, promovendo o diagnóstico e intervenção nutricional mais precoces e eficazes. (SAMPAIO 2012).

Medidas antropométricas têm passado por um processo de transformação a nível global para um melhor entendimento do processo de crescimento e desenvolvimento do corpo humano, sendo um método importante para avaliação do estado nutricional de indivíduos e populações (VASCONCELOS, 2017).

As medidas antropométricas são importantes para indicar o excesso de peso como também o risco de mortalidade infantil associado à desnutrição (TEIXEIRA, 2004). Por isso a importância da avaliação do estado nutricional infantil como forma de prevenção a obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), relacionada ao consumo excessivo de alimentos (LEVY, 2012, GAGLIARI, 2009).

Com os avanços das tecnologias digitais, ferramentas computacionais passaram a auxiliar de forma crescente a prática nutricional, permitindo maior precisão na coleta, processamento e interpretação de dados antropométricos e dietéticos. Além disso, soluções baseadas em



inteligência artificial e sistemas digitais têm demonstrado potencial para otimizar avaliações nutricionais e apoiar a tomada de decisão clínica. (SALINARI et al., 2023; KIM et al., 2024).

Diante desse cenário, torna-se necessário e importante o desenvolvimento de soluções tecnológicas que possam facilitar a aplicação da avaliação nutricional a fim de explorar e promover interações entre o campo da nutrição e da tecnologia, contribuindo para uma análise mais eficiente.

2. NUTRICAL – ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO

O presente projeto foi estruturado em três etapas principais: (i) pesquisa de fórmulas, com base em protocolos reconhecidos na área de nutrição, (ii) desenvolvimento do software, (iii) aplicação prática da avaliação nutricional com uso da ferramenta digital.

O sistema foi programado para processar e interpretar dados como, Índice de *Quetelet* mais comumente conhecido como índice de massa corporal (IMC), juntamente a fórmula de 7 dobras de Jackson Pollock e através do resultado obtidos será calculado a partir de outra fórmula a densidade corporal, todos os dados serão computados no software.

A interface foi desenvolvida para ser intuitiva, com foco em usabilidade e praticidade, visando atender alunos da saúde em diversos contextos (cursos técnicos e clínicas de universidades). O projeto foi desenvolvido em parceria com o curso de ciências da computação da UNIP Sorocaba.

O software foi desenvolvido em ambiente computacional utilizando linguagem de programação definida pela equipe de Tecnologia da Informação. Após a implementação das fórmulas antropométricas, foram realizados testes funcionais para verificar a correta execução dos cálculos. A validação inicial ocorreu por meio da inserção de dados antropométricos coletados durante aulas práticas da disciplina de Avaliação Nutricional, comparando os resultados gerados pelo sistema com os cálculos realizados manualmente.

No contexto da interdisciplinaridade, o desenvolvimento de um software de nutrição por estudantes das áreas de Nutrição e Tecnologia da Informação (TI) representa um desafio interdisciplinar que exige a integração de conhecimentos técnicos, científicos e práticos. Enquanto os alunos de Nutrição possuíam domínio sobre avaliação nutricional, planejamento alimentar e necessidades fisiológicas dos indivíduos, os estudantes de TI foram responsáveis pela estruturação lógica, programação e usabilidade do sistema. Nesse contexto, tornou-se necessário estabelecer uma comunicação eficiente entre as duas áreas, uma vez que diferenças na linguagem técnica, nos métodos de trabalho e nas prioridades de cada campo podem dificultar o processo de construção conjunta do software.



Além disso, a elaboração de um software nutricional demandou a compreensão de aspectos éticos, funcionais e operacionais relacionados à saúde e à tecnologia. Os estudantes precisaram considerar fatores como segurança de dados, confiabilidade das informações alimentares, praticidade de uso e adequação das funcionalidades às necessidades do profissional nutricionista e dos usuários finais.

Dessa forma, o projeto ultrapassou a simples criação de uma ferramenta tecnológica, constituindo-se em uma experiência de aprendizagem colaborativa que estimula a resolução de problemas, o pensamento crítico e a aplicação integrada de conhecimentos multidisciplinares.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Avaliação nutricional e sua importância

A avaliação nutricional constitui uma ferramenta essencial na prática clínica e em saúde pública, pois permite identificar o estado nutricional de indivíduos e populações, além de possibilitar a detecção precoce de riscos nutricionais e o planejamento de intervenções adequadas. Esse processo envolve a análise integrada de diferentes parâmetros, como dados antropométricos, bioquímicos, clínicos e dietéticos, contribuindo para um diagnóstico nutricional mais preciso (GIBSON, 2005).

Entre os métodos utilizados, a antropometria destaca-se por ser uma técnica de fácil aplicação, baixo custo e boa reprodutibilidade. Por meio de medidas corporais como peso, altura, circunferências e dobras cutâneas, é possível avaliar alterações na composição corporal e identificar situações de desnutrição, sobrepeso ou obesidade (WHO, 1995). Dessa forma, a avaliação antropométrica tornou-se uma das ferramentas mais utilizadas por profissionais da saúde na prática clínica e em estudos epidemiológicos.

Estudos de revisão sistemática demonstram que tais medidas apresentam forte associação com doenças cardiovasculares, síndrome metabólica, diabetes mellitus tipo 2 e aumento da mortalidade, especialmente quando utilizadas de forma combinada (ROSS et al., 2020). Além disso, a antropometria destaca-se por sua praticidade em ambientes clínicos, hospitalares e de atenção primária à saúde, favorecendo o monitoramento contínuo e a implementação de estratégias preventivas (WHO, 1995).

Além disso, a avaliação nutricional permite monitorar a evolução do estado nutricional ao longo do tempo, auxiliando no acompanhamento de intervenções dietéticas e no controle de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes mellitus e hipertensão arterial (SAMPAIO, 2012).



Entre os indicadores antropométricos, a circunferência da cintura tem recebido destaque na literatura científica por sua elevada capacidade de prever risco cardiometabólico relacionado à obesidade abdominal (ROSS et al., 2020). Revisões sistemáticas apontam que o acúmulo de gordura central apresenta maior relação com complicações metabólicas do que o excesso de peso avaliado isoladamente pelo IMC, reforçando a importância da utilização conjunta dessas medidas na prática clínica (ASHWELL; GIBSON, 2016). Da mesma forma, revisões recentes indicam que outras medidas simples, como circunferência do pescoço e indicadores de composição corporal baseados em antropometria, podem complementar a avaliação nutricional e auxiliar na estratificação de risco em adultos e idosos (MUSSOI, 2021). Assim, a antropometria permanece como um método fundamental para triagem nutricional, contribuindo para a identificação precoce de agravos à saúde e para a tomada de decisão em intervenções nutricionais (WHO, 1995).

3.2 Métodos antropométricos na avaliação nutricional

A antropometria permanece como um dos métodos mais utilizados na avaliação nutricional devido ao seu baixo custo, fácil aplicação e boa reprodutibilidade. Medidas como peso, altura, circunferências corporais e dobras cutâneas permitem avaliar alterações na composição corporal e identificar fatores associados ao risco cardiometabólico e ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (ROSS et al., 2020). Dessa forma, a utilização de ferramentas tecnológicas capazes de automatizar a interpretação desses indicadores pode contribuir para maior padronização e confiabilidade das avaliações realizadas.

Os métodos antropométricos são amplamente utilizados para avaliar a composição corporal e o estado nutricional de indivíduos. Entre os indicadores mais utilizados destaca-se o Índice de Massa Corporal (IMC), também conhecido como Índice de *Quetelet*, que relaciona o peso corporal com a altura ao quadrado. Esse indicador é amplamente empregado para classificar o estado nutricional em diferentes faixas etárias, sendo recomendado pela Organização Mundial da Saúde como um importante instrumento para avaliação nutricional em adultos (WHO, 1995).

Além do IMC, as medidas de dobras cutâneas são utilizadas para estimar a quantidade de gordura corporal. Essas medidas são obtidas com o auxílio de um adipômetro e, permitem avaliar a espessura do tecido adiposo subcutâneo em diferentes regiões do corpo. A partir dessas medidas, é possível estimar a densidade corporal e, conseqüentemente, o percentual de gordura corporal por meio de equações preditivas (HEYWARD; WAGNER, 2004).

Entre as equações mais utilizadas destacam-se as propostas por Jackson e Pollock, que utilizam medidas de sete dobras cutâneas para estimar a densidade corporal em homens e mulheres adultos. Essas equações são amplamente utilizadas em pesquisas científicas e na prática



clínica por apresentarem boa validade e confiabilidade na estimativa da composição corporal (JACKSON; POLLOCK, 1978; JACKSON; POLLOCK; WARD, 1980).

3.3 Uso de tecnologias digitais na avaliação nutricional

Com os avanços tecnológicos nas últimas décadas, ferramentas digitais passaram a ser incorporadas à prática profissional em diversas áreas da saúde, incluindo a nutrição. Softwares e sistemas informatizados têm sido utilizados para auxiliar na coleta, processamento e interpretação de dados nutricionais, contribuindo para maior agilidade e precisão nas avaliações (ILLNER et al., 2012).

Essas ferramentas permitem automatizar cálculos complexos, reduzir erros operacionais e facilitar a organização de informações clínicas. Além disso, os softwares nutricionais possibilitam a integração de diferentes indicadores de avaliação nutricional, como dados antropométricos, consumo alimentar e parâmetros bioquímicos, proporcionando uma análise mais completa do estado nutricional dos indivíduos (THOMPSON et al., 2015).

Os softwares de nutrição podem estar relacionados a uma grande variedade de público e especialidades clínicas (MUSSOI, 2014, ALVES, 2016). Na prática clínica há também diversos aplicativos que podem ser utilizados para otimizar o trabalho do nutricionista, como por exemplo o *Anthro* e o *AnthroPlus* que são programas desenvolvidos para facilitar a aplicação das curvas de referência de crescimento da OMS para crianças de 0 a 5 anos (*Anthro*) e de 5 a 19 anos (*AnthroPlus*). Estes programas estão disponíveis gratuitamente no site da OMS e podem ser instalados em diferentes idiomas, inclusive o português (WHO, 2011).

Outro aspecto relevante é a contribuição dessas tecnologias para o ensino e formação de estudantes da área da saúde. A utilização de softwares educacionais permite que os alunos desenvolvam habilidades relacionadas à interpretação de dados e tomada de decisões clínicas, aproximando a teoria da prática profissional (SOARES et al., 2020).

Nesse contexto, o desenvolvimento de softwares voltados à avaliação antropométrica representa uma estratégia promissora para otimizar a prática nutricional, contribuindo para avaliações mais rápidas, padronizadas e baseadas em evidências científicas.

É possível notar que há uma grande demanda de softwares que interagem diretamente com pessoas que requerem algum serviço nutricional (Braz & Lopes, 2019), porém, poucos voltados para o profissional de nutrição. Muitos destes softwares acabam sendo repetitivos, fazendo basicamente o que outros já fazem, sem que haja um destaque diferencial, como na pesquisa de Gregório et al (2015) a qual desenvolveu um aplicativo que permite a avaliação de pacientes internados em ambiente hospitalar baseado em diferentes métodos de avaliação nutricional com



uso de parâmetros antropométricos, bioquímicos e clínicos, além de possuir alternativas para avaliar pacientes acamados e em terapia intensiva (GREGÓRIO et. al, 2015).

Há uma limitação no número de softwares específicos direcionados à avaliação antropométrica nutricional que sejam acessíveis, intuitivos e voltados também para o uso acadêmico. Essa lacuna evidencia a relevância do desenvolvimento de novas soluções tecnológicas que auxiliem na coleta, organização e interpretação de dados antropométricos de forma padronizada e eficiente.

Diante desse cenário, a criação de softwares voltados para a avaliação nutricional torna-se uma estratégia importante para otimizar a prática profissional, reduzir erros operacionais e agilizar o processo de diagnóstico nutricional. Além disso, tais ferramentas apresentam grande potencial de inserção no mercado da saúde, uma vez que contribuem para modernizar os atendimentos, facilitar o trabalho de nutricionistas e apoiar a formação de estudantes da área.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento de tecnologias aplicadas à saúde tem promovido importantes avanços na prática clínica e na otimização dos processos de cuidado nutricional. Nesse contexto, os softwares de avaliação nutricional surgem como ferramentas capazes de auxiliar profissionais na coleta, organização e interpretação de dados antropométricos, clínicos e alimentares, contribuindo para maior precisão diagnóstica e agilidade na tomada de decisão.

Diante dessa necessidade, o presente estudo teve como objetivo desenvolver um software de avaliação nutricional voltado à integração de informações essenciais para a prática do nutricionista. A proposta buscou reunir funcionalidades relacionadas à obtenção de medidas antropométricas, classificação do estado nutricional e acompanhamento de indicadores clínicos, proporcionando maior praticidade e eficiência durante o atendimento. Dessa forma, o desenvolvimento da ferramenta visou contribuir para a modernização da assistência nutricional, além de favorecer a utilização de recursos tecnológicos como suporte às atividades acadêmicas e profissionais na área da Nutrição.

Os resultados obtidos durante a aplicação do software demonstraram que a ferramenta apresentou bom desempenho no processamento e interpretação dos dados antropométricos inseridos. Durante as aulas práticas da disciplina de Avaliação Nutricional, foi possível realizar a coleta de medidas antropométricas dos alunos e posteriormente inserir essas informações no sistema desenvolvido, permitindo a realização automática dos cálculos de Índice de Massa Corporal (IMC), densidade corporal e estimativa do percentual de gordura corporal.



A utilização do software mostrou-se eficiente ao automatizar cálculos que tradicionalmente são realizados manualmente, reduzindo o tempo necessário para a interpretação dos resultados e diminuindo a possibilidade de erros operacionais. De acordo com Illner et al. (2012), o uso de ferramentas digitais na área da saúde contribui significativamente para aumentar a precisão das análises e otimizar a rotina de atendimento dos profissionais.

Outro aspecto relevante observado foi a facilidade de utilização da interface do sistema. A estrutura do software foi desenvolvida com foco na usabilidade e na praticidade, permitindo que os dados fossem inseridos de forma simples e intuitiva. Esse fator é fundamental para a adoção de ferramentas tecnológicas na prática clínica e acadêmica, pois sistemas complexos ou de difícil compreensão podem limitar sua utilização por profissionais e estudantes.

Os cálculos realizados pelo software baseiam-se em equações amplamente utilizadas na literatura científica, como o Índice de Massa Corporal recomendado pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 1995) e as equações de sete dobras cutâneas propostas por Jackson e Pollock (1978; 1980), utilizadas para estimar a densidade corporal e o percentual de gordura. A utilização dessas equações reconhecidas cientificamente contribui para garantir maior confiabilidade aos resultados apresentados pelo sistema.

Além disso, a ferramenta desenvolvida apresenta potencial de aplicação tanto no contexto acadêmico quanto na prática clínica. No ambiente educacional, o software pode auxiliar estudantes no aprendizado da avaliação antropométrica, permitindo a compreensão dos cálculos envolvidos e facilitando a interpretação dos resultados obtidos. Segundo Soares et al. (2020), o uso de tecnologias educacionais na área da saúde contribui para aproximar o conhecimento teórico da prática profissional, favorecendo o desenvolvimento de habilidades clínicas.

Os testes preliminares foram realizados no ambiente universitário e, foram discutidas possibilidades de aprimoramento do sistema, como a inclusão de novos indicadores antropométricos e a ampliação das funcionalidades do software. Os testes de aplicação são importantes para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas à saúde, pois permitem identificar demandas reais dos usuários e aperfeiçoar as ferramentas desenvolvidas.

Além disso, os resultados obtidos neste projeto também foram testados e aplicados durante as aulas da disciplina de Avaliação Nutricional. Durante as atividades práticas, foi possível realizar a coleta de medidas antropométricas nos alunos, permitindo a inserção das informações obtidas no software desenvolvido.

O Quadro 1 mostra os resultados provenientes da coleta de dados de quatro indivíduos universitários (N = 4), realizada de forma voluntária e anônima, que apenas com o intuito de testar o aplicativo de avaliação nutricional.



Foram coletadas variáveis antropométricas básicas, incluindo idade, peso, altura, índice de massa corporal (IMC) e dobras cutâneas (torácica, axilar média, tríceps, subescapular, abdominal, supra ílica e coxa), medidas amplamente utilizadas na avaliação da composição corporal. Os resultados demonstraram importante variabilidade entre os indivíduos avaliados quanto ao estado nutricional e à composição corporal. Essa variabilidade pode ser observada pela presença de indivíduos com valores próximos ao limite inferior de eutrofia, enquanto outros apresentaram valores compatíveis com sobrepeso e obesidade, refletindo diferenças individuais nas medidas antropométricas da amostra. Esses achados reforçam a importância da utilização de ferramentas capazes de automatizar e padronizar a interpretação dos indicadores nutricionais, contribuindo para avaliações mais precisas e individualizadas.

A apresentação dos dados por meio de média e desvio-padrão permite observar tanto a tendência central quanto a dispersão das medidas coletadas, contribuindo para uma melhor interpretação dos resultados obtidos pelo aplicativo testado.

Quadro 1. Dados antropométricos da amostra (n=4), utilizados para testes do software.

Variável	Amostra 1	Amostra 2	Amostra 3	Amostra 4	Média	Desvio-padrão
Idade (anos)	20	27	34	21	25,5	6,45
Peso (kg)	45	78	78	59,1	65,00	16,15
Altura (m)	1,55	1,75	1,60	1,57	1,62	0,09
DC Torácica (mm)	5	12	20	10	11,75	6,18
DC Axilar média (mm)	10	14	24	11	14,75	6,19
DC Tríceps (mm)	16	10	28	15	17,25	7,72
DC Subescapular (mm)	18	15	26	12	17,25	6,02
DC Abdominal (mm)	18	22	35	16	22,25	8,52
DC Supraílica (mm)	15	18	32	13	19,50	8,46
DC Coxa (mm)	26	20	34	20	25,00	6,93

FONTE: Autoria própria, 2026.



A Tabela 2 apresenta um exemplo dos resultados gerados pelo software a partir dos dados antropométricos inseridos. Foi possível calcular indicadores importantes da avaliação nutricional, como índice de massa corporal (IMC-Kg/m²), percentual de gordura corporal, massa gorda e massa magra, demonstrando sua funcionalidade como ferramenta de apoio na análise da composição corporal e decisão de conduta nutricional.

Tabela 2 - Exemplo de resultado gerado pelo Software – Nutrical

Variável	Resultados (amostras 1, 2, 3 e 4)			
IMC (Kg/m ²)	18,73	25,47	30,47	23,98
CLASSIFICAÇÃO (IMC)	Baixo peso	Sobrepeso	Obesidade	Eutrofia
PERCENTUAL DE GORDURA (%)	21,2	25,9	24,7	22,6
MASSA GORDA (Kg)	9,54	20,20	19,27	13,36
MASSA MAGRA (Kg)	35,45	57,80	58,73	45,74

FONTE: Autoria própria, 2026.

A partir dessas informações, observa-se que o sistema permite a obtenção rápida e organizada de parâmetros amplamente utilizados na prática clínica e na pesquisa em nutrição, contribuindo para uma interpretação mais completa do estado nutricional dos indivíduos avaliados. Dessa forma, o software mostra-se uma alternativa útil para auxiliar profissionais e estudantes da área na realização de avaliações nutricionais como uma estratégia eficaz para melhorar a qualidade das avaliações nutricionais e apoiar a tomada de decisão clínica (THOMPSON et al., 2015).

A automatização de cálculos antropométricos e classificações do estado nutricional reduz a possibilidade de erros manuais e contribui para maior precisão na análise dos dados. Além disso, a centralização das informações em um único sistema favorece a padronização dos atendimentos, permitindo que o profissional tenha acesso rápido e estruturado ao histórico nutricional do indivíduo, o que pode auxiliar na tomada de decisão clínica e no acompanhamento evolutivo do paciente.



O desenvolvimento de softwares voltados à avaliação antropométrica tem se consolidado como uma tendência importante na área da Nutrição e da saúde, especialmente em função da necessidade de maior precisão, agilidade e padronização dos processos avaliativos. Ferramentas como *Avanutri Online* e *DietSystem* exemplificam essa evolução ao integrar protocolos antropométricos, cálculo automático de indicadores nutricionais e geração de relatórios clínicos, permitindo ao profissional uma análise mais rápida e estruturada do estado nutricional do paciente. Esses sistemas incorporam diferentes protocolos (como dobras cutâneas, circunferências e IMC), além de bases de dados alimentares e ferramentas de acompanhamento longitudinal, o que amplia a capacidade de monitoramento da evolução nutricional ao longo do tempo.

O estudo de Coelho, Leal e Sichonany (2016) teve como objetivo o desenvolvimento de um software nutricional denominado *NutriSoftware*, com a finalidade de auxiliar profissionais da área de Nutrição na elaboração de dietas individualizadas e no processamento de informações antropométricas. O sistema foi estruturado para integrar uma base de dados alimentares e realizar cálculos automatizados de indicadores como índice de massa corporal (IMC), peso ideal, densidade corporal, percentual de gordura, massa magra e massa muscular, a partir da inserção de medidas antropométricas e dados dietéticos. Do ponto de vista metodológico, o estudo caracterizou-se como um desenvolvimento tecnológico aplicado, com foco na construção do sistema computacional e descrição de suas funcionalidades, utilizando linguagem de programação Delphi e banco de dados relacional (COELHO, 2002).

Apesar dos resultados promissores, este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. A principal delas refere-se ao reduzido número de participantes avaliados ($n = 4$), uma vez que os testes tiveram caráter preliminar e foram realizados em ambiente acadêmico. Além disso, o curto período disponível para o desenvolvimento e acompanhamento do projeto limitou a realização de avaliações mais amplas da funcionalidade, usabilidade e desempenho do software em diferentes contextos de aplicação. Dessa forma, os resultados obtidos devem ser interpretados com cautela. Estudos futuros com amostras maiores, maior tempo de acompanhamento e validação em ambientes clínicos poderão contribuir para confirmar a eficácia, confiabilidade e aplicabilidade da ferramenta na prática profissional.

De forma crítica, observa-se que o principal mérito de Coelho foi a proposição de uma ferramenta integrada que automatiza cálculos antropométricos e organiza informações nutricionais de forma sistematizada, contribuindo para maior agilidade e potencial redução de erros manuais na prática clínica. No entanto, o estudo apresenta limitações importantes, especialmente por não incluir validação clínica do software, testes de usabilidade com nutricionistas ou avaliação de desempenho em comparação com métodos tradicionais. Assim, embora o *NutriSoftware* represente uma contribuição relevante como protótipo tecnológico na área de Nutrição, seus



resultados permanecem restritos ao nível de desenvolvimento e descrição funcional, exigindo investigações futuras para comprovação de sua aplicabilidade prática, confiabilidade e impacto na tomada de decisão nutricional.

5. CONCLUSÃO

A avaliação nutricional é um processo fundamental para a identificação do estado nutricional e para o planejamento de intervenções adequadas em saúde. Nesse contexto, o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas voltadas à avaliação antropométrica representa uma estratégia importante para otimizar a prática profissional e acadêmica.

O presente estudo possibilitou o desenvolvimento de um software de avaliação nutricional antropométrica baseado em protocolos reconhecidos na literatura científica, como o Índice de Massa Corporal e as equações de dobras cutâneas de Jackson e Pollock. A ferramenta demonstrou potencial para facilitar a coleta, organização e interpretação dos dados antropométricos, contribuindo para maior agilidade e precisão nas avaliações.

A aplicação do sistema durante as atividades acadêmicas permitiu observar sua viabilidade de uso no contexto educacional, auxiliando estudantes na compreensão dos cálculos e na interpretação dos resultados da avaliação nutricional. Além disso, a automatização dos cálculos reduz a possibilidade de erros operacionais e contribui para a padronização das análises realizadas.

Dessa forma, conclui-se que o software desenvolvido apresenta potencial para auxiliar profissionais e estudantes da área da saúde no processo de avaliação nutricional, promovendo maior eficiência, organização e confiabilidade na análise dos dados antropométricos. Estudos futuros permitirão aprimorar o software e, ampliar o seu uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. M. **Desenvolvimento de um software para avaliação nutricional antropométrica utilizando Visual Basic For Applications**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Departamento de Nutrição, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

ASHWELL, M.; GIBSON, S. Waist-to-height ratio as an indicator of “early health risk”: simpler and more predictive than using a “matrix” based on BMI and waist circumference. **BMJ Open**, Londres, v. 6, n. 3, e010159, 2016.

BRAZ, V. N., & LOPES, M. H. B. D. M. **Evaluation of mobile applications related to nutrition**. **Public Health Nutrition**, 22(7), 1209–1214, 2019.

COELHO, Marco Antônio Dalmaso; LEAL, Cynthia Munhoz dos Anjos; SICHONANY, Oni Reasilvia de A. O. Desenvolvimento de um software nutricional (NutriSoftware). **Disciplinarum Scientia**, v. 17, n. 1, p. 149–162, 2002.



DUARTE, Antonio Cláudio Goulart. **Avaliação nutricional: aspectos clínicos e laboratoriais**. São Paulo: Atheneu, 2007.

GREGORIO, M. C., RAMOS, M. B., CARILLO, G. A. O., FONTÁN, E. G., GONZÁLEZ, M. A. A.; CARRETERO, M. Á. C. Diseño y desarrollo de una aplicación de valoración nutricional para smartphones y tablets android®. **Nutricion Hospitalaria**, 31(3), 1323–1329, 2009.

GIBSON, R. S. **Principles of Nutritional Assessment**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2005.

HEYWARD, V. H.; WAGNER, D. R. **Applied Body Composition Assessment**. 2. ed. Champaign: Human Kinetics, 2004.

ILLNER, A. K.; FREISLING, H.; BOWEN, J.; et al. Review and evaluation of innovative technologies for measuring diet in nutritional epidemiology. **British Journal of Nutrition**, 2012.

JACKSON, A. S.; POLLOCK, M. L. Generalized equations for predicting body density of men. **British Journal of Nutrition**, v. 40, p. 497–504, 1978.

JACKSON, A. S.; POLLOCK, M. L.; WARD, A. Generalized equations for predicting body density of women. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 12, n. 3, p. 175–181, 1980.

KIM, S. et al. Advances in Digital Health for Gastrointestinal Nutrition. **Current Treatment Options in Gastroenterology**, v. 22, p. 267-278, 2024.

LEVY R.B.; Claro R.M.; MONDINI L.; SICHIERI R.; MONTEIRO C.A. Regional and socioeconomic distribution of household food availability in Brazil, in 2008-2009. **Revista de Saúde Pública**, 46(1):6-1, 2012.

MUSSOI, T. **Avaliação Nutricional Na prática Clínica**. Guanabara Koogan. 2014.

ROSS, R. Waist circumference as a vital sign in clinical practice: a Consensus Statement from the IAS and ICCR Working Group on Visceral Obesity. **Nature Reviews Endocrinology**, Londres, v. 16, n. 3, p. 177-189, 2020.

SALINARI, A. et al. The Application of Digital Technologies and Artificial Intelligence in Healthcare: An Overview on Nutrition Assessment. **Diseases**, v. 11, n. 3, 2023.

SAMPAIO, K. A. C.; SILVA, M. M. A. **Avaliação nutricional: conceitos e importância para a formação do nutricionista**. In: SAMPAIO, K. A. C. (Org.) **Avaliação nutricional: aspectos clínicos e laboratoriais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SOARES, M. M. M.; ARAÚJO, A. A.; BARBOSA, M. S. S.; et al. Aplicabilidade de novos softwares para uso em avaliação nutricional. **Research, Society and Development**, 2020.

SOARES, M.M M.; ARAÚJO, A. A.; BARBOSA, M.S S.; BEZERRA, G.K.A.; OLIVEIRA, J.S.; CUNHA, F.T.; MEDEIROS, A.; OLIVEIRA, D.C. Aplicabilidade de novos softwares para uso em avaliação nutricional. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**. Salvador: EDUFBA, 2012.

TEIXEIRA, J.C.; HELLER, L. Environmental factors related to child malnutrition in slums, Juiz de Fora, MG. **Revista Brasileira de Epidemiologia**; 07(3):270-278, 2004.

THOMPSON, F. E.; SUBAR, A. F. Dietary assessment methodology. In: **Nutrition in the Prevention and Treatment of Disease**. Academic Press, 2015.



VASCONCELOS, F.A.G. **Avaliação Nutricional de Coletividades**. 4ª edição. Florianópolis: UFSC; 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical Status: **The Use and Interpretation of Anthropometry**. Geneva: World Health Organization, 1995.

WHO Anthro for Personal Computers. **Software for assessing growth and development of the world's children**. Department of Nutrition for Health and Development, Geneva, Switzerland, 2011.

AUTORES

SOFIA HELENA HONORATO RAMOS BORODIAK. Graduanda em Nutrição pela Universidade Paulista (UNIP), possui experiência na área de Nutrição Clínica Hospitalar, adquirida por meio de estágio no (Hospital Santa Lucinda), com atuação no acompanhamento nutricional de pacientes e nas rotinas da equipe multiprofissional de saúde. É coautora de artigos científicos nas áreas de nutrição clínica e nutrição esportiva, “Efeitos dos probióticos, prebióticos e simbióticos na modulação da microbiota intestinal de pacientes oncológicos” e “Acute capsaicin supplementation neither interferes with strength endurance nor jumping performance in advanced resistance-trained individuals”, publicado no International Journal of Sport Nutrition & Exercise Metabolism, publicados em periódicos nacionais e internacionais. Participa de atividades acadêmicas, científicas e de extensão na área de nutrição e saúde.

SABRINA MARIA FOGAÇA DOS SANTOS é graduanda em Nutrição pela Universidade Paulista, campus Sorocaba, com interesse em nutrição clínica, gastroenterologia e saúde metabólica. É coautora dos artigos científicos “Efeitos dos probióticos, prebióticos e simbióticos na modulação da microbiota intestinal de pacientes oncológicos” e “Acute capsaicin supplementation neither interferes with strength endurance nor jumping performance in advanced resistance-trained individuals”, publicado no International Journal of Sport Nutrition & Exercise Metabolism. Também é autora do projeto NUTRICAL: Software de Avaliação Nutricional Antropométrica, apresentado em congresso acadêmico, e possui formação complementar em nutrição comportamental, avaliação nutricional e nutrição e empreendedorismo.

PROFA DRA. MARIANA BATTAGLIN VILLAS BOAS ALVARO. Nutricionista, escritora, professora e pesquisadora na área de nutrição, alimentação e ciências de alimentos. Promove cursos e palestras na área de Nutrição, Saúde e Bem-estar. Experiência prática em Alimentação infantil e escolar. Membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

PROFA MA. JACKELINE C VENANCIO RODRIGUES. Nutricionista, professora e pesquisadora na área de nutrição clínica e alimentos. Sócia e fundadora da Plena Nutrição (cursos livres). Ampla experiência na área de atendimento clínico e ambulatorial.

PROFA MA. SANDRA REGINA BICUDO DA SILVA: Nutricionista, professora e pesquisadora na área de nutrição e saúde pública. Coordenadora do curso de nutrição da UNIP Sorocaba. Membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).



"O DILEMA DAS REDES" E A PSICOLOGIA SOCIAL DE SILVIA LANE: UM CONVITE À REFLEXÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

"THE DILEMMA OF NETWORKS" AND SILVIA LANE'S SOCIAL PSYCHOLOGY: AN INVITATION TO REFLECT ON SOCIAL PRACTICES IN CONTEMPORARY TIMES

Marcela Bonfim Pontes²⁴

RESUMO

Introdução: A contemporaneidade é marcada pelo avanço das tecnologias digitais de informação, que reconfiguram as interações humanas e os processos de subjetivação. Nesse cenário, a Psicologia Social crítica de Silvia Lane, ao enfatizar a constituição histórica e social do indivíduo, oferece uma lente teórica fundamental para compreender os novos mecanismos de controle e mediação. A partir dessa perspectiva, analisa-se o documentário "O Dilema das Redes", que revela como as plataformas digitais são projetadas para maximizar o engajamento e os lucros corporativos por meio de algoritmos avançados, impactando a saúde mental, disseminando fake news e acentuando divisões ideológicas. **Objetivos:** Destacar os pontos de encontro entre as críticas feitas às redes sociais no documentário e os principais conceitos da psicologia social defendidos por Lane, como alienação, ideologia e a construção da subjetividade nas interações sociais. **Método:** A análise foi feita por meio de uma revisão dos temas centrais do documentário, conectando-os com os principais elementos da obra de Lane. **Resultado:** A construção da consciência crítica diante dos processos de manipulação das mídias revela-se essencial para o fortalecimento da autonomia subjetiva do indivíduo nas configurações da contemporaneidade. **Conclusão:** A análise mostra que o documentário exemplifica claramente a forma de alienação descrita por Lane. As plataformas digitais influenciam a forma como percebemos a realidade, promovem comparações sociais constantes e criam bolhas de informação, o que fragmenta a experiência humana e dificulta a formação de sujeitos críticos e autônomos. A lógica dos algoritmos, guiada pelo lucro, funciona como uma nova forma de ideologia, tornando invisíveis os mecanismos de dominação. Assim, ao interpretar as redes sociais sob o olhar da psicologia social de Lane, somos levados a refletir sobre os efeitos dessas tecnologias em nossas vidas e sobre a necessidade de buscar caminhos de autonomia e libertação frente a esse novo tipo de controle social.

Palavras-chave: redes sociais; alienação; psicologia social.

ABSTRACT

Introduction: Contemporary times are marked by the advancement of digital information technologies, which reconfigure human interactions and the processes of subjectivation. In this scenario, Silvia Lane's critical Social Psychology, by emphasizing the historical and social constitution of the individual, offers a fundamental theoretical lens to understand new mechanisms of control and mediation. From this perspective, the documentary "The Social Dilemma" is analyzed, which reveals how digital platforms are designed to maximize engagement and corporate profits through advanced algorithms, impacting mental health, spreading fake news, and accentuating ideological divisions. **Objectives:** To highlight the meeting points between the criticisms made of social networks in the documentary and the main concepts of social psychology advocated by Lane, such as alienation, ideology, and the construction of subjectivity in social interactions. **Method:** The analysis was conducted through a review of the central themes of the documentary, connecting them with the main elements of Lane's work. **Result:** The construction of critical awareness in the face of media manipulation processes proves to be essential for strengthening the subjective

²⁴ [Graduanda em Psicologia marcelabonfimpontes@gmail.com](mailto:marcelabonfimpontes@gmail.com)



autonomy of the individual in contemporary configurations. Conclusion: The analysis shows that the documentary clearly exemplifies the form of alienation described by Lane. Digital platforms influence the way we perceive reality, promote constant social comparisons, and create information bubbles, which fragment human experience and hinder the formation of critical and autonomous subjects. The logic of algorithms, driven by profit, functions as a new form of ideology, making the mechanisms of domination invisible. Thus, when interpreting social networks through the lens of Lane's social psychology, we are led to reflect on the effects of these technologies on our lives and on the need to seek paths of autonomy and liberation in the face of this new type of social control.

Keywords: social networks; alienation; social psychology.

1. INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas que marcam o início do século XXI reconfiguram profundamente os modos de interação social e os processos de constituição subjetiva. Entre essas transformações, as redes sociais digitais assumem papel central, não apenas como ferramentas de comunicação, mas como ambientes que modulam percepções, comportamentos e formas de participação social (BAUMAN, 2001; LANE, 2006).

O documentário *O Dilema das Redes* evidencia que tais plataformas não operam de maneira neutra: são sistemas estruturados para maximizar engajamento e lucro, moldando a experiência dos usuários a partir de algoritmos que capturam e direcionam sua atenção (ORLOWSKI, 2020).

Ao revelar os mecanismos internos dessas plataformas, o documentário demonstra que a lógica algorítmica privilegia conteúdos capazes de gerar reações emocionais intensas, independentemente de sua veracidade. Essa dinâmica contribui para a disseminação de desinformação e para o acirramento de polarizações ideológicas, fenômenos que impactam diretamente a saúde mental e a vida coletiva (ORLOWSKI, 2020).

A personalização extrema das interações, apresentada como benefício, opera muitas vezes em detrimento da autonomia do sujeito, que passa a ser exposto a fluxos informacionais moldados por interesses corporativos (LANE, 1984; ORLOWSKI, 2020).

Essa arquitetura de hiperpersonalização, sob a justificativa de otimizar a experiência do usuário, provoca o que a Psicologia Social crítica de Lane caracteriza como um processo sofisticado de alienação e de transformação da mente humana em mercadoria (LANE, 1984, 2006). Ao recortar e selecionar os estímulos visuais, textuais e de informação com base apenas no histórico de navegação do indivíduo, os algoritmos constroem uma realidade artificialmente isolada, conhecida como "bolha de confirmação", que passa a falsa impressão de que a pessoa tem total liberdade de escolha.

O que ocorre, na prática das relações sociais de hoje, é o disfarce dos mecanismos de controle e dominação do mercado: o usuário, afastado do contato com o contraditório e do convívio



com opiniões e realidades totalmente diferentes da sua, passa a acreditar ingenuamente que suas escolhas de consumo, de gosto e de posicionamento político nascem de sua autêntica vontade própria (LANE, 1984). Desse modo, a autonomia e a capacidade de transformar a própria realidade são sutilmente substituídas por comportamentos automáticos e programados que geram altos lucros para as empresas de tecnologia (LANE, 2006; ORLOWSKI, 2020).

Em continuidade a esse cenário de isolamento, a perspectiva da modernidade líquida de Bauman ajuda a compreender como essa personalização extrema intensifica a fragilidade dos vínculos humanos e a insegurança das identidades (BAUMAN, 2001, 2007). Como as interações na internet deixam de responder a compromissos éticos ou comunitários e passam a seguir regras de conveniência comercial, a convivência digital transforma-se em uma falsa sensação de pertencimento (BAUMAN, 2001).

O ambiente virtual funciona de forma que o "outro" só é apresentado ao usuário se servir como um espelho para confirmar seus próprios desejos e preconceitos (BAUMAN, 2007).

Conforme aponta Bauman (2001, p. 195), no ecossistema das redes, busca-se comumente comunidades que funcionem apenas como um abrigo contra os riscos cotidianos, o que acaba por gerar um fechamento em ambientes customizados que fragmentam a experiência humana e enfraquecem o debate público, impedindo o desenvolvimento da consciência crítica defendida por Lane que exige justamente o choque com a realidade social concreta para acontecer (LANE, 1984, 2006). Assim, as pessoas ficam presas em um fluxo ininterrupto de informações que as afasta da compreensão real de suas condições de vida (BAUMAN, 2001; LANE, 1984).

Torna-se pertinente recorrer à Psicologia Social crítica, especialmente à perspectiva de Silvia Lane, que compreende o sujeito como produto e produtor das relações sociais (LANE, 2006; LANE; CODO, 2016).

Lane enfatiza que a subjetividade é constituída historicamente, afirmando categoricamente que “todo ser humano se desenvolve a partir de uma base material concreta e histórica, sendo constituído nas e pelas relações sociais que estabelece no seu cotidiano” (LANE, 2006, p. 12) um princípio que permite analisar como as redes digitais participam da formação subjetiva contemporânea.

A partir dessa concepção, os algoritmos não são apenas ferramentas tecnológicas, mas elementos estruturantes das condições sociais que atravessam o indivíduo (LANE; CODO, 2016). Essa interface entre as determinações materiais contemporâneas e a constituição do psiquismo reforça a necessidade de se investigar o sofrimento e a atividade do sujeito inserido em um cotidiano crescentemente mediado por telas (ASBAHR; CHALUPE, 2020).

A abordagem laneana destaca que a consciência se forma na relação dialética entre indivíduo e sociedade, sendo inseparável das práticas sociais que o constituem (LANE, 1984, 2006).



Assim, os processos de interação mediados por plataformas digitais não podem ser compreendidos como fenômenos isolados, mas como expressões de um contexto histórico marcado pela mercantilização da comunicação e pela intensificação da vigilância comportamental. A subjetividade, nesse cenário, é tensionada por lógicas de visibilidade, comparação e busca por validação, que se tornam parte do cotidiano dos usuários (BAUMAN, 2001; LANE, 1984).

Ao dialogar com autores contemporâneos, como Zygmunt Bauman, é possível ampliar essa análise. Ele descreve a modernidade líquida como um período caracterizado pela fluidez das relações, pela instabilidade dos vínculos e pela fragilidade das identidades (BAUMAN, 2001, 2007).

As redes sociais, ao promoverem conexões rápidas e descartáveis, reforçam essa lógica, contribuindo para a construção de sujeitos que oscilam entre a hiperexposição e a insegurança (BAUMAN, 2001). Essa fluidez, entretanto, não elimina os condicionamentos estruturais apontados por Lane; ao contrário, intensifica-os ao inserir o indivíduo em dinâmicas de constante avaliação e autorregulação (BAUMAN, 2007; LANE, 1984).

Apesar desses condicionamentos, Lane ressalta que o sujeito não é passivo (LANE, 2006). A autora defende que a consciência crítica emerge da possibilidade de refletir sobre as condições concretas de existência e de agir sobre elas, sustentando que “é o sujeito, ao se conscientizar de suas determinações, que se torna capaz de atuar ativamente sobre a sua própria realidade para transformá-la” (LANE, 2006, p. 43).

Essa perspectiva é fundamental para compreender que, mesmo diante de algoritmos que orientam comportamentos, há espaço para resistência, ressignificação e construção de práticas mais conscientes de uso das redes (LANE, 2006; ORLOWSKI, 2020). A subjetividade, portanto, não se reduz ao efeito dos sistemas digitais, mas se constitui na tensão entre determinação e ação transformadora (LANE, 2006).

Dessa forma, analisar o impacto das redes sociais a partir da Psicologia Social crítica implica reconhecer tanto os mecanismos de controle presentes nas plataformas quanto as possibilidades de agência do sujeito (LANE, 1984, 2006). A constituição subjetiva contemporânea se dá nesse entrelaçamento entre forças estruturais e práticas individuais, entre a lógica algorítmica e a capacidade humana de reflexão (BAUMAN, 2001; LANE, 2006). Esse movimento dialético permite compreender como o sujeito é simultaneamente afetado e capaz de afetar o contexto digital em que está inserido (LANE, 2006).

Por fim, ao articular o documentário *O Dilema das Redes* com o pensamento de Lane e com reflexões contemporâneas como as de Bauman, este trabalho propõe uma análise crítica dos desafios enfrentados pelo sujeito na era digital. Compreender como as redes moldam percepções, relações e modos de ser é fundamental para promover processos de conscientização que fortaleçam a autonomia e a saúde mental, contribuindo para a construção de práticas sociais mais



éticas e emancipadoras em um ambiente cada vez mais orientado por interesses econômicos e lógicas algorítmicas (BAUMAN, 2001; LANE, 1984; ORLOWSKI, 2020).

2. CONFIGURAÇÕES INTERACIONAIS E OBJETIVOS DO ESTUDO

Compreender o impacto psicossocial das plataformas digitais na contemporaneidade exige a delimitação de metas analíticas claras. Diante da complexidade do ambiente virtual modulado por interesses mercantis, este estudo estabelece como objetivo geral analisar criticamente as dinâmicas de engajamento, controle social e captura de atenção promovidas pelas mídias digitais, tomando como objeto empírico de ilustração o documentário *O Dilema das Redes* (ORLOWSKI, 2020).

Para subsidiar essa compreensão macroestrutural, a investigação propõe-se a mapear as evidências e denúncias técnicas apresentadas por ex-executivos de tecnologia no documentário a respeito do desenho intencional dos algoritmos, estabelecendo conexões teóricas diretas entre esses mecanismos de controle e os conceitos fundamentais de alienação, ideologia e constituição da subjetividade formulados pela Psicologia Social crítica de Silvia Lane (LANE, 1984, 2006).

A partir desse amálgama analítico, busca-se discutir as repercussões psicossociais dessa arquitetura informacional sobre a autonomia subjetiva e a saúde mental dos usuários, utilizando de maneira integrada o conceito de modernidade líquida de Zygmunt Bauman (2001, 2007) como referencial complementar para compreender a volatilidade das interações na era digital.

2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para compreender os impactos psicossociais e as configurações interacionais decorrentes do ecossistema digital contemporâneo, este trabalho estrutura-se como uma pesquisa de natureza teórico-conceitual e documental, pautada em uma abordagem qualitativa de caráter crítico-analítico. O percurso investigativo adota o método dialético como eixo condutor, compreendendo que as transformações tecnológicas e a constituição do psiquismo humano mantêm uma relação de mútua influência e tensionamento histórico (LANE, 2006).

Como base empírica para essa reflexão, delimitou-se como objeto de estudo o documentário *O Dilema das Redes* (*The Social Dilemma*, 2020), dirigido por Jeff Orlowski, com 94 minutos de duração e distribuído pela plataforma Netflix. A escolha dessa obra justifica-se por sua densidade factual, uma vez que reúne depoimentos técnicos de ex-executivos e engenheiros das principais corporações de tecnologia do Vale do Silício, evidenciando como os mecanismos



algorítmicos são intencionalmente desenhados para a captura da atenção e a modulação do comportamento dos usuários (ORLOWSKI, 2020).

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu por meio da articulação direta entre o conteúdo audiovisual selecionado e os fundamentos da Psicologia Social crítica e sócio-histórica. A matriz teórica primordial fundamentou-se nas obras de Silvia Lane, mobilizando as categorias de determinação do cotidiano e velamento da realidade em *Consciência e alienação* (1984), além das formulações acerca da atividade do sujeito inserido no meio social encontradas em *Psicologia Social: o homem em movimento* (2006) e na coletânea organizada com Wanderley Codo (2016).

De maneira complementar, incorporou-se a perspectiva sociológica de Zygmunt Bauman em *Modernidade líquida* (2001) e *Vida líquida* (2007), oferecendo o amparo conceitual necessário para contextualizar a fragilização dos laços humanos e a volatilidade identitária diante do imperativo da hiperconectividade (BAUMAN, 2001, 2007).

A operacionalização analítica realizou-se a partir do exame reflexivo das principais teses defendidas no documentário (ORLOWSKI, 2020). Os fenômenos práticos denunciados na obra tais como a engenharia de persuasão baseada em recompensas psicológicas intermitentes e o enclausuramento informacional em bolhas virtuais foram interpretados sob a luz direta dos conceitos de alienação, ideologia e busca por consciência crítica propostos por Lane (LANE, 1984, 2006; ORLOWSKI, 2020).

Esse procedimento garantiu que a análise superasse a mera descrição do enredo documental, resultando em uma discussão científica sobre como o sofrimento gerado pelas redes sociais afeta o cotidiano contemporâneo e de que forma se torna possível conceber o resgate da autonomia individual perante os mecanismos de controle digital (LANE, 2006; ORLOWSKI, 2020).

3. REVISÃO DA LITERATURA: O OLHAR DE SILVIA LANE FRENTE À ERA DIGITAL

A compreensão da subjetividade humana e das formas de interação social tem sido objeto de estudo desde o início do século XX, mas ganha contornos específicos na América Latina a partir da década de 1970, quando Silvia Lane inaugura uma Psicologia Social crítica voltada para a análise das condições concretas de existência.

Lane rompe com as visões tradicionais da psicologia que tentavam isolar o indivíduo da sociedade, demonstrando que a subjetividade, ou seja, o nosso mundo interno, composto por sentimentos, pensamentos, desejos e a forma como percebemos a nós mesmos não nasce pronta e nem surge do nada.

Para a autora, essa identidade interna é construída no dia a dia, a partir das experiências práticas, do trabalho, da linguagem e da cultura em que estamos imersos. Isso significa que o ser



humano não pode ser compreendido como uma caixinha fechada e isolada do mundo; nós somos, essencialmente, o resultado das relações sociais e das condições históricas e materiais nas quais vivemos e fomos criados.

Para explicar como essa construção acontece, a teoria de Lane utiliza o conceito de relação dialética, que funciona como uma via de mão dupla em constante movimento. A dialética significa que o indivíduo e a sociedade não estão separados, mas sim se transformam mutuamente o tempo todo: ao mesmo tempo em que as regras sociais, a cultura e a economia moldam o que nós somos, as nossas ações, escolhas e respostas também modificam a sociedade ao nosso redor. O ser humano, portanto, é afetado pelas estruturas do ambiente, mas também tem o potencial de reagir a elas e transformá-las, o que impede que o sujeito seja visto apenas como um robô que obedece passivamente ao meio.

Ao trazer essa visão dialética para o contexto atual das redes sociais, compreende-se que as plataformas digitais não são apenas ferramentas externas que escolhemos usar no tempo livre, mas forças ativas que participam diretamente da nossa constituição interna. Existe uma troca diária na qual o usuário alimenta os algoritmos com seus dados e hábitos, e as plataformas respondem devolvendo estímulos que reorganizam os sentimentos, as opiniões e as necessidades desse sujeito. Desse modo, o cotidiano digitalizado torna-se o novo palco onde essa dinâmica dialética se desenvolve, tensionando a mente humana entre as pressões que tentam padronizar o comportamento e a capacidade natural do indivíduo de refletir e buscar sua própria autonomia.

Ao longo das décadas seguintes, o desenvolvimento tecnológico intensifica transformações nas formas de comunicação e interação humana. A partir dos anos 2000, com a consolidação da internet e das plataformas digitais, surgem novas dinâmicas de mediação social que reorganizam a maneira como os indivíduos se relacionam, constroem identidades e percebem a realidade. Embora Lane não tenha vivido plenamente a era das redes sociais, seus conceitos de alienação, ideologia e consciência crítica permanecem extremamente atuais e se manifestam em interfaces digitais sofisticadas.

A alienação, neste contexto contemporâneo, manifesta-se no distanciamento do sujeito em relação às determinações reais de sua própria vida, uma vez que sua atenção é capturada e direcionada por algoritmos que moldam percepções de realidade de forma quase invisível. O usuário muitas vezes acredita estar exercendo sua liberdade de escolha, quando, na verdade, está reagindo a estímulos programados para maximizar o lucro das corporações de tecnologia. Esse cenário engendra-se no que a literatura atual classifica como capitalismo de vigilância, processo no qual a mercantilização da atenção e a extração algorítmica de dados atualizam as formas históricas de expropriação subjetiva (MISKOLCI, 2021).



Da mesma forma, a ideologia opera nas plataformas digitais ao naturalizar padrões de consumo e visões de mundo que atendem estritamente a interesses econômicos, silenciando vozes dissonantes e homogeneizando o pensamento crítico.

Na contemporaneidade, o documentário *O Dilema das Redes* (2020) surge como uma obra que sintetiza e exemplifica muitos dos processos descritos por Lane décadas antes e atua como uma evidência empírica desses conceitos ao revelar, através do depoimento de executivos de tecnologia, como as plataformas são projetadas para a "extração de atenção".

Ao expor a criação deliberada de polarizações e o uso de dados para prever e mudar o comportamento humano, a obra confirma que os mecanismos tecnológicos atuais funcionam como novas e poderosas formas de controle social. Essa convergência entre a denúncia do documentário e a teoria laneana destaca que o "produto" comercializado pelas redes não é apenas o dado, mas a gradual e imperceptível mudança no comportamento e na percepção do sujeito.

Portanto, interpretar o cenário digital sob o olhar de Lane permite atualizar a Psicologia Social, demonstrando que a formação da consciência continua sendo atravessada por mecanismos de controle que fragmentam a experiência humana. A longevidade e o vigor político do pensamento laneano mostram-se indispensáveis para desmistificar os discursos de neutralidade técnica que encobrem as opressões da era virtual (BOCK; GONÇALVES, 2020).

A teoria do "homem em movimento" de Lane nos lembra que o sujeito é um processo contínuo de transformação, e que a captura dessa subjetividade pela lógica mercantil representa um desafio ético-político sem precedentes. A compreensão desses mecanismos é o primeiro passo para que o indivíduo deixe de ser apenas um reflexo das imposições do meio e retome sua trajetória como autor de sua própria história social e política.

Dessa forma, a literatura que embasa este artigo revela um percurso histórico que vai da construção teórica da subjetividade e da crítica à ideologia, formuladas por Lane, até a análise contemporânea dos impactos das tecnologias digitais na vida social.

A articulação entre esses dois momentos permite compreender que, embora as redes sociais representem uma novidade tecnológica, elas operam sobre processos subjetivos que já eram descritos pela Psicologia Social crítica.

O avanço tecnológico não substitui a teoria, mas a atualiza, evidenciando que a formação da consciência continua sendo atravessada por mecanismos de controle, agora mediados por algoritmos. Assim, a revisão da literatura demonstra que a análise das redes sociais sob o olhar de Lane é não apenas pertinente, mas necessária para compreender os desafios subjetivos e sociais da contemporaneidade.



4. AÇÕES REALIZADAS, CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados alcançados decorrem da convergência analítica entre os eixos teóricos revisados e os relatos empíricos extraídos do documentário *O Dilema das Redes*. A partir da categorização dos dados, identificou-se que as denúncias técnicas formuladas por ex-engenheiros de software e executivos do Vale do Silício ganham sustentação científica direta quando submetidas aos conceitos da Psicologia Social sócio-histórica.

Para clarear e associar esses achados diretamente aos objetivos propostos, elaborou-se o quadro1, síntese dos principais resultados identificados nesta pesquisa:

Quadro 1: Síntese dos Resultados e Correlações Teórico-Empíricas

Fenômeno Técnico (<i>O Dilema das Redes</i>)	Conceito Psicossocial (Sílvia Lane)	Principais Achados Analíticos
Extração de atenção e engenharia de persuasão baseada em recompensas intermitentes.	Alienação e Reificação (LANE, 1984)	A mente e o tempo do usuário são transformados em mercadoria. O sujeito perde a percepção das determinações reais de suas ações cotidianas.
Criação de bolhas de confirmação personalizadas e invisíveis para o indivíduo.	Ideologia e Naturalização (LANE, 2006)	O controle algorítmico oculta as lógicas de dominação do mercado, fazendo o usuário crer que suas escolhas induzidas são frutos de sua vontade própria espontânea.
Aumento de sintomas de ansiedade, depressão e busca obsessiva por métricas de validação.	Mediação Social e Subjetividade (LANE; CODO, 2016)	A subjetividade contemporânea passa a ser mediada por lógicas de visibilidade e comparação digital forçada, fragmentando a autoimagem.
Denúncia pública sobre o funcionamento corporativo e propostas de regulação técnica.	Consciência Crítica (LANE, 2006)	O desvelamento dos mecanismos de controle das telas funciona como o ponto de partida dialético essencial para o resgate da autonomia individual e coletiva.

Fonte: Autoria própria

A análise do documentário revela que as redes sociais atuam como potentes agências de controle do comportamento. Conforme exposto no Quadro 1, a lógica de funcionamento corporativo baseada em prever e modificar o comportamento dos usuários para gerar lucros publicitários ilustra com precisão o conceito de alienação de Sílvia Lane (1984), no qual o ser humano é afastado de sua própria realidade e destituído de sua capacidade transformadora.



A naturalização desses processos, imposta pela invisibilidade dos códigos algorítmicos, consolida o caráter ideológico da tecnologia, que passa a moldar identidades de maneira sutil e onipresente.

4.1 DISCUSSÃO: O DESVELAMENTO DA ALIENAÇÃO E A BUSCA PELA AUTONOMIA SUBJETIVA

Diante dos impactos subjetivos e sociais produzidos pelas redes digitais, torna-se fundamental pensar em estratégias coletivas que promovam a construção de consciência crítica, especialmente considerando a perspectiva de Silvia Lane, que compreende o sujeito como produto e produtor das relações sociais (LANE, 2006; LANE; CODO, 2016). A articulação entre a denúncia apresentada em *O Dilema das Redes* e a práxis da Psicologia Social exige um mergulho na forma como o sujeito contemporâneo pode romper com a alienação digital (LANE, 1984; ORLOWSKI, 2020).

Lane (2006) propõe que o conhecimento só é válido se estiver a serviço da transformação social, o que implica que a compreensão dos algoritmos deve ser o estopim para uma mudança na postura ética do indivíduo. Assim, propõe-se uma ação extensionista voltada à promoção da autonomia subjetiva, articulando teoria e prática em um processo dialógico e coletivo. Ao desvelar que as interfaces digitais não são neutras, mas ferramentas de reprodução ideológica, o sujeito inicia o processo de "desalienação", reconhecendo que seus desejos de consumo e sua necessidade de validação são, muitas vezes, construções externas inseridas pela lógica do lucro.

O ponto de partida consiste na problematização dos mecanismos tecnológicos que capturam a atenção, utilizando trechos do documentário como disparadores de discussão (ORLOWSKI, 2020).

Ao visualizar como as plataformas são estruturadas para maximizar engajamento e lucro, os participantes são convidados a reconhecer que aquilo que aparenta ser espontâneo como recomendações de conteúdo, notificações e fluxos informacionais é, na verdade, resultado de processos algorítmicos que operam segundo interesses corporativos. Essa etapa inicial permite estabelecer um diálogo direto entre os relatos do documentário e o conceito laneano de alienação, evidenciando como o sujeito pode ser afastado da compreensão crítica de sua própria experiência digital (LANE, 1984; ORLOWSKI, 2020).

Nesse sentido, a subjetividade deixa de ser apenas um alvo passivo da tecnologia para tornar-se um campo de resistência política. A autonomia não advém do isolamento tecnológico, mas da capacidade de o indivíduo situar-se criticamente dentro do meio digital, compreendendo as mediações que o cercam (LANE; CODO, 2016).



Como a ideologia atua tornando o controle invisível, o ato de questionar o fluxo de informações e a arquitetura das redes sociais funciona como um exercício de resgate da consciência (LANE, 1984).

A partir dessa problematização inicial, a intervenção avança para uma reflexão sobre a construção da subjetividade nas redes, explorando como os indivíduos constroem identidades digitais, performam versões de si mesmos e se relacionam com os outros em ambientes mediados por telas (BAUMAN, 2001; LANE, 2006).

Esse movimento dialético entre o saber técnico e a vivência social é o que permite ao homem "em movimento" não ser estagnado pelas bolhas algorítmicas que limitam a diversidade do pensamento (LANE, 2006).

A construção de uma autonomia subjetiva passa, obrigatoriamente, pela compreensão de que a identidade digital é uma performance mediada por interesses corporativos que muitas vezes geram o chamado "sofrimento ético-político". Esse sofrimento ocorre quando o indivíduo percebe a discrepância entre sua vida concreta e a exigência de uma perfeição inalcançável nas redes, resultando em um esvaziamento de sentido (BAUMAN, 2007; LANE, 2006).

Pesquisas contemporâneas indicam que essa busca obsessiva por métricas de validação e a espetacularização do cotidiano virtual atuam como fortes mediadoras de processos de isolamento e adoecimento psíquico na atualidade (SOUZA; SILVA, 2019).

Para Lane (2006), a consciência é precisamente a reflexão da realidade objetiva; portanto, retomar a percepção da realidade concreta, para além das telas, é um passo fundamental para o fortalecimento do psiquismo e para a superação da dependência emocional gerada pelos mecanismos de engajamento.

Consequentemente, a agência do sujeito contemporâneo manifesta-se na capacidade de estabelecer novas práticas sociais que privilegiem a coletividade em detrimento do individualismo exacerbado pelas métricas digitais (BAUMAN, 2001; LANE, 2006).

A autonomia subjetiva é, portanto, uma construção coletiva que envolve a corresponsabilidade pela qualidade das interações e pela defesa da veracidade informacional. Ao integrar a crítica teórica à vida cotidiana, o indivíduo deixa de ser um mero consumidor de dados e passa a atuar como um sujeito histórico, capaz de ressignificar a tecnologia em favor de relações humanas mais éticas, profundas e conscientes (LANE, 2006; ORLOWSKI, 2020).

Por fim, a intervenção culmina na construção coletiva de estratégias de uso consciente das redes sociais, estimulando a autonomia e a capacidade crítica dos usuários da rede. Nesse momento, retoma-se a ideia laneana de que a consciência crítica emerge da possibilidade de compreender as determinações sociais e agir sobre elas (LANE, 1984, 2006).



Assim, os usuários são convidados a elaborar práticas que possam fortalecer sua relação consigo mesmos e com os outros, como estabelecer limites de uso, identificar manipulações algorítmicas, verificar informações antes de compartilhá-las e buscar interações mais significativas.

Esse processo não busca impor regras, mas fomentar a reflexão e a corresponsabilidade, reconhecendo que a transformação subjetiva é inseparável da transformação das práticas sociais. Integrada ao corpo do artigo, essa proposta de intervenção evidencia que a crítica às redes sociais não deve se limitar à denúncia dos mecanismos de manipulação, mas precisa abrir caminhos para a construção de alternativas que fortaleçam a autonomia e a consciência crítica dos sujeitos (LANE, 1984; ORLOWSKI, 2020).

5. CONCLUSÃO

Este estudo cumpriu o objetivo de analisar criticamente o impacto psicossocial das plataformas digitais ao confrontar as denúncias técnicas expostas no documentário *O Dilema das Redes* com o referencial da Psicologia Social crítica e os conceitos complementares sobre a fluidez das relações contemporâneas. A investigação evidenciou que a arquitetura dos algoritmos vai muito além de uma engenharia de software neutra; ela opera ativamente como um mecanismo de controle do comportamento e de mercantilização da atenção, gerando repercussões diretas no cotidiano e na saúde mental dos indivíduos.

A articulação teórica realizada permite concluir que o engajamento forçado e o enclausuramento informacional em bolhas virtuais promovem um estado de alienação e naturalizam ideologias mercantis. Esse processo distancia o sujeito da compreensão concreta de suas próprias determinantes sociais, esvaziando o sentido de coletividade. Diante de uma hiperconectividade pautada na busca incessante por validação digital, observa-se o aprofundamento do sofrimento psíquico e a fragilização dos vínculos humanos, marcas de uma sociedade cujas interações se tornaram fluidas e descartáveis.

No entanto, a compreensão dialética dessas dinâmicas revela que o sujeito contemporâneo não deve ser reduzido a um receptor passivo ou inteiramente programado pelas forças tecnológicas. Embora os mecanismos de persuasão das telas exerçam forte indução e controle, a concepção de que o ser humano se constitui como um ser em constante movimento assegura que a consciência crítica e a capacidade de transformação sobre a realidade permanecem possíveis. O desvelamento desses dispositivos invisíveis e a consequente quebra do véu ideológico são, portanto, os primeiros passos indispensáveis para o resgate da autonomia individual e coletiva.



A operacionalização dessa apropriação consciente desdobra-se na passagem da passividade do comportamento automatizado para a atividade intencional e reflexiva no cotidiano digitalizado. Esse processo não ocorre de forma abstrata, mas sim pela desnaturalização das ferramentas virtuais: o sujeito, ao apropriar-se criticamente das mediações que o cercam, deixa de apenas alimentar a lógica algorítmica com seus dados subjetivos e passa a utilizar os espaços de rede como instrumentos de práxis e expressão de sua historicidade. Na prática, isso se manifesta quando a busca individual por métricas de validação e o isolamento das bolhas informacionais dão lugar a ações coletivas que priorizam a corresponsabilidade social, a verificação ativa da realidade concreta e o tensionamento dialético contra o discurso de neutralidade técnica das plataformas. A emancipação subjetiva consolida-se, portanto, na medida em que o usuário compreende os determinantes econômicos invisíveis por trás da tela e, em vez de se deixar moldar por eles, reposiciona-se como produtor de novas narrativas, transformando o ecossistema virtual em um território de resistência política, difusão de saberes e agência transformadora de suas condições reais de existência.

Conclui-se, assim, que a emancipação subjetiva frente às mídias digitais não exige o isolamento ou a negação dos espaços virtuais, mas sim uma apropriação consciente e problematizada deles. Quando os usuários compreendem as lógicas de mercado que operam nos bastidores das plataformas, abre-se espaço para ressignificar a tecnologia em favor de práticas sociais emancipadoras. Dessa forma, as redes deixam de ser prioritariamente ferramentas de alienação e passam a ser disputadas como territórios de comunicação autêntica, difusão de saberes e fortalecimento de redes comunitárias de apoio, permitindo o estabelecimento de vínculos humanos mais éticos, profundos e conscientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; CHALUPE, Marcelo Eduardo de Rangel. **Subjetividade e tecnologia:** reflexões a partir da psicologia sócio-histórica. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 37, e190011, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **A atualidade do pensamento de Sílvia Lane para a Psicologia Social brasileira.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, p. 1-13, 2020.

LANE, Sílvia T. M. **Consciência e alienação: a psicologia social na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1984.



LANE, Sílvia T. M.; CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia Social: o campo e a história**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2016.

MISKOLCI, Richard. **O capitalismo de vigilância e a mercantilização da atenção**: notas para uma reflexão sobre a subjetividade digital. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 142-167, jan./abr. 2021.

ORLOWSKI, Jeff (dir.). **O Dilema das Redes** (*The Social Dilemma*). Produção: Larissa Rhodes. Estados Unidos: Netflix, 2020. Documentário (94 min).

SOUZA, Rosimeire Maria de; SILVA, Antônia de Sousa. **Redes sociais virtuais, alienação e sofrimento psíquico na contemporaneidade**. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 45-58, dez. 2019.

AUTORA

Marcela Bonfim Pontes é graduanda do 5º semestre no curso de Psicologia da Unip (2026).



O PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO PRÁTICA DE CLÍNICA AMPLIADA: UM OLHAR TRANSDISCIPLINAR

PSYCHOLOGICAL WALK-IN COUNSELING AS AN EXPANDED CLINICAL PRACTICE: A TRANSDISCIPLINARY PERSPECTIVE

*Luiz Gustavo da Silva Prado Pinheiro²⁵
Sonia Maria Machado de Oliveira Nukui²⁶
Valeria Cristina Antunes²⁷*

RESUMO

Introdução: A práxis do plantão psicológico enquanto modalidade de cuidado pode ocorrer em qualquer contexto e território, além de não possuir rigidez na estrutura de tempo e assiduidade, promove escuta e acolhimento qualificado em momentos de crises, portanto, poderia ser uma ferramenta de promoção de saúde mental para a população em geral se implementada nos níveis de complexidade do Sistema Único de Saúde. **Objetivo:** promover o plantão psicológico como ferramenta de saúde mental para a comunidade. **Métodos:** diante da apresentação de um fenômeno complexo e multifacetado se fez impreterível uma revisão narrativa da literatura e análise hermenêutica. **Resultados:** percebeu-se a necessidade de formação adequada do/a psicólogo/a, visto que no contexto do plantão psicológico o encontro com o fortuito é a única constância, necessitando que o profissional acolha a angústia do paciente e a sua própria. A transdisciplinaridade se articula com a clínica ampliada que sustenta a modalidade do plantão psicológico, visto que se contextualiza queixa do paciente evidenciando os fatores biopsicossociais do sofrimento. Além disso, o plantão psicológico se implementado na rede de atenção básica promoveria cuidado territorial, tal como preconizado pela reforma psiquiátrica e nos níveis maiores de complexidade auxiliaria no acolhimento, elaboração da angústia não só dos pacientes como também da equipe multiprofissional. **Conclusão:** Pode-se apontar que é fundamental uma transdisciplinaridade entre as várias áreas do conhecimento, portanto, é incontestável que se adote uma abordagem holística entre as diversas áreas do conhecimento quando se busca a promoção da saúde via Plantão Psicológico.

Palavras-chave: Plantão Psicológico; Saúde; Transdisciplinaridade.

ABSTRACT

Introduction: Psychological on-call services, as a modality of care, may be provided in any context or territory. Characterized by flexibility regarding time structure and attendance frequency, they promote qualified listening and support during moments of crisis. Therefore, if implemented across the different levels of care within the Brazilian Unified Health System (SUS), psychological on-call services could become an important tool for mental health promotion among the general population. **Objective:** To promote psychological on-call services as a mental health care tool for the community. **Methods:** Given the complexity and multifaceted nature of the phenomenon under investigation, a narrative literature review and hermeneutic analysis were conducted. **Results:** The findings highlighted the need for adequate professional training, since within the context of

²⁵ Psicólogo graduado. Email: luiz.pinheiro8@aluno.unip.br

²⁶ Psicóloga e mestre. Email: sonia.nukui@docente.unip.br

²⁷ Psicóloga, mestre e doutora. Email: valeria.lisboa@docente.unip.br



psychological on-call services, the encounter with the unforeseen is the only constant, requiring professionals to welcome both the patient's anguish and their own. Transdisciplinarity is closely associated with the expanded clinical approach that underpins psychological on-call services, as it contextualizes patients' complaints by emphasizing the biopsychosocial factors involved in psychological suffering. Furthermore, if implemented within the primary health care network, psychological on-call services could promote territorialized care in accordance with the principles of the Psychiatric Reform. At higher levels of care complexity, they could contribute to the reception and elaboration of distress not only among patients but also among multiprofessional teams. Conclusion: It can be argued that transdisciplinarity among different fields of knowledge is essential. Therefore, adopting a holistic approach that integrates diverse areas of knowledge is indispensable when seeking to promote health through psychological on-call services.

Keywords: Psychological On-Call Care; Health; Transdisciplinarity.

1. INTRODUÇÃO

Evidencia-se que a prática do Plantão Psicológico se configura como uma modalidade de cuidado caracterizada pela flexibilidade estrutural, pela abertura ao território e pela centralidade da escuta qualificada em situações de crise. Portanto, é possível apontar que ao não se restringir a formatos rígidos de tempo e assiduidade, essa modalidade sustenta-se na disponibilidade para o encontro com o inesperado, acolhendo o sofrimento em sua emergência e singularidade.

Desse modo, cabe apontar que no campo da formação acadêmica em Psicologia, faz-se necessário trazer para a reflexão teórica a necessidade da articulação entre os conhecimentos científicos produzidos na universidade e a prática desenvolvida nos equipamentos assistenciais do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ou, em outras palavras, é necessário repensar os modos de atuação e formação profissional do psicólogo a partir de uma perspectiva que supere fragmentações.

Para efeitos de maiores esclarecimentos vale uma explicação concisa sobre o SUS e o SUAS. A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 institui o que veio a ser conhecido como Sistema Único de Saúde – SUS (Brasil, 1990), todo serviço de atenção à saúde prestados por instituições públicas faz parte do SUS, sendo previsto o investimento privado em caráter complementar. O objetivo principal é promover a saúde da população em geral através de estudos sobre prevalências de doenças, desenvolvimento de políticas públicas de promoção de saúde para além da ausência de doenças, tal como acesso ao trabalho, moradia, alimentação, higiene, ou seja, visa cuidar do sujeito de forma holística e integral (Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, 2020; COFEN, 2015).

Já a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011 origina o Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 1993; 2011) e se caracteriza por ser um serviço público de responsabilidade do Estado, que através de ações



conjuntas visa a promoção do mínimo de garantias sociais e necessidades básicas ao sujeito vulnerável.

Desse modo, os dois sistemas trabalham em conjunto para promover o bem-estar da população, enquanto o SUS tem um atendimento universal e gratuito para todos, o SUAS promove cuidado específico para os mais vulneráveis socialmente, podendo assim atender as demandas do sujeito em sua integridade e não reduzindo o sujeito a sua dimensão biológica de ausência ou presença de doenças, nem individualizando questões territoriais e econômicas que o sujeito vivencia.

No campo da formação acadêmica em Psicologia faz-se necessário trazer à reflexão a urgência de articulação entre os conhecimentos científicos produzidos na universidade no curso de psicologia e a prática desenvolvida nos equipamentos assistenciais do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tal distanciamento evidencia a permanência de fragmentações que atravessam tanto os processos formativos quanto as práticas institucionais, exigindo o reposicionamento ético-político da formação profissional.

Para que se adote uma práxis sustentada nos princípios aqui apontados, torna-se urgente repensar os modos de atuação, o que implica assumir uma perspectiva capaz de superar dicotomias historicamente cristalizadas entre teoria e prática, saber e fazer, técnica e cuidado. Nesse sentido a metáfora da travessia evocada no poema atribuído a Fernando Pessoa e apresentada como epígrafe deste ensaio, ao afirmar que “é o tempo da travessia”, se apresenta como um convite para compreender tal movimento como passagem necessária entre modelos fragmentados e uma prática integrada, transdisciplinar e territorializada. A travessia, nesse contexto, não se configura como ruptura abrupta, mas como processo formativo contínuo, que exige implicação ética, deslocamento epistemológico e abertura ao novo.

Por todo o exposto até aqui tem-se como propósito construir um ensaio teórico fundamentado em revisão narrativa da literatura e análise hermenêutica de produções científicas recentes sobre a proposta de modalidade clínica denominada “Plantão Psicológico”, que por sua vez tem como fundamentação teórica a perspectiva fenomenológico-existencial. Perspectiva que fundamentalmente compreende o sofrimento humano como um fenômeno complexo, situado e atravessado por questões amplas: biológicas, sociais, políticas, éticas, entre outras. Portanto, pode-se apontar que sua prática exige do profissional psicólogo disponibilidade para o encontro com o inesperado, visto que, nesse contexto, o fortuito constitui a única constância.

Pensar em uma clínica ampliada via Plantão Psicológico é necessariamente falar da transdisciplinaridade que se apresenta enquanto uma perspectiva epistemológica que propõe ultrapassar as fronteiras rígidas entre as disciplinas, reconhecendo que os fenômenos da realidade,



especialmente os humanos, são complexos e não podem ser compreendidos a partir de um único campo de saber.

Com a finalidade de desenvolver um olhar mais complexo sobre o humano, MORIN (apud Carvalho, 2009) denuncia o sistema científico hegemônico positivista, esse que dificulta a compreensão mais integral sobre os sujeitos, uma vez que há certo tipo de reducionismo promovido pelas especificidades e categorizações desse modo de fazer ciência.). O conhecimento sai do campo da filosofia e entra no da disciplina quando ele passa a ter algum formato, um contorno mais nítido, entretanto a disciplina, nos moldes positivista, passa a impor um saber único sobre determinado fenômeno, cerceando e rivalizando com outras formas de explicações, assim, a ciência hegemônica possui a tendência exploratória e expropriatória de mercantilizar o saber como uma mercadoria e, como tal, cria um mercado do qual passa a ter determinado monopólio (Debord, 1967).

Diante disso, MORIN (2000) expõe o quanto a ciência positivista utilizou-se da racionalização, compreendida por ele como um sistema fechado, dogmático e acrítico, para uma criação de modelo explicativo de mundo. Todavia, a racionalidade, contrário a racionalização, trata-se de um sistema aberto, reflexivo e integrativo da ciência, proporcionando um olhar mais complexo sobre a condição humana do qual a ciência positivista deveria considerar para promover um modelo explicativo mais complexo.

A teoria da complexidade de MORIN (apud Carvalho, 2009) não implica na eliminação ou substituição dos modos de produção do conhecimento científico. Ao contrário, pressupõe a valorização da articulação e diálogo entre os diversos saberes, reconhecendo que o fenômeno humano é multifacetado e, assim, não podem ser compreendidos por uma única perspectiva metodológica. A complexidade desvela a complementariedade existente entre os métodos para conhecer o fenômeno mais próximo de sua totalidade.

O saber não deve ficar restrito a um único setor, disciplina ou perspectiva, devendo circular entre várias áreas, produzindo articulações, conforme proposta nas políticas públicas de saúde, especialmente no âmbito da Reforma Psiquiátrica, sustenta uma abordagem que ultrapassa o modelo biomédico, reconhecendo os determinantes biopsicossociais do sofrimento e valorizando o cuidado territorial e interdisciplinar.

A construção desse estudo se justifica na relevância social de promoção de um saber menos hierarquizado e fragmentado que contribui para o reconhecimento da complexidade humana, especialmente no âmbito da psicologia e da saúde pública.

Nesse sentido, o Plantão Psicológico dialoga diretamente com tais perspectivas, ao contextualizar a queixa apresentada pelo paciente dentro de sua rede de relações, território e condições socioeconômicas, ampliando a compreensão do sofrimento para além do sintoma



isolado. Com isso, o objetivo desse trabalho se desdobra na possibilidade de analisar o plantão psicológico como uma ferramenta transdisciplinar importante para auxiliar no cuidado dos pacientes que procuram atendimentos nos aparelhos do SUS. Além disso, expõe-se como objetivo específico o incentivo a uma formação mais robusta e transdisciplinar no currículo do curso de psicologia.

2. Desafios da práxis psicológica nos aparelhos do SUS

A análise do discurso é impreterível para compreensão e desenvolvimento da saúde mental dos trabalhadores da saúde e dos usuários do serviço. As nuances do discurso, as intensidades carregadas de afetividade bem como até mesmo o silêncio explicitam algo a ser desvelado pelo ouvinte.

Desse modo, através da análise de um discurso pode-se compreender a dinâmica do funcionamento de um grupo, tal como o explicitado por Barbosa (et al., 2023) no estudo que observou um grupo de 13 profissionais de um Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) na Paraíba. No primeiro momento o discurso sobre a percepção do trabalho foi caracterizado por uma perspectiva ideológica e de cunho biomédico em que a atividade laboral estaria intimamente relacionada com o surgimento de doenças osteomusculares.

Todavia, o discurso de assistentes sociais e psicólogos foram um contraponto ao discurso hegemônico anterior, uma vez que expuseram as relações sociais necessárias para a construção do trabalho e as vulnerabilidades do trabalhador empregado ou desempregado.

Percebeu-se que o discurso hegemônico por vezes não opera de modo a evidenciar sua complexidade social, pelo contrário o reduz a apenas uma necessidade financeira e posterior problemas de saúde. Ao descontextualizar o fator social/humano do trabalho, os trabalhadores da área de saúde não conseguiam desvelar que muitos dos casos de usuários do serviço tinham diagnósticos amplos, como depressão e estresse, e, poderiam ter o trabalho como principal elemento desencadeador de tais sofrimentos.

Assim evidenciou-se uma situação paradoxal: apesar dos trabalhadores do serviço saberem que atendem outros trabalhadores de diversas áreas, ainda assim não compreendiam que as doenças poderiam ser acometidas pelo exercício profissional do usuário.

Além disso, o cuidado ofertado seria de modo individualizante e voltado para a reabilitação do sujeito, assim cada especialista exercia sua função de modo atomizado sem trocas com a equipe. A equipe do Nasf-AB é frequentemente tensionada entre as demandas do usuário, a gestão e a equipe de Saúde da Família (eSF).



Tais informações são corroboradas por COHEN E CASTANHO (2021) que, através de uma pesquisa qualitativa orientada teórico-metodologicamente pela psicanálise, constata que o matriciamento, proposta em que se busca construir intervenções de modo transdisciplinar entre os membros da equipe de cuidado, seria constantemente aviltado.

De acordo com os autores, as principais dificuldades enfrentadas para a realização do matriciamento são: ataques ao enquadre, dificuldades logísticas, saídas de membros da reunião; transferência com a tarefa, em que os membros buscavam passar o caso para outro colega com objetivo de reduzir sua própria sobrecarga, e; resistência do afeto, a equipe acreditava, fantasiosamente, que o cuidado poderia ser exercido de forma racional e tecnicista sem ser afetado e atravessado pelas emoções que poderiam surgir durante o atendimento.

A pesquisa documental qualitativa de RAMANHOLI, IGLESIAS E AVELLAR (2025), também expôs como o saber da psicologia na Atenção Básica (AB) passa por desafios práticos e jurídicos, uma vez que legalmente o profissional psicólogo não seria um componente obrigatório para a composição da equipe da AB.

Além disso, a psicologia enfrenta e tensiona radicalmente a ideologia hegemônica do poder médico e do modelo biomédico e medicalizante. Para as autoras a atuação da psicologia deverá ser voltada para uma clínica ampliada: escuta da singularidade do sujeito; territorialização e desconstrução da prática neoliberal, e; atuação junto com a equipe em um modelo transdisciplinar.

SANT'ANA (et al., 2025) corrobora com a visão transdisciplinar que o(a) psicólogo(a) deve atuar em sua práxis na equipe de Saúde da Família (eSF), percepção essa desenvolvida através de uma pesquisa qualitativa e hermenêutica, tendo como conteúdo de análise a entrevista de 13 usuários que participavam desse aparelho de saúde pública em Belo Horizonte.

No estudo foi constatado que o usuário buscava a unidade para ser acolhido e escutado em suas narrativas, já as famílias além de serem essenciais para o desenvolvimento do cuidado, também sofriam com a sobrecarga pela convivência com o sofrimento do usuário. Por sua vez os trabalhadores, através dos afetos mútuos, eram considerados extensão dessas famílias, especialmente o agente comunitário que agia diretamente no território.

De acordo com a pesquisa, o profissional da psicologia deve estar atento para agir com o sujeito em sofrimento, as famílias, os profissionais e lidar com os desafios que impactam diretamente tais vínculos: lógica biomédica e a medicalização; precariedade de recursos; estigma da loucura; potencialidades que são desenvolvidas através do cuidado e do conhecimento de cada sujeito que faz parte da trama.

Corroborando com a necessidade da transdisciplinaridade Silva, Mandelli e Bonatti (2024) destacam como a clínica ampliada, seria uma ferramenta imprescindível para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente para o aparelho de Serviço de Proteção e Atendimento



Integral à Família (PAIF). Segundo os autores, a clínica ampliada teria como principais características o descentramento da doença, consideração das diversas dimensões do sujeito como biopsicossocial, construção de vínculos afetivos e de autonomia entre profissionais e usuários, bem como propõe uma gestão compartilhada do serviço para que haja uma horizontalidade de poder.

Em uma entrevista semiestruturada com 20 usuários de um Pronto Atendimento (PA) do interior paulista, SOUZA E PIO (2021), constataram, através de uma hermenêutica psicanalítica que as queixas principais apesar de manifestadas como questões físicas, velavam demandas latentes. A pesquisa ainda ressaltou que os usuários haviam passado por situações críticas em suas vidas (luto, separações, conflitos familiares). Denotando assim a necessidade de um olhar mais holístico e complexo para o sujeito em sofrimento.

A busca de ajuda no PA teria se dado devido a demorara de agendamentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), falta de profissionais e, ou, falta de acolhimento humanizado nesse espaço. O PA traria então para esses usuários, uma resolutividade rápida para suas questões, bem como uma sensação de acolhimento mais adequado uma vez que eram atendidos e se sentiam cuidados através dos exames que faziam e medicações receitadas. Por fim, o estudo expôs a falta de articulação da rede que levaria ao desconhecimento do sujeito em sofrimento até mesmo sobre a prestação de serviços do CAPS.

Em uma visão transdisciplinar de trocas de conhecimentos entre os diversos profissionais de saúde, usuário do serviço e seus familiares, o psicólogo na modalidade da clínica ampliada e da transdisciplinaridade considera sua práxis também como um ato político. Nesse sentido VIEIRA E ROMAGNOLI (2022) analisaram 2019 diários de campo produzidos por plantonistas em uma casa de apoio filantrópica situada no interior de Goiás. Verificou-se a potência da psicologia na modalidade do plantão como um espaço para escutar as desigualdades sociais, ou seja, evidenciou os marcadores sociais que contribuiriam para o adoecimento do paciente. Assim, a pesquisa reaproximou e contextualizou a psicologia como uma ciência e profissão voltada para a realidade objetiva, material e social.

Ao ouvirem o sofrimento dos usuários, os plantonistas buscaram dar sentido a sua atuação para os usuários, desse modo, o *setting* terapêutico deixou de ser a sala tradicional e passou a ocorrer no ambiente de convivência, como o pátio. Os plantonistas puderam experienciar um mapeamento do território buscando os dispositivos necessários para fazer os devidos encaminhamentos. O plantão nesse formato foi um lugar de legitimação da dor do sujeito, um lugar que enxergou a pessoa em sofrimento e não a desqualificou ou a excluiu.

Há outros modos de realizar o cuidado, ou talvez ferramentas que possam auxiliar na (re)estruturação dos aparelhos atuais do SUS para atender de forma mais integral o sujeito, como



demonstram Costa e Costa-Rosa (2021) propondo que o *setting* do psicanalista não precisa seguir o modelo tradicional para ser terapêutico e efetivo, uma vez que basta ao analista possuir a intensão psicanalítica, em que o analista mantém sua estrutura analítica e sua ética sem depender da configuração do espaço físico, sendo capaz de atuar inclusive em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

A escuta clínica nesse formato ocorreu através de corredores, salas de espera, salas de observação, em que o analista observou pessoas que poderiam estar apresentando algum sofrimento e aproximou-se delas ofertando sua escuta e acolhimento. Logicamente que não se pode perder de vista o tempo de atendimento, uma vez que o paciente normalmente fica por pouco tempo na instituição, tendo que ser colhida todas as informações necessárias para o manejo do caso, bem como possíveis encaminhamentos.

Tais modificações da metodologia tradicional da psicologia são ratificadas através do estudo de GOMES E LIMA (2022), que entrevistaram e analisaram o discurso de 9 psicólogas(os) que atuavam em serviços especializados em IST/HIV-Aids na Bahia. Foi ressaltado como o modelo tradicional de psicologia clínica passou por rupturas e atravessamentos que transformaram a práxis psicológica para atender as demandas do SUS.

As autoras demarcaram o cuidado integral do sujeito, para além do rótulo da doença, mas compreendendo as intersecções dela com fenômenos sociais e orgânicos. De modo geral, dentro do serviço constatou-se que os psicólogos ofertavam informações e fortaleciam a identidade do sujeito para que ele mesmo pudesse ser autônomo e reivindicar seus direitos preservados por lei. Todavia os profissionais relataram que a formação acadêmica foi insuficiente para enfrentar tais demandas complexas que exigem um paradigma transdisciplinar.

LUCCIA E PRISZKULNIK (2022) propuseram o cuidado através do estabelecimento de um grupo, seguindo orientações da teoria psicanalítica lacaniana, como uma ferramenta clínica e política, uma vez que os sujeitos utilizavam do grupo como um dispositivo de fortalecimento para enfrentar questões sociais e reivindicações de direitos, bem como clinicamente estavam mais preparados para enfrentar quadros patológicos (depressão, pânico, adicção, entre outros); fortalecimento de laços sociais; espaço de coletivização e de elaborações de traumas.

Entretanto, as autoras pontuaram os possíveis desafios a serem superados: a tendência em massificar os grupos para diminuir filas de espera; efeito de “cola imaginária”, em que haveria o apagamento da singularidade e homogeneização do grupo; espelhamento narcísico, em que o sujeito não se coloca no lugar do outro, mas impõe a sua própria visão do fenômeno, dificultando que o outro se manifeste de forma singular; poderia ocorrer regressões primitivas; o confronto entre os inconscientes do neurótico e do psicótico.



É imprescindível que haja espaço para cuidar não apenas dos usuários do serviço de saúde, mas também dos(as) trabalhadores(as) desse serviço. O ambiente laboral da área de saúde possui sua singularidade e complexidades que podem contribuir para o sofrimento e adoecimento do(a) trabalhador(a).

Em consonância com PEREIRA E SÁ (2023), o acolhimento da narrativa de tais sujeitos contribuiria para a elaboração de seus sofrimentos; auxiliaria o sujeito a se perceber em suas ações dando uma maior pessoalidade frente as burocracias e gerencialismo neoliberal, possibilitando a quebra da lógica mercadoria em que a instituição teria impreterivelmente que produzir cada vez mais e quantificar o sofrimento que vai para além dessa dimensão; o compartilhamento das narrativas possibilita o cruzamento das diversas histórias dando assim um sentido coletivo para a equipe; possibilidade de ressignificação de sua prática profissional, e; desenvolvimento de uma gestão mais acolhedora, pois estaria mais preparada para a escuta do sofrimento humano.

3. REVISÃO DA LITERATURA

Considerando o exposto nos parágrafos acima cabe informar que o presente ensaio teórico surge como desdobramento das reflexões apresentadas no I Colóquio Transdisciplinar da UNIP Sorocaba (2025), estruturado a partir da integração dos eixos “Saúde, Tecnologia e Gestão”. Assim, ao considerar essa interlocução, propõe-se pensar a prática da transdisciplinaridade na atuação em saúde mental, tomando o Plantão Psicológico como dispositivo clínico capaz de sustentar a perspectiva da clínica ampliada nos diferentes níveis de atenção.

Diante da complexidade do fenômeno investigado, optou-se por uma abordagem qualitativa de cunho fenomenológico-existencial, buscando compreender as experiências vividas no contexto da formação acadêmica e da prática assistencial, a partir da análise de artigos que trouxeram relatos de experiência por profissionais da psicologia na área da saúde pública.

Com objetivo de compreender a práxis dos(as) profissionais psicólogos (as) nos aparelhos do SUS, bem como os desafios e potencialidades enfrentados pela clínica ampliada, foi realizado primeiramente uma busca na plataforma Scielo, tendo em vista que essa é uma plataforma indexadora de artigos, a vastidão de artigos poderia comprometer os objetivos desse artigo, assim foram elencadas algumas palavras-chaves que seriam úteis para preservação da objetividade desse estudo, elas foram escolhidas tendo em vista sua relevância conceitual no meio acadêmico, sendo elas: “Clínica Ampliada” e “SUS”.

Optou-se pela palavra-chave “clínica ampliada”, pois esse conceito carrega a transdisciplinaridade, essa que é uma epistemologia, na práxis clínica, viabilizando assim encontrar artigos de relatos de experiência que promoveram a transdisciplinaridade na prática (Brasil, 2009)



Para manter vínculo entre as duas palavras, ou seja, entre clínica ampliada e SUS, com objetivo de encontrar artigos com esses dois termos juntos, foi utilizado o operador Booleano AND. Assim a busca resultou em 27 artigos.

Utilizou-se o filtro de anos para buscar os artigos mais relevantes e completos na literatura sobre a intersecção entre clínica ampliada e SUS, assim foram selecionados os anos de 2021 a 2025, resultando em 12 artigos que foram lidos e analisados no presente trabalho.

Além disso, foram utilizadas as palavras-chave “Plantão Psicológico” AND “SUS”, com a finalidade de relacionar as pesquisas anteriores com as possibilidades que se desvelariam através da implementação da ferramenta do plantão psicológico nos aparelhos do SUS. O resultado dessa busca devolveu apenas 5 artigos, dos quais apenas 3, após a leitura do título e do resumo, correspondiam ao plantão psicológico fundamentado na fenomenologia existencial e, ou, humanista.

Todos os artigos selecionados foram analisados de forma qualitativa e hermenêutica, a fim de compreender melhor as demandas e potencialidades que se desdobram dentro dos aparelhos de cuidado do SUS.

A hermenêutica foi utilizada nessa pesquisa compreendida tal como defendido por GADAMER (1997), em que expõe o sujeito que interpreta a realidade não como neutro, mas dotado de uma história e de elementos que fazem parte de sua vida que lhe são indissociáveis. De acordo com o autor, a hermenêutica seria a fusão de vários horizontes, conceito em que revela a possibilidade de se olhar amplamente para um fenômeno e não apenas para aquilo que está próximo dele, assim a hermenêutica é o encontro de horizontes tanto do observador quanto do fenômeno observado.

Além disso, para GADAMER (1997), o importante não é a eliminação dos preconceitos, entendidos como condições históricas da própria compreensão, do observador, mas sim a análise crítica sobre a forma como observa e se compreende sobre o fenômeno.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A insuficiência da formação profissional frente à complexidade do cuidado

Os estudos analisados evidenciaram a limitação da formação curricular dos profissionais psicólogos, uma vez que expuseram alguns dos desafios do exercício da práxis como: necessidade de encaminhamentos diversos, suscitando contato direto com outros profissionais; complexidade das demandas territoriais, evocando formas de manejo e de resolução de problemas que sejam mais criativos. Assim a transdisciplinaridade poderia ser compreendida como um eixo



epistemológico facilitador para o bom desenvolvimento do processo terapêutico e atendimento das diversas demandas, tal como apresentado nos parágrafos seguintes:

O estudo realizado por MACÊDO, NUNES E DUARTE (2021) em um serviço escola de Pernambuco com 18 estudantes divididos em suas atividades (Triagem Tradicional, Triagem Interventiva e Plantão Psicológico), demonstrou o quanto o plantão psicológico e a triagem interventiva permitiam uma aproximação mais acolhedora e próxima do paciente.

A teoria e prática foram sentidas como indissociáveis da práxis do plantonista, uma vez que as demandas urgem por um preparo teórico, assim como a escuta e o fazer do plantonista se complexificam durante os atendimentos. Além disso, as demandas exigem uma postura de serenidade, uma vez que ouvir pode vir a ser angustiante, bem como a sensação de medo de não estar preparado para o que pode vir como demanda ao plantonista. Os estudantes também evidenciaram questões de faltas de estrutura adequada para o funcionamento mais adequado do plantão, bem como falta de articulações com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

GOMES E LIMA (2022), que entrevistaram e analisaram o discurso de profissionais psicólogos que atuavam em serviços especializados em IST/HIV-Aids em que se constatou o rompimento da clínica tradicional hegemônica por uma clínica que de fato atendia as demandas do SUS e de seus usuários. As autoras descreveram como a clínica ampliada possibilitava o cuidado mais integralizado do sujeito, sem reduzi-lo ao estigma da doença, bem como fortificava a identidade do usuário do serviço.

A atenção básica seria um dos dispositivos do SUS em que se experienciam os desafios diários da prática profissional do psicólogo em confronto direto com a própria instituição e com a legislação, já que esse profissional não é previsto legalmente para ser um dos elementos obrigatórios para compor a equipe de AB, como exposto por RAMANHOLI, IGLESIAS E AVELLAR (2025). Ainda de acordo com as autoras a psicologia tem papel imprescindível para auxílio do rompimento da lógica biomédica e medicalizante, devendo ser uma ciência e profissão que promova um cuidado e uma escuta qualificada para cada sujeito em sua singularidade.

Desse modo, os estudos analisados sugerem que a formação do psicólogo ainda pode enfrentar desafios para responder às demandas da realidade, especialmente quando orientada por modelos tradicionais que tendem a fragmentar os saberes e a dificultar a compreensão integral do sujeito. Pelo exposto até o momento, o plantão psicológico se caracteriza não apenas por suas técnicas e teoria, mas sim pela elaboração das próprias angústias do profissional e da compreensão multideterminada do sofrimento humano, esse que é biopsicossocial.

Assim, a transdisciplinaridade pode ser tomada como uma perspectiva epistemológica de articulação de saberes, auxiliando na complexificação da compreensão do fenômeno, evitando



reducionismos e favorecendo um cuidado mais ampliado e que atende os princípios de uma clínica ampliada e das políticas públicas de saúde.

4.2 A fragmentação do cuidado como obstáculo à clínica ampliada

Os estudos indicam uma tendência significativa de práticas orientadas pelo modelo biomédico. Algumas das dificuldades de implementação efetiva da clínica ampliada nos aparelhos do SUS se observa na desarticulação dos serviços na rede, enfraquecimento do matriciamento, além da individualização do sofrimento.

BARBOSA (et al., 2023) em sua pesquisa analisou o discurso de 13 profissionais de um Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) na Paraíba, em que foi possível destacar a percepção biologizante do sofrimento por parte de profissionais que não eram psicólogos ou assistentes sociais. Esses por sua vez, reconheciam outras dimensões, tal como a vida econômica do paciente, o acesso a serviços e bens, entre outros elementos, possibilitando um diagnóstico diferencial de determinadas doenças, chegando a compreensão de que algumas doenças enfrentadas pelo sujeito em sofrimento provinham do exercício laboral.

Já COHEN e CASTANHO (2021) apontam para o constante aviltamento que o matriciamento estaria enfrentando e que seriam provocados pela própria equipe de saúde. Isso ocorreria pela não percepção, por parte dos profissionais, da importância da troca de informações sobre o paciente e do compartilhamento de saberes. Cada profissional permanecia cercado pela própria técnica, sem perceber que os outros agentes também se sentiam incapazes de lidar sozinhos com determinadas demandas.

O Pronto Atendimento é visto por Souza e Pio (2021), como um espaço atravessado por afetos e demandas que ultrapassam os objetivos do atendimento nesse equipamento. Significativa parcela dos pacientes procuravam atendimento no PA para terem sua dor legitimada, não apenas a dor física, mas sim toda a história do sujeito, assim os pacientes utilizaram desse espaço como um lugar para serem vistos e elaborarem situações críticas que passaram, demandando da equipe mais do que o saber médico sobre uma doença específica.

Desse modo, se observa a impossibilidade de cuidado quando ele é orientado por uma perspectiva individualista e fragmentada de sujeito e de saberes. O humano demanda ser visto em sua integralidade, sem ser reduzido a nenhuma de suas dimensões. Ter a presença de profissionais que partem da epistemologia transdisciplinar possibilita enxergar os pacientes e auxiliá-los a elaborarem aquilo que as vezes nem mesmo eles então compreendendo naquele momento. A fragmentação do cuidado abre espaço para a busca de dispositivos clínicos capazes de acolher



demandas que extrapolam a lógica biomédica tradicional, preparando o terreno para discutir o Plantão Psicológico como uma dessas possibilidades.

4.3 O Plantão Psicológico como dispositivo de acolhimento territorial

O Plantão Psicológico se apresenta como um dispositivo dotado de flexibilidade metodológica, sem perder rigor, potente para ser realizado em diferentes contextos institucionais e situacionais, mantendo como horizonte o acolhimento do sofrimento emergencial.

Para BARBOSA e CASARINI (2021) o plantão psicológico tem finalidade acolher as demandas que urgem e que surgem das maneiras mais humanas possíveis, tal como representado pelo estudo dos autores em que analisaram seis casos atendidos no serviço-escola de uma universidade pública de Minas Gerais, analisados através de uma perspectiva humanista-fenomenológica.

Observou-se nessa pesquisa a utilização de três categorias de intervenções: 1) reflexão, que visavam desvelar e demarcar determinada experiência vivenciada pelo sujeito; 2) cuidado, intervenção que demonstra e afirma o interesse e o cuidado com a pessoa atendida, construindo assim um vínculo, e; 3) explicação, categoria nomeada para quando o plantonista compartilhava informações úteis para o paciente, tal como acesso a determinados serviços, questões burocráticas entre outras.

Assim essas intervenções demonstram que na práxis do plantão psicológico haveria uma horizontalidade de saberes, não necessariamente alguém que saiba mais do paciente do que ele mesmo, mas uma troca que favorece ambos os lados.

O plantão como uma das abordagens dentro da psicologia também exerce um ato político, tal como exposto por VIEIRA e ROMAGNOLI (2022), pois ele revela os sentidos ocultos pelo discurso hegemônico, traz para a escuta o próprio sofrimento, e essa dor passa a comunicar os elementos que a produz de modo direto ou indireto. O estudo promove o plantão como lugar de legitimação do lugar social do sofrimento, o plantão passa a ser também um espaço de denúncia daquilo que socialmente é silenciado.

COSTA e COSTA-ROSA (2021) apontam para a potencialidade do setting terapêutico quando ele não é confundido com um modelo tradicional de clínica. Ou seja, quando o setting terapêutico passa a ser entendido como uma condição ética e não como um espaço físico específico, o sujeito em sofrimento pode ser ouvido em qualquer lugar e em qualquer condição material.



O saber no plantão psicológico é, portanto, transdisciplinar, bebendo de muitas fontes para compreender e acolher o sofrimento do sujeito, inclusive desvelando aproximações entre os métodos práticos e teóricos das diversas abordagens da psicologia.

A título de exemplo do quanto o plantão psicológico pode ser versátil para atender a necessidade vigente, os autores Pinheiro, Nukui, Antunes e Martelini (2025), que por meio da serenidade evidenciam aproximações importantes entre a fenomenologia-existencial e a psicanálise de Winnicott.

Soma-se a esse estudo as demarcações de alguns conceitos que se apresentaram como aproximações entre a fenomenologia-existencial e a psicanálise de Winnicott descritas por Moretto, Nukui, Antunes e Pinheiro (2024) a saber: mãe suficientemente boa, dependência absoluta, relativa e rumo a independência; habitar, apropriação da existência; pensamento calculista e pensamento que medita; abertura para o desconhecido.

Tais aproximações de ambos os estudos se deram por uma necessidade vislumbrada por estagiários e supervisores de um serviço-escola do interior paulista. Uma necessidade de experienciar e compreender os fenômenos que se apresentavam no exercício do plantão psicológico.

O estudo dos autores supracitados demonstra o quão versátil pode ser o plantão psicológico fundamentado na fenomenologia-existencial, bem como essa ferramenta de escuta estaria intimamente vinculada a necessidade do espaço a qual está sendo praticada, ela fica disponível para que seus praticantes possam gerar um espaço seguro na relação com o paciente propiciando ressignificações.

Nesse sentido o Plantão Psicológico carrega consigo uma potencialidade de flexibilidade e de complementariedade com as demandas da realidade condizentes com os princípios transdisciplinares. A escuta e o acolhimento são os elementos propulsores do plantão e que permite, ao ouvido transdisciplinar, integrar as diversas dimensões do sujeito, esse que pode ser ouvido em seu território, uma vez que o plantão psicológico pode ser praticado no território da comunidade da qual está instalado o dispositivo de saúde do SUS.

4.4 O cuidado das equipes como dimensão negligenciada

Vale lembrar que a equipe de saúde não é apenas composta por profissionais qualificados, é também formada por pessoas, sujeitos singulares, com histórias de vida, perspectivas diversas e portadores dos próprios conflitos internos. Observa-se então a importância de um olhar não apenas para os pacientes, mas também para os profissionais que cuidam e que por vezes são depositários de uma confidencialidade carregada de afetos.



Para PEREIRA e SÁ (2023), o acolhimento da narrativa da equipe denota um cuidado com o profissional de saúde que pode ser afetado pelas histórias que chegam até ele, pois assim como o paciente, o profissional também é uma pessoa e desse modo, os conflitos internos dele podem ser suscitados e, ou, evocados pela narrativa do paciente. Ou seja, também é importante dar espaço para o sofrimento do trabalhador da área de saúde, viabilizar a troca de experiências entre os membros da equipe, por esse compartilhamento oferta não apenas trocas de informações, mas trocas de afetos, de angústias, de limitações e de potencialidades, possibilitando ressignificações no âmbito profissional e pessoal.

Esse cuidado necessário é bem exposto por Silva e Bini (2021), que entrevistaram plantonistas e agentes da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) para compreender suas experiências e os impactos dessa vivência em sua vida profissional e pessoal.

Assim, o estudo encontrou seis classes de percepção sobre as experiências vivenciadas na DDM: 1) impacto do atendimento, que geram desgastes físicos e emocionais (dores no corpo, choros, insegurança); 2) expectativa do projeto, ressaltaram a importância do Plantão psicológico para promoção de uma escuta que não desqualifica a vítima, já vulnerável; 3) suporte psicológico para profissionais e vítimas, ressaltando a importância de cuidar de todos, tanto vítimas quanto os profissionais; 4) influência familiar, denotando a falta de limites claros entre as vivências profissionais e a vida pessoal, havendo deslocamentos de afetos para a vida familiar; 5) Superação pessoal da violência, mais da metade das profissionais já haviam sofrido violência, experiência essa que as motivava e se vinculavam às vítimas por empatia, todavia também promovia fortes influências subjetivas, e; 6) Abordagem da violência contra mulher, diz respeito a necessidade de uma psicoeducação da sociedade a respeito do tema da violência contra a mulher.

Observa-se que os estudos analisados apontam para o sofrimento psíquico que não se restringe aos sujeitos que procuram o serviço de saúde, abarcando inclusive os profissionais responsáveis por tal cuidado. Esse contato diário e contínuo com a vulnerabilidade humana, questões sociais, adoecimentos podem produzir impactos subjetivos no trabalhador dessa área.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que a implementação do Plantão Psicológico como ferramenta de promoção de saúde mental demanda uma abordagem transdisciplinar, capaz de articular diferentes áreas do conhecimento na construção de um cuidado integral e contextualizado.

Torna-se imprescindível a criação de espaços territoriais permanentes de reflexão e supervisão, a fim de minimizar fragilidades na formação e na prática profissional, além de promover



maior qualificação das equipes e análise crítica da organização política dos equipamentos de saúde e assistência social.

A transdisciplinaridade, articulada à clínica ampliada, apresenta-se como fundamento essencial para a consolidação do Plantão Psicológico como dispositivo de cuidado potente no âmbito das políticas públicas.

Por fim, nesse percurso realizado no qual buscou-se um estudo qualitativo, de natureza teórica, com revisão narrativa da literatura e análise hermenêutica de produções científicas recentes, pôde-se apontar que os desafios enfrentados pela Psicologia nos equipamentos do SUS e do SUAS não se reduzem a entraves técnicos ou estruturais, mas indubitavelmente revelam tensões político-institucionais que atravessam o próprio modo de produção do cuidado em saúde.

Desse modo, compreende-se que a hegemonia do modelo biomédico, a fragmentação das práticas, a precarização das condições de trabalho e a fragilidade na formação acadêmica emergem como elementos recorrentes, que indubitavelmente apontam a necessidade de implementar dispositivos que operem como mediadores entre teoria e prática, sujeito e território, técnica e ética.

Ademais, sob uma visão argumentativa da modalidade clínica do Plantão Psicológico e sustentada por uma perspectiva fenomenológico-existencial articulada à clínica ampliada, o PP se apresenta não apenas como modalidade de atendimento, mas como dispositivo político-clínico capaz de tensionar a lógica individualizante e medicalizam-te, promovendo escuta qualificada, territorialização do cuidado e construção coletiva de sentidos. Assim, a clínica sob o viés da transdisciplinaridade poderá deixar de ser um ideal abstrato e passar a configurar-se como condição concreta para a efetivação de um cuidado integral, implicado e eticamente comprometido com a complexidade do sofrimento humano nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Andreia Marinho et al. **Concepções e práticas sobre a Saúde do Trabalhador para profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 27, e220551, 2023.

BARBOSA, Fabio; CASARINI, Karin Aparecida. Intervenções em plantão psicológico humanista-fenomenológico: pesquisa em serviço-escola. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 26, e46700, 2021. DOI: 10.4025/psicoestud.v26i0.46700.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Lei nº 8080: 30 anos de criação do Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/lei-n-8080-30-anos-de-criacao-do-sistema-unico-de-saude-sus/>. Acesso em: 15 jun. 2026.



BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Clínica ampliada e compartilhada.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CARVALHO, Edgard de Assis. Edgar Morin: um pensador para o Brasil. **Ponto-e-vírgula**, [S.L.], v. 5, p. 49-60, 2009.

COHEN, Marina Chansky; CASTANHO, Pablo. **Impasses e potências: o matriciamento como dispositivo de cuidado.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, e200462, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Lei 8080/90 — Lei Orgânica da Saúde.** Brasília, DF: COFEN, 2015. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/lei-8080-lei-orgnica-da-saude/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

COSTA, Maico Fernando; COSTA-ROSA, Abílio da. **Considerações sobre a Ampliação da Intensão da Psicanálise numa Unidade de Pronto Atendimento.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, e219208, 2021.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo:** e outros textos. [S.L.]: Livros da Revolta, 1967.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução de Ênio Paulo Giachini. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOMES, Emilly Sales Sala; LIMA, Mônica. **Clínica Psicológica Ampliada em IST/HIV-Aids:** Sentidos Produzidos por Psicólogas no SUS. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42, e233089, 2022.

LUCCIA, Danna De; PRISZKULNIK, Léia. **O que faz do grupo um dispositivo analítico?** Considerações de Freud e Lacan. Psicologia USP, v. 33, e180026, 2022.

MORETTO, Cybele; NUKUI, Sonia Maria Machado de Oliveira; ANTUNES, Valéria Cristina; PINHEIRO, Luiz Gustavo da Silva Prado. **Psychological duty at the university:** possible approaches between phenomenological-existential psychology and winnicottian psychoanalysis. *International Journal of Human Sciences Research*, v. 4, n. 22, p. 1-10, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.5584222403074>.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PEREIRA, Daphne Rodrigues; SÁ, Marilene de Castilho. **Abordagem de Narrativas como Método de Pesquisa em Saúde Pública:** Aproximações Conceituais e Contribuições da Psicanálise. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, e250670, 2023.

PINHEIRO, Luiz Gustavo da Silva Prado; NUKUI, Sonia Maria Machado de Oliveira; ANTUNES, Valéria Cristina; MARTELINI, Luiz. **Sobre a serenidade: o compartilhar das experiências vivenciadas por estagiários e supervisora na proposta do plantão psicológico sob os vieses das contribuições fenomenológicas-existenciais e winnicottianas.** In: MORETTO, Cybele; NUKUI, Sonia; ANTUNES, Valéria (org.). A psicologia na universidade: profissão e ciência na contemporaneidade. 1. ed. Curitiba: Appris, 2025. p. 91-108.

PINHEIRO, Luiz Gustavo da Silva Prado; NUKUI, Sonia Maria Machado de Oliveira; ANTUNES, Valéria Cristina. A transdisciplinaridade e a clínica ampliada sob o viés do plantão psicológico. In: **COLÓQUIO TRANSDISCIPLINAR UNIP SOROCABA**, 1., 2025, Sorocaba. *Anais [...]*. Sorocaba: Universidade Paulista, 2025.



ROMANHOLI, Andréa Campos; IGLESIAS, Alexandra; AVELLAR, Luziane Zacché. Núcleo de Saber da Psicologia na Atenção Básica do SUS: Estudo Documental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 45, e281756, 2025.

SANT'ANA, Marcela Ribeiro Lima et al. **Building Bonds in Mental Health Care within Primary Health Care**. Paidéia, v. 35, e3538, 2025.

SILVA, Andressa Melina Becker da; BINI, Mara Cristina Normídio. Percepções sobre o plantão psicológico em uma Delegacia de Defesa da Mulher. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 32, e200201, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200201>

SILVA, Rafael Bianchi; MANDELLI, Jessica Pedrosa; BONATTI, Graziela Lastoria. **A clínica ampliada e o trabalho dos psicólogos no PAIF**: pressupostos e desafios. Fractal: Revista de Psicologia, v. 36, e5864, 2024.

SOUZA, Beatriz da Silva; PIO, Danielle Abdel Massih; OLIVEIRA, Gabriela Teixeira Ribeiro de. Perspectivas de Usuários em Sofrimento Psíquico Sobre um Serviço de Pronto Atendimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, e221805, 2021.

VIEIRA, Érico Douglas; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **A clínica psicológica como um espaço de desvelamento das desigualdades sociais**. Psicologia em Estudo, v. 27, e47596, 2022.

AUTORES

LUIZ GUSTAVO DA SILVA PRADO PINHEIRO: Psicólogo graduado em psicologia pela Universidade Paulista de Sorocaba (UNIP, 2023). Desenvolveu diversas atividades vinculadas à Instituição, tais como palestras, feiras e Iniciação Científica.

SONIA MARIA MACHADO DE OLIVEIRA NUKUI: Psicóloga e mestre em psicologia pela UMESP. Especialista em psicologia breve especializada; especialista em psicoterapia existencial, e; especialista em neuropsicologia. Professora e supervisora de estágio no ensino superior; coordenadora auxiliar do curso de psicologia da Unip Campus Sorocaba.

VALERIA CRISTINA ANTUNES: Psicóloga, Doutora e mestre em Ciências Aplicadas à Pediatria pela UNIFESP, coordenadora auxiliar da clínica de psicologia da universidade paulista (UNIP/Sorocaba).



TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NA SAÚDE: INOVAÇÃO, EFICIÊNCIA E GESTÃO ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

INFORMATION TECHNOLOGIES IN HEALTHCARE: INNOVATION, EFFICIENCY, AND MANAGEMENT BETWEEN THE PUBLIC AND PRIVATE SECTORS

*Eduardo Vieira Garcia²⁸
Guilherme da Costa Baptista²⁹
Monique Domingues Mendes³⁰
Richardson Kennedy Luz³¹*

RESUMO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), têm desempenhado um papel transformador na área da saúde, otimizando processos de atendimento, gestão e custo-benefício. Sua transformação em diversos setores da sociedade, incluindo o setor da saúde busca constantemente avanços significativos nas técnicas de atendimento, e democratizar o acesso aos serviços médicos. Ferramentas como a telemedicina e os prontuários eletrônicos vêm ampliando o acesso aos serviços, promovendo maior integração de dados clínicos e contribuindo para diagnósticos ágeis e precisos. A pandemia de COVID-19 acelerou esse processo, impulsionando a regulamentação da telemedicina e sua adoção na rede pública e privada. O objetivo da pesquisa, é analisar os impactos das TIC na prestação de serviços de saúde, com foco em seu potencial inovador, benefícios operacionais e papel estratégico na modernização da gestão pública e privada de maneira efetiva da TIC na saúde. A metodologia desta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica sobre o uso das TICs na área da saúde. Foram consultados artigos científicos, documentos institucionais, legislações e relatórios técnicos publicados entre 2013 e 2025, obtidos em bases como Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos CAPES, CETIC.br e Ministério da Saúde. A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, por meio da leitura crítica das fontes selecionadas, permitindo a identificação dos principais benefícios, desafios e tendências quanto a realidade atual da implementação das tecnologias da informação na saúde. Foram considerados aspectos econômicos, educacionais e legislativos relacionados à adoção das TICs. Os resultados demonstram que as TIC têm contribuído significativamente para a digitalização dos serviços de saúde, com ampla utilização de prontuários eletrônicos, sistemas de gestão hospitalar e telemedicina. Possível analisar que o setor privado apresenta maior nível de maturidade tecnológica e integração de sistemas, enquanto o setor público ainda enfrenta limitações relacionadas à infraestrutura, conectividade e interoperabilidade. Conclui-se que as TIC são fundamentais para a modernização da saúde, promovendo maior eficiência operacional, integração de informações e ampliação do acesso aos serviços. Entretanto, sua consolidação depende de investimentos em infraestrutura tecnológica, capacitação profissional e fortalecimento das políticas de segurança da informação e proteção de dados.

Palavras-chave: Saúde; Telemedicina; TICs.

ABSTRACT

²⁸ [Aluno do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas - eduardo.garcia11@aluno.unip.br](mailto:eduardo.garcia11@aluno.unip.br)

²⁹ [Aluno do curso de Ciência da Computação - guilhermedacostabaptista@gmail.com](mailto:guilhermedacostabaptista@gmail.com)

³⁰ [Aluna do curso de Ciência da Computação - moniquedmdendes@gmail.com](mailto:moniquedmdendes@gmail.com)

³¹ [Prof. Doutor – Unip – prof.rikaluz@gmail.com](mailto:prof.rikaluz@gmail.com)



Information and Communication Technologies (ICTs) have played a transformative role in the healthcare sector by optimizing care delivery processes, management practices, and cost-effectiveness. Their widespread adoption across various sectors of society, including healthcare, has driven significant advances in service delivery techniques and contributed to the democratization of access to medical services. Tools such as telemedicine and electronic health records have expanded access to healthcare, promoted greater integration of clinical data, and enabled faster and more accurate diagnoses. The COVID-19 pandemic accelerated this transformation by encouraging the regulation of telemedicine and its adoption across both public and private healthcare systems. The objective of this study is to analyze the impacts of ICTs on healthcare service delivery, focusing on their innovative potential, operational benefits, and strategic role in the effective modernization of public and private healthcare management. The methodology adopted in this research is characterized as a qualitative, descriptive, and exploratory study, developed through a literature review on the use of ICTs in healthcare. Scientific articles, institutional documents, legislation, and technical reports published between 2013 and 2025 were consulted. These sources were obtained from databases and repositories such as Google Scholar, SciELO, CAPES Journal Portal, CETIC.br, and the Brazilian Ministry of Health. Data analysis was conducted through an interpretative approach based on the critical reading of selected sources, allowing the identification of the main benefits, challenges, and trends related to the current implementation of information technologies in healthcare. Economic, educational, and legislative aspects associated with ICT adoption were also considered. The results demonstrate that ICTs have significantly contributed to the digitalization of healthcare services, with widespread use of electronic health records, hospital management systems, and telemedicine solutions. The analysis indicates that the private sector presents a higher level of technological maturity and system integration, whereas the public sector still faces limitations related to infrastructure, connectivity, and interoperability. It is concluded that ICTs are fundamental to the modernization of healthcare, promoting greater operational efficiency, information integration, and expanded access to services. However, their consolidation depends on continued investments in technological infrastructure, professional training, and the strengthening of information security and data protection policies.

Keywords: Healthcare; Telemedicine; Information and Communication Technologies (ICTs).

1. INTRODUÇÃO

A transformação digital tem provocado mudanças estruturais em diversos setores da sociedade, e a área da saúde destaca-se como um dos campos mais impactados por esse processo. A incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem possibilitado novas formas de organização, gestão e prestação de serviços de saúde, ampliando a capacidade de análise e proteção de dados, a integração de sistemas e a tomada de decisões baseada em evidências.

A informação em saúde passou a ser reconhecida como um recurso estratégico para a governança e a formulação de políticas públicas. Segundo o CETIC.br (2023), alinhado às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), a utilização de tecnologias digitais contribui diretamente para o aumento da eficiência operacional e para a melhoria da qualidade da assistência prestada à população.



No cenário brasileiro, a adoção de tecnologias digitais no setor de saúde ocorre em um ambiente complexo, marcado pela coexistência e interação entre sistemas públicos e privados. O Sistema Único de Saúde (SUS) estrutura-se em diferentes níveis de atenção e se articula com instituições privadas e filantrópicas para garantir a oferta de serviços à população, o que demanda mecanismos robustos de integração e compartilhamento de informações.

As TIC assumem papel fundamental ao viabilizar sistemas informatizados capazes de registrar, armazenar e recuperar dados clínicos e administrativos, contribuindo para a coordenação do cuidado e para a melhoria da gestão em saúde.

A transformação digital na saúde está diretamente associada ao conceito de e-Health (saúde eletrônica), definido pela Organização Mundial da Saúde como a utilização segura e custo-efetiva das tecnologias da informação e comunicação em apoio aos serviços de saúde, à vigilância epidemiológica, à educação e à gestão dos sistemas de saúde. Nesse contexto, as TIC assumem papel estratégico ao promover a integração de informações clínicas, ampliar a capacidade de monitoramento dos pacientes e apoiar a tomada de decisões baseadas em evidências, contribuindo para a melhoria da qualidade assistencial e da eficiência organizacional (WHO, 2016).

Segundo SILVA E MORAES (2012), a incorporação das tecnologias da informação na saúde representa uma mudança estrutural na forma como os serviços são planejados, executados e avaliados. Os autores destacam que a informatização dos processos assistenciais e administrativos favorece a integração entre diferentes níveis de atenção, melhora a comunicação entre profissionais e fortalece a gestão do conhecimento em saúde. Dessa forma, as TIC deixam de ser apenas ferramentas operacionais e passam a constituir elementos fundamentais para a modernização e sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Além da informatização de registros e processos, a evolução tecnológica tem introduzido ferramentas avançadas de análise de dados, inteligência artificial e infraestrutura digital voltadas à saúde. Estudos recentes evidenciam que áreas como ciência de dados, sistemas de segurança da informação, computação em nuvem e internet das coisas vêm se consolidando como elementos centrais no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o setor, apesar dos desafios relacionados à integração entre sistemas, essas tecnologias ampliam as possibilidades de monitoramento, diagnóstico, comunicação e gestão dos serviços de saúde. Conforme destacam Latorre et al. (2024), a adoção das TIC fortalece a capacidade operacional das instituições e favorece a modernização da assistência à saúde.

No âmbito institucional, iniciativas estratégicas como o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Ministério da Saúde demonstram o reconhecimento da tecnologia da informação como componente essencial para o planejamento e a gestão de políticas públicas de saúde digital. Esse tipo de planejamento busca alinhar recursos tecnológicos às



necessidades do sistema de saúde, promovendo inovação, segurança da informação e maior eficiência na utilização de dados e infraestrutura tecnológica.

Apesar dos avanços observados, a implementação e a consolidação de tecnologias da informação na saúde ainda enfrentam desafios significativos. Questões relacionadas ao compartilhamento de dados entre sistemas, à infraestrutura tecnológica, à qualidade e confiabilidade dos dados (LGPD) e às desigualdades de acesso à conectividade podem limitar o potencial transformador dessas ferramentas, especialmente em regiões com menor desenvolvimento tecnológico como apontado por (LATORRE, 2024.)

Diante desse cenário, torna-se relevante analisar o papel das tecnologias da informação na promoção da inovação, da eficiência e da melhoria da gestão em saúde, considerando especialmente a interação entre os setores público e privado.

Assim, este artigo tem como objetivo discutir como as TIC contribuem para a transformação da gestão da saúde, evidenciando seus impactos na organização dos serviços, na integração de informações e no suporte à tomada de decisões estratégicas no contexto do sistema de saúde brasileiro.

2 CONCEITO DE TIC NA ÁREA DA SAÚDE

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na área da saúde referem-se ao conjunto de recursos tecnológicos utilizados para coletar, armazenar, processar e compartilhar informações relacionadas ao cuidado com a saúde (CETIC.br, 2022). Essas tecnologias têm como principal objetivo otimizar processos, melhorar a qualidade dos serviços prestados e ampliar o acesso da população aos atendimentos médicos.

Com o avanço da tecnologia, as TIC passaram a desempenhar um papel importante na modernização dos sistemas de saúde, contribuindo para uma gestão mais eficiente e integrada. Utilizando essas ferramentas, é possível reduzir erros, agilizar diagnósticos e facilitar a comunicação entre profissionais de diferentes áreas, promovendo um atendimento mais rápido e preciso.

Entre as principais aplicações das TIC na saúde, destaca-se a telemedicina, que permite a realização de consultas, diagnósticos e acompanhamentos à distância, utilizando dispositivos digitais e a internet. Essa prática se tornou ainda mais relevante em emergências sanitária, como pandemias, pois possibilita o atendimento remoto, reduzindo a necessidade de deslocamento dos pacientes e evitando a sobrecarga das unidades de saúde.

No Brasil, desde 2013, o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br) realiza a pesquisa TIC Saúde, que tem como objetivo analisar a



disponibilidade e o acesso às tecnologias da informação e comunicação nos estabelecimentos de saúde. Essa pesquisa também avalia como essas tecnologias são utilizadas por profissionais da área, como médicos e enfermeiros, contribuindo para a identificação de avanços, desafios e oportunidades de melhoria no uso das TIC no país.

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na saúde representa um importante avanço para o setor, promovendo maior eficiência, acessibilidade e qualidade nos serviços prestados à população. No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como a necessidade de infraestrutura adequada, capacitação dos profissionais e garantia da segurança e privacidade dos dados dos pacientes.

2.1 Principais tecnologias utilizadas

As TIC aplicadas à área da saúde englobam diversas ferramentas e sistemas que auxiliam na melhoria do atendimento, na gestão de informações e na tomada de decisões clínicas. Essas tecnologias têm evoluído significativamente nos últimos anos, proporcionando maior eficiência, segurança e acessibilidade aos serviços de saúde.

Entre as principais tecnologias utilizadas, destacam-se os prontuários eletrônicos, que consistem na digitalização das informações dos pacientes. Esses sistemas permitem o armazenamento organizado e seguro de dados clínicos, histórico médico, exames e prescrições, facilitando o acesso rápido às informações por profissionais autorizados. Além disso, contribuem para a redução de erros médicos e melhoram a continuidade do cuidado ao paciente.

Outra tecnologia de grande relevância é a telemedicina, que possibilita a realização de atendimentos à distância por meio de videoconferências, aplicativos e plataformas digitais. Essa ferramenta amplia o acesso à saúde, especialmente em regiões remotas ou com escassez de profissionais, além de reduzir custos e otimizar o tempo tanto de pacientes quanto de médicos.

Os sistemas de gestão hospitalar também se destacam, pois integram diferentes setores de uma instituição de saúde, como atendimento, estoque, faturamento e recursos humanos. Esses sistemas permitem um controle mais eficiente dos processos internos, contribuindo para a melhoria da administração e da qualidade dos serviços prestados.

Além disso, destacam-se os dispositivos móveis e aplicativos de saúde, que permitem o monitoramento contínuo de pacientes, o acompanhamento de tratamentos e o acesso a informações médicas em tempo real. Esses recursos têm sido amplamente utilizados tanto por profissionais quanto por pacientes, promovendo maior autonomia e engajamento no cuidado com a saúde.



Outra tecnologia importante é o uso da inteligência artificial, que vem sendo aplicada na análise de exames, no auxílio ao diagnóstico e na previsão de doenças. Por meio de algoritmos avançados, é possível identificar padrões e apoiar decisões médicas com maior precisão, contribuindo para diagnósticos mais rápidos e eficazes.

Sendo assim, as principais tecnologias utilizadas na área da saúde demonstram como as TIC têm transformado o setor, tornando os serviços mais modernos, integrados e eficientes.

2.2 Benefícios das TIC na saúde

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) representam um dos principais avanços incorporados pela área da saúde nas últimas décadas, sendo amplamente utilizadas para facilitar o gerenciamento da crescente demanda por serviços médicos. Sua aplicação tem proporcionado melhorias significativas tanto para os profissionais da área quanto para os pacientes, promovendo maior eficiência, acessibilidade e qualidade no atendimento (CETIC.br, 2022).

Grande parte desses avanços está relacionada à telemedicina, que consiste no uso de tecnologias modernas de informação e telecomunicação para a oferta de serviços médicos à distância. Por meio dessa ferramenta, torna-se possível ampliar o alcance do atendimento, permitindo que um número maior de pacientes tenha acesso a orientações, diagnósticos e acompanhamentos médicos, independentemente de sua localização geográfica.

Para os profissionais da saúde, a utilização das TIC possibilita a automação de diversos processos, como o registro de informações, o acompanhamento de pacientes e a análise de exames. Isso contribui diretamente para o aumento da produtividade, além de reduzir a ocorrência de erros e retrabalho. Dessa forma, os profissionais conseguem otimizar seu tempo e lidar de maneira mais eficiente com a alta demanda de atendimentos.

Do ponto de vista dos pacientes, as TIC também oferecem diversas vantagens. Entre elas, destaca-se a possibilidade de acesso digital a resultados de exames, prontuários e prescrições médicas, eliminando a necessidade de deslocamentos frequentes até unidades de saúde. Isso proporciona maior comodidade, agilidade no acompanhamento de tratamentos e maior participação do paciente em seu próprio cuidado.

Além disso, a implementação da telemedicina e de outras tecnologias digitais trouxe avanços importantes para a área da saúde, tais como:

- Crescimento no registro de anotações de enfermagem, promovendo maior organização e detalhamento das informações;



- Ampliação do histórico clínico dos pacientes, facilitando o acompanhamento contínuo e a tomada de decisões médicas mais precisas;
- Aumento na realização e no acesso a exames, especialmente os radiológicos, contribuindo para diagnósticos mais rápidos e eficazes;
- Melhoria na comunicação entre equipes de saúde, possibilitando um atendimento mais integrado e colaborativo;
- Redução de custos operacionais, tanto para instituições quanto para pacientes.

Portanto, os benefícios das TIC na saúde evidenciam sua importância na transformação digital do setor, tornando os serviços mais ágeis, acessíveis e eficientes. Contudo, sua efetividade depende diretamente de investimentos estruturais, capacitação profissional e políticas rigorosas de segurança da informação.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Conceito de TIC na área da saúde

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) têm assumido um papel central na transformação dos sistemas de saúde contemporâneos, sendo responsáveis por promover maior integração de informações, eficiência operacional e melhoria na qualidade dos serviços prestados. No contexto da saúde, as TIC compreendem um conjunto de ferramentas tecnológicas utilizadas para coletar, armazenar, processar e compartilhar dados clínicos e administrativos, contribuindo para a tomada de decisões baseada em evidências e para a modernização da gestão em saúde.

Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil, as TIC na saúde envolvem a utilização de sistemas digitais que possibilitam a organização e o acesso às informações de pacientes e instituições, promovendo maior eficiência nos processos assistenciais e administrativos.

De acordo com o CETIC.br, “as tecnologias digitais têm ampliado a capacidade de integração de dados clínicos, permitindo maior precisão nos diagnósticos e eficiência na gestão dos serviços de saúde” (CETIC.br, 2023, p. 79). Essa integração de informações é fundamental para garantir a continuidade do cuidado e reduzir falhas no atendimento.

A literatura aponta que as TIC desempenham um papel estratégico na consolidação da chamada saúde digital. Para LATORRE ET AL. (2024), o uso das tecnologias da informação e comunicação na saúde pública amplia as possibilidades de monitoramento, diagnóstico e gestão dos serviços, contribuindo para a melhoria da qualidade da assistência prestada à população (LATORRE et al., 2024, p. 5).



As TIC não se limitam ao suporte operacional, mas passam a atuar como elemento estruturante dos sistemas de saúde, influenciando diretamente a eficiência e a capacidade de resposta das instituições.

A capacidade das TIC de promover inovação no setor da saúde. De acordo com ARAÚJO ET AL. (2019), as tecnologias de informação e comunicação têm potencial para revolucionar a saúde e a medicina, ao possibilitar novos modelos de atendimento, ampliar o acesso aos serviços e melhorar a qualidade dos diagnósticos (ARAÚJO et al., 2019, p. 4). Essa transformação é evidenciada pelo crescimento de soluções como telemedicina, prontuários eletrônicos e sistemas inteligentes de apoio à decisão clínica, que vêm sendo amplamente adotados tanto no setor público quanto no privado.

Sob a perspectiva da gestão em saúde, as TIC também contribuem para a melhoria da governança e da organização dos serviços. ELIAS (2013) destaca que a incorporação de tecnologias no sistema de saúde permite maior controle, avaliação e eficiência na utilização dos recursos, favorecendo a tomada de decisões mais assertivas (ELIAS, 2013, p. 145). Dessa forma, a informação passa a ser tratada como um ativo estratégico, essencial para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde.

É importante destacar que o conceito de TIC na saúde está diretamente relacionado à capacidade de integração entre diferentes sistemas e atores envolvidos no cuidado. A interoperabilidade entre plataformas digitais, por exemplo, permite o compartilhamento de informações entre instituições, profissionais e níveis de atenção, promovendo maior coordenação do cuidado e evitando redundâncias no atendimento. Esse fator é especialmente relevante em sistemas complexos, como o brasileiro, que envolve a interação entre os setores público e privado.

Observa-se que as TIC na área da saúde representam mais do que ferramentas tecnológicas, configurando-se como um elemento estruturante para a transformação digital do setor. Sua adoção contribui para a melhoria da qualidade dos serviços, para a ampliação do acesso à saúde e para a construção de sistemas mais eficientes, integrados e sustentáveis.

A sua efetividade depende da superação de desafios relacionados à infraestrutura, capacitação profissional e segurança da informação, aspectos fundamentais para a consolidação da saúde digital no contexto contemporâneo.

3.2 Impactos das TIC na gestão pública e privada

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) têm promovido transformações significativas na gestão dos serviços de saúde, tanto no setor público quanto no privado, atuando como um elemento estratégico para a modernização administrativa, a integração de informações e



a melhoria da qualidade dos serviços prestados. No contexto brasileiro, marcado pela coexistência entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e instituições privadas, as TIC desempenham papel fundamental na articulação entre diferentes níveis de atenção e na otimização dos processos organizacionais.

No setor público, a adoção das TIC está diretamente relacionada à melhoria da governança e da eficiência na gestão dos recursos. Segundo o Ministério da Saúde, por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), “a utilização de soluções tecnológicas permite alinhar os recursos de tecnologia às necessidades estratégicas das instituições, promovendo maior eficiência, transparência e controle dos processos” (BRASIL, 2022, p. 12). Nesse sentido, as TIC contribuem para o fortalecimento das políticas públicas, permitindo maior rastreabilidade das informações, melhor planejamento das ações e maior controle sobre os serviços ofertados à população.

Além disso, a informatização dos sistemas de saúde pública favorece a integração entre diferentes unidades e níveis de atendimento, possibilitando maior continuidade do cuidado. De acordo com LATORRE et al. (2024), “a implementação de tecnologias digitais na saúde pública contribui para a melhoria da comunicação entre os serviços, ampliando a capacidade de coordenação do cuidado e de monitoramento dos pacientes” (LATORRE et al., 2024, p. 6). Essa integração é essencial para reduzir falhas no atendimento, evitar duplicidade de procedimentos e garantir maior eficiência no uso dos recursos públicos.

No setor privado, os impactos das TIC são percebidos principalmente na competitividade e na inovação dos serviços de saúde. A adoção de sistemas digitais permite maior agilidade no atendimento, melhoria da experiência do paciente e otimização dos processos internos. Segundo Araújo et al. (2019), “as tecnologias da informação e comunicação possibilitam ganhos de produtividade, redução de custos operacionais e melhoria na qualidade dos serviços, tornando as instituições mais competitivas no mercado” (ARAÚJO et al., 2019, p. 6). Dessa forma, as TIC tornam-se um diferencial estratégico para organizações que buscam se destacar em um ambiente cada vez mais dinâmico e orientado por dados.

Outro impacto relevante refere-se à capacidade das TIC de apoiar a tomada de decisão gerencial. A utilização de sistemas informatizados e ferramentas de análise de dados permite que gestores tenham acesso a informações em tempo real, facilitando o planejamento e a avaliação de desempenho das instituições.

ELIAS (2013) destaca que “a incorporação de tecnologias no sistema de saúde possibilita maior controle e avaliação dos serviços, contribuindo para decisões mais assertivas e eficientes” (ELIAS, 2013, p. 146). Esse aspecto é fundamental tanto para o setor público quanto para o privado, uma vez que decisões baseadas em dados tendem a gerar melhores resultados organizacionais.



Adicionalmente, as TIC contribuem para a transparência e a accountability na gestão da saúde, especialmente no setor público. A digitalização de processos e o registro sistemático de informações permitem maior controle social e institucional sobre as ações desenvolvidas, fortalecendo a confiança da população nos serviços de saúde. No setor privado, essa transparência também se traduz em maior credibilidade junto a pacientes e investidores, especialmente em um contexto no qual a qualidade e a segurança dos serviços são fatores determinantes.

Apesar dos avanços proporcionados pelas TIC, é importante reconhecer que ainda existem desafios relacionados à sua implementação e consolidação. Questões como a falta de integração entre sistemas, limitações de infraestrutura e desigualdades no acesso à tecnologia podem comprometer o potencial dessas ferramentas, especialmente no setor público. De acordo com o CETIC.br, “as desigualdades regionais e a infraestrutura limitada ainda representam obstáculos significativos para a adoção plena das tecnologias digitais na saúde” (CETIC.br, 2022, p. 45).

As TIC exercem impactos profundos na gestão da saúde, promovendo maior eficiência, integração e inovação. Contudo, sua efetividade depende da adoção de estratégias que considerem as particularidades dos setores público e privado, bem como da superação dos desafios estruturais existentes, de modo a garantir um sistema de saúde mais eficiente, acessível e sustentável.

3.3 Desafios na implementação

A implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no setor da saúde apresenta avanços significativos, porém ainda enfrenta uma série de desafios estruturais, técnicos e organizacionais que limitam seu pleno potencial. Esses obstáculos impactam diretamente a eficiência dos sistemas de saúde, a qualidade dos serviços prestados e a integração entre diferentes níveis de atendimento, especialmente em contextos complexos como o brasileiro.

Um dos principais desafios refere-se à interoperabilidade entre sistemas. A coexistência de diferentes plataformas tecnológicas, muitas vezes desenvolvidas de forma independente, dificulta o compartilhamento de informações entre instituições e profissionais de saúde. Segundo LATORRE et al. (2024), “a ausência de integração entre sistemas compromete a comunicação entre os serviços de saúde, dificultando o fluxo de informações e prejudicando a continuidade do cuidado” (LATORRE et al., 2024, p. 7). Esse cenário resulta em retrabalho, duplicidade de registros e aumento do risco de erros clínicos, afetando diretamente a qualidade da assistência prestada aos pacientes.

Outro fator crítico está relacionado à infraestrutura tecnológica. Em muitas regiões, especialmente no setor público, ainda existem limitações quanto ao acesso à internet de qualidade, à disponibilidade de equipamentos adequados e à manutenção dos sistemas digitais. De acordo com o CETIC.br, “as desigualdades regionais e a insuficiência de infraestrutura tecnológica



representam barreiras significativas para a adoção e o uso eficiente das TIC nos estabelecimentos de saúde” (CETIC.br, 2022, p. 47). Essa realidade evidencia a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura para garantir a equidade no acesso às tecnologias e a ampliação dos serviços de saúde digital.

A capacitação dos profissionais de saúde também se destaca como um desafio relevante. A adoção de tecnologias digitais exige não apenas conhecimento técnico, mas também adaptação a novas formas de trabalho e processos organizacionais. ARAÚJO et al. (2019) afirmam que “a falta de capacitação adequada dos profissionais pode limitar o uso eficiente das tecnologias, comprometendo os benefícios esperados e gerando resistência à sua implementação” (ARAÚJO et al., 2019, p. 8). Esse aspecto reforça a importância de programas de formação e treinamento contínuo, voltados ao desenvolvimento de competências digitais no setor da saúde.

A segurança da informação constitui outro ponto crítico na implementação das TIC. O armazenamento e o compartilhamento de dados clínicos exigem mecanismos robustos de proteção, especialmente diante das exigências legais estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Segundo Elias (2013), “a gestão adequada das informações em saúde deve garantir não apenas a eficiência dos sistemas, mas também a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados” (ELIAS, 2013, p. 147). A ausência de políticas eficazes de segurança pode comprometer a privacidade dos pacientes e gerar riscos institucionais significativos.

Outro desafio relevante diz respeito à desigualdade no acesso às tecnologias entre diferentes regiões e instituições. Enquanto algumas organizações, especialmente no setor privado, apresentam alto nível de digitalização, outras ainda enfrentam dificuldades básicas relacionadas à infraestrutura e à conectividade. Essa disparidade contribui para a ampliação das desigualdades no acesso aos serviços de saúde, limitando o alcance dos benefícios proporcionados pelas TIC. Conforme destacado pelo CETIC.br, “as diferenças estruturais entre regiões e instituições influenciam diretamente a capacidade de adoção das tecnologias digitais na saúde” (CETIC.br, 2022, p. 49).

Observa-se também que a resistência à mudança organizacional pode dificultar a implementação das TIC. A introdução de novas tecnologias implica alterações nos processos de trabalho, exigindo adaptação por parte dos profissionais e gestores. Em muitos casos, a falta de planejamento estratégico e de engajamento institucional compromete a efetividade das iniciativas de transformação digital.

Os desafios na implementação das TIC na saúde evidenciam que a transformação digital do setor vai além da simples adoção de tecnologias. Trata-se de um processo complexo que envolve investimentos em infraestrutura, capacitação profissional, integração de sistemas e fortalecimento de políticas de segurança da informação.



A superação desses obstáculos é essencial para garantir que as TIC cumpram seu papel na promoção de um sistema de saúde mais eficiente, integrado e acessível à população

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Comparação entre setor público e privado (versão aprimorada)

Ao analisar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na saúde, observa-se que sua aplicação tem se consolidado como um elemento central na transformação digital do setor, influenciando diretamente a organização dos serviços, a qualidade do atendimento e a eficiência da gestão. Os resultados deste estudo evidenciam diferenças relevantes entre o setor público e o privado, especialmente no que se refere à infraestrutura, ao nível de investimento e à maturidade na adoção dessas tecnologias.

De forma geral, verifica-se que a digitalização já é uma realidade no contexto brasileiro. Dados recentes indicam que aproximadamente 92% dos estabelecimentos de saúde utilizam sistemas eletrônicos para o registro de informações dos pacientes, demonstrando um avanço significativo na incorporação de tecnologias no setor (G1, 2025). Esse cenário reforça a importância das TIC como instrumento essencial para a modernização da gestão em saúde.

No setor privado, a utilização das TIC apresenta maior grau de consolidação, caracterizada pela presença de sistemas integrados, prontuários eletrônicos completos e ampla adoção de ferramentas como telemedicina, inteligência artificial e análise de dados. Esse nível de desenvolvimento está diretamente associado à maior capacidade de investimento dessas instituições, o que possibilita atualizações constantes, inovação tecnológica e capacitação profissional contínua. Como discutido na revisão da literatura, as TIC contribuem para o aumento da competitividade, melhoria da experiência do paciente e otimização dos processos organizacionais.

Por outro lado, no setor público, apesar dos avanços observados, ainda existem limitações estruturais que impactam a plena utilização das tecnologias. Questões relacionadas à infraestrutura, conectividade, integração entre sistemas e capacitação dos profissionais ainda representam desafios importantes. Esses fatores podem gerar dificuldades no compartilhamento de informações, atrasos nos atendimentos e menor eficiência operacional. Ainda assim, observa-se uma evolução gradual impulsionada por políticas públicas e iniciativas de digitalização, que buscam ampliar o acesso aos serviços e melhorar a qualidade do atendimento, especialmente em regiões mais vulneráveis.



A análise dos resultados confirma os apontamentos da literatura ao demonstrar que as TIC exercem impactos distintos nos setores público e privado, refletindo desigualdades estruturais e organizacionais. Enquanto o setor privado utiliza as tecnologias como ferramenta estratégica para inovação e competitividade, o setor público enfrenta desafios relacionados à interoperabilidade, infraestrutura e gestão de recursos.

Com o objetivo de sintetizar e apontar as principais diferenças observadas entre os setores públicos e privados quanto à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na saúde, apresenta-se o Quadro 1, que reúne os principais aspectos identificados na literatura e discutidos neste estudo.

Quadro 1 – Comparação entre os setores público e privado na utilização das TIC em saúde

Aspecto	Setor Público	Setor Privado
Infraestrutura tecnológica	Apresenta limitações em algumas regiões, especialmente relacionadas à conectividade e equipamentos.	Geralmente possui infraestrutura mais moderna e atualizada.
Investimentos em tecnologia	Dependente de recursos públicos e programas governamentais.	Maior capacidade de investimento e atualização tecnológica.
Prontuário eletrônico	Em expansão, porém com diferentes níveis de implementação.	Amplamente consolidado e integrado aos processos institucionais.
Telemedicina	Crescimento após a pandemia, mas com limitações estruturais em algumas localidades.	Utilização ampla e integrada aos modelos de atendimento.
Integração de sistemas	Ainda enfrenta desafios de interoperabilidade entre plataformas.	Maior integração entre sistemas e bases de dados.
Capacitação profissional	Dependente de programas institucionais e políticas públicas.	Treinamentos mais frequentes e contínuos.
Segurança da informação	Necessidade constante de adequação à LGPD e atualização de protocolos.	Maior investimento em proteção de dados e cibersegurança.
Eficiência operacional	Avanços significativos, porém, impactados por limitações estruturais.	Elevada eficiência devido à maturidade digital dos processos.
Principais desafios	Infraestrutura, conectividade, interoperabilidade e recursos financeiros.	Custos de inovação, atualização tecnológica e conformidade regulatória.
Benefícios observados	Ampliação do acesso e melhoria da gestão pública.	Maior produtividade, competitividade e qualidade do atendimento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os dados apresentados no Quadro 1 demonstram que, embora os setores público e privado tenham avançado na adoção das TIC, existem diferenças significativas relacionadas à infraestrutura, capacidade de investimento e maturidade digital. Observa-se que o setor privado



apresenta maior nível de integração tecnológica, enquanto o setor público ainda enfrenta desafios estruturais que podem limitar o potencial das soluções digitais. Esses resultados reforçam a necessidade de estratégias voltadas à redução das desigualdades tecnológicas e ao fortalecimento da transformação digital em todo o sistema de saúde.

Os resultados observados neste estudo corroboram os achados de ARAÚJO et al. (2019), que destacam as Tecnologias da Informação e Comunicação como instrumentos capazes de promover ganhos de produtividade, melhoria da qualidade dos serviços e ampliação do acesso à saúde. Entretanto, os dados analisados também reforçam a perspectiva apresentada por SILVA e MORAES (2012), segundo a qual os benefícios da transformação digital dependem diretamente da capacidade de integração dos sistemas, da qualificação dos profissionais e da disponibilidade de infraestrutura tecnológica adequada.

Nesse sentido, percebe-se que a simples adoção de tecnologias não garante, por si só, melhorias significativas na gestão da saúde. Enquanto instituições privadas tendem a obter resultados mais consistentes devido à maior disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos, o setor público enfrenta desafios estruturais que podem limitar os impactos positivos das TIC. Essa constatação demonstra que a efetividade das tecnologias está associada não apenas à sua implementação, mas também ao contexto organizacional em que são utilizadas, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades digitais no sistema de saúde.

Essa diferença evidencia a necessidade de políticas integradas que promovam maior equidade no acesso às tecnologias, garantindo que os benefícios da transformação digital sejam distribuídos de forma mais homogênea no sistema de saúde.

4.2 Desafios identificados (versão aprimorada)

Apesar dos avanços proporcionados pelas TIC, os resultados também evidenciam a presença de desafios que limitam sua efetividade no cotidiano dos serviços de saúde. Entre os principais problemas identificados, destaca-se a infraestrutura tecnológica, especialmente em unidades públicas e em regiões com menor desenvolvimento. A instabilidade da conexão com a internet, a limitação de equipamentos e a ausência de suporte técnico adequado comprometem o funcionamento dos sistemas digitais e dificultam a adoção de soluções como a telemedicina.

Outro ponto relevante refere-se à capacitação dos profissionais de saúde. A utilização eficiente das tecnologias digitais exige habilidades específicas, que nem sempre estão presentes na formação dos profissionais. Essa lacuna pode gerar dificuldades na utilização dos sistemas e até



resistência à adoção de novas ferramentas, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados.

A segurança da informação também se apresenta como um desafio significativo. O armazenamento e o compartilhamento de dados clínicos exigem mecanismos robustos de proteção, especialmente diante das exigências legais da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A ausência de políticas eficazes de segurança pode comprometer a privacidade dos pacientes e gerar riscos institucionais relevantes.

Além disso, a falta de integração entre sistemas continua sendo um problema recorrente. Muitas instituições utilizam plataformas distintas que não se comunicam entre si, dificultando o compartilhamento de informações e a continuidade do cuidado. Esse fator compromete a eficiência dos serviços e aumenta o risco de falhas operacionais.

Os desafios identificados neste estudo estão diretamente alinhados com a literatura analisada, que aponta a interoperabilidade, a infraestrutura e a capacitação profissional como fatores críticos para a consolidação das TIC na saúde.

Ao comparar os resultados obtidos com a literatura analisada, observa-se que existe consenso quanto aos benefícios das TIC para a gestão e assistência em saúde. Contudo, os autores divergem quanto aos fatores que mais influenciam o sucesso de sua implementação. Enquanto ARAÚJO et al. (2019) enfatizam o potencial das tecnologias para ampliar a eficiência dos serviços e melhorar a qualidade do atendimento, LATORRE et al. (2024) destacam que a ausência de integração entre sistemas e as limitações de infraestrutura ainda representam obstáculos significativos para a consolidação da saúde digital. Os resultados deste estudo reforçam essa segunda perspectiva, evidenciando que os benefícios das TIC podem ser reduzidos quando não há condições adequadas para sua utilização.

Além disso, verifica-se que os desafios identificados não são exclusivamente tecnológicos, mas também organizacionais e humanos. A resistência à mudança, a necessidade de capacitação contínua e as exigências relacionadas à segurança da informação demonstram que a transformação digital depende de uma abordagem integrada, envolvendo investimentos em tecnologia, gestão e desenvolvimento profissional. Dessa forma, a efetividade das TIC está diretamente relacionada à capacidade das instituições de promover mudanças estruturais que acompanhem a evolução tecnológica.

Observa-se que a transformação digital do setor não depende exclusivamente da adoção de tecnologias, mas da construção de um ecossistema integrado, que envolva planejamento estratégico, investimento contínuo e desenvolvimento de competências organizacionais. Sem essa integração, o potencial das TIC tende a ser subutilizado, limitando seus impactos positivos na gestão e na assistência à saúde.



Dessa forma, os resultados evidenciam que as Tecnologias da Informação e Comunicação possuem elevado potencial para transformar a gestão da saúde, promovendo maior eficiência, integração e qualidade nos serviços prestados. Contudo, as diferenças entre os setores público e privado e os desafios estruturais ainda presentes demonstram que a consolidação dessas tecnologias exige ações coordenadas entre governo, instituições e profissionais da área. A superação dessas barreiras é fundamental para a construção de um sistema de saúde mais equitativo, inovador e sustentável.

5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) desempenham um papel estratégico na transformação do setor da saúde, atuando como elemento fundamental para a promoção da inovação, da eficiência e da melhoria da gestão, tanto no âmbito público quanto privado. A partir da revisão da literatura e da análise dos resultados, observa-se que as TIC não se limitam ao suporte operacional, mas configuram-se como um componente estruturante dos sistemas de saúde contemporâneos.

Os achados indicam que a incorporação dessas tecnologias possibilita avanços significativos na organização dos serviços, na integração de informações e na qualificação da tomada de decisões. Ferramentas como prontuários eletrônicos, telemedicina e sistemas de gestão hospitalar contribuem para a ampliação do acesso aos serviços, melhoria da qualidade da assistência e redução de custos operacionais, beneficiando tanto profissionais quanto pacientes.

No que se refere à gestão, os impactos das TIC mostram-se relevantes na modernização dos processos administrativos e no fortalecimento da governança em saúde. A utilização de sistemas digitais favorece a transparência, a rastreabilidade das informações e o controle dos recursos, aspectos essenciais para a eficiência das instituições. Contudo, a análise comparativa evidencia diferenças significativas entre os setores público e privado, especialmente em relação à infraestrutura, ao nível de investimento e à maturidade digital, o que impacta diretamente a forma como essas tecnologias são implementadas e utilizadas.

A pesquisa também evidencia que, apesar dos benefícios, a consolidação das TIC ainda enfrenta desafios importantes. Questões relacionadas à interoperabilidade entre sistemas, limitações de infraestrutura, necessidade de capacitação profissional e segurança da informação continuam sendo fatores críticos para a efetividade dessas tecnologias. Soma-se a isso a desigualdade no acesso à tecnologia entre diferentes regiões e instituições, o que reforça a necessidade de estratégias que promovam maior equidade no sistema de saúde.



Dessa forma, conclui-se que as TIC apresentam elevado potencial transformador, sendo essenciais para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, integrado e sustentável. Contudo, sua efetiva contribuição depende da adoção de políticas públicas estruturadas, investimentos contínuos em infraestrutura, desenvolvimento de competências digitais e integração entre sistemas e instituições. Assim, a consolidação das Tecnologias da Informação e Comunicação na saúde representa não apenas um avanço tecnológico, mas um passo fundamental para a promoção de um modelo de atenção mais acessível, inovador e centrado no paciente

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO F. P. D.; LIMA M. D.; CAMPOS P. K.; AZEVEDO V. R.; BARBOSA J. E C. **Como as tecnologias de informação e comunicação podem revolucionar a saúde e a medicina.** Revista Científica da FAEX. Edição 15. 2019. Disponível em: <https://periodicos.faex.edu.br/index.php/e-Locucio/article/view/187/156> . Acessado em: 01 de mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)**. Brasília, DF, 2022–2024. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/pdtic>. Acesso em: 19 mar. 2026.

CETIC.br. **A transformação digital nos sistemas de saúde.** Panorama Setorial da Internet, Ano XIV, n. 1, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/Panorama_Setorial6.pdf . Acesso em: 17 mar. 2026.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Estabelecimentos de Saúde Brasileiros.** 2023. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20240604150747/tic_saude_2023_livroeletronico.pdf Acesso em 20 de mar. 2025.

ELIAS, F. T. S. **A importância da Avaliação de Tecnologias para o Sistema Único de Saúde.** Boletim do Instituto de Saúde - BIS, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 143–150, 2013. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/34155>. Acesso em: 10 mar. 2025.

G1. **Tecnologia revoluciona saúde no Brasil e já atinge 92% dos hospitais.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/faculdades-pequeno-principe-transformando-conhecimento-em-saude/noticia/2025/08/11/tecnologia-revoluciona-saude-no-brasil-e-ja-atinge-92percent-dos-hospitais.ghtml> Acesso em: 22 mar. 2026.

LAKATOS, EM; Marconi, MA. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em: 17 mar. 2026.

LATORRE, F. F. MURTA, LEONARDO BITAR BARBOSA. ROCHA, SARA MENDES. ROCHA, VITÓRIA MENDES. et al. **O uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) na saúde pública.** Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 5840–5852, 2024.



Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2970/3457>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SILVA, Alexandre Barbosa da; MORAES, Ilara Hämmerli Sozzi de. **O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a saúde**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 5, p. 847-850, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/>. Acesso em: 12 jun. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global diffusion of eHealth: making universal health coverage achievable**. Geneva: World Health Organization, 2016. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 12 jun. 2026.

AUTORES

EDUARDO VIEIRA GARCIA: Estudante de análise e desenvolvimento de sistemas na instituição Universidade Paulista (UNIP) em Sorocaba.

GUILHERME DA COSTA BAPTISTA: Estudante de ciências da computação na instituição Universidade Paulista (UNIP) em Sorocaba.

MONIQUE DOMINGUES MENDES: Estudante de ciências da computação na instituição Universidade Paulista (UNIP) em Sorocaba.

RICHARDSON KENNEDY LUZ: Doutor em Processos Tecnológicos e Ambientais na UNISO. TEMA: Integração de Metodologias Tradicionais e Ágeis no Ensino de Engenharia de Software: Uma Proposta de Modelo de Plano de Ensino para Cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas a partir de uma Análise Crítica em Instituições de Ensino Superior Privadas de Sorocaba/SP. Mestre em Processos Tecnológicos e Ambientais na Uniso. Princípios Orientadores Aplicados Na Avaliação De Empresas De Médio E Grande Porte De Sorocaba E A Implementação Do Modelo De Indústria 4.0. Especialista em Contabilidade Gerencial em Controladoria com ênfase em RH (UNISO) Graduado em Análise de Sistema (UNISO) Universidade de Sorocaba.



UMA PROPOSTA: PLANTÃO PSICOLÓGICO NA ERA DIGITAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A COMPREENSÃO DO SOFRIMENTO EXISTENCIAL

A PROPOSAL: PSYCHOLOGICAL EMERGENCY SUPPORT IN THE DIGITAL AGE AS A CONTRIBUTION TO UNDERSTANDING EXISTENTIAL SUFFERING

André Luis Carvalho Lima³²

Lucas André da Silva³³

Sonia Maria Machado de Oliveira Nukui³⁴

RESUMO

Introdução: A tecnologia desempenha papel primordial na vida humana, contudo, o envolvimento excessivo com os dispositivos móveis e redes sociais, pode trazer prejuízos para a saúde mental. Compreende-se que o plantão psicológico se constitui enquanto uma estratégia para lidar com o vício da dopamina instantânea e da hiperestimulação digital. Desse modo, oferece-se um espaço para trabalhar com os impactos negativos que esse tipo de consumo traz tanto a nível individual quanto a nível social. **Objetivo:** Por meio dos atendimentos oferecidos na prática do plantão psicológico, objetiva-se oferecer um espaço para a compreensão acerca de alguns fenômenos digitais que se constituem enquanto fontes de sofrimento existencial. **Métodos:** Método clínico fenomenológico-existencial com base em atendimentos dentro da proposta do Plantão Psicológico. **Resultados:** Compreende-se que o avanço e a sofisticação das tecnologias digitais têm gerado sofrimentos existenciais e desalojamentos; a intoxicação de informações tem caráter adoecedor por diminuir a absorção de estímulos e demandas da vida cotidiana fora das telas. Busca-se interrogar o local da psicologia frente a era digital, especialmente da prática do plantão psicológico, que pode oferecer um espaço de ressignificações, conscientização e desvelamento ou construção de sentidos emergentes ao uso excessivo das tecnologias. **Conclusão:** O plantão psicológico oferecido no Centro de Psicologia Aplicada (UNIP – Sorocaba) se coloca como prática fundamental para o encontro ao sofrimento ocasionado pelo uso excessivo de tecnologias, pois acredita-se que poderá contribuir para a compreensão e ressignificação.

Palavras-chave: plantão; tecnologia; fenomenologia-existencial.

ABSTRACT

Introduction: Technology plays a fundamental role in human life; however, excessive involvement with mobile devices and social media can cause harm to mental health. Psychological emergency support is understood as a strategy to address instant dopamine addiction and digital hyperstimulation. In this sense, it provides a space to work through the negative impacts that this type of consumption generates at both individual and social levels. **Objective:** Through the services offered within the practice of psychological emergency support, the aim is to provide a space for understanding certain digital phenomena that constitute sources of existential suffering. **Methods:** An existential phenomenology clinical method based on emergency support sessions conducted within the framework of Psychological Emergency Support. **Results:** It's understood that the advancement and sophistication of digital technologies have generated existential suffering and experiences of displacement. Information overload has a pathogenic character, as it reduces

³² [Psicólogo graduado pela UNIP Sorocaba. andresteam1233@hotmail.com](mailto:andresteam1233@hotmail.com)

³³ [Psicólogo graduado pela UNIP Sorocaba. psi.lucasandre@outlook.com](mailto:psi.lucasandre@outlook.com)

³⁴ [Psicóloga, Mestra em Psicologia Clínica, professora suplementar e coordenadora auxiliar do curso de Psicologia da UNIP, campus Sorocaba. sonia.nukui@docente.unip.br](mailto:sonia.nukui@docente.unip.br)



individuals' capacity to absorb stimuli and demands from everyday life outside of screens. This study seeks to question the role of psychology in the digital era, especially the practice of psychological emergency support, which may offer a space for re-signification, awareness, and the unveiling or construction of emerging meanings related to excessive technology use. Conclusion: The psychological emergency support offered at the Applied Psychology Center (UNIP - Sorocaba) stands as a fundamental practice in addressing the suffering caused by excessive technology use, as it is believed to contribute to understanding and re-signification processes.

Keywords: psychological emergency support; technology; existential phenomenology.

1. INTRODUÇÃO

É imprescindível afirmar que a tecnologia, atualmente, é uma das ferramentas mais utilizadas pelos seres humanos. Para além disso, também se torna importante mencionar que, como qualquer outro recurso socialmente relevante, se usado em excesso, desenvolve potencial para riscos psicossociais atrelados ao sofrimento existencial contemporâneo.

Enquanto profissionais da psicologia, o olhar crítico à era digital é parte fundamental para compreensão dos homens e dos fenômenos que os cercam. Heidegger (2005) afirma que a mundanidade, enquanto estrutura de um momento constitutivo do ser-no-mundo capaz de modificar-se e transformar-se, por si mesma já é um existencial. Desse modo, o caminho para a análise existencial desse fenômeno pressupõe a analítica da pre-sença do ser-aí em relação ao mundo.

Seguinte a isto, consideramos como método de análise à era digital, a prática do plantão psicológico, vivenciado como experiência de estágio obrigatório do curso de Psicologia na Universidade Paulista (UNIP), campus Sorocaba, SP. O serviço era oferecido pela clínica-escola uma vez por semana, sem necessidade de agendamento prévio, permitindo que a população buscasse atendimento de forma espontânea. Os atendimentos eram realizados por estagiários-plantonistas do 9º e 10º semestre, tinham duração média de 50 minutos e não havia obrigatoriedade de retorno. Após os atendimentos, os estagiários participavam de supervisão com um professor orientador, a fim de discutir os casos e refletir sobre a prática clínica e continuidade do cuidado, caso o paciente retornasse. A partir da matriz curricular do curso, o estágio em plantão psicológico se inseria dentro da matéria de “Práticas Psicológicas” e tinha como foco de abordagem teórico-prático o método fenomenológico-existencial, sob o qual também se embasa este estudo.

Sob o viés da fenomenologia-existencial, pressupõe-se fomentar um olhar sobre os fenômenos envolvidos a fim de levantar reflexões sob o modo dos seres humanos constituírem sua relação com as tecnologias digitais e como elas estão implicadas no sofrimento existencial. Desse modo, a metodologia para construção das reflexões a seguir expostas, embasou-se na experiência de estágio em plantão psicológico, através do qual alguns atendimentos realizados à comunidade



ênfatiou o caráter existencial associado à era digital. Ou seja, a partir das narrativas testemunhadas de alguns pacientes que vieram à procura da clínica-escola, compreendeu-se a era digital como contexto fomentador de sofrimento existencial.

A partir disso, realizou-se o resgate de alguns casos clínicos, das discussões em supervisão de estágio e da literatura, para constituir uma revisão bibliográfica dos temas. O artigo, assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter clínico, cujo material empírico foi constituído a partir de atendimentos psicológicos realizados em contexto de prática clínica. A análise do material foi conduzida por meio de uma perspectiva hermenêutica, voltada à interpretação dos sentidos e significados emergentes das experiências relatadas.

Por todo o exposto, é importante apontar que as compreensões clínicas construídas se embasam em uma clínica ampliada — via plantão psicológico — que, ao oferecer uma escuta qualificada, se torna por excelência uma proposta de cuidado em saúde que ultrapassa o modelo tradicional centrado apenas no diagnóstico e na doença. Utilizando-se disso, objetivou-se compreender como os atravessamentos da era digital se apresentam nos processos contemporâneos de subjetivação, tomando como base as narrativas compartilhadas pelos participantes durante os atendimentos.

O presente estudo relaciona uma visão transdisciplinar e surge como resultado da integração dos eixos temáticos “Saúde, Tecnologia e Gestão” apresentados como base do I Colóquio Transdisciplinar da UNIP Sorocaba, realizado no ano de 2025.

2. A EXPERIÊNCIA HUMANA NA ERA DIGITAL

As transformações são típicas de quaisquer realidades sociais. Ao colocar a ótica deste estudo sob enfoque da era digital, tem-se como fio condutor o fato de que as transformações sociais não se pautam unicamente sob os modos de agir, pensar e relacionar-se dos seres humanos, mas também recebem influência dos mecanismos e dispositivos que possibilitam e guiam tais transformações. Fazem parte da vida em sociedade: a economia, a cultura e a política, mediadas e disseminadas pela tecnologia, levando a um estado de virtualização da vida social (Gonçalves e Reggatiéri, 2018).

Nessa perspectiva, é fundamental recorrer às contribuições de Michel Foucault, ao pensar que a noção de dispositivo contribui para aprofundar a compreensão dessas dinâmicas, pois compreende-se que os mecanismos tecnológicos não operam de forma neutra ou meramente instrumental. Há de se considerar que o dispositivo constitui uma rede heterogênea composta por discursos, instituições, normas, práticas e saberes que se articulam estrategicamente na produção



e regulação das condutas (Santos, 2021). Portanto, a era digital é compreendida como um dispositivo regulatório na construção das subjetividades.

Desse modo, a centralidade da tecnologia atravessa a vida humana, ao ponto que grande parte da vida se tornou condicionada. Os dispositivos móveis, especialmente as redes sociais, vieram a ser mediadores da experiência humana. É fundamental considerar as compreensões de Santos (2023), ao apontar como a mediação conecta-se com a comunicação e a linguagem, afetando a forma como os seres humanos, inseridos neste contexto sócio-histórico-cultural, diferem o mundo físico do mundo virtual e se questionam até que ponto são capazes de evitar a alienação. Afinal, as redes representam um passo importante para a construção de novas maneiras de comunicação, no entanto, não desconfiguram riscos psicossociais atrelados ao seu uso excessivo.

Ao se propor conceber a era digital como fator relacionado ao sofrimento existencial, a cultura da hiperconectividade vem a ser ponto central. O fenômeno *brain rot* é continuamente utilizado para descrever os efeitos ocasionados pelos hábitos prejudiciais ao funcionamento cognitivo e emocional na modernidade, geralmente devido a superexposição a estímulos rápidos e superficiais, provindos das tecnologias digitais. Os estudos frente a isto referem a necessidade de intervenção a fim de diminuir os impactos na saúde mental dos usuários de tecnologia, de modo a preservar o máximo possível um estado de bem-estar psicológico, como sugerem Pereira *et al.* (2025).

A evolução da inteligência artificial e os efeitos da dopamina instantânea contribuíram ainda mais para esta cultura, que leva consigo os conceitos de recompensa imediata, dispersão da atenção e busca constante por estímulos. As consequências reverberam, também, no sentimento de vazio existencial. Isto porque, frente a uma era mecanicista, o saber deixa de ser reflexivo e vira reprodução de padrões, expressando o modo dialético como a era digital, ao representar abertura de sentidos ao poder-ser, também representa uma perda de si frente ao amplo horizonte de sentidos que, continuamente, avançam e evoluem-se, colocando o ser humano a mercê de acompanhá-los antes que seja deixado para trás (Sales, Oliveira e Nunes, 2025).

Essa concepção também dialoga com a lógica de produtividade que estrutura o modo de organização capitalista, no qual o valor do sujeito tende a ser medido por sua capacidade de produzir e performar. A inclusão social passa a ser simbolicamente condicionada ao desempenho e à adaptação aos ritmos de produção e consumo, fazendo com que qualquer trajetória que escape a essa lógica dominante seja atravessada pelo medo da exclusão e pela sensação de fracasso. Instaure-se, portanto, um sentimento de inadequação e angústia diante da percepção de estar sendo deixado de fora.



Essa angústia perpassa, também, a ideia de liberdade expressa por Kierkegaard, como consequência das várias possibilidades que acompanham o ser livre, pois logo se conclui a possibilidade de fracasso ou sucesso frente às suas pretensões. Corroborando, Sales, Oliveira e Nunes (2025, p. 8) apontam:

“Em meio às incontáveis possibilidades presentes na era da digitalização, é possível visualizar o ser humano perdido em um amplo horizonte de diferentes sentidos, entrando em contato com o vazio existencial de não saber por qual caminho seguir (Rosa & Pulino, 2020). Afinal, como ter sentido em um mundo que está em constante velocidade de mudança e coloca as pessoas a prova a cada evolução?”.

Os impactos, assim, reverberam em nível individual e social. Os homens, inseridos no mundo, afetam e são afetados, colocando essa problematização em um âmbito realmente adoecedor da existência. A intoxicação de informações vem como causa de sofrimento ao diminuir a absorção de estímulos e demandas da vida cotidiana fora das telas, interferindo nas relações interpessoais, nos modos de comunicação e na saúde mental.

Diante desse cenário, torna-se fundamental desenvolver dispositivos de cuidado que, dentro de suas possibilidades, sejam capazes de compreender e analisar tais fenômenos. Essa tarefa é parte essencial de qualquer prática crítica e social, especialmente no campo da psicologia. Considerar a subjetividade em permanente relação com o mundo implica não dissociar os condicionantes tecnológicos da era digital, das formas contemporâneas de sofrimento existencial. Nesse sentido, é proposta a apresentação do plantão psicológico como uma modalidade de atendimento voltado à compreensão, intervenção e ao acolhimento desse sofrimento.

Compreende-se que o plantão psicológico, enquanto expressão de uma clínica ampliada, configura-se como espaço privilegiado de escuta e problematização dos atravessamentos da era digital na saúde mental. Ressalta-se que, definitivamente, essa proposta rompe com um modelo de clínica centrado exclusivamente no diagnóstico e na categorização, e promove um espaço de abertura ao fenômeno tal como ele se apresenta, acolhendo a urgência subjetiva emergente das experiências de hiperconectividade, comparação constante, vícios, aceleração do tempo e esvaziamento de sentido.

Ademais, o plantão se sustenta nos pressupostos fenomenológicos-existenciais ao considerar o sujeito em sua inseparabilidade com o mundo que o constitui. Essa prática possibilita não apenas o alívio imediato do sofrimento, mas a construção de sentidos frente às demandas impostas pelo dispositivo digital contemporâneo. Assim, o plantão psicológico afirma-se como estratégia ética e política de cuidado, ao oferecer um espaço de elaboração crítica da experiência



vivida, favorecendo a retomada da autonomia, da reflexão e do poder-ser diante dos impactos da cultura digital na existência.

Ao considerar as questões que foram levantadas até o presente momento, abre-se espaço para contextualizar, do ponto de vista histórico, a modalidade do plantão psicológico, compreendendo suas origens, fundamentos teóricos e transformações ao longo do tempo. Tal retomada faz-se necessária para situar essa prática no campo da Psicologia enquanto resposta às demandas sociais emergentes, especialmente aquelas marcadas por urgências subjetivas e contextos de vulnerabilidade. Ao revisitar sua constituição histórica, torna-se possível evidenciar como o plantão psicológico se consolidou como dispositivo clínico comprometido com a ampliação do acesso ao cuidado, com a escuta qualificada e com a promoção de intervenções que consideram o sujeito em sua inserção concreta no mundo. Assim, a revisão da literatura que se segue busca fundamentar teoricamente essa prática, articulando-a às exigências contemporâneas impostas pela era digital e às novas configurações do sofrimento existencial.

3. REVISÃO DA LITERATURA

A modalidade de atendimento em plantão psicológico surgiu em 1969, no curso de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), com a criação do Serviço de Aconselhamento Psicológico. Em um primeiro momento, tal modalidade assemelhou-se a uma proposta de aconselhamento, sendo algo parecido com uma triagem para os pacientes atendidos, diante de uma perspectiva humanista da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), de Carl Rogers. Com o passar dos anos e devido à alta demanda, os atendimentos ultrapassaram os muros da clínica-escola e passaram a ser vivenciados em diferentes espaços.

Ao ser atrelado a uma prática completamente diferente das tradicionais, o plantão psicológico instaurou-se como uma clínica ampliada e um acolhimento diante de demandas emergenciais que surgiam nas comunidades, estendendo as possibilidades do fazer psicológico. Sendo assim, a modalidade passou a ser vista como possibilidade de escuta qualificada dentro de instituições clínica-escola, angariando a experiência do encontro humano como possibilidade de aprendizado, além do oferecimento de um espaço para o acolhimento do sofrimento existencial, em que o plantonista, ao ser afetado pelo encontro, brota-se como clamor para a narrativa do paciente (Morato, 2022).

Tendo em vista o surgimento de novas modalidades de sofrimento devido ao uso de tecnologias, o plantão psicológico vem como possibilidade de acolhimento das demandas emergentes neste contexto.



Compreende-se que as questões vivenciadas pelos indivíduos em sofrimento na era digital estão atreladas às novas possibilidades de ser-com, em que as relações humanas e a cotidianidade passaram por mudanças rápidas e extremas, afetando a forma com que os indivíduos ressignificam suas experiências existenciais, resultando na necessidade de acolhimento diante das questões emergentes.

“Como uma herança da Revolução Industrial e uma tendência da globalização e da tecnologia, a força humana vem sendo substituída por máquinas e os processos da vida diária estão adaptando-se aos recursos digitais e virtuais: transporte, comunicação, inclusive, o estar-com-o-outro. Isso quer dizer que a tecnologia adentrou não apenas a esfera de produção e de trabalho, mas a esfera das interações humanas, que não são mais as mesmas” (Tokuo, Dutra e Rebouças, 2018, p. 80).

Buscando trazer luz às novas possibilidades de reflexão, a clínica ampliada é uma ferramenta de potência para o oferecimento de escuta qualificada. Além disso, emerge a necessidade de adaptação das profissionais psicólogas(os) nas diferentes demandas que surgem a cada dia, diante da rapidez dos fenômenos digitais e do sofrimento fortemente influenciado pela precariedade das relações humanas.

Considerando o dever moral e ético da prática em Psicologia em acompanhar as mudanças do contexto sócio-histórico a fim de aproximar-se das demandas e problemas que se apresentam, o recebimento dos pacientes dentro do contexto do estágio em plantão psicológico, que traziam em suas narrativas questões relacionadas ao sofrimento na era digital, demandava, junto a eles, a busca por modos de cuidado. Compreende-se, tal como apontado por Barra (2012), que qualquer ação que focalize o outro, com a intenção de procurar uma maneira de, junto a este, encontrar um caminho que traga menos sofrimento e amplie a maneira de compreender a experiência na tentativa de solucionar um problema, pode ser concebida como um cuidado.

3.1 O plantão psicológico como estratégia de cuidado na era digital

Pode-se apontar que a importância de tecer considerações a respeito de uma prática vivenciada pelos estagiários de psicologia e supervisionada por um docente responsável pelo estágio obrigatório, fundamenta-se na necessidade contemporânea de compreender os impactos da era digital na constituição das subjetividades, e nas formas emergentes de sofrimento existencial. Em um contexto marcado pela hiperconectividade, pela aceleração do tempo e pela mediação tecnológica das relações humanas, torna-se imprescindível que a Psicologia amplie seus referenciais teóricos e práticos para responder às novas demandas clínicas que se apresentam. Ainda que existam estudos sobre os efeitos psicossociais do uso excessivo das tecnologias,



observa-se a necessidade de aprofundar a discussão a partir de uma perspectiva fenomenológico-existencial que considere o sujeito em sua inseparabilidade com o mundo que o constitui.

Portanto, atesta-se que essa modalidade de atendimento psicológico mostrou-se potente ao oferecer a escuta e o acolhimento como objetivos básicos no encontro humano com pessoas que traziam em suas narrativas os atravessamentos da era digital. Ao sustentar-se em uma postura fenomenológico-existencial, o plantão possibilitou não apenas a legitimação do sofrimento apresentado, mas também a abertura de um espaço de reflexão acerca da forma como tais experiências se configuram no mundo contemporâneo. Nesse sentido, evidenciou-se como dispositivo clínico capaz de favorecer a elaboração crítica da vivência, ampliando a compreensão do sujeito sobre si mesmo e sobre sua inserção no contexto tecnológico que o constitui.

Além disso, justifica-se a presente investigação pela importância de fortalecer modalidades de cuidado que ultrapassem o modelo tradicional centrado exclusivamente na patologização do sofrimento. O plantão psicológico, enquanto expressão de uma clínica ampliada, apresenta-se como dispositivo potente para o acolhimento das urgências subjetivas próprias da contemporaneidade, especialmente aquelas relacionadas à cultura digital. Ao privilegiar a escuta qualificada e a abertura ao fenômeno tal como ele se manifesta, essa prática possibilita não apenas intervenções pontuais, mas a construção de sentidos frente às transformações impostas pelo cenário tecnológico.

Por fim, o estudo, em seu caráter formativo e social, emerge da experiência concreta de estágio supervisionado em clínica-escola, articulando teoria e prática na tentativa de responder às demandas reais apresentadas pelos sujeitos atendidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho em plantão psicológico é desafiador. Tanto paciente, quanto estagiário-terapeuta e professor orientador eram atravessados pelos fenômenos emergentes em cada encontro. Considerando-se a não obrigatoriedade de um retorno para novas consultas, havia ainda a possibilidade de narrativas findarem-se sem conclusões, levando os envolvidos a lidar não apenas com os impasses e limites de sua atuação, como também com a serenidade.

Por meio de todo o exposto, a seguir explicita-se dois casos acompanhados no ano letivo de 2025, onde os pacientes compareceram para um único encontro em plantão psicológico, nos quais evidenciou-se a era digital como fonte de sofrimento existencial e permitiu-se que o plantão atuasse como dispositivo de cuidado.



4.1 Tipos de sofrimento relacionados à era digital observados

O primeiro caso clínico apresenta o paciente Paulo (nome fictício para preservar o sigilo) de 32 anos, que chegou na clínica-escola para atendimento acompanhado de sua genitora. Através do acolhimento inicial e do enquadre terapêutico, ouviu-se do paciente uma pressão por parte da mãe, que o forçava a buscar ajuda psicológica, ficando claro, por meio da narrativa e corporeidade de Paulo, o fato dele não estar em um movimento de abertura ao atendimento.

Manejando a construção de vínculo, para que Paulo ficasse mais à vontade, era devolvido gradualmente a compreensão dos fenômenos envolvidos, legitimando inicialmente seu incômodo por estar ali contra a própria vontade. Esse movimento possibilitou deslocar o foco da imposição materna para sua experiência singular e, aos poucos, Paulo passou a falar sobre seu vício em apostas online — as *bets*.

O paciente trouxe que, até algum tempo atrás, morava com uma companheira, possuía uma empresa e bens materiais significativos. Entretanto, devido à introdução das apostas esportivas em sua vida, foi deixando de lado os compromissos sociais e as relações familiares. Reconheceu-se o modo como as *bets*, enquanto parte de um dispositivo social, com suas promessas de ganhos imediatos, favoreceram o aumento da frequência das apostas de Paulo. Isso o levou à problemas financeiros, perda significativa dos bens materiais para quitar as dívidas, ao divórcio com a ex-companheira e inúmeros desafios interpessoais.

Foi notável que o acolhimento oferecido pelo estagiário pôde convidar o paciente, por meio da hermenêutica e da proposta de um local seguro para o compartilhamento do sofrimento, a adentrar o espaço reflexivo e compreensivo dos fenômenos relacionados ao uso excessivo do aparelho celular e ao vício em *bets*. O *setting* tornou-se potencial para a realização de intervenções, por meio de apontamentos e reflexões, além da legitimação da angústia vivenciada pelo paciente, diferenciando-se da lógica acelerada das plataformas digitais — se instaurou um tempo de pausa, possibilitando a suspensão do automatismo.

O movimento de suspensão fenomenológica do estagiário permitiu que o paciente se movesse para que, ao mesmo tempo que compartilhava sua angústia, pudesse ouvi-lá e ouvir a si mesmo, possibilitando reflexões e compreensões sobre sua própria existência; em que Paulo alegou novas vontades e projetos de vida, trazendo novos sentidos para sua experiência. Ainda, foi trabalhado sobre o sentimento de insegurança e da nova cotidianidade vivenciada por ele, pois agora estava morando com a mãe, e atribuídas reflexões sobre a importância de um uso saudável do aparelho celular.

Oliveira, Silveira e Silva (2008) afirmam que o jogo patológico está associado a um funcionamento deficitário do sistema de recompensa do organismo, o mesmo envolvido na



manutenção da dependência de substâncias. Por essa razão, os autores classificam o jogo patológico como uma forma de dependência comportamental, semelhante à dependência química, pois envolve mecanismos biológicos e psicológicos parecidos, estando esse tipo de comportamento e enquadramento funcional muito presentes no caso expresso. Apesar da modalidade de atendimento em plantão psicológico não pretender criar categorizações e diagnósticos clínicos, o olhar às patologias enquanto sofrimento existencial que afeta diretamente o indivíduo e suas relações e gera significativo prejuízo em seu ser-no-mundo é parte fundamental da construção do cuidado.

Compreende-se, no entanto, que o sofrimento experienciado pelo paciente foi imbuído pelo processo de empobrecimento da experiência e do sentido atribuído ao vício em apostas. Sendo assim, o espaço do plantão psicológico trouxe uma nova possibilidade dentro deste contexto de sofrimento na era digital, em que o papel da Psicologia tornou-se necessário para a conscientização e reflexão ao uso da tecnologia e a hiperconectividade para o paciente.

A necessidade de corresponder às novas expectativas sociais e a vontade incessante de sucesso podem levar o sujeito a um movimento de alienação de sua própria existência, resultando em adoecimento psíquico e crises existenciais. Com isso, a relação construída entre o sujeito presente no mundo hiperconectado demonstra a necessidade de uma visão crítica e sistêmica dos comportamentos relacionados às novas formas de ser-com-os-outros (Oliveira, Silva e Reis, 2025). Por este viés, em vez de centrar-se exclusivamente na supressão do comportamento de apostar, o atendimento voltou-se à ampliação da consciência sobre o modo como Paulo vinha se relacionando com a tecnologia. Tomando reconhecimento e defrontando-se com seu próprio vício, ele encontrava-se em um movimento positivo de conscientização.

O outro caso clínico analisado, perpassando as mesmas relações entre era digital e sofrimento existencial, deu-se com o atendimento do paciente Vicente (nome fictício para preservar o sigilo), de 19 anos, que informou ser viciado em pornografia desde o seu primeiro contato na infância, advento que se expandiu com a descoberta da internet durante a adolescência e vida adulta. Outro vício relatado era em jogos online, porém, este não foi muito presente em seu discurso ao longo do atendimento.

A ação clínico-investigativa, conforme aponta Morato (2006), aduz reflexões que buscam esclarecer, junto ao paciente e a partir dele mesmo, a abertura de possibilidades para o cuidado. Assim se fez, ao explorar os impactos do vício na vida do jovem, emergindo como principal deles a procrastinação. Vicente havia mudado de cidade recentemente, estava cursando sua primeira faculdade e apontou, frente a isso, os vícios como ocasionadores de baixo rendimento em atividades acadêmicas e pessoais, por funcionarem como fonte de desconcentração.



Por conta dos pais serem os responsáveis financeiros, Vicente sentia-se com a necessidade de ter um bom rendimento para compensá-los e, ao longo do discurso, isso foi colocado a ele como um precursor para a maior frequência de acesso aos seus vícios, pois funcionavam como doses de dopamina instantânea diante dos estressores do dia a dia. Frente a isso, parte importante do processo foi esclarecer ao paciente as mudanças bruscas em sua rotina como influentes para a sensação de vazio existencial. Tal movimento pôde ser compreendido à luz da tendência contemporânea à hiperconectividade, na qual o sujeito, diante da exigência de performance e produtividade, encontra nos dispositivos digitais uma via rápida de anestesia do mal-estar, intensificando o acesso a estímulos altamente recompensadores, como era o caso da pornografia e dos jogos.

Contudo, essa mesma via contribuía para a manutenção do sofrimento, uma vez que, ao aliviar momentaneamente a tensão, reforçava o afastamento das tarefas e aumentava a culpa e a autocrítica. O plantão psicológico, nesse contexto, configurou-se como espaço privilegiado para a compreensão desse sofrimento, ao possibilitar a suspensão da lógica da produtividade.

Vicente declarava que sua dificuldade na realização das atividades vinha quando estava sozinho. Observou-se, assim, como a era digital oferecia condições estruturais para a manutenção desses comportamentos: a disponibilidade contínua de conteúdo, o anonimato e a personalização de algoritmos que favoreciam o retorno ao consumo. Diante disso, a atuação do estagiário não reforçou este espaço de soluções imediatas, mas sim, a possibilidade de desvelamento dos sentidos atribuídos por Vicente ao seu modo de existir naquele cenário. Realizou-se avaliação de redução de danos, apontando a ele a impossibilidade de receitas práticas para mudar estes hábitos, afinal, foram anos de manutenção dos mesmos.

Assim, houve diálogo com o paciente sobre a possibilidade de diminuição do consumo de pornografia e/ou substituição por outros conteúdos, bem como a importância de estimular encontros presenciais com amigos quando necessitasse focar nos estudos. Esse movimento, ao atribuir sentido à Vicente, propriamente seria capaz de tensionar a lógica do isolamento favorecido pelo seu acesso abusivo aos meios digitais.

Xavier (2013) informa que a subjetividade humana é corporificada. Através do corpo o sujeito expressa seu modo de ser-no-mundo, e foi por meio da corporeidade de Vicente, fragilizada, passiva, com voz baixa e de sua narrativa que os sentidos atribuídos por ele à rotina foram revelados. Para tanto, percebeu-se não apenas um conflito individual com vícios digitais, mas um sofrimento atravessado pelas exigências da sociedade contemporânea, marcada pela cultura do alto desempenho, da comparação constante e da produtividade ininterrupta.

Reconheceu-se em Vicente uma antecipação do futuro que o levava a sentir-se cada vez mais pressionado, resultando em um congelamento do presente, desequilibrando sua



temporalidade. Assim, buscou-se ampliar sua consciência a este fenômeno, apontando a procrastinação como paradoxo: ao mesmo tempo em que era escolha, era também efeito de um contexto que o convocava a produzir continuamente, e a era digital amplificava esse descompasso temporal.

O plantão psicológico, novamente, mostrou-se espaço de resistência à lógica da aceleração, oferecendo um tempo de escuta e reflexão que contrasta com a instantaneidade digital. Ao devolver a Vicente uma compreensão de seu modo de ser, possibilitou-se a abertura para novas significações, permitindo que o jovem pudesse reconhecer como sua busca por corresponder às expectativas sociais, dentro de um contexto digital, sustentava um ciclo de paralisação e angústia.

Apesar dos pacientes não terem retornado para novos atendimentos, foram notáveis os efeitos positivos que os respectivos encontros produziram. O desalojamento, a perda do sentido e a fragmentação de suas experiências emergiram como foco de clarificação e compreensão conjunta, elucidando o campo da Psicologia e, em especial, do plantão psicológico, como rico ao oferecer ressignificações, conscientização e desvelamento de sentidos frente a emergência do contexto da era digital.

Utilizando-se da hermenêutica para o estudo dos sentidos, foi possível convidar os pacientes a recuperar um olhar para si mesmos, de forma ampliada, que não considerasse sua subjetividade como desligada do mundo. Esse movimento representou conscientização para a não culpabilização pessoal por condições, claramente, socialmente controladas por dispositivos digitais.

5. CONCLUSÃO

Enfatiza-se que a produção deste artigo teve como ponto fundamental alcançar uma compreensão sobre a era digital não apenas como um cenário tecnológico, mas como um recurso/dispositivo tal como apontado por Foucault, que participa ativamente da constituição das subjetividades contemporâneas e das formas emergentes de sofrimento existencial. Desse modo, tendo como ponto de partida o referencial fenomenológico-existencial, bem como o diálogo com autores supracitados, pode-se apontar que a hiperconectividade, a cultura da performance e a lógica da recompensa imediata atravessam o modo de ser-no-mundo dos sujeitos. E, obviamente, constata-se que acaba por mobilizar angústia, sensação de inadequação, e empobrecimento da experiência.

Compreende-se também que os recortes dos casos clínicos permitiram ilustrar, em nível concreto, como tais atravessamentos se manifestam na prática vivenciada na proposta do plantão psicológico. Tal compreensão se sustenta, por exemplo, no que foi trabalhado do ponto de vista



clínico ao considerar o vício em apostas online e o consumo compulsivo de pornografia e jogos digitais. Foi possível constatar que o sofrimento não se reduz a comportamentos isolados, mas acontece em um palco mais amplo do contexto social que se inscreve em exigências sociais de produtividade em todos os níveis (trabalho, sexualidade etc.). Portanto, a tecnologia como vem sendo vivenciada por essas pessoas, indubitavelmente revela um campo de forças que regula condutas e molda expectativas, impactando diretamente a experiência subjetiva.

Por todo o exposto, pode-se dizer que o plantão psicológico, enquanto expressão de uma clínica ampliada, mostrou-se dispositivo potente de cuidado ao oferecer um espaço de escuta qualificada que contrasta com a lógica da instantaneidade digital. Outro ponto bastante importante se deve a formação clínica que o estágio proporcionou, pois, ao realizar os atendimentos, os estagiários puderam articular teoria e prática ao deparar com as questões trabalhadas.

Por fim, pode-se apontar que essa articulação está fortemente aliada com o compromisso social da Psicologia. Assim, sustenta-se a necessidade de ampliar investigações que articulem tecnologia, subjetividade e clínica, reconhecendo que compreender o sofrimento contemporâneo implica, inevitavelmente, compreender o mundo digital que o atravessa e constitui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRA, T. Y. L. **Experiência de psicólogos em Plantão Psicológico: introduzindo o atendimento a famílias**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontífca Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2012. 158 p.

GONÇALVES, Kamila; REGATTIERI, Silvia Maria Alvim. TECNOLOGIA E CULTURA: entendendo as relações sociais na era digital. **Revista Interface Tecnológica**, Taquaritinga, SP, v. 15, n. 1, p. 338–348, 2018. DOI: [10.31510/inf.v15i1.325](https://doi.org/10.31510/inf.v15i1.325). Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/325>. Acesso em: 13 fev. 2026.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. **Editora Vozes Ltda.**: Petrópolis, 2005.

MORATO, H. T. P. Pedido, queixa e demanda no Plantão Psicológico: querer, poder ou precisar. **VI Simpósio de Práticas Psicológicas em Instituição: Psicologia e Políticas Públicas**. Anais. Vitória: UFES, 2006.

MORATO, H. T. P. Plantão Psicológico em uma compreensão fenomenológica existencial. In: MELO, F. F. S.; SANTOS, G. A. O. **Psicologia fenomenológica e existencial: fundamentos filosóficos e campos de atuação**. Santana de Parnaíba: Monole, 2022.

OLIVEIRA, Daniel de Almeida; SILVA, Hayllana Kelly Cardoso Vieira da; REIS, Thaís Leite. A sociedade do cansaço e a emergência das crises existenciais contemporâneas: uma revisão fenomenológica-existencial da obra de Byung-Chul Han. **Revista Episteme Transversalis**, v. 16, n. 2, p. 51–65, 2025. ISSN 2763-9045.

OLIVEIRA, M. P. M. T. D.; SILVEIRA, D. X. DA; SILVA, M. T. A.. Jogo patológico e suas consequências para a saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 3, p. 542–549, jun. 2008.



PEREIRA, M. R. *et al.* O fenômeno “Brain Rot”: implicações na saúde mental e os desafios para a psiquiatria. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 18, n. 1, 2025.

SANTOS, Kwame Yonatan Poli dos. Medicalização e racismo. In: OLIVEIRA, E. C.; VIEGAS, L. S.; NETO, H. S. (Orgs.) *Desver o mundo, perturbar os sentidos: caminhos na luta pela desmedicalização da vida*. Salvador: **EDUFBA**, 2021.

SANTOS, Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos. Linguagem e mediação tecnológica: notas sobre os entremeios linguísticos. **Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, v. 14, n. 28, 30 Dez 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/22283>. Acesso em: 13 fev 2026.

SALES, T. P. G. de; OLIVEIRA, M. S. B. de; NUNES, R. de M. A psicologia e o vazio existencial: a falta de sentido na era da inteligência artificial. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 8, n. 19, p. e082475, 2025. DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2475. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2475>. Acesso em: 13 fev. 2026.

TOKUO, Bianca Galván; DUTRA, Elza Maria do Socorro; REBOUÇAS, Melina Séfora Souza. Modos de ser na era virtual: um olhar da Psicologia Fenomenológico-Existencial. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 71-88, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i1.12453>.

XAVIER, Luana Lopes. **CORPOREIDADE E SUBJETIVIDADE EM MERLEAU-PONTY. V Congresso de Fenomenologia da Região Centro-Oeste**. UFG, Goiás, mai. 2013.

AUTORES

ANDRÉ LUIS CARVALHO LIMA é psicólogo, graduado pela Universidade Paulista, Unip; pós-graduando em Psicopatologia pela Artmed, PUC-PR. Atua como psicólogo hospitalar no município de Araçoiaba da Serra, SP. Orcid: 0009-0001-5282-4779

LUCAS ANDRÉ DA SILVA é psicólogo, graduado pela Universidade Paulista (UNIP), e residente do programa de pós-graduação e residência multiprofissional em Saúde Mental pela Prefeitura Municipal de Sorocaba. Orcid: 0009-0006-3880-2721

Sonia Maria Machado de Oliveira Nukui: Mestre em Psicologia da Saúde, especialista em Psicoterapia Breve Operacionalizada e Neuropsicologia, com formação em Psicoterapia Existencial. Atua como psicoterapeuta familiar e de casal. Professora do curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP) – campus Sorocaba desde 2012 e coordenadora auxiliar do curso de Psicologia desde 2017. Sonia Nukui – sonia.nukui@docente.unip.br.



REALIZAÇÃO
UNIP
Sorocaba

